



CFEMEA

Direitos da Mulher

O Que Pensam os Parlamentares

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Colegiado:

Gilda Cabral
Guacira César de Oliveira
Iáris Ramalho Cortês
Malô Simões Lopes Ligoeki
Marlene Libardoni

Equipe:

Alice Libardoni
Elizabeth Wagner
Luis Gustavo de Oliveira Pedroza
Maria de Lisieux Amado Guedes
Nise Quintas
Regina Célia Sant Anna Adami Santos

Endereço:

CLN - 111 Bloco "C" - Sala 108
CEP - 70754-530 Brasília - DF - Brasil
Telefone: (061) 347.50.04
Fax: (061) 273.94.19

Apoio:

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a
Mulher
Fundação MacArthur
Fundação Ford

ERRATA DO LIVRO
DIREITOS DA MULHER - O QUE PENSAM OS PARLAMENTARES

ERRATA Nº 1

Na **página 234**, **MAGNO BACELAR**

Substituir: “PERFIL POLÍTICO segundo mais votado do PMDB e de Santa Catarina”

Por: Iniciou sua trajetória política como deputado estadual, ainda em 1965. Chegou ao Congresso Nacional em 1975, como deputado, mandato para o qual elegeu-se por três vezes consecutivas. Em 1988 elegeu-se suplente de senador e assumiu a cadeira em março de 1991, em virtude da eleição de Edison Lobão para o governador do Maranhão.

ERRATA Nº 2

Na **página 558**, **NEUTO DE CONTO**

Substituir: “NEUTO DE COUTO”

Por: NEUTO DE CONTO

ERRATA Nº 3

Na **página 602**, **JOSÉ DIRCEU**

Substituir: “foi um dos 20 cidadãos banidos do país”

Por: foi um dos 15 cidadãos banidos do país.



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

DIREITOS DA MULHER
O QUE PENSAM OS PARLAMENTARES

Brasília-DF, 1993

Copyright by CFEMEA

Permitida a reprodução do todo ou parte, desde que citada a fonte

Impresso no Brasil

DIREITOS DA MULHER-O QUE PENSAM OS PARLAMENTARES

Coordenação:

Colegiado do CFEMEA

Coordenação Técnica:

Guacira César de Oliveira

Análise Qualitativa:

Rita Laura Segato

Pesquisa de Opinião

WHO - Consultoria e Informações de Mercado

Editoração Gráfica:

Luis Gustavo de Oliveira Pedroza

Direitos da Mulher - O Que Pensam os Parlamentares - Brasília, DF, Brasil:
Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, 1993

p.

1. Mulher, 2. Constituição 1988 - Revisão, 3. Mulher - Legislação, 4. Mulher -
Saúde, 5. Mulher - Trabalho, 6. Mulher - Código Civil, 7. Mulher - Código Penal,
8. Legisladores - Brasil - Atitudes
I - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. II- Título

SUMÁRIO

I. CARTA ÀS(AOS) LEITORAS(ES)	5
II. AGRADECIMENTOS	7
III. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	9
OBJETIVO	
METODOLOGIA DA PESQUISA DE OPINIÃO	
IV. OPINIÃO POLÍTICA E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER : LEITURAS CRUZADAS (Rita Segato)	
INTRODUÇÃO	13
Parte 1 - PRINCIPAIS TENDÊNCIAS CONSTATADAS	
- Trabalho	16
- Violência	28
- Saúde	35
- Direitos Civis	39
Parte 2 - CONSTITUIÇÃO OU LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA?	44
Parte 3 - ANÁLISE DETALHADA DE ALGUMAS QUESTÕES MAIS SIGNIFICATIVAS	
- Estabilidade da mulher gestante	51
- Penalização da discriminação por sexo no mercado de trabalho	52
- Incentivos específicos ao mercado de trabalho da mulher	56
- Conceituação do estupro na lei	58
- Violência psicológica contra o cônjuge	59
- Criminalização do estupro do cônjuge	61
- Ação do SUS no planejamento familiar	63
- Atribuições do SUS nos casos de aborto legal	65
- A união estável independente de co-habitação	71
CONCLUSÕES	74
V. PERFIL PARLAMENTAR E POSIÇÃO POLÍTICA SOBRE OS DIREITOS DA MULHER	
Acre	81
Alagoas	93
Amapá	101

Amazonas	111
Bahia	121
Ceará	169
Distrito Federal	179
Espírito Santo	195
Goiás	207
Maranhão	221
Mato Grosso	239
Mato Grosso do Sul	253
Minas Gerais	263
Pará	321
Paraíba	339
Paraná	355
Pernambuco	389
Piauí	414
Rio Grande do Norte	427
Rio Grande do Sul	437
Rio de Janeiro	467
Rondônia	523
Roraima	533
Santa Catarina	541
São Paulo	565
Sergipe	625
Tocantins	633

VI. ANEXOS

I - Relação deputados X resposta à pesquisa	649
II - Relação senadores X resposta à pesquisa	661
III- Relação deputados com endereço	663
IV- Relação senadores com endereço	674

VII. BIBLIOGRAFIA	677
--------------------------------	------------

VIII. O QUE É O CFEMEA	679
-------------------------------------	------------

IX. ÍNDICE	681
-------------------------	------------

I. CARTA ÀS(AOS) LEITORAS(ES):

Este livro dirige-se às mulheres brasileiras, suas organizações e aos parlamentares.

O CFEMEA busca com esta publicação cumprir com um de seus objetivos: o de informar as organizações de mulheres sobre o posicionamento dos parlamentares nas questões que nos afetam mais diretamente, além de levar ao cenário político as reivindicações do movimento em matéria legislativa.

Concluídos 5 anos de promulgação da Constituição sem que a maioria de nossos direitos tenham sido regulamentados, e em plena Revisão Constitucional, acreditamos ser esta uma boa oportunidade para o lançamento de **Direitos da Mulher - O Que Pensam os Parlamentares**, na medida que a informação é instrumento básico para a intervenção neste processo. Procuramos antecipar como nossos representantes se posicionam diante de propostas para a lei ordinária que visam uma sociedade livre de discriminações sexistas e, ainda, como pensam tratar os nossos direitos na Revisão, cujos processos de instalação, amplitude e oportunidade foram questionados.

Nós mulheres somos 52% da população brasileira e apenas 5,7% do Congresso Nacional. Como maioria da população, interferimos decisivamente na escolha de deputados(as) e senadores(as), que poderiam, teoricamente, contribuir com a proposição e aprovação de leis que perseguissem nosso objetivo maior: de eliminação das discriminações à mulher e de respeito às diferenças, sem transformá-las em desigualdades.

Quando elegemos um(a) parlamentar, estamos escolhendo alguém para, em nosso nome, promover estas e tantas outras mudanças no conteúdo das normas legais do Brasil. Entretanto, nem sempre nossas expectativas são atendidas.

Falta informação. A questão da discriminação sexista e dos direitos das mulheres são relegadas a um segundo plano nas campanhas eleitorais. Ao contrário das questões classistas, as de gênero, em muitos partidos políticos não estão claramente definidas nos programas e plataformas políticas das agremiações partidárias, tornando mais arriscada a nossa escolha. Neste sentido, consideramos que "**Direitos da Mulher - O Que Pensam os Parlamentares**" é um subsídio importante para os

congressistas sensíveis à problemática e um instrumento que facilita o debate político-partidário deste tema.

Neste livro, estamos informando a posição de 243 parlamentares sobre as questões cruciais para o movimento de mulheres, e avaliando a condução partidária, política, econômica e regional dada a cada uma delas. Informamos ainda, quem, em cada estado, não respondeu ao questionário.

Estamos certas da importância deste trabalho, que instiga o debate sobre o tratamento dispensado pelos nossos representantes a temas que interessam a 52% da população brasileira e envolvem toda a sociedade.

Esperamos que em seu grupo autônomo, comissão sindical, departamento partidário, organização governamental ou não-governamental, vocês possam, com estas informações, contribuir para a melhor condução da ação política das mulheres no que se refere à Revisão Constitucional, à legislação ordinária, e às eleições do próximo ano.

Reúnam-se com suas companheiras, organizem debates, reflitam sobre os resultados aqui apontados, ampliem a discussão, reproduzam a informação e contem com o CFEMEA, porque estamos juntas na luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens.

Colegiado do CFEMEA

II - AGRADECIMENTOS

Para que o CFEMEA pudesse publicar este livro muitas mãos trabalharam e agradecemos à todos que contribuíram para a conclusão de **Direitos da Mulher - O Que Pensam os Parlamentares**.

Nossos agradecimentos:

- Aos 24 parlamentares formadores de opinião que nos cederam pelo menos uma hora do seu precioso tempo em entrevista que fundamentou o estudo exploratório, a partir do qual pudemos prosseguir e elaborar o questionário final da pesquisa de opinião. São eles(as): Deputada Ângela Amin, Senador Almir Gabriel, Deputada Benedita da Silva, Senador Carlos Patrocínio, Deputado Costa Ferreira, Deputado Eduardo Jorge, Deputado Elias Murad, Senadora Eva Blay, Deputado Hélio Bicudo, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Deputado João de Deus Antunes, Deputado José Genoíno, Senador Jutahy Magalhães, Deputada Luci Choinacki, Deputada Maria Luíza Fontenele, Senador Mário Covas, Deputado Mavíael Cavalcante, Deputado Max Rosenmann, Senador Néelson Carneiro, Deputado Néelson Jobim, Deputado Paulo Paim, Deputada Rita Camata, Deputado Roberto Magalhães e Deputado Sérgio Arouca;
- Aos 243 parlamentares que responderam à nossa pesquisa;
- À professora Rita Segato que, dedicadamente nos acompanhou nesta trajetória, assessorando nossos trabalhos e analisando qualitativamente os dados obtidos a partir da pesquisa;
- À equipe da WHO, especialmente à Regina Santos, que nos deu assessoria técnica durante todo o trabalho;
- À CAPSoftware que, gentilmente, nos cedeu o seu "Guia do Congresso Nacional, para que pudessemos informar às (aos) leitoras(es) o perfil político e a base eleitoral de cada um dos parlamentares;
- À Fundação Ford, Fundação MacArthur, UNICEF e UNIFEM que nos apoiaram financeiramente na realização desta pesquisa;
- Aos professores Klaas Jonge e Mostafa Amin, que atenderam aos nossos pedidos de socorro na análise das tabulações; e
- Aos funcionários do CFEMEA, que direta e indiretamente colaboraram para a conclusão desta jornada.

Colegiado do CFEMEA

III - APRESENTAÇÃO

OBJETIVO

O CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, pretende com **Direitos da Mulher - o que pensam os parlamentares** colocar à disposição das(os) leitoras(es) uma lente feminista para observar o Congresso Nacional do ponto de vista dos direitos da mulher.

Convictas da importância do momento político que vive a sociedade brasileira e certas do pouco amadurecimento da temática da mulher por muitos parlamentares, desde 1992 o CFEMEA definiu que realizaria esta pesquisa de opinião, posto que a maior parte dos nossos direitos constitucionalmente garantidos ainda não foram regulamentados, e que já está instalada a Revisão Constitucional, apesar dos questionamentos quanto a sua oportunidade e amplitude.

Este trabalho é constituído, em primeiro lugar, de uma análise das principais tendências políticas e partidárias atuantes no Congresso Nacional, constatadas a partir de pesquisa de campo sobre os direitos da mulher. Num segundo momento, as(os) leitoras(es) terão a informação individualizada quanto ao perfil político e as respostas que cada parlamentar deu ao questionário da pesquisa de opinião.

Acreditamos que, conhecendo o caminho e os obstáculos por onde terão que passar os nossos direitos legais, teremos melhores condições de realizar nossa trajetória com êxito. **Direitos da Mulher - o que pensam os parlamentares** pretende ser um guia do movimento frente ao Congresso Nacional e o Congresso Revisor.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE OPINIÃO

Para a realização da pesquisa de opinião, o CFEMEA contratou a WHO - Informações e Mercado, empresa com a qual trabalhamos em conjunto durante toda a pesquisa. Este trabalho foi realizado em duas etapas. A primeira delas consistiu na identificação de tendências e posicionamentos de 24 parlamentares formadores de opinião no Congresso Nacional sobre temas ligados à mulher. Nesta etapa foram realizadas entrevistas em profundidade com os parlamentares, a partir de roteiro definido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e todas foram documentadas e analisadas qualitativamente em relatório que apontou os diversos enfoques associados à questão da mulher.

A partir deste relatório, definimos o questionário, de caráter quantitativo, que foi adotado na segunda etapa da pesquisa, onde adotou-se a técnica de survey junto a todos parlamentares. Foram utilizados questionários estruturados, com perguntas fechadas, visando identificar a concordância ou discordância do congressista frente aos temas pesquisados.

A segunda etapa teve início em 11 de agosto e foi projetada com o objetivo de contemplar a opinião da totalidade dos parlamentares. Para tanto, o CFEMEA enviou a todos os congressistas um questionário da pesquisa, acompanhado de correspondência do CFEMEA, que explicava os objetivos do trabalho e informava o prazo para devolução das respostas, que poderiam ser feitas através de auto-preenchimento ou com a colaboração de pesquisadores.

Durante o período de aplicação deste questionário, a equipe de pesquisadores ficou no Congresso Nacional à disposição dos parlamentares, enquanto outra equipe de apoio contatava os gabinetes dos deputados e senadores, por telefone, para prestar esclarecimentos, checar e controlar distribuição e devolução dos questionários.

Em 17 de setembro, uma nova correspondência do CFEMEA informava da prorrogação do prazo para devolução dos questionários até o dia 29 de setembro e reforçava a solicitação original.

Na data prevista os trabalhos de campo foram concluídos, os questionários recolhidos, contabilizando os seguintes resultados:

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO DOS PARLAMENTARES NA PESQUISA

	nº absoluto	%
Parlamentares que responderam à pesquisa	243	42
Parlamentares que justificaram a recusa	112	19
Parlamentares que não responderam	228	39
TOTAL	583	100

O conjunto dos parlamentares que responderam à pesquisa (243) efetiva uma amostra estatisticamente representativa do Congresso Nacional, garantindo, com um nível de confiança de 95% um erro amostral não superior a 2,5% para as inferências a serem realizadas a partir dos resultados globais da amostra.

Veja abaixo a comparação, em termos relativos, entre a composição do Congresso Nacional, ao nível regional, estadual e partidário, e a da contemplada pela amostra da pesquisa.

TABELA 2
COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL E DA AMOSTRA,
POR ESTADO
(em %)

Estados	Congresso	Amostra
Acre	1,9	2,1
Alagoas	2,0	1,2
Amapá	1,9	1,6
Amazonas	1,9	1,6
Bahia	7,2	8,7
Ceará	4,3	1,6
Distrito Federal	1,9	2,9
Espírito Santo	2,2	1,6
Goiás	3,4	2,5
Maranhão	3,6	3,3
Mato Grosso	1,9	2,5
Mato Grosso do Sul	1,9	1,6
Minas Gerais	9,6	10,3
Pará	3,4	2,9
Paraíba	2,6	2,9
Paraná	5,6	5,8
Pernambuco	4,8	5,4
Piauí	2,2	2,1
Rio de Janeiro	8,4	10,3
Rio Grande do Norte	1,9	1,6
Rio Grande do Sul	5,8	5,4
Rondônia	1,9	1,6
Roraima	1,9	1,2
Santa Catarina	3,2	3,3
São Paulo	10,8	12,0
Sergipe	1,9	1,2
Tocantins	1,9	2,5

Embora alguns estados apresentem uma participação superior àquela existente no Congresso Nacional, dada a sua dimensão, esta diferença não afeta ou compromete a representatividade da amostra.

TABELA 3
COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL E DA AMOSTRA,
POR REGIÃO (Em %)

Regiões	Congresso	Amostra
Norte	14,7	14,5
Nordeste	30,5	27,8
Centro Oeste	9,1	10,4
Sudeste	31,0	31,5
Sul	14,7	15,7

TABELA 4
COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL E DA AMOSTRA,
POR PARTIDO (Em %)

Partido	Congresso	Amostra
Bloco PFL	23,9	21,9
PMDB	21,8	16,9
PPR	12,8	12,4
PSDB	9,2	7,8
PP	7,3	6,2
PDT	6,3	7,0
PT	6,1	12,8
PRN	2,6	3,3
PL	2,7	2,5
PSB	1,6	2,1
PCdoB	1,2	2,9
PSD	3,1	0,8
PPS	0,5	1,2
PV	0,2	0,4
PRONA	0,2	0,4
PSTU	0,2	0,4

As tabulações que fundamentaram a análise da pesquisa estão disponíveis no CFEMEA para consulta. Nas próximas páginas, a sua disposição, está o resultado de mais de um ano de trabalho do CFEMEA, para subsidiar a nossa luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Guacira César de Oliveira
 CFEMEA

IV. OPINIÃO POLÍTICA E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER: LEITURAS CRUZADAS

INTRODUÇÃO

Nossa análise constitui-se de três partes e uma conclusão que resume as principais tendências verificadas no decorrer do estudo. A primeira parte coloca ao alcance das (os) leitoras (es) um resumo das principais tendências constatadas na pesquisa, através do exame das freqüências totais favoráveis às nossas reivindicações nos quatro grandes temas abordados: trabalho, violência, saúde e direitos civis. A segunda parte examina separadamente todas aquelas perguntas que visam obter a opinião dos parlamentares a respeito de quais direitos devem ser assegurados à mulher na Constituição e quais em leis ordinárias. Finalmente, a terceira parte centra-se nos resultados obtidos para algumas perguntas escolhidas como mais indicativas de um verdadeiro termômetro das tendências do Congresso Nacional em relação às questões de interesse das mulheres.

No decorrer da análise fazemos um exame das freqüências de respostas, qualificadas por bancadas de:

- 1) Auto-definição política: direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda.
- 2) Auto-definição econômica: liberal, neo-liberal, social-democrata, socialista e comunista.
- 3) Região: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul.
- 4) Partido político: embora sejam dezenove os partidos políticos representados no Congresso Nacional, foram escolhidos, para uma análise mais pormenorizada, só oito partidos por constituírem perfis claramente reconhecíveis na cenário político nacional e cobrirem a totalidade do espectro político-ideológico: PPR, PP, PFL, PMDB, PSDB, PT, PCdoB e PPS.

Procuramos identificar nas tabelas as tendências de resposta para as seguintes questões:

- 1) Existência de correspondência ou não entre posições progressistas em termos de auto-definição política, auto-definição econômica, e partido político e respostas favoráveis aos direitos das mulher.
- 2) Coerência ou não das respostas dadas nos diferentes blocos de perguntas por uma mesma bancada de auto-definição política, auto-definição

econômica, região e partido político.

3) Influência de posições políticas e econômicas - como, por exemplo, liberalismo e neo-liberalismo - no tipo de respostas dadas a respeito de perguntas tais como as que envolvem a possibilidade de ônus para o Estado.

Dedicamos atenção especial aos casos de inversões ou mudanças inesperadas na tendência de opinião de uma mesma bancada para temas afins, assim como às percentagens, altas ou baixas, destoantes com o perfil dominante para uma dada pergunta ou perguntas afins.

Avaliamos na leitura de cada tabela de resultados:

1) O grau de consenso ou discordância vertical, entre as diferentes bancadas, ou seja, se as percentagens relativas mantêm ou não um perfil semelhante através de todos os grupos de opinião envolvidos, isto é, por auto-definição política, por auto-definição econômica, por partido político e por região.

Nos casos de inexistência de consenso entre bancadas ou grupos de opinião, procuramos identificar onde se localizam os maiores hiatos separando e distinguindo uma bancada das outras.

2) O grau de consenso ou discordância horizontal, dentro de cada uma das bancadas, isto é, se há grande polarização no número de respondentes para as diferentes alternativas, indicando consenso; ou se as percentagens estão distribuídas de forma homogênea entre as alternativas sugeridas na pergunta, implicando a ausência de consenso.

Neste último caso, consideramos importante verificar se o número de indecisos, ou seja, sem opinião formada foi alto ou baixo, possibilitando inverter, posteriormente, a tendência manifestada pelos que deram uma resposta definida à pergunta. Desta forma, procuramos identificar onde existem impasses e brechas pelas quais o movimento de mulheres pode intensificar a sua atuação.

A pergunta pelo consenso dentro da bancada e, em especial, dentro dos partidos pôde, por sua vez, ser invertida, no sentido de que ela nos fala indiretamente sobre o grau de coesão ideológica da agrupação, isto é, sobre sua organicidade enquanto bancada, informando até que ponto dentro dela foram também discutidas as políticas que têm relação com os interesses da mulher. Trata-se, na verdade, de saber se a bancada em questão age como um ator político constituído neste campo ou não. Quais bancadas conseguem sê-lo e em que medida?

Por último, é importante advertir às (aos) leitoras (es) que, embora os resultados obtidos mostrem uma tendência bastante generalizada a nosso favor, indicando simpatia para nossas reivindicações por parte dos respondentes, faz-se necessário perceber a existência de respostas ambíguas

ou de conveniência. Estes tipos de respostas, quando lidas literalmente, apresentam-se favoráveis a nós; porém, elas trazem como sub-texto uma dificuldade muito grande na sua regulamentação, que poderá vir a ameaçar sua vigência efetiva. Na verdade, representam alternativas intermediárias e menos eficazes do que as medidas mais enérgicas que deveriam ser tomadas para incidir, de maneira eficiente, na situação das mulheres na sociedade brasileira.

Por essa razão, uma vez mais neste caso, é possível introduzir uma inversão em algumas respostas obtidas, mostrando que elas falam não só sobre os direitos e obrigações que os parlamentares acreditam adequados, mas que, por trás disto, elas formulam opiniões sobre a própria lei e seu papel **vis-à-vis** à sociedade nacional. Descobre-se, assim, que a lei é concebida, em muitos casos, não como um instrumento contundente para encaminhar o comportamento dos cidadãos, mas como uma declaração de princípios, uma representação de um certo perfil ideal da Nação, um vago desiderato, no melhor dos casos ditado pelas boas intenções mas marcado, de início, por uma incapacidade de agir de fato, uma impotência congênita. Em alguns casos, o próprio movimento social pareceria ter feito suas adaptações a um princípio de aceitabilidade que contempla justamente este caráter da lei, sacrificando posturas mais firmes àquilo que, na hora, se apresenta como possível.

Para a tendência geral a nosso favor verificada ao longo da pesquisa, deve ter contribuído, ainda, o papel esclarecedor e conscientizador que a própria pesquisa teve perante os parlamentares que com ela colaboraram. Não é impossível supor que o elenco de questões, explicitando, de forma organizada, as reivindicações das mulheres, teve um efeito informativo e também persuasivo nos respondentes.

Não é de desprezar, também, o fato de que, embora o universo da pesquisa tenha sido a totalidade do Congresso Nacional, a amostra ficou definida, em última instância, por respondentes voluntários e, apesar de terem sido recolhidas opiniões adversas em todas as questões, o predomínio de respostas favoráveis, inclusive para os temas mais complexos, pode ter resultado do fato de que a maior parte dos respondentes foram aqueles parlamentares, em cada bancada e setor político-ideológico, que se sentem mais confortáveis com a temática dos direitos da mulher por terem refletido sobre os mesmos.

Parte 1 - PRINCIPAIS TENDÊNCIAS CONSTATADAS NA PESQUISA

TRABALHO

A pesquisa trouxe-nos resultados inequivocamente favoráveis em praticamente todas as questões. Listamos a seguir as frequências totais favoráveis às nossas reivindicações de maneira a familiarizarmos, de início, com o perfil geral dos resultados obtidos no bloco dos direitos trabalhistas. Após a avaliação das forças com as quais, de acordo com esta pesquisa, contamos para cada bloco temático, tentaremos identificar, também, de onde se originaram as percentagens desfavoráveis às nossas propostas e onde se localizaram as maiores margens de indefinição.

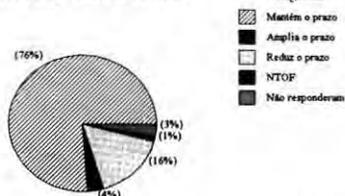
O bloco de perguntas sobre direitos trabalhistas abrange, na realidade, duas grandes temáticas, uma que diz respeito aos direitos de estabilidade e licenças, e outra que trata da proteção da mulher no mercado de trabalho mediante leis que incentivem a contratação de mulheres ou que as protejam das diferentes formas de discriminação no emprego.

No primeiro grupo de questões, 79% dos parlamentares manifestaram-se a favor da estabilidade da gestante (destes, 74% foram pela manutenção do prazo atual, de até 5 meses após o parto, e 6% pela sua ampliação).

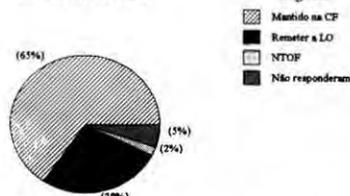


Com relação à licença gestante à mulher trabalhadora, 80% dos parlamentares posicionaram-se de maneira favorável à licença (76% com o prazo consignado na Constituição, de 120 dias, e 4% ampliando-o).

Licença Maternidade 120 dias

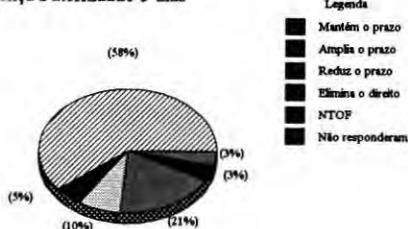


Este direito deve ser:

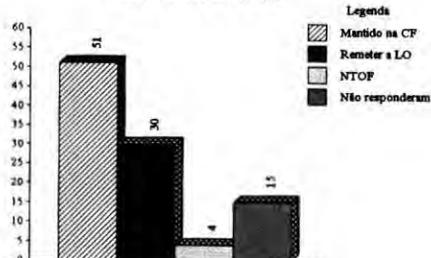


Quanto à licença-paternidade, 63% dos parlamentares manifestaram-se favoráveis à licença (58% mantendo os 5 dias previstos na Constituição Federal e 5% ampliando-o).

Licença Paternidade 5 dias

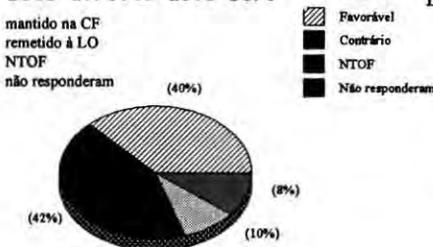


Este direito deve ser:

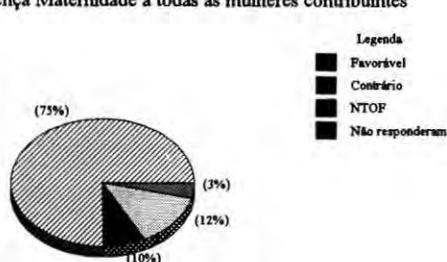


No caso da concessão de licença-maternidade para todas as mulheres contribuintes da previdência social, independente de terem ou não vínculo empregatício, 76% dos parlamentares posicionaram-se favoravelmente.

Este direito deve ser:



Licença Maternidade a todas as mulheres contribuintes

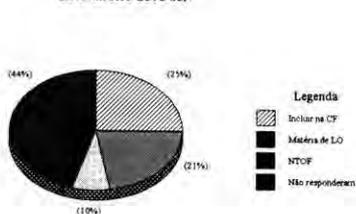


Quanto à licença-maternidade para a mãe adotiva, 65,5% dos parlamentares aprovariam algum período de licença, sendo que 39% concederiam o mesmo prazo da licença gestante, ou seja, 120 dias.

Licença Maternidade em caso de adoção

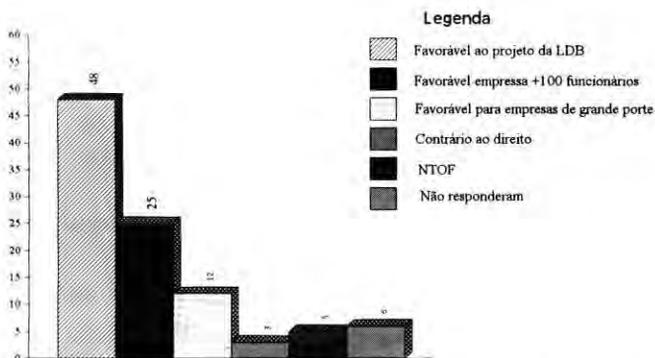


Este direito deve ser:



No que se refere à creche e pré-escola para os filhos de trabalhadores, homens e mulheres, conforme preconizado pela atual Constituição, 85% dos parlamentares colocaram-se a favor deste direito (distribuídos em 48% que o demandariam de empresas com mais de 30 empregados, com exceção das micro-empresas, 25% que exigiriam este direito de empresas com mais de 100 funcionários e 12% somente de empresas de grande porte).

Creche e pré-escola para filhos de funcionários (homens ou mulheres)

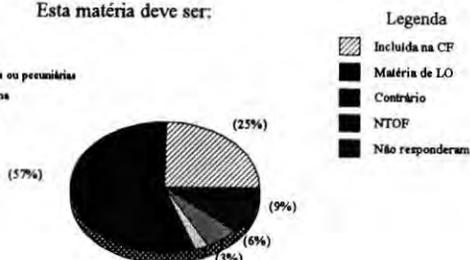


Com relação à participação da mulher no mercado de trabalho, 82% dos parlamentares legislarão por alguma forma de punição para a discriminação por sexo no emprego, sendo que 39,5% deles criminalizariam este tipo de discriminação.

Discriminação de sexo pelos empregadores

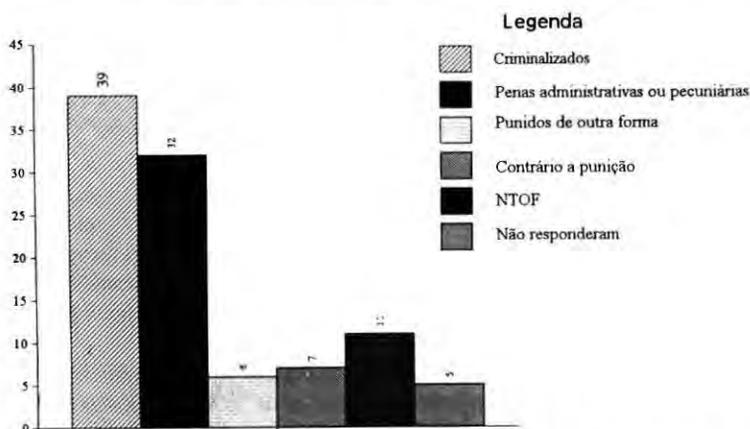


Esta matéria deve ser:



Cerca de 77% dos parlamentares estariam dispostos a punir - com diferentes modalidades de penalização - a exigência, por parte do empregador, de teste negativo de gravidez ou de atestado de esterilização, por ocasião da admissão ou para manutenção do emprego. Destes, 39% criminalizariam os empregadores que assim procedessem.

Exigência de Atestado Gravidez ou Esterilização



Ainda no que se refere à discriminação da mulher no mercado de trabalho, 86% dos parlamentares votariam favoravelmente por uma ou outra maneira de penalizar o assédio sexual, sendo que 43,2% deles criminalizariam este tipo de discriminação.

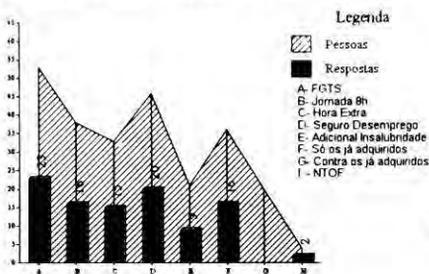
Assédio sexual no trabalho



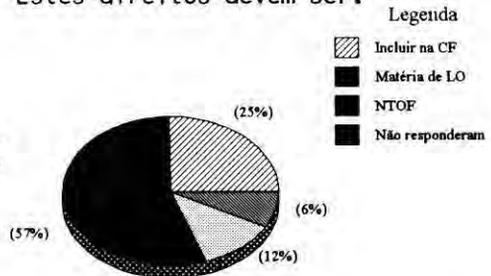
No que diz respeito à proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos, conforme assegurado na Constituição Federal, 56% dos parlamentares manifestaram-se a favor de um ou mais tipos de incentivo à mão-de-obra feminina no mercado de trabalho (1).

Com relação aos direitos dos trabalhadores domésticos, 56% dos parlamentares colocaram-se a favor da concessão de, pelo menos, um novo direito à categoria(2).

Direitos trabalhistas aos empregados domésticos



Estes direitos devem ser:



1 A pergunta pelos incentivos foi formulada na modalidade de múltipla escolha, portanto esse número resulta da subtração do total da amostra (100%), da soma das percentagens de respondentes que foram contrários aos incentivos (16%), sem opinião formada (22%) ou que não responderam (6%). A percentagem restante corresponde àqueles que optaram por pelo menos uma forma de incentivo.

2 Como a anterior, esta pergunta também deu oportunidade aos respondentes de fazer escolhas múltiplas entre as alternativas oferecidas. O índice de 56% de respostas favoráveis a novos direitos resultou da subtração das percentagens de respondentes exclusivamente a favor dos direitos já adquiridos (36%), contrários aos direitos já adquiridos (0,4%), sem opinião formada (4%) e não respondentes (4%)

Portanto, na área relativa aos direitos no trabalho, obtivemos em todos os casos índices superiores a 50% de parlamentares simpáticos aos direitos que interessam às mulheres. As questões menos favorecidas foram:

- a que diz respeito aos incentivos ao mercado de trabalho, onde a percentagem de respostas contrárias foi relativamente alta (16%) e a indefinição foi muito elevada (22%);

- a que trata da concessão de novos direitos aos empregados domésticos, com 36% pela preservação da lei atual, 0,4% pela eliminação dos direitos já adquiridos e 3,7% sem opinião formada; - a que indaga sobre o direito à licença- maternidade nos casos de adoção, com 20% de respostas contrárias e 11,5% de indefinição; e

- a relativa à licença-paternidade, com 21% dos parlamentares a favor da eliminação do direito e 10% pela redução do prazo desta licença.

Resulta esclarecedor localizar os redutos de maior resistência nos casos de perguntas cuja resposta foi francamente favorável, assim como identificar as fontes de apoio com que contamos nas questões onde verificamos maiores dificuldades de aceitação por parte dos parlamentares que responderam à pesquisa.

No primeiro caso, constata-se que a punição do assédio sexual, que encontrou grande simpatia entre os entrevistados, enfrentou alguma resistência por parte de parlamentares de Centro, distribuídos entre Liberais e Sociais-democratas, distribuídos, por sua vez, homoganeamente em dois dos partidos escolhidos para esta análise: PFL e PPR, e provenientes das Regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Tabela I - O assédio sexual deve ser:

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Criminalizado	50,0	33,3	26,0	54,5	64,2	42,9	45,3
Pena pecuniária							
ou administrativa	37,5	44,1	34,2	27,3	26,4	28,6	31,1
Punido de outra forma	12,5	11,1	23,3	13,6	7,5	0	14,7
Contrário à punição	0	0	4,1	0	0	0	1,3
NTOF	0	11,1	12,3	4,5	1,9	28,6	7,6
Part. Bancada(*)	3,6	8,0	32,4	29,3	23,6	3,1	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

3- auto-definição política: D: direita / CD: centro-direita / C: centro / CE: centro-esquerda / E: esquerda / O : outra.

Auto-definição Económica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Criminalizado	39,7	18,2	47,7	63,6	40,0	25,0	45,9
Pena pecuniária ou administrativa	28,6	36,4	30,2	18,2	60,0	37,5	29,3
Punido de outra forma	15,9	27,3	14,0	11,4	0	37,5	14,9
Contrário à punição	3,2	0	1,2	0	0	0	1,4
NTOF	12,7	18,2	7,0	6,8	0	0	8,6
Part. Bancada(*)	28,4	5,0	38,7	19,8	4,5	3,6	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

auto-definição económica: L: liberal / NL: neo-liberal / SD: social-democrata / S: socialista / C: comunista / O: outra.

A penalização da discriminação por sexo no emprego, também apoiada por uma grande maioria dos entrevistados, encontrou algumas vozes contrárias entre os parlamentares que se auto-definiram politicamente como de Centro, seguidos pelos de Centro-esquerda e logo de Direita e Centro-direita, distribuídos de maneira homogênea entre Liberais e Sociais-democratas, nos partidos PMDB, PPR, PSDB, PFL e PP, e com presença em todas as regiões, embora com um peso relativamente maior nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste e mínima expressividade na Região Sul.

Tabela II - Os empregadores que praticarem qualquer tipo de discriminação por motivo de sexo na contratação, manutenção do emprego ou ascensão profissional devem ser:

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Criminalizados	25,0	26,3	22,2	39,4	81,5	28,6	42,0
Penalizados pecuniária ou administrativamente	25,0	36,8	40,3	42,4	14,8	42,9	34,1
Punidos de outra forma	37,5	15,8	16,7	7,6	3,7	0	11,1
Contrário à punição	12,5	5,3	8,3	4,5	0	14,3	5,3
NTOF	0	15,8	12,5	6,1	0	5,9	7,5
Part. Bancada(*)	3,5	8,4	31,9	29,2	23,9	3,1	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Criminalizados	24,2	27,3	32,2	77,8	100,0	12,5	41,3
Penalizados pecuniária ou administrativamente	33,9	36,4	47,1	13,3	0	62,5	34,5
Punidos de outra forma	17,7	27,3	8,0	4,4	0	25,0	11,2
Contrário à punição	9,7	0	6,9	0	0	0	5,4
NTOF	14,5	9,1	5,7	4,4	0	0	7,6
Part. Bancada(*)	27,8	4,9	39,0	20,2	4,5	3,6	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Com relação ao direito já conquistado e amplamente aceito da licença gestante, embora ninguém tenha se manifestado a favor da sua eliminação, houve parlamentares de Centro, Centro-esquerda, Centro-direita e Direita que sugeriram a redução do prazo atual. Estes se distribuíram principalmente entre Liberais e Sociais-democratas, com um pequeno complemento entre os Neo-liberais, e principalmente nos partidos PMDB, PPR e PFL, mas também com certa incidência no PSDB. Estas escolhas negativas tiveram peso maior nas Regiões Sudeste e Nordeste, seguidas pelo Norte e Centro-Oeste, e quase não encontraram eco na Região Sul.

No caso semelhante, e também majoritariamente defendido por parlamentares de todos os setores, da estabilidade da mulher gestante até cinco meses depois do parto, observamos que o único parlamentar que propôs eliminar o direito é de Centro-direita, Liberal na sua postura econômica, do PPR e representante de um estado do Sudeste. Quanto à minoria que apoia a redução do prazo de garantia de estabilidade, ela provem do Centro, Centro-esquerda, Centro-direita e Direita, nesta ordem; distribuindo-se entre Liberais, Neo-liberais e Sociais-democratas e, entre os partidos selecionados para esta análise, no PPR, PFL, PMDB, PSDB e PP. Finalmente, embora presente em todas as regiões, tem sua mínima representação na Região Sul, com um único parlamentar.

Tabela III - A estabilidade da mulher gestante, desde o reconhecimento da gravidez até cinco meses após o nascimento da criança.

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Mantem o prazo	75,0	72,2	76,4	81,5	80,0	57,1	77,8
Amplia o prazo	0	0	0	3,1	20,0	14,3	6,2
Reduz o prazo	12,5	16,7	20,8	12,3	0	28,6	12,9
Elimina o direito	0	5,6	0	0	0	0	0,4
NTOF	12,5	5,6	2,8	3,1	0	0	2,7
Part. Bancada(*)	3,6	8,0	32,0	28,9	24,4	3,1	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Mantem o prazo	76,7	72,7	72,7	87,0	80,0	100,0	77,9
Amplia o prazo	0	0	5,7	13,0	20,0	0	5,9
Reduz o prazo	18,3	27,3	17,0	0	0	0	13,1
Elimina o direito	1,7	0	0	0	0	0	0,4
NTOF	3,3	0	4,5	0	0	0	2,7
Part. Bancada(*)	27,0	5,0	39,6	20,7	4,5	3,2	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Invertendo o sentido da nossa busca, indagamos, agora, além dos núcleos de maior resistência, a localização dos parlamentares sensíveis aos direitos da mulher ainda nas questões trabalhistas que obtiveram menor número de adesões.

Na pergunta pelos incentivos ao emprego de mão-de-obra feminina, que recebeu a maior resistência por parte dos parlamentares que responderam à pesquisa, constatamos uma distribuição bastante homogênea e consensual através dos diferentes setores ideológicos, não se destacando nenhum deles como particularmente aliado aos nossos interesses.

Para esta questão, até bancadas partidárias geralmente coesas como a do PCdoB e a do PPS hesitaram e apresentaram percentagens de NTOF, embora nenhum representante destas duas bancadas tenha se posicionado contrário ao direito.

Os índices mais significativos contra este direito ocorreram por conta das bancadas de Centro e Centro-direita; contudo, até na Esquerda houve parlamentares contrários à concessão de incentivos, e em todas as bancadas de auto-definição política registramos índices de dúvida maiores de 17%.

Já nas bancadas de auto-definição econômica, a maior oposição ocorreu entre os Neo-liberais, Liberais e Sociais-democratas, seguidos pelos Socialistas. Nos partidos, até no PT houve evidência de oposição a qualquer forma de proteção ao mercado de trabalho da mulher, não ocorrendo evidência disto nas bancadas do PCdoB nem do PPS. Nas regiões, uma vez mais, foi a Região Sul que teve a menor percentagem relativa de parlamentares contrários à concessão de incentivos mas, ainda ali, houve alguma resistência.

TABELA IV - Incentivos do Mercado de Trabalho da Mulher

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Administrativos	60,0	40,0	32,5	45,2	43,1	28,6	40,5
Fiscais	10,0	15,0	19,5	17,8	24,6	0	19,0
Quotas	10,0	0	6,5	2,7	7,7	14,3	5,6
Contrários	0	20,0	24,7	11,0	7,7	28,6	15,1
NTOF	20,0	25,0	16,9	23,3	16,9	28,6	19,8
Part. Resp. (*)	4,0	7,9	30,6	29,9	25,8	2,8	100,0

(*) Participação sobre o total de respostas

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Administrativos	43,9	25,0	38,8	38,5	58,3	33,3	40,2
Fiscais	15,2	8,3	20,4	23,1	16,7	33,3	19,3
Quotas	4,5	8,3	2,0	7,7	8,3	11,1	4,8
Contrário	19,7	33,3	15,3	9,6	0	0	14,9
NTOF	16,7	25,0	23,5	21,2	16,7	22,2	20,9
Part. Resp. (*)	26,5	4,8	39,4	20,9	4,8	3,6	100,0

(*) Participação sobre o total de respostas

No que diz respeito ao tema da extensão dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos, é importante notar que, considerando todos os direitos envolvidos, incluindo a preservação dos direitos já assegurados à categoria na Constituição Federal(4), encontramos a percentagem muito favorável de 92% de parlamentares a favor de algum tipo de direito trabalhista para os empregados domésticos. Contudo, quando se trata de avaliar a possibilidade de serem concedidos novos direitos ainda não conquistados por esse categoria, esse índice cai abruptamente para 56% (ver nota 2), novamente um dos mais baixos obtidos para nossas reivindicações em geral. Entre as bancadas de auto-definição política, a nossa maior aliada neste tema foi a Esquerda, mas mesmo dentro desta bancada registramos algumas manifestações contrárias à ampliação dos direitos dos empregados domésticos. Em termos de auto-definição econômica, a bancada mais coesa foi a Comunista, cujos parlamentares pronunciaram-se em bloco por uma ou outra alternativa de ampliação dos direitos para a categoria, deixando nulas

4 A Constituição concede aos empregados domésticos salário mínimo, irredutibilidade do salário, décimo-terceiro salário, repouso semanal remunerado, licença-gestante, licença-paternidade, aviso-prévio, aposentadoria e integração à previdência social.

as opções contrárias assim como a margem de indefinição. Entre os partidos, o PT foi o mais consistente a favor das reivindicações dos empregados domésticos, com as percentagens mais altas e melhor distribuídas entre todas as opções; porém, mesmo no PT encontramos algumas vezes contrárias à concessão de novos direitos. Também o PCdoB e o PPS distinguiram-se com percentagens relativamente favoráveis; contudo, no PCdoB houve grande oscilação entre um forte apoio ao FGTS e ao Seguro Desemprego, pouco apoio à jornada de trabalho de oito horas e pagamento de horas-extras e nenhum apoio para adicionais por atividades insalubres e/ou perigosas. No caso das frequências relativas do PPS, isto se inverteu, e os parlamentares desta bancada mostraram-se relativamente menos favoráveis para com o Seguro Desemprego e os adicionais por atividades insalubres e/ou perigosas.

Apesar do escasso número de parlamentares que compõem as bancadas do PCdoB e do PPS, essas tendências mostram-se significativas pois evidenciam, ainda nesses partidos mais orgânicos, a falta de consenso que caracteriza as questões relativas ao emprego doméstico, derivadas muito possivelmente da pouca reflexão a elas dedicada nos diversos setores da vida política. Nas outras bancadas de auto-definição política, auto-definição econômica, partido e região houve certo apoio para introduzir inovações neste campo, mas não muito decidido. A opção que contou com maior aprovação e relativo consenso através das diferentes bancadas, foi a de acrescentar o FGTS para os empregados domésticos, seguida de perto pelo seguro desemprego.

TABELA V - Direitos do Trabalhador Doméstico

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
FGTS	15,4	29,7	21,9	21,3	24,0	22,2	22,9
Jornada 8h	7,7	10,8	12,4	16,0	20,3	16,7	16,1
Hora Extra	0	8,1	12,4	14,7	18,2	16,7	14,6
Seguro Desemprego	15,4	18,9	16,8	19,3	22,4	33,3	20,1
Adicional Insalubridade	15,4	5,4	5,8	8,0	13,0	5,6	9,1
Só os já adquiridos	46,2	24,3	29,2	17,3	1,6	5,6	15,5
Contrário aos adquiridos	0	0	0,7	0	0	0	0,2
NTOF	0	2,7	0,7	3,3	0,5	0	1,5
Part. Resp. (*)	2,4	6,8	25,0	27,4	35,1	3,3	100,0

(*) Participação sobre o total de respostas

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
FGTS	19,7	22,2	23,5	22,2	33,8	20,0	22,5
Jornada 8h	11,1	18,5	14,5	20,4	18,5	20,0	16,2
Hora extra	6,8	14,8	15,6	17,9	14,8	20,0	14,5
Seguro Desemprego	17,1	18,5	19,0	21,6	25,9	28,0	20,1
Adicional Insalubridade	8,5	3,7	5,6	14,2	7,4	8,0	8,9
Só os já adquiridos	35,0	22,2	19,0	2,5	0	4,0	16,0
Contrário aos adquiridos	0	0	0,6	0	0	0	0,2
NTOF	1,7	0	2,2	1,2	0	0	1,5
Part. Resp. (*)	21,8	5,0	33,3	30,2	5,0	4,7	100,0

(*) Participação sobre o total de respostas

Identificamos números menos decididos a nosso favor também na pergunta sobre a licença-paternidade. Só à maneira de um indicador que permita avaliar quais são os setores mais sensíveis às reivindicações de ordem doméstica que afetam a vida das mulheres, identificamos aqui de onde provêm as raras opiniões -só 5% dos parlamentares que responderam à pesquisa - favoráveis à extensão do prazo da licença-paternidade. De fato, elas vêm em peso da Esquerda, com um único parlamentar de Centro concordando.

Entre as bancadas de auto-definição econômica, este tipo de opinião vem, tomando em conta as proporções relativas de cada grupo, dos Comunistas, Socialistas e, em menor proporção, Sociais-democratas, localizando-se nas bancadas partidárias do PCdoB, PT e, em menor grau, PMDB.

Nas regiões, uma vez mais, é na Região Sul onde, proporcionalmente, registramos maiores índices a favor deste direito, seguida pela Região Sudeste e algumas vozes na Região Nordeste, enquanto ninguém se manifestou neste sentido na Regiões Norte ou Centro-Oeste.

Com o propósito de medir a consistência das bancadas no sentido aludido de uma organicidade em relação à defesa desse tipo de reivindicação, verificamos em qual dessas mesmas bancadas onde obtivemos apoio localizaram-se também vozes contrárias, quer dizer, que se pronunciaram a favor da redução do prazo da licença-paternidade ou mesmo de sua eliminação.

Constatamos, então, que na bancada de Esquerda, de onde vieram a maioria das opiniões favoráveis, não houve nenhum parlamentar que tenha se manifestado pela eliminação do direito mas houve pelo menos uma voz pela redução do prazo; no Centro, única outra bancada de auto-definição política onde obtivemos algum suporte, houve uma proporção relativamente alta de respondentes pela redução do prazo e pela eliminação do direito. Nas bancadas de auto-definição econômica Comunista e Socialista ninguém se pronunciou pela eliminação do direito mas houve expoentes isolados da redução do prazo. O mesmo ocorreu na bancada partidária do PT, não acontecendo nem no PCdoB nem no PPS, onde tanto a redução como a

eliminação foram opções nulas, manifestando-se, uma vez mais, a organicidade destas duas bancadas; em todos os outros partidos políticos onde tivemos algum apoio, este foi ultrapassado por vozes contrárias. Nas regiões foi novamente na Região Sul onde, sempre dentro das proporções internas de cada bancada regional, registramos as menores percentagens tanto pela redução como pela eliminação desse direito.

Tabela VI - Licença paternidade de 5 dias.

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Mantem o prazo	75,0	52,6	45,8	62,1	77,8	50,0	59,9
Amplia o prazo	0	0	1,4	0	20,4	0	5,3
Reduz o prazo	0	21,1	13,9	9,1	1,9	37,5	10,6
Elimina o direito	25,0	21,1	36,1	24,2	0	12,5	21,6
NTOF	0	5,3	2,8	4,5	0	0	2,6
Part. Bancada(*)	3,5	8,4	31,7	29,1	23,8	3,5	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Mantem o prazo	50,8	60,0	55,7	77,8	70,0	87,5	60,7
Amplia o prazo	0	0	2,3	17,8	20,0	0	5,4
Reduz o prazo	12,7	10,0	12,5	2,2	10,0	12,5	10,3
Elimina o direito	33,3	30,0	26,1	0	0	0	21,0
NTOF	3,2	0	3,4	2,2	0	0	2,6
Part. Bancada(*)	28,1	4,5	39,3	20,1	4,5	3,5	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

VIOLÊNCIA

Este bloco inclui dois tipos de questões que envolvem a conceituação legal do estupro e os crimes de violência doméstica. Para estas questões, os índices obtidos apresentaram-se ainda mais consistentes a nosso favor que no bloco relativo ao trabalho.

Na questão sobre a extensão do crime de estupro (que, na legislação atual, faz referência somente à forma vaginal deste abuso) para incluir estupro anal e oral, 79% dos parlamentares manifestaram-se favoravelmente.

Estupro Todas as Formas de Relação Sexual Sob Coação	F.ABS.	%
Vaginal, Anal ou Oral	193	79.4
Apenas Vaginal ou Anal	19	7.8
Apenas Vaginal	5	2.1
Não Tem Opinião Formada	14	5.8
Não Responderam	12	5.8
TOTAL	243	100

A ampliação do conceito de estupro de forma a abranger a violência cometida contra os dois sexos (e não exclusivamente contra as mulheres como atualmente) alcançou 81% de apoio.

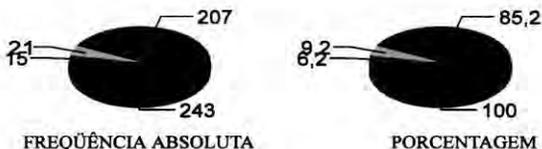
Crime: Estupro de Pessoas de Ambos os Sexos	F.ABS	%
Favorável	196	80.7
Contrária	9	3.7
Não Tem Opinião Formada	24	9.9
Não Responderam	14	5.8
TOTAL	243	100

No que diz respeito à criminalização das diferentes formas de violência doméstica, também obtivemos significativo suporte, mas, em todos os casos, as margens de aprovação foram maiores nos casos de violência contra crianças que naqueles nos quais a vítima é um adulto.

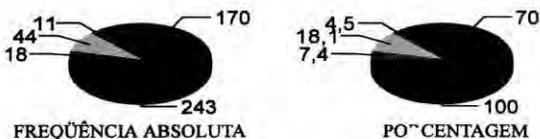
A criminalização da violência familiar sexual e/ou física de adulto contra adulto obteve 85% de respostas favoráveis, com um dos maiores consensos através de todo o espectro político-ideológico evidenciado na ausência absoluta de opiniões contrárias à criminalização (só matizado por um 9% de indefinição e 6% de não respondentes).

Já quando se trata de violência familiar, sexual e/ou física, contra crianças, a percentagem favorável aumenta para 91% e a hesitação diminui.

CRIME: VIOLÊNCIA FAMILIAR - SEXUAL E FÍSICA
ADULTO X ADULTO



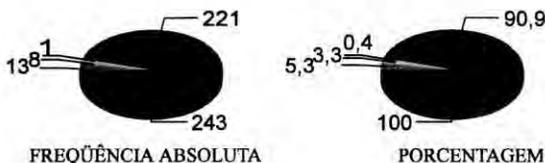
CRIME: VIOLÊNCIA FAMILIAR - PSICOLÓGICA
ADULTO X ADULTO



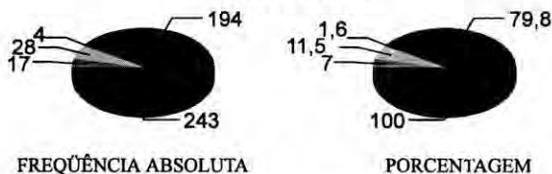
■ FAVORÁVEL ■ CONTRÁRIO ■ NÃO TEM OPINIÃO FORMADA ■ NÃO RESPONDERAM ■ TOTAL

No que se refere à violência psicológica, por intimidação ou perseguição, os percentuais continuam favoráveis, porém em níveis inferiores aos registrados para a violência física e/ou sexual. A violência familiar psicológica de adulto contra adulto obteve só 70% de suporte e um indefinição muito alta, de 18% sem opinião formada, números que se polarizaram ao tratar deste tipo de violência de adulto contra criança, atingindo 80%, com uma indefinição agora menor, de 11,5%.

CRIME: VIOLÊNCIA FAMILIAR - SEXUAL E FÍSICA
ADULTO X CRIANÇA



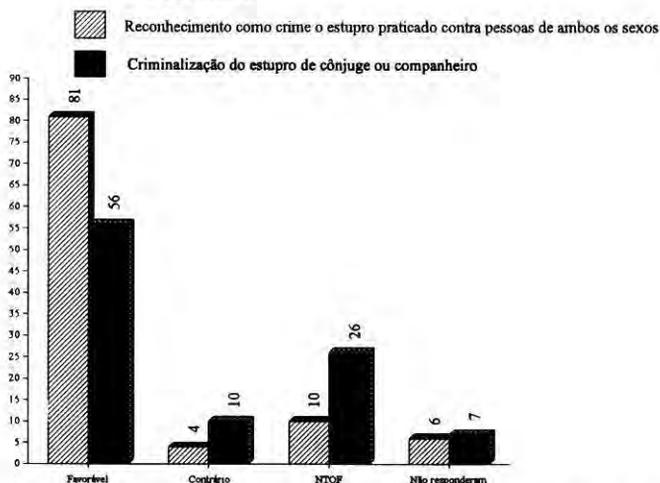
CRIME: VIOLÊNCIA FAMILIAR - PSICOLÓGICA
ADULTO X CRIANÇA



■ FAVORÁVEL ■ CONTRÁRIO ■ NÃO TEM OPINIÃO FORMADA ■ NÃO RESPONDERAM ■ TOTAL

Contudo, os percentuais mais baixos ficaram por conta do estupro de cônjuge mediante constrangimento ou intimidação, que cai para 56%, com índices altíssimos de indefinição atingindo os 26% sem opinião formada.

Legenda



Repetindo aqui o procedimento utilizado no bloco relativo ao trabalho, privilegiamos, nesta análise, os núcleos de resistência nas questões mais favoráveis e os núcleos de suporte nos temas mais controversos, de maneira a fazer emergir alguns contrastes significativos. Os dois extremos dentro do leque de frequências obtidas referem-se à violência dentro do lar. As questões mais favorecidas foram a criminalização da violência sexual e/ou física contra crianças e, logo em seguida, entre adultos. No primeiro caso, percebe-se que a Esquerda foi a única bancada de auto-definição política que respondeu em bloco, coesamente, para os casos envolvendo crianças, enquanto a única voz francamente contrária identifica-se como de Direita. Em termos de auto-definição econômica, os Comunistas, Socialistas e Neoliberais responderam em bloco a favor, sendo um liberal a única voz resistente ao direito. Quanto aos partidos, o parlamentar contrário é do PMDB, e há coesão num leque muito amplo de partidos. Nas regiões, nada se destaca, a não ser o fato de que a única voz discordante vem da Região Norte.

Tabela VII - A violência familiar (praticada por adulto contra criança) deve ser considerada crime quando houver abuso de poder por força física e violência sexual.

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Favorável	85,7	94,7	95,9	95,4	100,0	100,0	96,4
Contrário	14,3	0	0	0	0	0	0,5
NTOF	0	5,3	4,1	4,6	0	0	3,1
Part. Bancada(*)	3,1	8,5	32,6	29,0	23,7	3,1	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Favorável	93,5	100,0	95,3	100,0	100,0	100,0	96,4
Contrário	1,6	0	0	0	0	0	0,5
NTOF	4,8	0	4,7	0	0	0	3,1
Part. Bancada(*)	28,1	5,0	38,9	19,9	4,5	3,6	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

No caso da violência familiar física e/ou sexual entre adultos, apesar das percentagens favoráveis serem altas, os resultados apresentam-se mais variados, mais pelos índices de hesitação do que por causa de respostas francamente contrárias, que, também neste caso, se restringe a uma: um parlamentar de Centro-esquerda, Social-democrata, do PDT e do Sudeste. As percentagens relativas de respondentes sem opinião formada decrescem numa escala bastante homogênea desde a Direita até a Esquerda, onde a tendência se apresenta mínima. Entre as bancadas de auto-definição econômica, a hesitação máxima acontece entre os Neo-liberais, e a única bancada a se pronunciar em bloco, com a totalidade dos seus membros a favor, é, uma vez mais, a Comunista. No caso dos partidos considerados mais relevantes para esta análise, destacam-se o PSDB, o PT, o PCdoB e o PPS por terem votado em bloco em defesa da criminalização da violência doméstica de qualquer tipo entre adultos. E, nas regiões, é a Região Sul, uma vez mais, a que apresenta um menor índice relativo de indefinição (note-se que, como já foi dito, são as percentagens de respondentes que NTOF as que afetaram os resultados desta pergunta, para a qual, fora disto, houve acordo generalizado).

TABELA VIII - A violência familiar (praticada por adulto contra adulto) deve ser considerada crime quando houver abuso do poder por força física e violência sexual.

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Favorável	71,4	78,9	88,7	90,8	98,1	100,0	90,5
Contrário	0	0	0	1,5	0	0	0,5
NTOF	28,6	21,1	11,3	7,7	1,9	0	9,0
Part. Bancada(*)	3,2	8,6	32,0	29,3	23,9	3,2	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Favorável	87,1	72,7	89,4	97,7	100,0	100,0	90,5
Contrário	0	0	1,2	0	0	0	0,5
NTOF	12,9	27,3	9,4	2,3	0	0	9,0
Part. Bancada(*)	28,3	5,0	38,6	20,0	4,5	3,6	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Ainda no bloco relativo à violência, as respostas menos favoráveis à criminalização foram a relativa ao estupro de cônjuge mediante coação ou constrangimento e as que tratam de enquadrar na lei a violência de ordem psicológica entre adultos.

No primeiro caso, do estupro contra cônjuge, que obteve o índice mínimo de respostas favoráveis (56%), considerando ainda as dificuldades que esta pergunta envolve, foi, entre as bancadas de auto-definição política, a Esquerda a nossa maior aliada e, em termos de auto-definição econômica, os Comunistas os mais coesos a favor desta reivindicação das mulheres, seguidos pelos Socialistas que mostram, nestas questões, uma menor organicidade em torno da temática.

Nos partidos considerados para esta análise, só o PCdoB e o PPS votaram em bloco a favor da criminalização do estupro contra cônjuge, seguidos pelo PT, onde não se registraram opiniões contrárias mas houve, sim, uma margem de respondentes sem opinião formada. Nas regiões, aqui também a Região Sul foi, embora por uma margem reduzida, majoritária a nosso favor e, se bem que tenha sido quase igualada nos índices relativos de apoio à criminalização pelas Regiões Nordeste e Sudeste, estas duas regiões apresentaram percentagens relativas maiores de oposição ao direito.

As Regiões Norte e Centro-Oeste, por sua vez, destacaram-se por índices altíssimos de indefinição (37,5%).

Tabela IX - Reconhecimento como crime de estupro a relação sexual de cônjuge ou companheiro, mediante coação ou constrangimento:

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Favorável	57,1	42,1	42,5	65,1	84,3	85,7	60,5
Contrário	14,3	26,3	11,0	12,7	3,9	14,3	11,4
NTOF	28,6	31,6	46,6	22,2	11,8	0	28,1
Part. Bancada(*)	3,2	8,6	33,2	28,6	23,2	3,2	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Favorável	46,8	27,3	61,9	83,3	90,0	62,5	61,3
Contrário	16,1	27,3	10,7	2,4	0	12,5	11,1
NTOF	37,1	45,5	27,4	14,3	10,0	25,0	27,6
Part. Bancada(*)	28,6	5,1	38,7	19,4	4,6	3,6	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Quanto à criminalização das formas de intimidação, perseguição e coação psicológica no lar, cujo apoio (70%) foi também relativamente baixo em comparação com os outros temas, em termos de auto-definição política foi, também neste caso, a Esquerda a nossa maior aliada, e entre as bancadas de auto-definição econômica os Comunistas opinaram em bloco a favor, seguidos pelos Socialistas já com menor coesão interna. Dos partidos, novamente o PCdoB e o PPS mostraram-se mais orgânicos respondendo favoravelmente em bloco, seguidos pelo PT, onde já surgiram índices relativos de NTOF. Nas regiões, somente na Região Sul não houve nenhuma manifestação contrária ao direito e a indefinição foi das mais baixas.

Tabela X - A violência familiar (praticada por adulto contra adulto) deve ser considerada crime quando houver abuso de poder por violência psicológica, intimação ou perseguição.

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Favorável	85,7	57,9	64,4	79,0	94,1	85,7	76,3
Contrário	0	15,8	6,8	3,2	0	14,3	5,0
NTOF	14,3	26,3	28,8	17,7	5,9	0	18,7
Part. Bancada(*)	3,2	8,7	33,3	28,3	23,3	3,2	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Favorável	74,2	45,5	73,8	90,5	100,0	71,4	76,9
Contrário	3,2	18,2	6,0	2,4	0	0	4,6
NTOF	22,6	36,4	20,2	7,1	0	28,6	18,5
Part. Bancada(*)	28,7	5,2	38,9	19,4	4,6	3,2	100,0

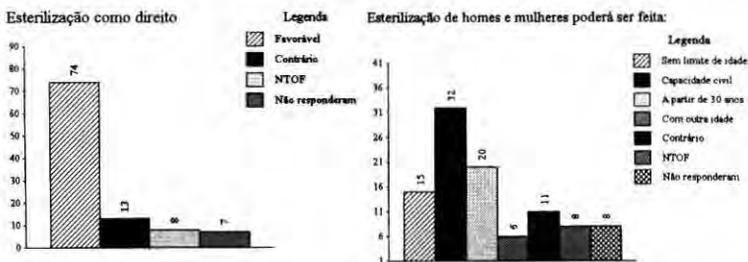
(*) Participação da bancada no total de respondentes

SAÚDE

Neste bloco, que foi, como os outros, em conjunto, favorável às reivindicações das mulheres, houve, contudo, flutuações consideráveis de respostas. A primeira parte do bloco tratou das questões relativas ao planejamento familiar. Na pergunta sobre as atribuições do SUS - Sistema Único de Saúde - no planejamento familiar, 90% dos parlamentares consideraram que ao Estado compete algum tipo de ação nesta área(5), distribuídos em 74,5% a favor de ações educativas e informativas e 69,5% pela oferta efetiva de meios, técnicas e métodos conceptivos e contraceptivos.

Ação do SUS no Planejamento Familiar	F.ABS.	% Pessoas	% Respostas
Ações Educativas e Informativas	181	74.5	50
Oferta de Métodos e Meios	169	69.5	46.7
Contrário	4	1.6	1.1
Não Tem Opinião Formada	8	3.3	2.2
Não Responderam	13	5.3	-
BASE	-	243	362

Com relação à esterilização como direito das pessoas de decidirem sobre ter ou não ter filhos, 74% dos respondentes posicionaram-se favoravelmente, embora tenham se mostrado divididos a respeito do limite de idade adequado para sua realização, predominando a alternativa deste direito para homens e mulheres com capacidade civil plena (34%).



5 Esta pergunta foi formulada na modalidade de múltipla escolha, portanto, o cálculo para extrair a percentagem de 90% de parlamentares que apoiaram algum tipo de ação do SUS no planejamento familiar foi feito mediante a subtração, a partir da totalidade ou 100%, daquelas percentagens de opiniões contrárias a qualquer participação do SUS (1,6%), de respostas sem opinião formada (3,3%) e de não respondentes (5,3%), cuja somatória aproximada é 10%.

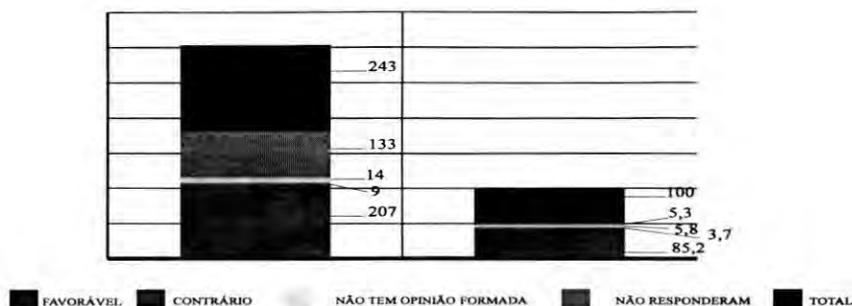
A segunda parte do bloco tratou de diversos aspectos da problemática do aborto. Na questão sobre se a mulher que recorre ao aborto deve ser considerada criminosa e ir para a cadeia, somente 7% dos parlamentares que responderam à pesquisa colocaram-se afirmativamente, enquanto que 67,5% deles manifestaram-se contrários à sua criminalização, registrando-se, entretanto, um alto índice de indefinição, de 19%.

CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO



Mais definida foi a defesa da obrigação do Estado de atender, através do SUS, os casos de aborto que sejam considerados legais (atualmente, estupro e risco de vida da mãe), onde o índice de respostas favoráveis alcançou os 85%.

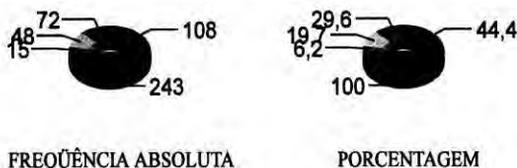
SUS DEVE ATENDER CASOS DE ABORTO PREVISTOS EM LEI



Contudo, a legalização propriamente dita do aborto durante os primeiros três meses de gravidez encontrou obstáculos, enfrentando uma das menores percentagens favoráveis de toda a pesquisa, 44%, complementado

por um dos percentuais mais elevado de rejeição, 30%, e um alto grau de indefinição, com 20% dos respondentes sem opinião formada.

LEGALIZAÇÃO DO ABORTO ATÉ 3 MESES



■ FAVORÁVEL ■ CONTRÁRIO ■ NÃO TEM OPINIÃO FORMADA ■ NÃO RESPONDERAM ■ TOTA

Esses índices só foram superados na questão relativa à união estável entre pessoas, independentemente do seu sexo (um mínimo de 31% de respostas favoráveis, e frequências máximas de 38% de parlamentares contrários e 22% sem opinião formada).

Na busca de contrastes mais nítidos que nos permitam, uma vez mais, identificar perfis definidos, pelo menos até certo ponto, nos posicionamentos das diversas bancadas a respeito das questões que interessam à mulher, seguimos a sistemática desenvolvida até agora, verificando os nossos aliados nas perguntas menos satisfatórias e os núcleos de resistência naquelas perguntas aparentemente mais apoiadas pelos parlamentares.

Para isso, procuramos identificar a localização, dentro da amostra:

- dos 1,6% contrários a qualquer atribuição do SUS no planejamento familiar,
- dos 7% a favor da criminalização do aborto,
- das lealdades ideológico-partidárias dos 44% dispostos a apoiar a legalização do aborto.

Assim, ao responder sobre as atribuições do SUS no planejamento familiar, somente quatro parlamentares pronunciaram-se contrários a qualquer participação do SUS nesta área.

Estes parlamentares auto-definiram-se politicamente como de Centro, Centro-esquerda e Esquerda e economicamente como Socialistas e Sociais-democratas.

Eles estão nos partidos PFL, PSDB, PDT e PT, e nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Contudo, isto não quebra com o perfil que até aqui tinha a Região Sul, pois é nela, como veremos, na análise detalhada desta pergunta, que ocorre a margem máxima de superioridade a favor da oferta efetiva de meios e métodos de concepção e contracepção pelo SUS e não

meramente a defesa de uma função informativa por parte do mesmo.

Ao responder sobre a criminalização da mulher que recorre ao aborto, somente 7% dos parlamentares manifestaram-se a favor da mesma, sendo a ampla maioria contrária a esta medida.

Os parlamentares favoráveis distribuem-se em todas as bancadas de auto-definição política, com exceção da Esquerda, e também em todas as bancadas de auto-definição econômica, exceto na Comunista.

Do ponto de vista partidário, entre os partidos selecionados para esta análise, eles localizam-se no PFL, PMDB, PPR e PP, e estão ausentes no caso do PSDB, PT, PCdoB e PPS.

Em termos de regiões, essa minoria favorável à criminalização distribui-se em todas elas, embora tenha uma maior proporção relativa no Centro-Oeste e no Norte.

TABELA XI - Ação do SUS no Planejamento Familiar

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Educar e Informar	50,0	39,1	48,2	53,4	50,5	60,0	50,1
Oferecer meios e métodos	50,0	52,2	49,1	42,7	47,4	40,0	46,7
Contrário à ação do SUS	0	0	0,9	1,0	1,1	0	0,8
NTOF	0	8,7	1,8	2,9	1,1	0	2,3
Part. Resp. (*)	3,4	6,5	31,2	29,2	26,9	2,8	100,0

(*) Participação sobre o total de respostas

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Educar e Informar	47,8	50,0	51,1	51,3	52,6	50,0	50,3
Oferecer meios e métodos	50,0	50,0	45,2	44,7	47,4	41,7	46,6
Contrário à ação do SUS	0	0	0,7	2,6	0	8,3	1,1
NTOF	2,2	0	3,0	1,3	0	0	2,0
Part. Resp. (*)	26,3	4,6	38,6	21,7	5,4	3,4	100,0

(*) Participação sobre o total de respostas

Ao tratar da questão da legalização do aborto até o terceiro mês da gestação fazemos uma inversão, pois resulta mais esclarecedor, nesta questão, identificar os setores que votariam a favor da legalização, os quais não chegam a se constituir em maioria. Constatamos, então, que eles se concentram

proporcionalmente na Esquerda (que nem por isto deixa de ter vozes contrárias ou sem opinião formada), e formam um bloco coeso e de máxima organicidade na bancada Comunista e nos partidos PCdoB e PPS. Em termos de região, distribuem-se mais ou menos de forma homogênea em todas as bancadas regionais.

Tabela XII - A legalização do aborto até a 12_ semana de gestação, como um direito de a mulher decidir sobre ter ou não ter filhos.

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Favorável	37,5	38,9	42,3	40,0	68,5	42,9	47,5
Contrário	62,5	33,3	36,6	30,8	16,7	57,1	31,4
NTOF	0	27,8	21,1	29,2	14,8	0	21,1
Part. Bancada(*)	3,6	8,1	31,8	29,1	24,2	3,2	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Favorável	42,6	18,2	44,2	53,3	100,0	71,4	47,7
Contrário	34,4	63,6	32,6	22,2	0	28,6	30,9
NTOF	23,0	18,2	23,3	23,4	0	0	21,4
Part. Bancada(*)	27,7	5,0	39,1	20,5	4,5	3,2	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

DIREITOS CIVIS

Este bloco abrange exclusivamente questões relativas aos direitos decorrentes da união estável. Uma leitura transversal das opiniões manifestadas na pesquisa mostra, em geral, uma boa recepção para com esta questão, exceto quando ela é proposta como vínculo entre pessoas, independentemente do sexo, e já não entre um homem e uma mulher. Para este caso, foram recolhidos os menores índices de respostas favoráveis em toda a pesquisa (31%) e os maiores índices de contrários (38%), além de uma altíssima indefinição já que 22% dos parlamentares colocaram-se sem opinião formada, e 9% de não respondentes, o que demonstra que os congressistas, embora inequivocamente sensíveis aos problemas da mulher na maior parte das questões, têm uma percepção naturalizadora do gênero. As respostas para esta pergunta indicam que, uma visão estreita dos direitos

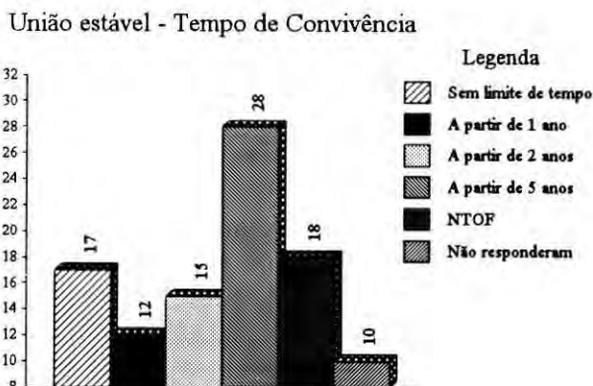
privados emerge atrelada a um determinismo biológico ingênuo na concepção dos papéis sociais e das relações.

Nas outras perguntas, as respostas já apresentam-se mais favoráveis. A respeito da possibilidade de atribuir direitos aos parceiros numa união estável não adulterina, pública e contínua, independente de que estes vivam sob um mesmo teto ou não, obtivemos apoio de 64% dos parlamentares.

Na questão relativa ao reconhecimento da união estável independente de o casal ter ou não filhos em comum, alcançamos um total de 73% de respostas favoráveis.



O tempo mínimo de convivência mais aceito pelos parlamentares (28%) para a união estável foi de 5 (cinco) anos; contudo, uma percentagem ainda maior de parlamentares (44%) manifestou-se disposta a conceder a legitimação deste vínculo com exigências menores de limite temporal. Destes últimos, 15% consideraram necessários somente dois anos de convivência; 11,5% exigiram um ano e 17% não fixaram limite de tempo mínimo para a relação. Entretanto, a pergunta a respeito do tempo de convivência da união estável teve um alto índice de indefinição, com 18% de respondentes sem opinião formada.



Resultará interessante, então, verificar onde se localizam as minorias que menos concessões fazem a este tipo de vínculo, das quais parecem-nos o melhor exemplo os 6% contrários à regulamentação da união estável na ausência de filhos comuns, assim como a minoria de 31% favorável à proposta menos aceita da união consensual entre pessoas independente do sexo.

No primeiro caso, se consideramos as proporções relativas internas de cada bancada de auto-definição política, vemos que a opção de não aceitar união consensual sem filhos tende a pesar mais na bancada de Direita, o que é complementado por uma altíssima percentagem, próxima da metade da categoria, de parlamentares indecisos, sem que isso incida demais nas freqüências totais devido ao número reduzido desse grupo. Fora disto, essa alternativa mostrou-se bem distribuída em todas as outras bancadas, não estando ausente em nenhuma delas, embora sendo sempre marcadamente minoritária. Nas bancadas de auto-definição econômica, à primeira vista, essa postura teve uma incidência relativamente maior entre os Liberais e os Comunistas, sendo nula só no caso dos Neo-liberais. Contudo, num exame mais apurado, evidenciamos que entre os Liberais ela é também complementada por uma margem alta de indefinição, que é maior ainda entre os Neo-liberais. Já a bancada Comunista, pequena em número, polarizou-se entre a quase totalidade pela aceitação do direito e a minoria contrária, não apresentando nenhuma incidência de NTOF. Dos partidos selecionados como mais relevantes para esta análise, a exigência de filhos para a legalização da união estável teve maior peso relativo no PFL e só foi nula no PSDB, PCdoB e PPS.

Entre as regiões, como em outros momentos da pesquisa, foi somente na Região Sul que esta opção esteve ausente, mas apresentou-se bem minoritária também no Nordeste, ficando com peso relativo aproximado nas outras regiões.

Tabela XIII - União estável é a convivência duradoura, pública e contínua de pessoas, independente de sexo, convivendo como se casados, sob o mesmo teto ou não, constituindo assim, uma família de fato.

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Favorável	25,0	29,4	22,9	33,9	52,8	28,6	34,1
Contrário	62,5	41,2	51,4	46,8	18,9	57,1	41,9
NTOF	12,5	29,4	25,7	19,4	28,3	14,3	24,0
Part. Bancada(*)	3,7	7,8	32,3	28,6	24,4	3,2	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Examinando a minoria favorável à união estável independente do sexo dos parceiros, constata-se que, em termos de bancadas de auto-definição política, esta opção teve um peso relativo maior na Esquerda, embora acompanhada por um altíssimo índice de indefinição, e encontrou seu máximo índice de oposição na Direita.

Nas bancadas de auto-definição econômica, ela registrou peso relativo maior entre os Socialistas, seguidos pelos Comunistas, embora entre estes a margem de indefinição tenha superado todos os outros índices, atingindo a marca de 50 por cento os que declararam não ter opinião formada sobre a questão.

As respostas de Neo-liberais revelaram adesão mínima, já que votaram massivamente contrária e quase não tiveram margem de indefinição que, entretanto, foi alta em todas as outras bancadas.

Já os partidos escolhidos para esta análise não apresentaram diferenças dramáticas, uma vez que esta questão não encontrou aliados nem no PCdoB nem no PPS, habitualmente coesos e solidários com as reivindicações das mulheres. O PCdoB, inclusive, revelou, neste caso, um índice inédito de hesitação (71%).

Apesar desse índice não incidir sensivelmente nos totais devido ao reduzido número de parlamentares que integram a bancada do PCdoB, ele é significativo na medida que permite avaliar a falta de reflexão neste campo, ainda dentro de um partido tão orgânico quanto este.

Fora disto, verificaram-se maiorias relativas a favor no PPR, no PDT, no PT, no PCdoB e no PPS, ficando no caso do PSDB os parlamentares igualmente divididos entre a favor e contra, ambas posições, no entanto, superadas pelo número de indefinidos.

Nas regiões não se constataram diferenças relevantes.

Tabela XIV - Considera-se união estável a convivência não adúltera, nem incestuosa, duradoura, pública e contínua de um homem e uma mulher independentemente de terem ou não filhos em comum.

Auto-definição Política (%)

	D	CD	C	CE	E	O	TOTAIS
Favorável	42,9	61,1	69,4	85,7	88,9	83,3	77,7
Contrário	14,3	5,6	6,9	6,3	5,6	16,7	6,8
NTOF	42,9	33,3	23,6	7,9	5,6	0	15,5
Part. Bancada(*)	3,2	8,2	32,7	28,6	24,5	2,8	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Auto-definição Econômica (%)

	L	NL	SD	S	C	O	TOTAIS
Favorável	66,7	72,7	79,5	86,7	90,0	87,5	77,9
Contrário	10,0	0	3,6	6,7	10,0	12,5	6,5
NTOF	23,3	27,3	16,9	6,7	0	0	15,6
Part. Bancada(*)	27,6	5,1	38,2	20,7	4,6	3,8	100,0

(*) Participação da bancada no total de respondentes

Parte 2 - CONSTITUIÇÃO OU LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA?

Nesta parte da pesquisa procuramos conhecer qual deve ser, na opinião dos parlamentares, o tratamento a ser dado aos direitos já adquiridos pela mulher, bem como às propostas que ainda não foram transformadas em lei: estabilidade da mulher gestante, licença-gestante, licença-paternidade, ampliação da licença-maternidade a todas as mulheres contribuintes da previdência social, licença-maternidade para a mãe adotiva, discriminação em relação a sexo pelos empregadores, proteção ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos, e ampliação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos. Perguntamos-lhes se consideravam que estes direitos ou propostas deveriam constar da Constituição ou se entendiam tratar-se de matéria de lei ordinária (infra-constitucional). No caso daqueles direitos já previstos na Constituição, indagamos, ainda, se o parlamentar era contra ou a favor do direito.

Objetivamos, com essas questões, vislumbrar que riscos correm os direitos já adquiridos pelas mulheres numa revisão constitucional ampla como a que se renunciou e, ainda, conhecer a tendência do Congresso Nacional no que se refere a inclusão de novos direitos para a mulher na Carta Magna.

OS DIREITOS JÁ ADQUIRIDOS

**estabilidade da gestante,
licença-gestante,
licença-paternidade, e
proteção ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos
específicos.**

Verificamos, a partir das respostas obtidas, uma tendência geral de resistência à inclusão de novos direitos na Carta Magna, mas favorável à manutenção dos já existentes. A única exceção a esta regra fica por conta do inciso XXX do artigo 7º da Constituição, que assegura a proteção ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos: 41% dos parlamentares posicionaram-se pela manutenção do direito na Constituição, contra 43% que coconsideraram que a matéria deve ser remetida à lei ordinária, e aproximadamente 6% que são contra o direito.

Apenas cerca de 3,% dos parlamentares manifestaram-se sem opinião formada sobre o assunto, e cerca de 6% não responderam à pergunta.

Nas bancadas por auto-definição política, a maior resistência localizou-se entre os parlamentares de centro-direita, com 11,1% contrários ao direito, seguidos pelo centro e centro-esquerda, ambos com 7,8% . Mas até na esquerda registramos uma manifestação contrária.

Somente nos segmentos de direita e de esquerda os índices favoráveis à manutenção deste dispositivo na Constituição abarcaram mais da metade dos parlamentares destas bancadas, e reside no centro o maior percentual favorável a sua remessa para a lei ordinária: 52,8%.

Cresce substancialmente, nesta questão, o percentual de parlamentares sem opinião formada, chegando a 12,3% na bancada de centro. Apenas a direita não registrou qualquer indefinição neste item.

Por auto-definição econômica, observamos uma maior coesão dos comunistas, com 80% dos seus parlamentares favoráveis à manutenção do direito na Carta Magna, contra 20% que acreditam que a proteção ao mercado de trabalho da mulher deve ser tratada por lei ordinária.

Os socialistas também são, em sua maioria, favoráveis à manutenção deste direito na Constituição, e todas as demais bancadas (liberal, neo-liberal e sociais-democratas) optaram, majoritariamente, por remeter a matéria à legislação infra-constitucional.

Os neo-liberais foram os que apresentaram maior percentual de indefinição, 18,2 %, enquanto que todos os comunistas e socialistas têm opinião formada sobre esta questão.

Há que se considerar, ainda, no caso dos incentivos, que uma das principais alegações dos que defenderam a instalação do processo revisional foi, exatamente, a necessidade de uma reforma fiscal e tributária (veja tabela)

Entretanto, dado que o incentivo ao mercado do trabalho da mulher pode se realizar sem ônus para o Estado - através de quotas ou incentivos administrativos, por exemplo - pesa, nesta questão, ainda, a resistência do Congresso Nacional em reconhecer a discriminação à mulher no âmbito do trabalho e, acima de tudo, para buscar mecanismos que efetivamente a eliminem (vide Parte 2, no item sobre incentivos ao mercado de trabalho da mulher).

Convém lembrar que dos direitos constitucionais da mulher, este é um dos que não tem, até o momento, qualquer lei que o regulamente, tornando-o, deste modo, mais vulnerável à Revisão.

Apesar do discurso prolapado de que a Revisão Constitucional se restringiria à Reforma Tributária e do Estado, constatamos que os direitos sociais, estão na mira do Congresso Revisor.

Tabela 2.1 - Abrangência da Revisão Constitucional

<i>REVISÃO CONSTITUCIONAL DEVERÁ ABORDAR</i>	<i>F.ABS.</i>	<i>% SOBRE TOTAL DE PESSOAS</i>	<i>% SOBRE TOTAL DE RESPOSTAS</i>
<i>DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS</i>	48	19.7	6.6
<i>TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO</i>	162	66.7	22.3
<i>ORDEM SOCIAL</i>	64	26.3	8.8
<i>DIREITOS POLÍTICOS</i>	54	22.2	7.5
<i>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</i>	106	43.6	14.6
<i>ORDEM ECONÔM.FINANCEIRA</i>	146	60.1	20.1
<i>DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS</i>	38	15.6	5.2
<i>DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</i>	45	18.5	6.2
<i>CONTRÁRIO À REVISÃO</i>	58	23.8	8.0
<i>NÃO TEM OPINIÃO FORMADA</i>	4	1.6	0.6
<i>NÃO RESPONDERAM</i>	12	4.9	-
<i>BASE</i>	-	243	725

Dos direitos sociais, a área mais visada é a de saúde, que conta com a predisposição de 39,5% dos parlamentares de revisá-los. Seguem-se na preferência dos parlamentares as áreas da previdência social (37,5%), educação (35%) e trabalho (30,8%), conforme demonstra a tabela da página a seguir.

Apesar dessa disposição do Congresso Revisor em áreas onde estão inseridos grande parte dos direitos específicos da mulher na Constituição, no que se refere à estabilidade da gestante e à licença-maternidade observamos uma tendência favorável à manutenção destes direitos, indicada pelo percentual de 62,6%, contra 25,5% que querem remeter a estabilidade à lei ordinária. Na licença-gestante, repete-se praticamente o mesmo comportamento, com 65,4% dos parlamentares optando pela manutenção na Constituição, contra 28,4% que pretendem remeter este direito à lei ordinária

TABELA 2.2 - Direitos Sociais a serem revistos

<i>DIREITOS SOCIAIS A SEREM REVISTOS</i>	<i>FREQ. ABSOLUTA</i>	<i>% SOBRE O TOTAL DE PESSOAS</i>	<i>% SOBRE O TOTAL DE RESPOSTAS</i>
<i>TRABALHO</i>	75	30.8	10.1
<i>EDUCAÇÃO</i>	85	35.0	11.4
<i>SAÚDE</i>	96	39.5	12.8
<i>SEGURANÇA</i>	62	25.5	8.3
<i>PREVIDÊNCIA</i>	91	37.5	12.1
<i>ASSISTÊNCIA</i>	31	12.8	4.1
<i>CULTURA E ESPORTO</i>	15	6.2	2.0
<i>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</i>	23	9.5	3.1
<i>MEIO AMBIENTE</i>	27	11.1	3.6
<i>FAMÍLIA</i>	23	9.5	3.1
<i>CRIANÇA E ADOLESCENTE</i>	58	23.9	7.8
<i>IDOSO</i>	28	11.5	3.8
<i>ÍNDIO</i>	26	10.7	3.5
<i>COMUNICAÇÃO SOCIAL</i>	25	10.3	3.4
<i>NENHUM DIREITO SOCIAL</i>	84	34.6	11.2
<i>NÃO RESPONDERAM</i>	28	11.5	-
<i>BASE</i>	-	243	749

Nas bancadas por auto-definição política, a exceção do centro, mantém-se essa tendência. Vejamos, por exemplo, o posicionamento do centro na questão da estabilidade da gestante, que foi praticamente o mesmo em relação à licença gestante, onde cerca de 43,% dos parlamentares de Centro optaram por manter a estabilidade na Constituição Federal, enquanto que 48,6 % acham que trata-se de matéria de lei ordinária.

São eles também os que apresentam o maior grau de indefinição: 8,3%. Cabe ressaltar que o centro representa praticamente um terço da amostra. Todos os outros segmentos apresentaram índices superiores à 70% favoráveis à manutenção da estabilidade na Constituição.

Do ponto de vista da auto-definição econômica, percebemos uma maior pulverização das respostas politicamente concentradas no segmento de centro entre liberais, neo-liberais e sociais-democratas, que não ultrapassaram a marca de 56,% a favor da manutenção na Carta da estabilidade da gestante.

Os indecisos também estão nestes segmentos: 8,3% dos liberais e 3,7% dos sociais-democratas para o caso da estabilidade; e, respectivamente, 3,3 % e 2,4% no caso da licença-gestante.

No outro extremo, comunistas e socialistas apresentam-se mais coesos, e têm a questão da estabilidade da gestante resolvida, atingindo 100% e 95,6% respectivamente, os que entre eles acham que este direito deve ser mantido na Constituição Federal.

Na licença-paternidade cai um pouco o grau favorabilidade, mas ainda superam os 50% aqueles que pretendem mantê-la na Constituição, contra 29,6% que preferem remeter a matéria à lei ordinária.

Todas as bancadas por auto-definição política mantiveram um posicionamento favorável a permanência na Constituição da licença-paternidade, a exceção dos de centro, onde apenas 30,4% fizeram esta opção. Neste sentido, estão a frente os parlamentares de esquerda, com 94,4% de sua bancada, e sem nenhuma indefinição sobre a questão.

Nas bancadas por auto-definição econômica, os comunistas apresentam-se em bloco favoráveis à manutenção da licença-paternidade na Constituição, no que são seguidos de perto pelos socialistas.

Por sua vez, sociais-democratas, liberais e neo-liberais apresentam-se divididos entre manter na Constituição Federal e remeter a matéria à lei ordinária. Nestas duas últimas bancadas registramos também os maiores percentuais sem opinião formada sobre o assunto.

OS NOVOS DIREITOS

Extensão da licença-maternidade à todas as contribuintes da previdência social, extensão da licença maternidade à mãe adotiva , punição à discriminação sexista no mercado de trabalho, e novos direitos para os empregados domésticos

Quanto aos direitos novos ou sem regulamentação, observamos uma maior indefinição das tendências políticas e econômicas que pulverizam seus posicionamentos em cada alternativa, e aumenta o percentual daqueles que não têm opinião formada. Somente a Direita, em todas estas questões, registrou percentual zero de parlamentares sem opinião formada. O centro e o centro-esquerda, pelo contrário, registraram indecisos em todos os ítems. Percebe-se, também, uma resistência generalizada à inclusão destes novos direitos na Constituição. Nos segmentos de direita e esquerda verificamos os maiores percentuais favoráveis à inclusão dos novos direitos na Constuição

Federal, mas somente na direita estes percentuais superam sempre a marca dos 50%, chegando a 83,3% no caso da licença- maternidade para a mãe adotiva. A esquerda, em três dos cinco direitos, preferiu tratar destas questões na legislação ordinária, deixando para a Constituição apenas a extensão da licença-gestante à todas as contribuintes da previdência social. Cabe ressaltar que a direita representa apenas 3,4% da amostra, enquanto a esquerda têm 24,4%.

Ao considerarmos a análise por auto-definição econômica constatamos que o segmento neo-liberal é o que apresenta tendência mais definida no sentido de remeter os novos direitos da mulher para a legislação ordinária. São eles também os únicos que registram percentual zero de parlamentares sem opinião formada em todas as questões, exceto na que trata da punição à discriminação por motivo de sexo no mercado de trabalho, onde há cerca de 9,% de neo-liberais indefinidos, o que, entretanto, não compromete a tendência geral deste segmento, pois em torno de 73% deles são pela inclusão deste crime na lei ordinária.

A discriminação sexista por parte dos empregadores deve ser punida na opinião de 90,5% dos parlamentares, sendo que 27,% acreditam que esta punição deve ser incluída na Constituição Federal e cerca de 63, acreditam ser matéria de lei ordinária. Os sociais-democratas e liberais são os únicos que registram percentual contrário à punição das discriminações (3,7 e 6,6 por cento, respectivamente). Os comunistas, em todas as questões sobre os direitos novos ou sem regulamentação não registraram nenhum parlamentar indeciso, mas a coesão do segmento está bastante comprometida, pois dividem-se sempre entre 60% favoráveis à inclusão destes direitos na Constituição e 50% que se posicionaram por remeter os mesmos para a lei ordinária. Nas demais tendências, observa-se a pulverização dos resultados e o aumento do percentual de parlamentares sem opinião formada, relativamente aos índices observados no que se refere àqueles direitos já consagrados na Constituição Federal. Vejamos, por exemplo, os resultados da questão sobre incluir na Constituição novos direitos para as empregadas domésticas: o maior percentual favorável à inclusão nas bancadas por auto-definição econômica ocorreu na Comunista, que atinge 40% , contra 60% que optaram por remeter a matéria à lei ordinária. O menor percentual ficou com os sociais-democratas, seguidos de perto pelos neo-liberais, com cerca de 20 por cento. Apenas os sociais-democratas, socialistas e liberais registram alguma indefinição.

Nas bancadas por auto-definição política, está na direita o maior percentual favorável à inclusão dos novos direitos dos empregadas domésticos na Constituição Federal, com índices superiores a 60% neste sentido e

ninguém sem opinião formada. Todos os demais segmentos, liderados pela bancada de centro, com 74,6% de seus parlamentares, optaram majoritariamente por remeter a matéria para a lei ordinária.

Parte 3 - ANÁLISE DETALHADA DE ALGUMAS QUESTÕES MAIS SIGNIFICATIVAS

ESTABILIDADE DA MULHER GESTANTE

Pergunta:

Estabilidade da mulher gestante desde o reconhecimento da gravidez até cinco meses após o nascimento da criança.

Opções de resposta:

Mantém prazo

Amplia prazo

Reduz prazo

Elimina o direito

Não tem opinião formada

A ampla maioria dos parlamentares pronunciou-se a favor da manutenção do prazo atualmente previsto na Constituição Federal, que vai desde a constatação da gravidez até cinco meses após o parto. Os parlamentares favoráveis à manutenção do prazo atual apresentaram-se bem distribuídos em todas as bancadas de auto-definição política, auto-definição econômica e região, sendo que, em termos de região, o índice favorável alcançou, no caso da Região Sul, a quase totalidade dos parlamentares. Com referência aos partidos, neles também a opção pela manutenção do prazo é, em geral, majoritária, sendo que as outras opções ficaram muito pouco representadas. Entretanto, em todas as bancadas de auto-definição política registramos mais adeptos da redução do prazo de estabilidade da gestante do que da sua ampliação, relação que só se inverte para a Esquerda, que foi o único segmento que ficou unanimemente fora da alternativa da redução do prazo. Na distribuição por auto-definição econômica, a redução do prazo só encontrou adeptos entre os Liberais, Neo-liberais e Sociais-democratas, enquanto que tanto os Socialistas como os Comunistas optaram unanimemente fora desta alternativa. No que diz respeito às regiões, em todas elas a margem em prol da redução do prazo é maior do que a de ampliação - porém, sempre muito menor que a de manutenção do prazo estabelecido na Constituição -, destacando-se apenas a Região Sul, onde encontramos um índice relativo francamente mínimo a favor da redução. Na distribuição por partidos, a opção pela redução do prazo obteve alguns defensores no PFL, PMDB, PPR

e PSDB, sendo que entre os três primeiros esta opção tende a superar, por grandes margens, a opção pela ampliação, enquanto no PSDB ambas estão iguais. Nos outros partidos escolhidos como mais representativos para esta análise, PP, PT, PCdoB e PPS, a alternativa da redução do prazo de estabilidade da gestante foi nula.

Em suma, constatamos que existe uma tendência clara e nitidamente majoritária, através de todo o universo, pela manutenção do prazo de estabilidade da gestante preconizado na Constituição. Há claro consenso dentro e entre bancadas por auto-definição política e econômica, por região e partido político, e baixíssimas percentagens de indecisos.

Percebemos que existe, para essa pergunta, uma correlação entre posições progressistas na política e na economia, e uma abertura maior para as posições do movimento de mulheres.

PENALIZAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO POR SEXO NO MERCADO DE TRABALHO

Pergunta:

Empregadores que praticarem qualquer tipo de discriminação por motivo de sexo na contratação, manutenção do emprego ou ascensão profissional, devem ser: (assinale apenas uma resposta)

Opções de resposta:

Criminalizados

Penalizados pecuniária ou administrativamente

Punidos de outra forma

Contrários à punição

Não tem opinião formada

Uma maioria, de cerca de 40% dos parlamentares, optou pela criminalização da discriminação da mulher no mercado de trabalho. Contudo, se somarmos aos que advogam a criminalização, aqueles que prescrevem a penalização pecuniária ou administrativa (33%) e aqueles que sugerem outros tipos de punição (10%), temos uma ampla maioria de 82% de parlamentares disposta a punir, de alguma maneira, a discriminação da mão-de-obra feminina. No outro extremo, encontramos 5% de parlamentares que se declararam contrários a qualquer tipo de proteção neste sentido, 8% que não tem opinião formada e 5% de não respondentes.

É importante clarear aqui que, embora a opção pela criminalização

pareça evidenciar uma determinação, por parte dos parlamentares que assim optaram, no sentido de erradicar a discriminação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho (e foi desta forma considerada nesta análise, ou seja, como um dos termômetros indicadores da simpatia pela nossa causa), ela é vista atualmente com reservas por setores do movimento feminista, devido a que tal tipo de medida tem se mostrado ineficaz em outros terrenos, como, por exemplo, na erradicação do racismo na sociedade. Na verdade, parece mais factível, hoje, conseguir punir com penas pecuniárias ou administrativas que levar à cadeia, enquadrados na modalidade de crime inafiançável, aquelas pessoas acusadas de discriminação por raça ou sexo.

A distribuição das percentagens por bancadas de auto-definição política mostra que o maior peso relativo da opção pela criminalização da discriminação por sexo resulta da opção massiva da Esquerda neste sentido. Nas outras bancadas os pesos relativos se invertem, pesando mais na Direita aqueles que optaram por algum outro tipo de punição a ser definido. Por sua vez, entre os parlamentares de Centro-direita, Centro e Centro-esquerda esta inversão ocorre não a favor de algum outro tipo de punição, que fica agora como uma opção francamente minoritária, mas em favor da penalização pecuniária e administrativa em detrimento da alternativa pela criminalização. Em síntese, com exceção da Esquerda, mais decidida a este respeito, a opção pela criminalização é francamente baixa, mas é alta a opção pela penalização. A oposição à punição dos empregadores que pratiquem discriminação por motivo de sexo, por outro lado, está representada em todas as bancadas de auto-definição econômica, exceto na Esquerda, mas não é significativa.

Isso permanece verdadeiro, a menos que decidamos somar aos que se opõem à punição, e não àqueles que optaram por algum tipo preciso de punição, a opção, por demais vaga, por “outros tipos de punição”. Neste caso, a percentagem de opiniões desfavoráveis aumenta para 15% da amostra. Essa somatória é legítima, já que, em verdade, a opção por alguma outra forma de punição a ser decidida no futuro resultará muito difícil de definir na lei e ainda mais difícil de implementar.

Colocando o foco da análise na resposta “punidos de outra forma”, chamamos a atenção para o fato de que ela se apresenta, na realidade, como uma típica alternativa ambígua e meramente convencional, uma declaração de princípios mais pró-forma do que executável na prática. Registramos, como já se viu acima, o grande peso relativo dessa opção ambígua entre os parlamentares de Direita. Isto mostra, possivelmente, e de maneira semelhante ao que acontecera nas respostas sobre aborto no jogo de alternativas entre descriminalização e legalização propriamente dita, que, também aqui, sobretudo a Direita, vê na opção pela punição por meios ainda não

especificados e adiados para o futuro, uma saída viável para formular opinião favorável sem, contudo, se comprometer com uma solução precisa. Trata-se de uma fórmula não comprometedora, que permite expressar uma opinião de bom senso (contra a discriminação da mão-de-obra feminina), sem, todavia, agir de maneira efetiva para erradicá-la. Em ambos os casos, tanto aqui como ao legislar sobre o aborto, podemos perceber mais um discurso subliminar, cifrado, naqueles que assim optaram, sobre a própria lei e sua significação social, do que uma vontade de exercer uma pressão corretiva sobre as deformações da prática atual. A opção por “outras formas...” ficou bem representada entre os parlamentares de Direita, seguidos pelos de Centro, Centro-direita e Centro-esquerda. A Esquerda, como já se viu, embora nitidamente diferenciada por um máximo de parlamentares pela criminalização e ninguém contrário à punição, apresenta ainda um mínimo de respostas pela alternativa indefinida de “outros tipos de punição”.

Constatamos, portanto, para essa questão, uma correlação entre postura política progressista e posições favoráveis às reivindicações das mulheres, com a Direita nitidamente num extremo e a Esquerda no extremo oposto. Apesar da distribuição bastante dividida em todas as bancadas por auto-definição política, exceto na Esquerda, mais orgânica e evidenciando o maior grau de consenso interno, entre as opções pela criminalização e por outras formas de punição, podemos falar de um consenso genérico pela proteção do mercado de trabalho da mulher, e níveis de indecisão sempre reduzidos. A maior indecisão aparece na Centro-direita, e a menor na Direita e na Esquerda.

Na distribuição por auto-definição econômica o quadro é semelhante, sendo que percebemos a máxima organicidade, quer dizer, o maior consenso interno, entre os Comunistas, que optaram em bloco pela criminalização da discriminação por sexo. Já entre os Socialistas, embora apresentando ainda bastante consenso, o nível de organicidade é levemente menor, ficando o peso das respostas melhor distribuído entre as diversas opções e surgindo já alguns indecisos. A partir dali, mantém-se o claro consenso genérico pela proteção legal à mão-de-obra feminina, porém a distribuição entre as diferentes formas de punição mostra maior discordância.

Destaca-se a ausência de parlamentares contrários à punição entre os Neo-liberais que, nesta posição, se aproximam dos Comunistas e Socialistas, embora com um maior índice de NTOF. A maior tendência à indecisão concentra-se entre os Liberais, e é justamente aqui, entre os Liberais e Neo-liberais, que se dá, de longe, a maior escolha da alternativa ambígua de “punir de outra forma” os empregadores que discriminam a mulher.

A pequena margem superior de freqüência geral de respostas a favor

da criminalização fica por conta da massiva opção dos Comunistas e Socialistas neste sentido, porque nas outras bancadas desta categoria a relação se inverte, passando a ser sempre majoritária a opção pela penalização pecuniária ou administrativa.

Na distribuição por partidos, constatamos, uma vez mais, a correlação positiva entre posições políticas progressistas e abertura em relação às nossas questões. O peso relativo da opção pela criminalização fica por conta do PT, do PCdoB e do PPS, que juntos alcançam aproximadamente 15% do universo total da amostra. Com exceção destes três partidos, somente no PMDB a opção pela criminalização é majoritária em relação à opção pela penalização pecuniária ou administrativa. Contudo, esta posição contrasta com uma percentagem relativamente alta de parlamentares do PMDB que se manifestaram contrários à punição.

A maior organicidade partidária em torno das nossas questões comprovamos, uma vez mais, no PPS e no PCdoB, seguidos pelo PT. Nos dois primeiros, todos os parlamentares declararam-se a favor da criminalização, ficando nulas entre eles as outras alternativas. No PT, houve um menor grau de consenso, ficando nula apenas a opção de resposta contrária à punição. Nos outros partidos selecionados para esta análise, a penalização pecuniária ou administrativa superou a criminalização.

Destacamos aqui o PP, com nenhum parlamentar a favor da criminalização e a metade deles pela penalização pecuniária ou administrativa. A maior tendência em privilegiar a penalização pecuniária ou administrativa ficou com o PSDB, partido onde também registramos uma certa incidência de opiniões contrárias à este tipo de punição, que também ocorreu no PMDB e no PPR.

Contudo, em todos os partidos, a balança pesou nitidamente, por ampla margem, em favor das opções punitivas, mostrando, também, acordo interno neste sentido. Houve, portanto, consenso generalizado a favor da defesa do mercado de trabalho feminino, entre e dentro das agrupações. A indefinição foi baixa, atingindo seu ponto máximo, entre os partidos escolhidos para esta análise, no PP, e sendo nula no PSDB, PT, PCdoB e PPS.

Na distribuição por região, a pequena margem a favor da criminalização fica por conta de uma combinação de fatores. Destacamos a Região Sul pelos seus índices relativos a favor desta opção, seguido de perto pela Região Norte. Nas outras regiões, o peso relativo desta opção face as outras alternativas fica mais comprometido e as opiniões apresentam-se mais divididas, mostrando um consenso regional menor. A Região Sudeste é a que apresenta o maior peso relativo de parlamentares a favor de “outras formas de punição...”, seguida pela Região Nordeste.

INCENTIVOS ESPECÍFICOS AO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER

Pergunta:

Os incentivos específicos para o mercado de trabalho da mulher deverão ser sob a forma de:

Opções de resposta:

Incentivos administrativos

Incentivos fiscais

Quotas

Contrário à concessão de qualquer tipo de incentivo

Não tem opinião formada

Considerando que a Constituição estabelece a proteção ao mercado de trabalho da mulher, a pergunta visa identificar quais são as modalidades de incentivos que encontram sustentação no Congresso Nacional. A questão foi formulada de maneira a permitir mais de uma resposta.

Constatamos que 56% dos parlamentares que responderam a pesquisa aceitariam legislar a favor de alguma tipo de incentivo, como forma de proteção ao mercado de trabalho para a mulher⁵.

A leitura das frequências totais de respostas mostra que, embora mais de 50% dos parlamentares entrevistados tenham se mostrado dispostos a aceitar algum tipo de incentivo, esta é uma das propostas de mais difícil tramitação no Congresso Nacional.

A curva geral de tendências dentro desta questão mostra, em primeiro lugar, a opção pelos incentivos administrativos; em segundo lugar, um nível de indecisão bastante alto (quase um quarto dos parlamentares que responderam a pesquisa não têm opinião formada sobre esta questão); em terceiro lugar, e muito próximo aos indecisos, a opção pelos incentivos fiscais; em quarto lugar, a posição contrária a qualquer tipo de incentivo; e, em quinto lugar, a alternativa favorável às quotas.

O perfil de escolhas assim definido ocorre praticamente em todas as bancadas consideradas e não registramos grandes variações no peso relativo das respostas nas bancadas por auto-definição política e econômica, por região ou pelos partidos políticos selecionados para esta análise.

Podemos, portanto, dizer que, na questão dos incentivos ao mercado de trabalho da mulher, predomina uma tendência consensual entre bancadas, e que o consenso entre elas é maior do que o consenso dentro de cada bancada. Incluímos aqui a bancada Comunista e os partidos que a integram

(PCdoB e PPS nesta análise), bancadas que em outras questões caracterizam-se pela máxima organicidade, neste caso não alcançada. É interessante notar que, embora nenhum parlamentar Comunista tenha se posicionado contrário à concessão de incentivos, há entre eles um certo grau de indefinição evidenciado na existência de parlamentares desta bancada que não têm opinião formada.

A maior organicidade, em termos de auto-definição política verificamos na Direita, onde a polarização é máxima a favor dos incentivos administrativos e nenhum parlamentar manifestou-se contrário aos incentivos; em compensação, também aqui, é alto o número de parlamentares sem opinião formada. Com exceção das mencionadas, todas as outras bancadas de auto-definição política, econômica, partidos e região apresentam evidências de opiniões contrárias à concessão de incentivos, e em todas elas registramos margens consideráveis de indecisão.

Apesar dos resultados positivos obtidos para as três primeiras alternativas oferecidas evidenciarem uma tendência clara a nosso favor, a ausência de consenso mesmo nas bancadas sempre caracterizadas pela máxima coerência interna, como a Comunista, poderia ser vista como um indicador das dificuldades envolvidas na questão da obtenção de uma lei de incentivos.

Do mesmo modo, uma leitura sublinear da opção generalizada pelos incentivos administrativos, em detrimento de qualquer outra alternativa, deixa a descoberto que existe uma certa ambigüidade ainda entre aqueles parlamentares que se manifestaram a nosso favor. De fato, esse tipo de incentivos é o mais difícil de regulamentar e, finalmente, levar a uma prática efetiva.

Muito mais simples seria a exigência de quotas a serem preenchidas por mão-de-obra feminina ou a concessão de benefícios de ordem fiscal para aqueles empregadores que contratarem mulheres. A exigência de quotas como forma de incentivar a contratação de mão-de-obra feminina representa, sem dúvida, a forma mais eficaz, de fácil controle e, além do mais, sem ônus para o Estado, de garantir o acesso da mulher ao mercado de trabalho em condições de igualdade com o homem.

O fato desta opção ter sido pouco considerada confirma, uma vez mais, a já evidente hesitação, por parte dos parlamentares, em legislar a favor de uma pressão decidida por parte do Estado para assegurar o acesso da mulher ao trabalho, compensar antigas injustiças, e reencaminhar modalidades de emprego que reproduzem a desigualdade.

A segunda forma, a concessão de incentivos fiscais, apresenta reduzido grau de dificuldade para sua aplicação, mas seu baixo sucesso entre

os parlamentares que responderam à pesquisa, deve-se, possivelmente, a que uma grande parte deles teve como prioridade evitar novas cargas ao Estado, sendo esta questão vista como mais importante do que ampliar os direitos das mulheres, protegendo-as das práticas discriminatórias já estabelecidas no campo de trabalho.

CONCEITUAÇÃO DO ESTUPRO NA LEI

Pergunta:

Reconhecimento como crime de estupro todas as formas de relação sexual (vaginal, anal ou oral), mediante coação ou constrangimento.

Opções de resposta:

Favorável em caso de relação sexual vaginal, anal ou oral

Favorável em caso de relação sexual, vaginal ou anal

Favorável exclusivamente em caso de relação vaginal

Não tem opinião formada

A pergunta objetiva indagar a opinião dos parlamentares a respeito da legislação atual sobre estupro, que se restringe exclusivamente à conjunção carnal ou coito vaginal, realizada mediante violência ou grave ameaça, deixando de fora o ato sexual oral e anal. Portanto, perguntamos aos parlamentares se estariam dispostos a considerar estes três tipos de atos violentos ou manter o texto da lei atual no sentido de considerar meramente a relação vaginal forçada.

O perfil de freqüências de repostas mostra uma maioria absoluta de aproximadamente 79% dos parlamentares a favor da mudança da legislação atual para uma lei que contemple todos os tipos de estupro como crimes equivalentes. A curva de freqüência cai abruptamente para cerca de 8% entre esta opção e a seguinte, que só considera as formas vaginal e anal de estupro, e para um número ainda menor, em torno do 2%, para a alternativa de manutenção da legislação atual. Muito poucos foram também os parlamentares que se mostraram indecisos, aproximadamente 6%, e não respondentes, cerca de 6%.

Registramos, nessa questão, grande consenso entre bancadas de todos os tipos, reproduzindo-se dentro de cada uma delas, com poucas variações, a mesma curva descrita para as freqüências totais. Também dentro de cada bancada houve consenso, evidenciado pela distância relativa registrada

entre o altíssimo índice de escolha pela primeira opção e as restantes. As bancadas mais orgânicas foram, em termos de auto-definição política, a Esquerda, polarizada entre um máximo de parlamentares que escolheram a primeira opção e um mínimo sem opinião formada, ficando vazias a segunda e a terceira opção. Surpreende aqui a evidência de pelo menos um indício ainda de indecisão. Em seguida, encontramos a Direita, onde nenhum parlamentar ficou indeciso ou optou pela continuidade da atual legislação e os respondentes ficaram polarizados entre a primeira e a segunda opção. Também entre os parlamentares de Centro-direita não houve ninguém pela manutenção da lei atual.

Entre as agrupações de auto-definição econômica, como em outros casos, a máxima organicidade deu-se entre os Comunistas, que votaram em bloco pela primeira alternativa. Os Socialistas acompanharam de perto os Comunistas em coesão interna, ficando polarizados entre um máximo, próximo aos 100%, pela primeira opção e um mínimo de parlamentares sem opinião formada. As demais bancadas reproduziram a curva das frequências totais. Entre os partidos escolhidos para esta análise, houve máximo consenso interno no PT, PCdoB e PPS, onde os parlamentares manifestaram-se em bloco, e sem exceções, pela primeira das alternativas. Nisto, foram seguidos pelo PSDB, onde os respondentes ficaram divididos entre a primeira e a segunda opção, bem distanciadas entre si. As regiões, sem exceção, aproximaram-se do perfil geral, destacando-se As Regiões Norte e Nordeste por não apresentarem nenhum parlamentar a favor da manutenção do texto legal. Em síntese, o tipo de respostas obtidas mostra que a tramitação da mudança da lei vigente relativa ao estupro poderá ocorrer tranqüilamente a nosso favor.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA O CÔNJUGUE

Pergunta:

A violência familiar (praticada por adulto contra adulto) deve ser considerada crime quando houver abuso de poder por violência psicológica, intimidação ou persiguição.

Opções de resposta:

Favorável

Contrário

Não tem opinião formada

Considerando a obrigação do Estado, estabelecida na Constituição, de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito da família, a pergunta tenta indagar se os parlamentares estariam dispostos a criminalizar uma modalidade de abuso de poder entre cônjuges de ordem mais sutil que aquele exercido por meio da força física e agressão corporal, qual seja, a violência psicológica, intimidação ou perseguição.

A curva das frequências totais mostra uma acentuada tendência favorável, de 70% dos parlamentares que responderam à pesquisa, contra um número muito menor, de 4,5%, de parlamentares contrários à criminalização da violência psicológica do cônjuge. Contudo, a proporção de indecisos volta a crescer até um índice de aproximadamente 18%, ao qual devemos somar os 7% de parlamentares que não responderam à pergunta, dos quais não sabemos se não o fizeram por indecisão, por não terem compreendido a questão ou por não desejarem se expor com uma resposta antipática aos anseios do movimento de mulheres. De qualquer maneira, esses 25% de parlamentares não chega a ameaçar o perfil geral da curva, que favorece nitidamente a nossa reivindicação.

A simpatia pela proposta das mulheres que, quando lida isoladamente apresenta-se muito clara, fica um tanto relativizada quando tomamos como referência o perfil de respostas para a questão da violência psicológica de adulto contra criança. Nesse contraste, percebemos que enquanto cerca de 70% dos parlamentares mostraram-se favoráveis à criminalização da violência psicológica de adulto contra adulto, aumenta para quase 80% os parlamentares dispostos a punir este tipo de abuso contra crianças, ao mesmo tempo que cai de 18% para 11% o número de indecisos.

Constatamos, nesta questão, um consenso generalizado entre bancadas dos mais diversos tipos, seja agrupadas por auto-definição política ou econômica, por região ou por partido, assim como uma grande consistência interna dentro das bancadas. Entre as bancadas por auto-definição política, a maior organicidade foi da Esquerda, que não apresentou nenhum parlamentar contrário à criminalização da violência psicológica, ficando os seus integrantes amplamente polarizados entre uma nítida tendência à aprovação e uma mínima incidência de indecisão. Houve aqui coincidência com a Direita, onde também ninguém se pronunciou contrário ao direito. A bancada que demonstrou menos consenso foi a de Centro-direita e os parlamentares de Centro foram os mais indecisos. Entre as bancadas de auto-definição econômica, como em outros casos, a organicidade máxima caracterizou os Comunistas, com 100% a favor da criminalização. Já entre os Neo-liberais, o consenso interno foi mínimo e houve forte tendência à indecisão. Nas bancadas agrupadas por partido político, verificamos a

máxima organicidade no PPS e no PCdoB, seguidos de perto pelo PT, onde, apesar de não haver nenhum parlamentar contrário ao direito, identificamos uma pequena margem de indecisão. Próximo destes encontramos ainda o PSDB, sem respondentes contrários mas com um patamar de indecisão ainda maior. A máxima tendência à indecisão ocorreu no PP que, no entanto, não teve nenhum parlamentar opondo-se à punição da violência psicológica entre adultos. A Região Sul destacou-se por ser a única onde nenhum parlamentar posicionou-se contrário à punição, e a Região Norte mostrou-se mais propensa à indecisão.

CRIMINALIZAÇÃO DO ESTUPRO DO CÔNJUGE

Pergunta:

Reconhecimento como crime de estupro a relação sexual de cônjuge ou companheiro, mediante coação ou constrangimento

Opções de resposta:

Favorável

Contrário

Não tem opinião formada

O Código Penal estabelece que o estupro, entendido como o ato de constranger mulher à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça, é crime punido com reclusão. Entretanto, a partir do fato de que o Código Civil inclui, entre os deveres matrimoniais, o ato sexual, e não sendo o texto legal suficientemente explícito para assegurar que as sentenças judiciais condenem maridos ou companheiros por estupro, introduz-se uma ambigüidade na lei. Tentando achar um caminho legal que permita resolver essa ambigüidade, foram incluídas duas perguntas no questionário visando uma possível legislação sobre estupro de cônjuge. Uma delas diz respeito aos casos que envolvem violência física em geral, tanto maus tratos e lesão corporal propriamente dita como a realização de ato libidinoso sob coação. A outra pergunta refere-se específica e pontualmente ao ato sexual forçado, obtido mediante coação ou constrangimento. Para fins de comparação, apenas mencionaremos os resultados gerais obtidos para a primeira pergunta, concentrando nossa análise nas respostas à segunda questão, por considerá-la um parâmetro mais acurado de até que ponto os parlamentares seriam capazes de acompanhar as nossas reivindicações. De fato, enquanto a violência familiar envolvendo abuso de poder por força física e violência

sexual foi considerada crime, atingindo um dos maiores consensos de toda a pesquisa (85% dos parlamentares que responderam à pesquisa contra praticamente nenhum que tenha se oposto à criminalização, 9% que se declararam sem opinião formada e 6% que não responderam esta questão), para o caso específico de estupro de cônjuge sob coação ou constrangimento as opiniões mostraram-se mais divididas. Aqui, a curva de frequências totais mostra que 70% estão favoráveis à criminalização da violência psicológica e 4,5% contrários, enquanto 18% declararam não ter opinião formada sobre a questão. Curiosamente, quando questionados sobre a criminalização do estupro de cônjuge o percentual de parlamentares favoráveis caiu para 56% e os que se opuseram à criminalização subiu para 10%; o índice de indefinição também foi muito elevado, 26% dos parlamentares, além de 7% que não responderam a questão.

Esse perfil, dividido entre uma tendência favorável à criminalização e uma margem considerável de indecisão reproduz-se em todos os tipos de bancadas com raras exceções. Entre as agrupações por auto-definição econômica, o consenso é quebrado na bancada de Centro, onde os parlamentares que não têm opinião formada superaram os que se manifestaram favoráveis à criminalização. Nas bancadas por auto-definição econômica, a curva é invertida entre os Neo-liberais, que também mostram uma tendência majoritária à indecisão nesta questão. Com exceção dessas, não constatamos outras inversões da curva de frequências totais em outras bancadas desses ou de outros tipo. Dentro das bancadas, o consenso a este respeito é menor que em torno de outras questões. Em termos de auto-definição política, é a Esquerda que apresenta a maior organicidade, com a tendência mais nítida a nosso favor e a menor margem de parlamentarem sem opinião formada; contudo, até aqui levantaram-se vozes, embora poucas, contrárias ao direito. Nas agrupações por auto-definição econômica, são os Comunistas que, uma vez mais, mostram a máxima organicidade, neste caso com uma polarização absoluta de nove parlamentares a um a favor da criminalização. São, nesta postura, seguidos de perto pelos Socialistas. Em todas as outras bancadas as opiniões apresentam-se mais divididas, chamando a atenção os altíssimos índices de indecisão entre os Neo-liberais e os Liberais.

O PPS e o PCdoB são, entre as bancadas partidárias, como em outros casos, os partidos que se destacam por terem organicidade máxima, tendo optado em bloco pela criminalização do estupro do cônjuge ainda sem o emprego de força física. Em seguida, vem o PT, com o consenso interno da bancada só alterado pela existência de alguns parlamentares indecisos, inclusive em proporções levemente maiores que para as outras perguntas e só superada, no caso deste partido, na questão relativa aos tipos de

incentivos para assegurar o acesso da mão-de-obra feminina ao mercado de trabalho. Os demais partidos considerados nesta análise mostram todos a peculiaridade de ter índices de dúvida da ordem dos 30%. Nas regiões, a curva acompanha o perfil dos totais, destacando-se as Regiões Norte e Centro-oeste com as maiores margens de indefinição.

AÇÃO DO SUS NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Pergunta:

Na prestação de serviços de planejamento familiar assinale as ações que competem ao Estado, através do SUS -Sistema Único de Saúde

Opções de resposta:

Ações educativas e informativas

Oferta de todos os meios, técnicas e métodos conceptivos e contraceptivos

Contrário à prestação do serviço de planejamento familiar pelo SUS

Não tem opinião formada

A Constituição estabelece que o planejamento familiar deve estar fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, e depender da livre decisão do casal, cabendo ao Estado propiciar os recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito. Portanto, a pergunta tem por objetivo revelar quais deveriam ser, de acordo com os parlamentares, as atribuições do SUS no planejamento familiar. A questão foi formulada de maneira que o parlamentar pudesse optar por mais de uma alternativa de resposta.

Constatamos que 90% dos parlamentares que responderam à pesquisa mostraram-se dispostos a atribuir ao SUS algum papel no planejamento familiar⁶. Na análise das frequências totais, notamos que as duas atribuições do SUS não obtiveram a mesma preferência, sendo aproximadamente 75% os parlamentares que viram favoravelmente a alternativa do SUS desenvolver ações puramente educativas e informativas e em torno de 70% aqueles inclinados a obrigar o Estado a oferecer todos os meios e métodos de concepção e contracepção. Apesar da proximidade, o peso relativo destas respostas mostra ainda a existência de uma tendência (cuja margem pode-se ampliar quando projetada ao universo completo do Congresso Nacional) pelo tipo de soluções que temos caracterizado nesta

análise como saídas de conveniência, evidenciada na superioridade, de aproximadamente 5%, das ações meramente educativas sobre as ações de tipo mais efetivo e contundente que levariam o Estado a arcar com os custos do planejamento familiar. Essa diferença, embora pequena, estaria sinalizando a posição de princípio dos parlamentares a favor do direito à concepção e contracepção sem, no entanto, sobrecarregar o Estado com os maiores ônus da mesma.

Contudo, uma vez mais, constatamos aqui a disposição favorável dos parlamentares às nossas reivindicações, neste caso considerando a participação do Estado no planejamento familiar. Apesar da margem favorável para com a solução menos comprometida, a ampla maioria dos parlamentares inclinou-se pelo engajamento do SUS no aporte de ações de algum tipo, sendo praticamente nulas as opiniões contrárias e a indefinição - os parlamentares que NTOF superam por uma margem mínima de cerca de 2% àqueles que se opuseram à participação do SUS, e em torno de 5% não responderam a questão, o que representa um resíduo praticamente desprezível de discordância ou indefinição.

Essa polarização de percentagens confirmando as duas opções em que o SUS deve ser ativado e responsabilizado no que se refere ao planejamento familiar contra as duas alternativas opostas que expressam oposição ao direito ou indefinição, se mantém com grande homogeneidade através das diferentes bancadas de auto-definição política e econômica, por região e partido político, evidenciando a existência de consenso generalizado. Dentro de cada bancada, a amplitude desta polarização a favor de alguma forma de intervenção do Estado, através do SUS, no planejamento familiar, em detrimento das duas outras opções de respostas mostra também a existência de uma ampla margem de consenso interno. Um fato a ser observado é a reprodução ou não desta curva com ligeira margem favorável para as ações meramente educativas. Ela, na realidade, se confirma, e, curiosamente, há poucos casos em que ambas as formas de intervenção do SUS tendem a se igualar: em termos de auto-definição política na Direita, quanto a auto-definição econômica entre os Neo-liberais, e nos partidos PSDB e PCdoB. Por outro lado, surpreende-nos verificar que, embora por mínimas margens de diferença, porém mostrando uma tendência bastante consistente, é dentro de bancadas menos progressistas, como as de Centro-direita e de Centro no caso da auto-definição política, entre os Liberais no caso da auto-definição econômica, e nos partidos como o PFL e o PPR, que se verifica uma pequena inversão da curva, no sentido de uma tendência a apoiar a oferta efetiva de meios e métodos conceptivos e contraceptivos pelo SUS, não acompanhada, na mesma medida, pelas ações educativas, que tendem a permanecer, para

essas bancadas, um pouco aquém. Nas regiões, destacam-se, neste mesmo sentido, as Regiões Sul e Centro-Oeste.

Esse fato poderia estar indicando a tendência, por parte desses setores, a atribuir um papel importante à superpopulação entre as causas dos problemas do país. Se consideramos as opiniões formuladas ao responder sobre o direito à esterilização, tal inferência parece confirmar-se no caso da bancada de Centro e no caso do PFL e do PPR. De fato, estas três bancadas, da mesma forma que mostraram uma ligeira inclinação a favor da oferta de meios contraceptivos pelo SUS, também tiveram uma percentagem superior à frequência média, já alta e de maioria absoluta (aproximadamente 79%) de respostas favoráveis ao direito à esterilização. Entretanto, tal coincidência não se confirma para a bancada de Centro-direita ou, no caso da auto-definição econômica, para os Liberais. Em termos de partidos registramos uma única bancada distoante no outro extremo do espectro político-partidário analisado, a do PPS, que se aproximou do perfil acima descrito, inclinándose mais pela oferta de meios e métodos que pelas ações educativas. Dos outros segmentos progressistas, só os parlamentares do PCdoB aderiram por igual e em bloco às duas formas de intervenção pelo SUS, enquanto todas as outras bancadas de auto-definição política, econômica ou partido político representativas deste segmento político-ideológico privilegiaram as ações educativas relativamente à oferta efetiva de meios para a contracepção, acompanhando a curva genérica.

ATRIBUIÇÕES DO SUS NA REALIZAÇÃO DO ABORTO LEGAL e DESCRIMINALIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

Pergunta :

1) O Estado, através do SUS, deve atender os casos de aborto previstos em lei:

Opções de resposta:

Favorável

Contrário

Não tem opinião formada

Pergunta:

2) A mulher que recorre ao aborto deve ser considerada criminosa e ir para a cadeia.

Opções de resposta:

Favorável

Contrário

Não tem opinião formada

Pergunta:

3) A legalização do aborto até a 12a semana de gestação como um direito de a mulher decidir sobre ter ou não ter filhos:

Opções de resposta:

Favorável

Contrário

Não tem opinião formada

Trataremos aqui, de maneira articulada, das três questões sobre aborto introduzidas no questionário. Elas indagam se os parlamentares estariam dispostos a atribuir ao SUS a realização daqueles abortos considerados legais (85% favoráveis, 4% contrários, 6% sem opinião formada e 5% não respondentes), se preservariam a criminalização da mulher que recorre ao aborto (7% favoráveis, 67,5% contrários, 19% sem opinião formada e 7% não respondentes) e se adeririam à sua legalização dentro dos primeiros três meses da gestação (44% favoráveis, 30% contrários, 20% sem opinião formada e 6% não respondentes).

Por estarem vinculadas em torno de um mesmo tema e iluminar-se mutuamente, escolhemos aqui uma sistemática de análise diferente da que seguimos nas outras questões, usando como eixo as diversas bancadas e lendo de maneira correlacionada o que elas opinaram sobre as três questões. Iniciando o exame pelo posicionamento das diversas bancadas de auto-definição política, constatamos que, a respeito do atendimento do aborto legal pelo SUS, os parlamentares de Esquerda, Centro-esquerda e Centro são também os mais favoráveis, embora não existam grandes variações nas respostas de todas as tendências que, como se viu, foram consensualmente favoráveis. De fato, em todas as categorias são poucos os parlamentares que se posicionaram contrários ao direito, destacando-se apenas a Direita, com uma pequena margem maior de resistência.

No tema da criminalização do aborto, comprovamos já um menor consenso entre tendências políticas diversas, sendo que a Direita, predominantemente indecisa e em boa parte a favor da criminalização, afasta-se nitidamente do Centro, da Centro-esquerda e da Esquerda, ao mesmo tempo que a Esquerda apresenta o maior consenso interno contra a

criminalização, na oposição de 0% a 91%. Se, dentro de cada bancada parece haver tendências claras e relativamente pouca discordância, o desacordo dentro da Esquerda é quase nulo, evidenciando, possivelmente, que o tema do aborto tem sido mais discutido pelos representantes desse segmento do espectro político-ideológico. Destacamos a proporção de indecisos na Direita e Centro-direita a respeito da criminalização. Há um mínimo consenso interno dentro da bancada de Direita, com opiniões igualmente divididas a favor e contra, o que pode estar indicando a pouca elaboração do tema entre os parlamentares desta bancada. De fato, embora no âmbito da Centro-direita também exista uma percentagem alta de parlamentares sem opinião formada, há coerência na grande polarização entre o alto índice de opiniões contrárias e a baixa incidência de favoráveis.

Na questão sobre a legalização do aborto propriamente dita, constatamos o hiato existente entre a Esquerda, que se situa no pólo favorável, e todas as outras bancadas de auto-definição política, e entre a Direita, no pólo contrário, e todas as demais bancadas. O maior número de indecisos encontra-se na Centro-esquerda e o menor na Direita.

A grande coincidência nas posturas das bancadas de Centro, Centro-direita e Centro-esquerda, assim como a pouca diferenciação dentro de cada uma delas entre os índices favoráveis e contrários, contradiz a percepção inicial de que existe correlação entre postura política e concepções relativas aos direitos da mulher. Isso permanece verdadeiro somente para aquelas categorias mais orgânicas. Para as demais categorias, comprovamos, na questão da legalização do aborto, justamente o contrário, isto é, que para idêntica perspectiva política existe grande divergência de opinião sobre os direitos da mulher. É a Esquerda que apresenta a máxima coesão nesta questão, seguida de perto, em grau de consenso interno, pela Direita. Nas bancadas de Centro e Centro-direita, a indefinição é total.

Na questão sobre a possibilidade de legalizar o aborto, as respostas mostram, pela primeira vez, uma inversão nas percentagens, inclinando a balança no sentido contrário às nossas expectativas. Isso acontece principalmente entre os parlamentares de Direita, que posicionaram-se, majoritariamente, contrários à legalização. Chama a atenção, nesta questão, o alto grau de definição dentro do grupo de Direita, com nenhum parlamentar sem opinião formada, contrastando com seu altíssimo nível de dúvida no caso da criminalização (43% dos integrantes da bancada), o que pode ser interpretado como uma clara atribuição, por parte destes parlamentares, de sentidos bem diferenciados a estes dois temas. Pareceria estar implícita a busca de uma solução suficientemente ambígua, uma saída de conveniência, que permitisse flexibilizar a legislação sobre o aborto, descriminalizando-o,

sem contudo comprometer-se com sua legalização.

Ao cruzar a questão sobre a realização dos abortos legais pelo SUS com as bancadas de auto-definição econômica, percebemos o grande consenso generalizado entre os diferentes segmentos. Na escala vertical, através das diferentes bancadas, há poucos hiatos, pouca variação, constatando-se um gradual incremento das posições favoráveis em direção ao polo progressista, atingindo 100% de opiniões favoráveis entre os Comunistas. As percentagens de opiniões contrárias se mantêm baixas, sendo nulas entre os Socialistas e os Comunistas. O alto índice de parlamentares sem opinião formada entre os Liberais mostra, possivelmente, a contradição por eles percebida entre uma predisposição inicial favorável a optar pela disponibilidade dos serviços relativos ao aborto legal no SUS, impedida logo por uma lealdade ao princípio de enxugamento do Estado. Os Neo-liberais, por sua vez, mostram-se significativamente contrários ao atendimento no SUS, em comparação com outras bancadas. Verificamos, em geral, que a bancada Neo-liberal é a menos receptiva em todas as questões sobre aborto. A maior coerência interna identificamos entre os Comunistas, com 100% a favor do atendimento dos abortos legais pelo SUS, evidenciando a sua organicidade enquanto bloco ideológico. Em seguida vêm os Socialistas, também com ninguém se opondo ao direito, mas já com uma margem de indefinição, e logo depois os Sociais-democratas. Contudo, é importante notar que todas as bancadas mostraram notável consenso interno ao polarizar marcadamente suas repostas a favor do atendimento dos abortos legais pelo SUS.

A respeito da criminalização da mulher que recorre ao aborto, o aumento de percentagens contrárias à mesma coincide com o sentido em direção a bancada Comunista, com a única interrupção nos Neo-liberais, que quebram o incremento gradual desta progressão. No entanto, o grau de consenso entre as diferentes bancadas de auto-definição econômica é grande, todas elas mostrando-se bem dispostas a favor da descriminalização do aborto. Uma vez mais, percebemos a máxima organicidade entre os Comunistas, que se pronunciaram em bloco contrariamente à criminalização. A coerência interna decresce, sendo menor entre os Neo-liberais, mas sempre pesando a favor da não criminalização. Destacam-se os altos percentuais de parlamentares sem opinião formada entre os Liberais e Neo-liberais. O lapso de consenso interno na passagem dos Comunistas para os Socialistas é maior para a pergunta sobre a criminalização da mulher que recorre ao aborto do que para a questão do atendimento dos abortos legais pelo SUS, e o grau de consenso interno contra a criminalização dentro de todas as bancadas de auto-definição econômica é sensivelmente menor, ao mesmo tempo que a incidência de indefinição é mais alta. Contudo, predomina

amplamente a tendência contrária à criminalização.

Ao tratar da legalização do aborto constatamos uma nítida separação entre os Comunistas, que se declaram em bloco a favor da legalização, e as demais bancadas de auto-definição econômica. As outras bancadas apresentam uma performance relativamente homogênea, com índices de suporte, em geral, inferiores a 50%, onde só se diferenciam os Neo-liberais, entre os quais estes números caem abruptamente, e os Socialistas, que superam os 50%. Há um crescimento gradual de respostas favoráveis a nós em direção aos Comunistas e, de maneira correlata, as opiniões contrárias à legalização também decrescem ao aproximarmos-nos desta bancada, onde nenhum parlamentar se posicionou contrário. Porém, novamente aqui os Neo-liberais destoam do restante da amostra, com uma maioria mais destacada contra a legalização.

A curva de preferências tem um perfil semelhante em quase todas as bancadas de auto-definição econômica, apresentando-se mais elevada na alternativa favorável e caindo progressivamente para as outras duas opções, aquela contrária ao direito e a de não tem opinião formada. Isto só se altera, como dissemos, no caso dos Neo-liberais, onde a curva apresenta-se mais elevada na segunda opção, e também sofre uma pequena modificação na bancada Socialista, onde as percentagens dos que se pronunciaram contrários e daqueles que não tem opinião formada são similares.

É interessante destacar que, tal como aconteceu com as respostas dos parlamentares de Direita, no cruzamento antes analisado entre as bancadas de auto-definição política e opiniões sobre aborto, o grupo dos Neo-liberais parece ter aqui uma percepção bem diferenciada das perguntas sobre criminalização e legalização do aborto. De fato, se, no caso da primeira, os Neo-liberais inclinaram-se positivamente contra a criminalização, já, na segunda, a balança pesou contra a legalização. Isto, junto ao altíssimo índice de indecisos, tanto neste grupo como entre os Liberais, parece indicar que esta questão pode estar sendo percebida como uma saída para o impasse colocado pelo tema do aborto: sem legitimá-lo pela lei, abre-se, contudo, a porta para a sua descriminalização.

O nível de consenso dentro de cada bancada de auto-definição econômica foi sempre pequeno, com exceção dos Comunistas. De fato, em todas as outras bancadas desta categoria, as respostas distribuíram-se entre as diversas opções conferindo-lhes pesos relativos não muito diferenciados. Ou seja, dentro das bancadas de auto-definição econômica, as opiniões mostraram-se bastante divididas, não evidenciando organicidade ideológica em relação ao direito do aborto. Só os Comunistas respondem coesamente a todas as perguntas, mostrando organicidade ideológica, com 100% a favor da legalização.

No cruzamento das respostas dos partidos políticos selecionados para esta análise com as questões sobre aborto, observamos, novamente, o consenso generalizado vertical, entre bancadas partidárias, a respeito da realização dos abortos previstos em lei pelo SUS. A curva, que se repete para todos eles, mostra o massivo apoio a este direito. Dentro de cada bancada partidária, o consenso é também amplo a esse respeito, sendo total nas bancadas do PCdoB e do PPS e, embora também alto, é menor nas bancadas do PPR e do PP.

A questão relativa à criminalização da mulher que recorre ao aborto também obteve consenso geral entre as bancadas partidárias, que se pronunciaram contrárias à punição. A curva, que se reproduz para todas elas, mostra um baixíssimo apoio à criminalização, que chega a ser nulo no PSDB, PT, PCdoB e PPS; uma acentuada simpatia para com a descriminalização, que chega a ser total no PCdoB e no PPS; e índices levemente maiores de indefinição do que aqueles favoráveis à criminalização - as maiores percentagens de parlamentares sem opinião formada sobre esta questão ficaram com o PFL e com o PMDB, sendo nulas no PCdoB e no PPS. Dentro das bancadas partidárias o consenso também foi muito amplo a favor da descriminalização, com uma polarização acentuada entre as opções opostas. Constatamos organicidade máxima no PCdoB e no PPS, seguidos pelo PT e PSDB.

A respeito da legalização do aborto, o consenso vertical entre bancadas partidárias praticamente desaparece e emergem curvas com perfis de preferência dos mais variados. A opção pela legalização tem menor peso relativo no PFL e no PSDB, iguala a opção contrária no PPR, e tem índices superiores às outras no PMDB (partido para o qual isto, como veremos, logo se inverte), no PP, no PT, no PCdoB e no PPS. As percentagens daqueles parlamentares que não têm opinião formada sobre esta questão no PMDB, PSDB e PT igualam ou se aproximam das percentagens de opiniões contrárias à legalização. Isto, no caso do PMDB, chega a inverter o aparente favorecimento da alternativa da legalização por parte deste partido, já que a somatória dos parlamentares contrários e dos indecisos excede o número dos que se posicionaram a favor. Internamente, os partidos mostram-se também pouco orgânicos nessa matéria. De fato, os pesos relativos de cada alternativa resultam muito pouco polarizados. Neste caso, novamente, as exceções são o PCdoB e o PPS.

Há grande consenso entre regiões e dentro de cada região a favor da realização do aborto legal pelo SUS. A única região para a qual este índice baixa um pouco, embora sem nunca perder a superioridade relativa, é a Região Norte; aumentam aqui os indecisos. A Região Nordeste destaca-se,

nesta questão, com as respostas mais definidas favoravelmente. O grau de consenso dentro de cada região é também alto, mostrando todas elas índices baixíssimos de manifestações contrárias ao atentimento dos abortos legais no SUS, que atinge o seu mínimo na Região Sul, com 0% para esta alternativa, complementado por um ligeiro aumento dos indecisos.

Há também relativo consenso entre as regiões pela não criminalização da mulher que recorre ao aborto. Também existe consenso dentro de cada região, evidenciando-se ampla polarização e clara margem de diferença entre uma posição e outra. Mais uma vez aqui, As Regiões Norte e Nordeste emergem com as duas posições mais extremas e, como no caso anterior, A Região Norte mostra uma atitude menos coincidente com as nossas reivindicações e um índice relativamente alto de respostas a favor da criminalização, somente superado pela Região Centro-Oeste. De qualquer maneira, estes índices são mínimos em comparação com o apoio massivo à alternativa contra a criminalização. No outro extremo, a Região Nordeste apresenta, como no caso anterior, o maior índice favorável às nossas propostas. Destacam-se as percentagens de indecisos nas Regiões Norte e Sul.

Em torno da questão da legalização do aborto, novamente, o consenso entre bancadas regionais diminui, apresentando perfil de preferências relativas mais variadas. Só na Região Centro-Oeste a alternativa contrária à legalização tem um menor peso relativo que a contrária à criminalização, enquanto no Norte estas duas opções se aproximam, quase se equiparando. Nas outras regiões, a postura favorável à legalização predomina por pouca margem e o consenso interno das regiões é sempre mínimo.

A UNIÃO ESTÁVEL REQUER OU NÃO CONVIVÊNCIA SOB O MESMO TETO

Pergunta:

Considera-se união estável a convivência não adulterina nem incestuosa, duradoura, pública e contínua de um homem e uma mulher convivendo ou não sob o mesmo teto

Opções de resposta

Favorável

Contrário

Não tem opinião formada

A união estável foi reconhecida pela Constituição de 1988 como entidade familiar, à qual o Estado deve proteção. A definição e a caracterização do que deva ser a união estável é matéria polêmica, em fase de discussão no Congresso Nacional. Nesse contexto, a pergunta serve de teste para avaliar a disposição favorável ou não, por parte dos parlamentares, para com o reconhecimento dos direitos de pessoas que mantêm uma união estável. Ela foi considerada particularmente apropriada como um indicador forte nesta análise por contemplar os direitos dos parceiros nesse tipo de relação ainda quando não partilhem o mesmo teto.

Constatamos uma predisposição favorável à aceitação da união estável independente da convivência ou não sob o mesmo teto (64% a favor, 14% contra, 14% sem opinião formada e 8% de não respondentes). No cruzamento das opiniões sobre este tema por bancadas de auto-definição política, percebemos a existência de consenso, uma vez que em cada um dos seus segmentos a alternativa de resposta favorável foi a que obteve maior peso relativo. Contudo, as curvas têm perfis variados. Na Direita, a opção não tem opinião formada sobre a questão iguala a opção favorável, no Centro ela iguala a opção contrária e, na Centro-esquerda, as percentagens de indefinição (NTOF) superam os índices de respostas contrárias ao direito. Em geral, o consenso dentro das bancadas é baixíssimo. Entre os parlamentares de Direita e Centro-direita, não há qualquer acordo, sendo as percentagens de respostas distribuídas bastante homogeneamente em todas alternativas. Os parlamentares de Direita também apresentam esta falta de definição. Só na Esquerda e na Centro-esquerda os resultados são mais nítidos, e a ampla polarização entre as percentagens francamente altas de respostas favoráveis, contrapostas à baixa incidência de respostas contrárias, mostra já uma maior organicidade nestas duas bancadas.

No cruzamento por auto-definição econômica, a curva de preferência reproduz-se em todas as bancadas com vantagem para a resposta favorável em considerar união estável independente da convivência sob o mesmo teto. A única particularidade ficou com os Sociais-democratas, onde o índice de indefinição superou aquele pela alternativa contrária ao direito. O consenso interno é máximo entre os Comunistas, que se manifestaram em bloco a favor do direito, seguidos pelos Socialistas, onde houve polarização entre uma massiva simpatia pela alternativa favorável ao direito, mas onde as outras duas opções (contrários e sem opinião formada) também ficaram preenchidas. Entre os Sociais-democratas o nível de coesão nesta temática é menor e aumenta o índice de indefinição, embora sejam ainda claramente favoráveis; e entre Liberais e Neo-liberais as preferências distribuíram-se mais homogeneamente entre as opções, com baixo consenso e alta indefinição.

Dentro dos partidos escolhidos para esta análise, novamente constatamos consenso a favor da união estável independente da convivência sob o mesmo teto. Embora a aceitação alcance seus pontos mínimos no PP e no PFL, em nenhum caso é inferior à metade da bancada. No outro extremo, os índices mais favoráveis ficaram por conta do PCdoB e do PT. O PPS, em outras ocasiões coeso, aparece aqui sintomaticamente dividido. O perfil da curva em todos os casos cai mais ou menos abruptamente entre a primeira e as outras duas alternativas de resposta, em decorrência das variações do consenso interno dentro de cada bancada. Este perfil só se afasta desse percurso em declínio em partidos como o PFL, onde a opção contrária ao direito iguala a percentagem dos sem opinião formada, e no PMDB, PPR e PT, onde a indefinição supera a posição contrária, sendo que, destes, só o PT não teve nenhum parlamentar contrário ao direito. O único partido que alcançou o máximo consenso, aceitando em bloco a possibilidade de se ter juridicamente a figura de união estável ainda sem que os parceiros nessa união convivam sob o mesmo teto foi o PC do B. Nas outras bancadas partidárias, pode-se falar de relativo consenso entre seus parlamentares, com margem de diferença considerável entre as percentagens a favor e contra. A menor coesão registrou-se no PP e no PFL.

Ao examinar a questão por regiões, encontramos uma curva semelhante para todas elas, favorecendo o direito. O menor acordo aconteceu na Região Centro-Oeste, seguida pela Sudeste, enquanto que nas Regiões Sul e Norte as percentagens de indefinição superam as de opiniões contrárias.

CONCLUSÕES

Ao tratar de identificar tendências consistentes ao longo da pesquisa, o que deve ser destacado, em primeiro lugar, é que, nas respostas obtidas, predomina o consenso vertical, entre bancadas e segmentos ideológicos, sobre o consenso horizontal dentro de cada uma das categorias distinguíveis a partir das lealdades a credos econômicos e políticos e de filiações partidárias. Não existem diferenças gritantes ou inversões do perfil da curva de preferências para as diferentes bancadas, tendo predominado o acordo entre elas, só modificado pela sua maior ou menor organicidade interna. Este consenso vertical, através de todo o espectro político-ideológico-partidário, faz-se evidente na polarização das freqüências totais na grande maioria das questões. Isto parece indicar a ausência de verdadeiros atores políticos em relação aos interesses da mulher entre os grupos ideológico-partidários já constituídos, o que se confirma quando tomamos em consideração o fato de que até os partidos e as bancadas de auto-definição política e econômica geralmente mais coesos a nosso favor esfacelam-se em torno de questões onde interesses de outra natureza se interpõem.

Indo além dessa consideração inicial é, contudo, preciso dizer que se comprova uma coincidência do peso relativo de posições mais solidárias com os interesses das mulheres com posturas progressistas na política e na economia. De fato, os perfis mais nítidos a nosso favor foram sempre, em termos de auto-definição política, da Esquerda, e de auto-definição econômica, da bancada Comunista e, dos partidos políticos, o PCdoB e o PPS, seguidos pelo PT. Porém, isso não impede que encontremos vozes favoráveis às nossas reivindicações em todas as outras bancadas sem exceção, como também em torno de todos os temas, inclusive os mais complexos, como a própria legalização do aborto. É justamente por isso que afirmamos que predomina o consenso vertical sobre o horizontal.

As bancadas partidárias mais orgânicas, quer dizer, mais coesas em torno de opiniões sobre os temas explorados são o PCdoB e o PPS. De fato, responderam em bloco uma grande parte das questões. Entre as bancadas de auto-definição econômica, os Comunistas têm esta característica, embora em menor grau. Estas bancadas, estão próximas de agir como verdadeiros atores políticos na defesa de nossos direitos; entretanto, perdem fôlego na frente feminista quando outros interesses parecem necessitar proteção. E entenda-se bem, não porque esses interesses sejam mais reais, concretos ou de âmbito mais geral, como se pensa, mas porque são percebidos dessa forma. Isso se vê claramente, por exemplo, na flutuação do apoio das

bancadas que descrevemos aqui como sendo orgânicas - PCdoB e o PPS - ao passar de questões que só afetam as lealdades religiosas para questões que implicam algum tipo de ônus para o Estado. Apesar destas bancadas não serem importantes numericamente, têm um potencial revelador justamente pela sua coesão interna em torno de uma grande parte das temáticas, acusando de imediato a ordem das prioridades em jogo quando essa coesão diminui. Assim, embora não soem, nestas bancadas, vozes distoantes em torno de temas que só afetam convicções de ordem religiosa ou moral, como as questões sobre violência doméstica, estupro, esterilização e aborto, elas perdem algo de sua coesão - sempre forte - quando se trata de ônus para o Estado ou para o empregador, ou ainda do livre jogo da oferta e demanda no mercado de mão-de-obra, como nas perguntas pelos incentivos à mulher no trabalho, pela extensão dos direitos dos empregados domésticos ou as atribuições do SUS no planejamento familiar. Da mesma maneira, se em todas as questões os setores progressistas mostram-se, em geral, favoráveis aos nossos interesses, isto se torna mais nítido nas questões sobre violência, que não envolvem maiores ônus nem redundam na ampliação das responsabilidades do Estado no controle direto dessas condutas.

Um caso interessante é o colocado pela união estável entre pessoas, onde a evidência de um novo tipo de moralismo emerge, agora não atrelado a noções religiosas mas a crenças em relação aos gêneros e à divisão de papéis sexuais na sociedade. De fato, as bancadas orgânicas encontram aqui o ponto mais baixo do seu consenso, mostrando sinais de reação e os mais altos índices de indefinição de toda a pesquisa.

Uma recapitulação rápida das perguntas que compõem cada bloco mostra que as questões relativas aos direitos trabalhistas envolvem ônus para o Estado e exigem sua participação direta na instauração dos direitos assegurados pela lei, assim como comprometem o livre jogo de oferta e demanda no mercado de mão-de-obra. No bloco sobre violência, as questões só afetam os valores morais, não redundando em ônus para o Estado nem afetando lealdades religiosas. As questões relativas à saúde envolvem ônus para o Estado e tocam em convicções religiosas. Os direitos Civis aludem à ordem privada e só indiretamente e tenuamente à dimensão pública, incidindo na moral familiar, nos credos religiosos e em interesses econômicos que se resumem na questão da herança, contudo, não afetam o Estado.

Considerando que a conquista de direitos por parte das mulheres tem seus maiores núcleos de resistência basicamente em duas áreas: na doutrina do liberalismo e nas adesões religiosas, resulta interessante notar que não são só os Liberais e Neo-liberais, distribuídos, por sua vez, nas bancadas de auto-definição política de Centro-direita, Centro e Centro-esquerda, as forças não

intervencionistas na questão da mulher, para proteger o Estado de novas cargas e atribuições, mas também os Sociais-democratas, e até os Socialistas, parecem oferecer algum suporte nesse sentido. Isto quer dizer que, doutrinas que em outros campos sustentariam um Estado forte e participativo no gerenciamento da sociedade, nos temas relativos à mulher confundem-se com o liberalismo, perdendo sua suposta identidade ideológica.

Essa constatação, aliada ao fato de que o balanço geral da pesquisa é positivo ao nosso favor, leva-nos a identificar um novo tema a ser trabalhado e uma nova frente a ser aberta. De fato, não se trata, como pensávamos, de promover meramente a reflexão sobre os conteúdos da lei, tentando convencer os parlamentares a respeito de uma ampliação dos nossos direitos. A análise aponta com clareza para uma outra questão de fundo que precede e permeia todo e qualquer direito particular: a questão das prioridades. Prioridades não só no sentido temporal, mas também em relação a outros interesses, como aqueles que dizem respeito a um Estado genérico e abstrato. Não faltam, em muitos casos, simpatias para as nossas reivindicações; falta, sim, convicção a respeito do seu caráter prioritário. Essa é a razão da comprovada demora na discussão e aprovação de projetos que regulamentam nossos direitos que, faz tempo, vem tramitando no Congresso Nacional. Devemos, portanto, elaborar argumentos novos e mais convincentes para colocar na ordem do dia a prioridade, no duplo sentido de urgência e de impreteribilidade, das demandas da cidadã feminina.

A respeito das regiões, é importante lembrar a única delas que apresentou alguma regularidade no perfil de respostas. Como vimos, na análise das minorias favoráveis nas questões difíceis e das minorias adversas naquelas questões onde obtivemos maiorias fáceis, a Região Sul destacou-se, embora não por largas margens marcando uma diferença significativa de posicionamento com as outras regiões, mas por render consistentemente, numa variedade de respostas, alguma vantagem ao nosso favor.

Os resultados menos favoráveis corresponderam, nessa ordem, às respostas sobre união estável entre pessoas (bloco de questões sobre direitos civis), legalização do aborto (bloco sobre saúde) - ambas com percentagens favoráveis inferiores a 50% -, estupro de cônjuge (bloco de violência), incentivos ao mercado de trabalho da mulher e ampliação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos (bloco sobre trabalho) -as três com 56% de suporte. Estas são as questões que necessitam de um amplo trabalho de reflexão e esclarecimento em todos os segmentos do Congresso Nacional e da própria sociedade, da qual nosso universo de pesquisa, na verdade, não é mais nem menos que uma amostra.

Antes de concluir esta análise, uma palavra sobre o tema, difícil e

fundamental, da legalização do aborto. Fundamental não só enquanto direito da mulher, mas também porque dele emana, pela maneira peculiar como é tratado e debatido, o próprio sentido atribuído à Lei e ao Direito como instrumentos essenciais da Nação.

De fato, o que os parlamentares parecem não perceber é que, ao legislar sobre o aborto, legisla-se, com efeito, sobre a própria lei. A negativa em legalizar o aborto não diz tanto respeito a ele próprio quanto fala sobre o papel da mesma lei que o proscreeve. Sabe-se que o aborto é uma prática corriqueira, conhecida por todas as famílias, todos os círculos, independente de seus credos e adesões particulares, e apesar das proibições e condenações. Portanto, ao negar o aborto na lei, não se condena o aborto à sua extinção como prática - já que, se isso não aconteceu até agora, nada indica que acontecerá de agora em diante - mas se condena a lei a ser uma figura de retórica. E este, que parecia ser um tema confinado aos interesses das mulheres, transforma-se num tema central e crucial para a Nação. É justamente na questão do aborto que se vê melhor os vícios da concepção do Direito, e é na negativa à sua legalização que se percebe que essa lei se autopromulga não como uma diretriz que encaminha e regula o comportamento dos cidadãos, mas como uma representação ideal e impraticável, o mito vazio da Nação.

**PERFIL PARLAMENTAR E
POSIÇÃO POLÍTICA SOBRE
OS DIREITOS DA MULHER**

ACRE

Adelaide Neri (PMDB-AC)	Recusa Justificada
Aluizio Bezerra (PMDB-AC)	Não Respondeu
Celia Mendes (PDS-AC)	Recusa Justificada
Flaviano Melo (PMDB-AC)	Não Respondeu
Francisco Diogenes (PDS-AC)	Respondeu
João Maia (PP-AC)	Respondeu
João Tota (PDS-AC)	Respondeu
Mauri Sérgio (PMDB-AC)	Respondeu
Nabor Junior (PMDB-AC)	Não Respondeu
Ronivon Santiago (PDS-AC)	Recusa Justificada
Zila Bezerra (PMDB-AC)	Respondeu



FRANCISCO DIÓGENES

Deputado (PPR - AC)

53 anos, católico, originário do Ceará. É empresário urbano, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Capítulos: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais, é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, e Saúde.

PERFIL POLÍTICO: Foi Deputado Federal Constituinte (87/91), atualmente exerce o segundo mandato parlamentar. Na Constituinte aliou-se ao Centrão e a UDR. Votou favorável à Soberania Nacional e ao mandato de 5 anos para Sarney.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 3.239 votos distribuídos por todo o Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária.

FRANCISCO DIÓGENES

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



JOÃO MAIA
Deputado (PP - AC)

51 anos, católico, originário de São Paulo. É empresário rural, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Professor e produtor rural, assumiu seu primeiro mandato eletivo a partir de 1988, na condição de suplente. Reelegeu-se em 1991 pela mesma legenda, o PMDB. Atualmente, integra a bancada do PP. Foi assessor e delegado da CONTAG no Acre (1968-1984) e Rondônia (1975-1984). Em 1985, assumiu o cargo de diretor adjunto do INCRA no Acre. Foi Subsecretário de Agricultura do Governo Estadual (1987) e delegado do IBDF.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 3.855 votos, tendo sido o quinto mais votado em todo o Estado e o terceiro do PMDB. Maior votação: Rio Branco.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos Manter na CF.

JOÃO MAIA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOÃO TOTA
Deputado (PPR - AC)

51 anos, católico, originário de Paraíba. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão referente aos Capítulos da Constituição que deverão ser objeto de Revisão.

Quanto aos Direitos Sociais, é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Foi candidato a senador em 86, mas perdeu para o candidato do PMDB Nabor Júnior. Foi prefeito nomeado de Cruzeiro do Sul, cidade fronteira com o Peru, por 11 anos, de 1975 a 1985, quando acabaram as áreas de segurança nacional.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se em 1990 com 6.415 votos, sendo o mais votado do PDS e também do Estado do Acre. Seu maior reduto eleitoral: Cruzeiro do Sul.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

JOÃO TOTA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MAURI SÉRGIO
Deputado (PMDB - AC)

38 anos, católico, originário de Acre. É servidor público, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Capítulos dos: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira. Quanto aos Direitos Sociais, é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Criança e Adolescente, Idoso, e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Seu primeiro mandato eletivo foi o de vereador (1983-1987), em Rio Branco. Em 1987 assumiu uma cadeira na Assembléia Constituinte Estadual, da qual licenciou-se para assumir a Secretaria de Administração do governo Flaviano Melo (1989-90). O prestígio adquirido na Secretaria de Governo contribuiu para a expansão de sua base eleitoral. Sempre pertenceu ao PMDB.

BASE ELEITORAL: Foi eleito em 1990 com 5.734 votos, sendo o primeiro do PMDB e o segundo dos oito deputados federais do Acre. Sua principal base eleitoral é a capital, Rio Branco, onde foi o deputado federal mais votado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

MAURI SÉRGIO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Hora Extra, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ZILA BEZERRA
Deputada (PMDB - AC)

48 anos, não declara religião, originário do Rio de Janeiro. É servidora pública, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.
É contrário à Revisão de Direitos Sociais.

PERFIL POLÍTICO: Foi coordenadora de Desenvolvimento Agrário do Vale do Juru. É oficial de chancelaria do Itamaraty. Chegou à carreira diplomática em 1970, pelo Instituto Rio Branco. Foi secretária extraordinária da Representação do Acre em Brasília de 1987 a 1990. É esposa do Senador Aluizio Bezerra.

BASE ELEITORAL: Eleita com 4.031 votos, foi a segunda mais votada do PMDB e a terceira em todo o Estado. Teve mais votos em Cruzeiro do Sul.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ZILA BEZERRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

ALAGOAS

Antonio Holanda (PDS-AL)	Não respondeu
Augusto Farias (BL/PSC-AL)	Recusa Justificada
Cleto Falcão (PSD-AL)	Recusa Justificada
Divaldo Suruagy (PMDB-AL)	Não Respondeu
Guilherme Palmeira (PFL-AL)	Respondeu
José Thomaz Nono (PMDB-AL)	Recusa Justificada
Luiz Dantas (PSC-AL)	Respondeu
Mendonça Neto (PDT-AL)	Respondeu
Olavo Calheiros (PMDB-AL)	Recusa Justificada
Roberto Torres (PTB-AL)	Devolveu questionário
Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	Não Respondeu
Vitório Malta (PDS-AL)	Não Respondeu



GUILHERME PALMEIRA

Senador (PFL - AL)

53 anos, não declara religião. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: É filho do ex-senador e fundador da Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, Rui Soares Palmeira. Foi deputado estadual pela ARENA, licenciando-se do mandato em 1977 para assumir a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado. Indicado pelo presidente Ernesto Geisel, foi governador de Alagoas no período de 1979 a 1982. Elegeu-se Senador pelo PDS em 1982 e foi um dos líderes da dissidência que deu origem ao PFL, apoiando Tancredo e Sarney no Colégio Eleitoral. Nas eleições de 1986 concorreu ao governo do Estado, sendo derrotado por Fernando Collor de Mello. Na Constituinte votou a favor da proteção da empresa nacional e acompanhou os progressistas nas votações dos direitos e garantias individuais. Em 1988 elegeu-se prefeito de Maceió, interrompendo seu mandato no Senado.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 329.222 votos. Seu principal reduto eleitoral é a capital Maceió.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

GUILHERME PALMEIRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	SUS não deve atuar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



LUIZ DANTAS
Deputado (PSC - AL)

43 anos, católico, originário de Alagoas. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Segurança, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Agropecuarista, é presidente da maior distribuidora de leite do Estado, a Cooperativa Agropecuária Major Izidoro. Foi Secretário da Fazenda de Alagoas no Governo Collor. É estreante na vida parlamentar apesar de pertencer a família de políticos. Seu irmão José Miguel foi prefeito do município de Batalha. Entre os candidatos da coligação “União por Alagoas”, fez a campanha mais discreta das eleições de 1990.

BASE ELEITORAL: Seus principais redutos eleitorais são os municípios de Jacaré dos Homens, Major Izidoro, Batalha, Jaramataia e Monteirópolis. Elegeu-se com 36.600 votos, sendo o terceiro mais votado do partido e o quarto do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

LUIZ DANTAS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor



MENDONÇA NETO
Deputado (PDT - AL)

48 anos, católico, originário de Alagoas. É advogado, jornalista, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua carreira política, em 1974, quando foi eleito deputado estadual, pelo MDB, com grande votação. Em 1978, elegeu-se para a Câmara dos Deputados e na eleição seguinte, em 82, voltou para a Assembléia Legislativa. Em 86, tentou o Senado, teve uma votação expressiva (200 mil votos), mas não se elegeu. Um dos fundadores do PMDB alagoano, foi vice-presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados e Secretário de Planejamento do então governador Fernando Collor. Foi acusado de praticar irregularidades no programa SOS Menor, do governo do Estado. Processado criminalmente por peculato (desvio de bens públicos), foi absolvido pelo Tribunal de Justiça por inexistência do crime. Nessa época, rompeu com Collor. Em 1988, candidatou-se a prefeito de Maceió, pelo PMN, mas foi derrotado. Em sua campanha em 1990, concentrou-se nos ataques a Fernando Collor.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 21.885 votos, sendo o único do PDT e o nono do Estado. Tem votos no interior e em Maceió.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

MENDONÇA NETO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, SUS não deve atuar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículc ensino fundamental	A favor

CFEMEA

AMAPÁ

Aroldo Goes (PDT-AP)	Respondeu
Eraldo Trindade (PPR-AP)	Respondeu
Fátima Pelaes (PFL-AP)	Recusa Justificada
Gilvam Borges (PMDB-AP)	Recusa Justificada
Henrique Almeida (PFL-AP)	Não Respondeu
Jonas Pinheiro (PTB-AP)	Recusa Justificada
José Sarney (PMDB-AP)	Recusa Justificada
Lourival Freitas (PT-AP)	Recusa Justificada
Murilo Pinheiro (PFL-AP)	Respondeu
Sérgio Barcellos (PFL-AP)	Não Respondeu
Valdenor Guedes (PP-AP)	Respondeu



AROLDO GOES
Deputado (PDT - AP)

43 anos, católico, originário do Pará. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Capítulos referentes aos: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde e Família.

PERFIL POLÍTICO: Começou a fazer política na ARENA e, posteriormente, com a reforma partidária transferiu-se para o PDS. Exerceu mandato na Câmara de Vereadores de Macapá durante 14 anos. Em 1985, transferiu-se para o PDT. Na campanha presidencial de 1989, comandou o comitê do candidato Leonel Brizola no Amapá. Integra o chamado “bloco amazônico” no Congresso Nacional. Foi candidato a prefeito de Santana, no Amapá, em 1988, sem sucesso.

BASE ELEITORAL: Eleito em 1990 com 3.234 votos, sendo o quinto mais votado do Amapá e o único do PDT. Sua principal base eleitoral é Macapá.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, não tem opinião formada. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

AROLD GOES

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Não respondeu
Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ERALDO TRINDADE

Deputado (PPR - AP)

36 anos, não declara religião, originário de Amapá. É jornalista, Radialista, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira. Quanto aos Direitos Sociais é favorável à Revisão na questão do Índio.

PERFIL POLÍTICO: Radialista, foi eleito com o prestígio que conquistou nas comunidades mais pobres nos seus programas de rádio e televisão. Elegeu-se pelo PFL, ingressou no PL durante a sucessão e retornou ao PFL, em 1990. Atualmente, integra a bancada do PPR. Foi eleito com 5.629 votos, em 1986, sendo o terceiro mais votado do PFL e do Amapá.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 3.274 votos em 1990, sendo o quarto mais votado do PFL e do Amapá. Sua principal base eleitoral é Macapá.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

ERALDO TRINDADE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Não respondeu, Não respondeu
<hr/>	
Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



MURILO PINHEIRO
Deputado (PFL - AP)

44 anos, católico, originário de Amapá. É engenheiro, servidor público, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger o Capítulo de Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Não respondeu à questão sobre quais Direitos Sociais deveriam ser revistos.

PERFIL POLÍTICO: Prefeito nomeado de Macapá, de 1980 a 1985. Militou no PDS e migrou para o PFL quando da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 4.137 votos, ficando na primeira colocação em todo o Estado e também na primeira entre os parlamentares do PFL. Teve votação maciça em Macapá.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias.

MURILO PINHEIRO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



VALDENOR GUEDES

Deputado (PP - AP)

38 anos, protestante/presbiteriano, originário de Amapá. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais, é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Este é o seu primeiro mandato. Anteriormente, disputou, sem sucesso, as eleições para deputado federal, em 1986, e para vereador, em 1988, sempre pelo PTB. Atualmente, compõe a bancada do PP.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 1.957 votos, ficando na última colocação entre os parlamentares do Amapá. Foi o único do PTB.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

VALDERNOR GUEDES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

AMAZONAS

Átila Lins (BL/PFL-AM)	Recusa Justificada
Aureo Mello (PRN-AM)	Não Respondeu
Beth Azize (PDR-AM)	Recusa Justificada
Carlos de Carli (PTB-AM)	Não Respondeu
Euler Ribeiro (PMDB-AM)	Não Respondeu
Ezio Ferreira (PFL-AM)	Recusa Justificada
Gilberto Miranda (PMDB-AM)	Não Respondeu
João Thome (PMDB-AM)	Respondeu
José Dutra (PMDB-AM)	Respondeu
Pauderney Avelino (PPR-AM)	Respondeu
Ricardo Moraes (PT-AM)	Respondeu



JOÃO THOMÉ
Deputado (PMDB - AM)

42 anos, não declara religião, originário de Amazonas. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Assumiu sua vaga na Câmara dos Deputados como suplente do Deputado Eduardo Braga, em janeiro de 1993. Elegeu-se Deputado em 1982 pelo PMDB/AM e foi reeleito em 1986. Presidiu por duas vezes a Comissão Agropecuária da Assembléia Legislativa do Amazonas. Foi Secretário da Produção Rural e Abastecimento do Governo do Amazonas.

BASE ELEITORAL: Obteve 14.364 votos e as cidades onde foi mais votado, foram: Manaus, Manacapuri, Coapiranga, Coari, Itacoatiara e Humaitá.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

JOÃO THOMÉ

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ DUTRA
Deputado (PMDB - AM)

56 anos, católico, originário de Amazonas. É bancário, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira. Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde, Previdência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Índio.

PERFIL POLÍTICO: É pecuarista, bancário, professor e advogado. Seu primeiro mandato foi o de Deputado Estadual, 1971-1975, MDB, AM. Reeleito em 1975, e 1983, quando licenciou-se para assumir o cargo de Secretário do Interior e Justiça do Governo do Amazonas, e depois o de Secretário de Indústria Comércio e Turismo. Em 1987, como Constituinte, iniciou seu primeiro mandato federal. Reconduzido a sua cadeira na Câmara dos Deputados em 1991, disputou em 1992 a Prefeitura de Manaus com o apoio do Governador Gilberto Mestrinho, entretanto, foi derrotado por Amazonino Mendes, do PDC.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto e à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JOSÉ DUTRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PAUDERNEY AVELINO

Deputado (PPR - AM)

38 anos, não declara religião, originário de Amazonas. É empresário urbano, engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Empresário da Construção Civil, atuou como dirigente de diversas entidades representativas da indústria amazonense, como a Federação das Indústrias, o Centro da Indústria e o Sindicato da Construção Civil estaduais. Participou, também, do Conselho Municipal de Contribuintes.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 15.659 votos, sendo o segundo mais votado do PDC e o sétimo do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

PAUDERNEY AVELINO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Contrário
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



RICARDO MORAES
Deputado (Sem partido - AM)

35 anos, católico, originário de Amazonas. É operário, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser afetados pela Revisão. Mas posicionou-se contrariamente à Revisão dos Direitos Sociais.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua carreira política como líder sindical em Manaus. Membro da CUT, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas. Foi coordenador da Pastoral Operária de 1980 a 1983 e manteve seu vínculo com a Igreja Progressista. Em 1988, disputou, sem êxito, uma cadeira na Câmara de Vereadores de Manaus. É o único deputado federal do PT no Estado.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 17.944 votos, sendo o quinto mais votado do Amazonas e o único do PT.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

RICARDO MORAES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Adicional Insalubridade, Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

BAHIA

Alcides Modesto (PT-BA)	Respondeu
Ângelo Magalhães (BL/PFL-BA)	Recusa Justificada
Aroldo Cedraz (PRN-BA)	Respondeu
Benito Gama (BL/PFL-BA)	Recusa Justificada
Beraldo Boaventura (PSDB-BA)	Respondeu
Clovis Assis (PSDB-BA)	Respondeu
Eraldo Tinoco (PFL-BA)	Recusa Justificada
Felix Mendonça (PTB-BA)	Respondeu
Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	Respondeu
Genebaldo Correia (PMDB-BA)	Recusa Justificada
Haroldo Lima (PC do B-BA)	Respondeu
Jabes Ribeiro (PSDB-BA)	Respondeu
Jairo Azi (PDC-BA)	Respondeu
Jairo Carneiro (PFL-BA)	Não Respondeu
Jacques Wagner (PT-BA)	Respondeu
João Almeida (PMDB-BA)	Não Respondeu
João Alves (PDS-BA)	Recusa Justificada
João Carlos Bacelar (PSC-BA)	Não Respondeu
Jonival Lucas (PDC-BA)	Não Respondeu
Jorge Khoury (PFL-BA)	Respondeu
Josaphat Marinho (PFL-BA)	Não Respondeu
José Carlos Aleluia (PFL-BA)	Respondeu
José Falcão (PFL-BA)	Recusa Justificada
José Lourenço (PPR-BA)	Recusa Justificada
Jutahy Junior (PSDB-BA)	Licenciado
Jutahy Magalhães (PSDB-BA)	Respondeu
Leur Lomanto (PFL-BA)	Recusa Justificada
Luiz Eduardo (PFL-BA)	Recusa Justificada
Luiz Moreira (PTB-BA)	Recusa Justificada
Luiz Viana Neto (PFL-BA)	Respondeu
Manoel Castro (PFL-BA)	Respondeu
Marcos Medrado (PPR-BA)	Respondeu
Nestor Duarte (PMDB-BA)	Não Respondeu
Pedro Irujo (PMDB-BA)	Respondeu
Prisco Viana (PDS-BA)	Respondeu
Ribeiro Tavares (PL-BA)	Não Respondeu
Ruy Bacelar (PMDB-BA)	Não Respondeu

Sérgio Brito (PPR-BA)	Respondeu
Sérgio Gaudenzi (PDT-BA)	Respondeu
Tourinho Dantas (PFL-BA)	Respondeu
Ubaldo Dantas (PSDB-BA)	Recusa Justificada
Uldurico Pinto (PSB-BA)	Respondeu
Waldeck Ornelas (PFL-BA)	Licenciado
Waldir Pires (PDT-BA)	Recusa Justificada



ALCIDES MODESTO

Deputado (PT - BA)

54 anos, católico, originário da Bahia. É professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Foi padre por dez anos, durante oito anos em Paulo Afonso, e dois anos em Bonfim. Em 1976, foi assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso e vincula-se as lutas sociais no campo. Em 1978, foi um dos baluartes na organização do Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, englobando sindicatos rurais da região da Barragem de Itaparica, na Bahia e em Pernambuco. Em 1981, filiou-se ao PT, tornando-se presidente do partido em Paulo Afonso (1983-1989). Em 1985, candidatou-se a prefeito de Paulo Afonso, obtendo 4.500 votos, a terceira colocação. Em 1986, foi eleito o único deputado estadual do PT na Bahia com 15.057 votos. Seu mandato de deputado estadual, além do movimento agrário, foi dedicado a defesa do funcionalismo público estadual. Em 1986 obteve 15.094 votos para deputado estadual dos quais 4.000 em Paulo Afonso.

BASE ELEITORAL: Em 1990 foi eleito deputado federal com 16.322 votos, basicamente da região do São Francisco, incluindo Remanso, Glória, Carinhana, Juazeiro, Sobradinho, Campo Alegre de Lourdes. Eleito pelos municípios pequenos, com média de 3.000 eleitores.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

ALCIDES MODESTO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Deputado (PRN - BA)

42 anos, católico, originário da Bahia. É empresário rural, empresário urbano, professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Capítulos referentes aos: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais, é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Ciência e Tecnologia.

PERFIL POLÍTICO: Foi diretor presidente da CERB -Companhia de Engenharia Rural da Bahia, empresa estatal especializada em perfuração de poços no semi-árido baiano; secretário de Recursos Hídricos e Irrigação no governo Waldir Pires, indicado pelo líder Pedro Irujo (87/88). Pediu demissão para ocupar o cargo de Chefe da Casa Civil da Prefeitura Municipal de Salvador em 88/90.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à Lei Ordinária. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



BERALDO BOAVENTURA

Deputado (PSDB - BA)

47 anos, não declara religião, originário da Bahia. É bancário, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais, é a favor da Revisão na área de Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Filho de Almachio Boaventura, prefeito de Feira de Santana pelo antigo PTB (1950-1954). Em 1965 entrou para o Banco do Brasil em Feira de Santana, onde morou dez anos. Tem trajetória no sindicalismo bancário, inicialmente em Feira de Santana, depois em Salvador e ao nível nacional. Era ligado em Feira de Santana ao grupo político do deputado Francisco Pinto. Foi membro do PCB na cidade e chegou a pertencer à direção municipal de 1967 a 1973 quando foi preso e processado pela Justiça Militar. Depois de um período sem filiação partidária, ligou-se ao PDT baiano, e atualmente está no PSDB.

BASE ELEITORAL: Foi eleito deputado federal com 6.486 votos, na esteira dos votos de Waldir Pires. Foi o último dos quatro deputados federais eleitos pelo PDT. Fez uma campanha voltada para os bancários, principalmente do Banco do Brasil. Em Salvador obteve 1.240 votos, sendo o restante de sua votação pulverizada pelo interior. Não houve mais de dez cidades em que tivesse número de votos superior a cem, mas foi votado em 300 municípios.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

BERALDO BOAVENTURA

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



CLÓVIS ASSIS
Deputado (PSDB - BA)

47 anos, católico, originário da Bahia. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais, é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Previdência, Assistência e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Pertenceu ao MDB de Vitória da Conquista. Médico e proprietário da Clínica de Urgência Pediátrica, é também agropecuarista. Ocupou o cargo de Secretário Municipal da Saúde de Conquista na gestão do então prefeito Raul Ferraz (1976-1982). Rompeu com o PMDB em 1987 e filiou-se ao PDT. Candidatou-se a vice-prefeito na chapa do deputado Sebastião Castro. Obteve então 35 mil votos.

BASE ELEITORAL: Recebeu 7.246 votos e foi eleito deputado federal pelo PDT. Foi votado em Conquista e em 26 cidades do Sudoeste da Bahia. Em Salvador obteve 1.200 votos. Foi o 38º colocado na relação dos eleitos na Bahia e o 3º colocado do PDT.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

CLÓVIS ASSIS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Contrário
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



FÉLIX MENDONÇA
Deputado (PTB - BA)

65 anos, católico. É engenheiro, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira.
Quanto aos Direitos Sociais, é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Ex-prefeito de Itabuna (63/66), deputado estadual pela ARENA 66, deputado federal pelo PTB (82/86). Foi candidato ao Senado em 86, quando obteve um milhão de votos na chapa de Josaphat Marinho, mas perdeu para Waldir Pires.

BASE ELEITORAL: Eleito deputado federal em 90 pelo PTB com 49.392 votos, ficando no 6º lugar entre os eleitos e o primeiro do PTB, que fez dois federais. Em 18 municípios, obteve votação superior a mil votos. Foi votado em 72 municípios. Irecê com 2.833, Brumado, com 2.308, Presidente Dutra, com 1.740, Cícero Dantas, com 1660 e Castro Alves com 1741 votos, foram os principais.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

FÉLIX MENDONÇA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, NTOF
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	NTOF, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Contrário, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



GEDDEL VIEIRA LIMA
Deputado (PMDB - BA)

34 anos, católico, originário da Bahia. É empresário rural e empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde, Previdência, e Assistência.

PERFIL POLÍTICO: É filho de Afrísio Vieira Lima, ex-deputado federal de várias legislaturas e ex-Secretário de Segurança da Bahia (Governo Nilo Coelho). Trabalhou no Banco Econômico Investimentos e na área financeira da Eucatex. Foi diretor da Embasa - Empresa Baiana de Saneamento - e a Emater-Ba (empresa de desenvolvimento agrícola do extinto sistema Embrater) no governo Nilo Coelho. Exerce seu primeiro mandato eletivo e sempre foi filiado ao PMDB.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 36.637 votos, sendo o mais votado do PMDB e o décimo-quarto do Estado. Não teve reduto eleitoral definido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

GEDDEL VIEIRA LIMA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



HAROLD LIMA
Deputado (PC do B - BA)

53 anos, não declara religião, originário da Bahia. É engenheiro, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Ex-líder estudantil, foi dirigente da Ação Popular, grupo de esquerda. Ingressou mais tarde no PC do B, Viveu alguns anos na clandestinidade até que foi preso, em 1975, tendo permanecido prisão até 1979, quando foi anistiado. Foi eleito em 1986 com 40.494 votos, sendo o mais votado do PC do B e o vigésimo-quarto na Bahia. É parlamentar atuante e assíduo do Congresso, nacionalista e estatizante.

BASE ELEITORAL: Em 1990 teve 24.336 votos. Obteve o 28º lugar na Bahia, onde foi o único eleito pela Frente Popular, que uniu o PCB, o PC do B e o PSB. Teve votos na capital e na região metropolitana de Salvador, com votos ainda em mais de 100 municípios no interior do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto. Foi também favorável à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

HAROLDO LIMA

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/compenheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JABES RIBEIRO
Deputado (PSDB - BA)

41 anos, protestante/presbiteriano, originário da Bahia. É professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: É considerado uma liderança emergente no sul da Bahia. Foi Secretário Municipal de Educação em Ilhéus (1980/82) e foi eleito prefeito de Ilhéus em 1982, com 15 mil votos. Foi Secretário do Trabalho no Governo Waldir Pires, em 1989, presidiu em 1985/86 a Associação dos Municípios da Região Cacaueira, pertenceu ao MDB e ao PMDB, filiando-se em 1990 ao PSDB. Foi demitido da Secretaria do Trabalho por Nilo Coelho porque seguiu Waldir Pires e apoiou Lula no segundo turno das eleições presidenciais. Em 1990, não fechou com a chapa de Roberto Santos da coligação PMDB-PSDB e fez campanha independente para deputado federal. Declarou o voto por Lídice da Mata para governadora, a candidata da Frente Popular, que foi a mais votada em Ilhéus.

BASE ELEITORAL: Em 90 obteve 39.019 votos para deputado federal pelo PSDB, sendo que somente Ilhéus fez 21.028 votos. O restante saiu principalmente de municípios da região cacaueira como Coaraci (2.135 votos), Ibicarai (1.650 votos), Uruçuca (1.450 votos), Itabuna (900 votos). Também foi bem votado no extremo-sul da Bahia (Eunápolis), Baixo-sul da Bahia (Nilo Peçanha e Tapero), no Recôncavo (Conceição do Almeida) e no sertão (Oliveira dos Brejinhos). Foi o 11º colocado na relação dos eleitos e o primeiro do PSDB (partido que elegeu apenas dois federais).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

JABES RIBEIRO

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Não respondeu, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Não respondeu, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Não respondeu, Não respondeu
<hr/>	
Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



JAIRO AZI
Deputado (PPR-BA)

PERFIL POLÍTICO: Sua trajetória de parlamentar iniciou-se, ainda em 1961, como vereador, no município de Alagoinhas, Bahia. Em 1967 elegeu-se deputado estadual pela ARENA, mandato para o qual reelegeu-se por quatro vezes. Em 1987, chegou à Câmara Federal, sob a legenda do PFL, como Constituinte. Em 1991, foi reeleito pelo PDC. Atualmente está filiado ao PPR.

BASE ELEITORAL: Foi o segundo mais votado do PDC, elegendando-se com 41.888 votos.

JAIRO AZI

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Hora Extra, Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JAQUES WAGNER
Deputado (PT - BA)

42 anos, não declara religião, originário do Rio de Janeiro. É técnico industrial, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: No início da década de 70 militou no movimento estudantil carioca. Já na capital baiana participou de movimentos de bairros como o da Fazenda Grande. Trabalhador do setor petroquímico, é um destacado líder sindicalista, foi Diretor Executivo do Sindiquímica. De 1987 a 1989 foi Diretor-Presidente do Sindiquímica e esteve envolvido nas principais greves do setor. Participou da fundação do PT na Bahia, do qual foi primeiro presidente, em 1980. Integra o grupo que fundou a CUT na Bahia e de 1988 a 1989 participou da Executiva da CUT como Secretário de Política Sindical. Foi Diretor Regional do Dieese na Bahia. Em 1986 já havia concorrido a Deputado Federal pelo PT, sendo o mais votado, mas o partido não atingiu o coeficiente eleitoral necessário para elegê-lo.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 11.926 votos, dos quais 8.700 em Salvador, onde moram os trabalhadores petroquímicos de Camaçari. O restante, obteve na região metropolitana e, uma pequena parte, no interior. Teve, também, uma parcela de votos de opinião, já que fez dobradinha com o único candidato do Partido Verde, Juca, a Deputado Estadual.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias.

JAQUES WAGNER

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadoras	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JORGE KHOURY
Deputado (PFL - BA)

44 anos, católico, originário da Bahia. É servidor público, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à Revisão dos Direitos Sociais.

PERFIL POLÍTICO: Foi superintendente do Distrito Industrial do São Francisco, órgão da Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia (1975-1979). Professor da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco por dois anos; Assessor da Secretaria da Indústria e Comércio (1979); Coordenador adjunto do PROAI - Programa da Agroindústria que teve por carro chefe a implantação do Pro-álcool na Bahia. Em 1982, foi eleito prefeito de Juazeiro pelo PDS, com 15 mil votos. Modernizou a administração municipal, introduziu a computação, reduziu a máquina administrativa para cinco secretarias, formou uma equipe técnica e chocou os políticos tradicionais por convidar adversários políticos para a administração. Recebeu recursos do programa do Banco Mundial para cidades médias. Em 1983, primeiro ano de mandato, foi eleito presidente da União dos Prefeitos da Bahia. Descentralizou a UPB e criou diretorias regionais e um Conselho Diretor Estadual. Em 1986, foi novamente eleito presidente da União dos Prefeitos concorrendo contra candidato de Waldir Pires e Nilo Coelho. Como presidente da Confederação Nacional dos Municípios participou ativamente da Constituinte Federal. Defende a agricultura irrigada para a região de Juazeiro.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

JORGE KHOURY

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ CARLOS ALELUIA
Deputado (PFL - BA)

46 anos, católico, originário da Bahia. É engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: De 71 a 90, foi professor do, Departamento de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica da UFBA; exerceu o cargo de Chefe do Departamento de Planejamento de Sistema Elétrico da Companhia de Eletrificação da Bahia-Coelba; Diretor de Distribuição da Coelba; Diretor de Engenharia da Chesf (85/86); Presidente da Chesf de 87 a 89.

BASE ELEITORAL: Eleito Deputado Federal pelo PFL em 90 com 50.179 votos, sendo o quinto colocado entre os eleitos e o quarto da bancada do PFL. Foi bem votado em Paulo Afonso, cidade que sedia a Chesf (5.000 votos), bem votado em Salvador (5.000 votos) e no sertão da Bahia, Euclides da Cunha (3.000 votos), os demais votos foram pulverizados pelo Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

JOSÉ CARLOS ALELUIA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



JUTAHY MAGALHÃES

Senador (PSDB - BA)

64 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É servidor público, exerce seu 3º mandato e auto-definise como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Meio Ambiente, Criança e Adolescente, Idoso, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Sua trajetória política iniciou-se em 1959 quando foi eleito vereador em Itaparica. Foi Vice-governador de Luiz Viana Filho e por duas vezes Deputado Estadual. Foi, também deputado federal e por duas legislaturas Senador, sendo que na primeira, eleito pelo Colégio Eleitoral. Pertenceu a UND, Arena, PDS, PMDB e, desde 1990, integra o PSDB. Sua atuação na Constituinte surpreendeu positivamente, demonstrou convicção e independência, votando favoravelmente a quase todas as propostas definidas pelos movimentos populares e sindicais.

BASE ELEITORAL: Teve 1.789.452 votos distribuídos pelo Estado todo.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade e a licença gestante, optou por manter os prazos. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JUTAHY MAGALHÃES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	NTOF
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LUIZ VIANA NETO
Deputado (PFL - BA)

59 anos, católico, originário da Bahia. É empresário urbano, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

A Revisão deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Previdência, Ciência e Tecnologia, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Foi eleito deputado federal em 1966 pela ARENA e reeleito em 1974 pelo mesmo partido. Ex-diretor do Banco do Estado da Bahia (de 1971/73). Eleger-se deputado federal Constituinte pelo PMDB, em 1986, e foi um dos signatários do Centrão. Contrariou este grupo ao votar pela proteção da empresa nacional e pela nacionalização do subsolo. Em 1979, foi Vice-governador de ACM. Na eleição de 1982, já havia obtido a primeira suplência do pai, Luiz Viana Filho, no Senado. Rompeu com Antônio Carlos Magalhães junto com o pai, no Colégio Eleitoral e, no ano seguinte alianhou-se a Waldir Pires. Em 1990, com a morte do pai, assumiu como senador.

BASE ELEITORAL: Em 90, elegeu-se com 33.114 votos, ficando em terceiro lugar no partido e em décimo-nono no Estado. Foi votado basicamente na região do Lago do Sobradinho.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto. Foi, também, favorável à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

LUIZ VIANA NETO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



MANOEL CASTRO
Deputado (PFL - BA)

50 anos, católico, originário da Bahia. É economista, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, Disposições Transitórias

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde, Previdência, Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Foi prefeito nomeado de Salvador no governo João Durval, por indicação de Antônio Carlos Magalhães, em 83. Começou no PDS e depois passou para o PFL. Conquistou seu primeiro mandato parlamentar em 1986, e durante a Constituinte alinhou-se ao Centrão. Antes disto foi assessor da Norberto Odebrecht, presidente da Bahiatursa (71/75) e Secretário da Indústria e Comércio (79/83) no governo ACM. Defende os interesses do Pólo Petroquímico da Bahia. Disputou a prefeitura de Salvador em 88 e perdeu para Fernando José do grupo de Pedro Irujo.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Absteve-se na votação sobre o aborto.

Foi contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

MANOEL CASTRO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	Não respondeu, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Contrário
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



MARCOS MEDRADO

Deputado (PP - BA)

44 anos, católico, originário da Bahia. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Assistência, Família, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Empresário bem sucedido, tem várias empresas. Exerce o domínio político do subúrbio ferroviário de Salvador - Paripe e Periperi. No ano de 1986 foi eleito deputado estadual pelo PMDB com 55.435 votos (mais votado). Em 85 apoiou Mário Kértész para a prefeitura de Salvador e em 1986 apoiou Waldir Pires para o governo da Bahia. Nas eleições de 1990 entrou para o PRN e no final apoiou Roberto Santos. Organizou a Fundação Marcos Medrado para desenvolver trabalho social.

BASE ELEITORAL: Em 90 obteve 38.257 votos para deputado federal pelo PRN. Foi o décimo-terceiro da relação geral e primeiro colocado do PRN, batendo portanto o próprio dono da legenda, o empresário Pedro Irujo.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

MARCOS MEDRADO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PEDRO IRUJO
Deputado (PMDB - BA)

58 anos, não declara religião, originário da Bahia. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Capítulos de Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Previdência, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Proprietário de um complexo de empresas que atuam nos mais diversos ramos, de petroquímica e transporte pesado à hotelaria e meios de comunicação. Apoiou a Campanha de Waldir Pires em 1986 ao governo e foi Delegado Nacional do PMDB de 1987 a 1990. Formou um grupo político a partir da campanha eleitoral de 1985. Dirigiu o PRN na Bahia, coordenou a campanha de Collor, lançou o filho candidato a governador em 1990 e se elegeu deputado federal, pelo PRN. O deputado é acusado de envolvimento no “esquema do orçamento”, razão pela qual vem sendo investigado pela CPI.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 20.057 votos, sendo o segundo no partido e o trigésimo quarto no Estado (fez três federais). Foi votado em 300 municípios da Bahia, numa votação completamente pulverizada. As maiores concentrações de votos foram Salvador, com 4.000 votos, Tucano, com 735 votos, Feira, com 691, Santo Amaro, com 645, Catu com 625 e Itambé com 750 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

PEDRO IRUJO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PRISCO VIANA
Deputado (PPR - BA)

60 anos, não declara religião, originário da Bahia. É Funcionário Público, exerce seu 6º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira. Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde, Previdência e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Começou a fazer política na ARENA, passando para o PDS com a reforma partidária. Foi Secretário-geral do partido de 1978 a 1979, quando passou a ser conhecido nacionalmente. No mesmo período exerceu o cargo de Secretário de Estado para Assuntos de Informação e Divulgação. Tem bom trânsito entre os moderados e conservadores pela sua habilidade de negociação e articulação. Ausentou-se na votação das diretas-já em 1984 e foi um dos coordenadores da candidatura de Paulo Maluf ao Colégio Eleitoral. Amigo pessoal do Presidente Sarney, foi nomeado Ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente. Especialista em legislação eleitoral, Regimento Interno e Constituição. Tem bom trânsito com a imprensa. Elegeu-se em 1986 com 48.965 votos, sendo o décimo-segundo mais votado do PMDB e o décimo-quinto da Bahia. Não participou da fase final dos trabalhos da Constituinte por ter se licenciado para assumir a pasta de Ministro no Governo Sarney. Está ligado aos interesses da indústria e da agricultura cacauceira.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 30.071 votos, sendo o quinto colocado do PMDB e o vigésimo segundo do Estado. Seu principal reduto eleitoral é a região do Além São Francisco, principalmente o município de Guanambi.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

PRISCO VIANA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



SÉRGIO BRITO
Deputado (PPR - BA)

32 anos, católico, originário da Bahia. É empresário rural, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Previdência, Criança e Adolescente e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Seu primeiro mandato foi durante a Constituinte, em 1987, eleito pelo PFL. Em 1992, assumiu a suplência no lugar do deputado Jonival Lucas, já pelo PDC. Atualmente, integra a bancada do PSD.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Ausentou-se da votação sobre o aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

SÉRGIO BRITO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Não respondeu
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



SÉRGIO GAUDENZI
Deputado (PSDB - BA)

50 anos, católico, originário da Bahia. É engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Não respondeu à questão sobre quais Direitos Sociais deveriam ser afetados pela Revisão.

PERFIL POLÍTICO: Especialista em planejamento urbano, exerceu diversos cargos públicos ligados a esta área. Ex-líder estudantil, foi presidente da União dos Estudantes da Bahia-UEB (1962-1963), Secretário Geral do DA da Escola Politécnica (1961-1962). Foi membro da Executiva Regional do PMDB (1983-1985), membro do diretório Regional do PMDB (1983-1987), Secretário Geral do Ministério da Previdência, na gestão de Waldir Pires (1985-1986). Eleito Deputado Estadual em 1986, com 21.076 votos, licenciou-se para ocupar a Secretaria da Fazenda do Governo Waldir Pires, de quem foi também tesoureiro da campanha vitoriosa de 1986. Em março de 1990 acompanhou Waldir Pires e se filiou ao PDT.

BASE ELEITORAL: Em 1990 obteve 20.604 votos. Ficou no trigésimo-terceiro lugar no Estado e o segundo do PDT. Bem votado em Salvador, Poções, Macajuba, Jaguaripe, Cachoeira, Alagoinhas, Lauro de Freitas, Barra do Rocha, Iramaia e algumas cidades do sertão do sisal. Não tem redutos eleitorais.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

SÉRGIO GAUDENZI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	NTOF, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



TOURINHODANTAS

Deputado (PFL - BA)

42 anos, não declara religião, originário da Bahia. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Pertencente à uma família de políticos tradicionais, ele representa a 5ª geração de políticos em sua família. Originário do PMDB, filiou-se ao PFL em 1990. Exerce o atual mandato na condição de suplente, que assumiu em 10 de março de 1992.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

TOURINHO DANTAS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ULDURICO PINTO
Deputado (PSB - BA)

40 anos, católico, originário da Bahia. É médico, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Foi vice-presidente do DA de Medicina da UFMG, em 1976. Depois de concluir o curso, mudou-se para o Nordeste de Goiás, hoje Estado de Tocantins, onde trabalhou na área da saúde pública. Foi candidato a Deputado Estadual por Goiás, em 1982. Na época conseguiu uma suplência e, na eleição seguinte. Em 1986, elegeu-se Deputado Constituinte pela Bahia, onde sua família é proprietária de fazendas e ele já se encontrava desde 1985. Seus votos durante a Constituinte registram a afinidade que tem com o movimento sindical e popular. Progressista, passou para o PSB no final da Constituinte. Acusado de envolvimento no “esquema do orçamento”, o Deputado está sendo investigado pela CPI.

BASE ELEITORAL: Em 1990, foi reeleito com 22 mil votos, sendo o único eleito do PSB. Ficou em 32º lugar na relação dos 39 deputados eleitos na Bahia. Foi votado basicamente nos 13 municípios do extremo-Sul do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE

A favor do aborto.

Foi também favorável à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

ULDURICO PINTO

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

CEARÁ

Aécio de Borba (PDS-CE)	Respondeu
Antonio dos Santos (BL/PFL-CE)	Recusa Justificada
Ariosto Holanda (PSB-CE)	Respondeu
Beni Veras (PSDB-CE)	Não Respondeu
Carlos Benevides (PMDB-CE)	Recusa Justificada
Carlos Virgílio (PDS-CE)	Não Respondeu
Cesar Cals Neto (PSDB-CE)	Recusa Justificada
Cid Saboia de Carvalho (PMDB-CE)	Não Respondeu
Edson Silva (PDT-CE)	Recusa Justificada
Ernani Viana (PP-CE)	Licenciado
Etevaldo Nogueira (PFL-CE)	Recusa Justificada
Gonzaga Mota (PMDB-CE)	Recusa Justificada
Jackson Pereira (PSDB-CE)	Sem assinatura
José Linhares (PP-CE)	Recusa Justificada
Luiz Girão (PDT-CE)	Recusa Justificada
Luiz Pontes (PSDB-CE)	Recusa Justificada
Marco Penaforte (PSDB-CE)	Devolveuquestionário
Maria Luiza Fontenelle (PSB-CE)	Respondeu
Mauro Benevides (PMDB-CE)	Não Respondeu
Mauro Sampaio (PSDB-CE)	Recusa Justificada
Moroni Torgan (PSDB-CE)	Não Respondeu
Orlando Bezerra (PFL-CE)	Licenciado
Pinheiro Landim (PMDB-CE)	Respondeu
Sérgio Machado (PSDB-CE)	Não Respondeu
Ubiratan Aguiar (PMDB-CE)	Recusa Justificada
Vicente Fialho (PFL-CE)	Não Respondeu



AÉCIO DE BORBA
Deputado (PPR - CE)

62 anos, não declara religião, originário do Ceará. É empresário rural, empresário urbano, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Pecuarista, conquistou seu eleitorado basicamente através de sua atuação como radialista esportivo. Ingressou na vida pública em 1958 quando resolveu candidatar-se a vereador de Fortaleza. Em 1967, foi eleito Deputado Estadual pela UND e em 1983 ingressou na Câmara Federal, onde exerce seu 3º mandato consecutivo. Sua atuação sempre foi voltada para as questões regionais. À favor da livre iniciativa e contra a estatização.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 39.978 votos, sendo primeiro do seu partido e o décimo sexto no Ceará. Tem base eleitoral em Fortaleza e nos municípios de Camocim, Acaraú, Russas, Aquiraz, Icó e Solonópole.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

AÉCIO DE BORBA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



ARIOSTO HOLANDA
Deputado (PSB - CE)

52 anos, católico, originário do Ceará. É professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Foi eleito pelo PSB/CE e hoje integra a Bancada do PSDB. É professor titular da Universidade Federal do Ceará. Ex-Secretário da Indústria e Comércio do Ceará no governo Tasso Jereissati.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se com 21.745 votos, distribuídos principalmente nos municípios de Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Russas, Morada Nova, São João do Jaguaripe.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ARIOSTO HOLANDA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Seguro Desemprego, Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MARIA LUIZA FONTENELE
Deputada (SEM PARTIDO - CE)

50 anos, não declara religião, originária do Ceará. É professora, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrária à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Exerceu toda sua militância política no movimento popular em Fortaleza. Eleita por dois mandatos deputada estadual sendo um pelo antigo MDB (1978/82) e PMDB (1982/86), com 19.660 votos. Em 1985, deixou o PMDB e ingressou no Partido dos Trabalhadores-PT, exercendo a liderança do partido na Assembléia Legislativa. Foi escolhida candidata do PT à prefeitura e conseguiu o que parecia impossível: uma vitória sobre o PMDB e o PFL, em 1985. Os três anos de sua administração foram marcados pela polêmica. A ex-prefeita afirma que deixou sua marca através de obras sociais e fez da cidade um centro de debates. Rompeu com a direção regional do PT e foi expulsa do partido, filiando-se ao PSB, partido do qual saiu este ano. Na Assembléia, assim como na Câmara, é uma parlamentar comprometida com o movimento de mulheres, defendendo reivindicações dos trabalhadores e minorias. Maria Luíza compõe o Conselho Consultivo do Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA no Congresso Nacional.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 45.649 votos, sendo a primeira do seu partido e a décima-quarta na colocação geral. É a única mulher da bancada federal do Ceará. Tem como base eleitoral Fortaleza.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

MARIA LUIZA FONTENELE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, NTOF, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PINHEIRO LANDIM
Deputado (PMDB - CE)

49 anos, católico, originário do Ceará. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, Disposições Transitórias. **Contrário Revis**

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Foi empresário em Roraima, desenvolvendo agricultura irrigada de arroz e investindo nos campos da mineração e do transporte. No antigo MDB conquistou seu primeiro mandato, eleito para a Câmara de Vereadores de Fortaleza. Em seguida, elegeu-se vice-prefeito de Solonópole, assumindo no final do mandato a prefeitura. Em 1982 foi eleito deputado estadual pelo PDS, com 19.580 votos. Transferiu-se para o PMDB. Foi vice-líder de sua bancada e reeleito em 1986, com 27.778 votos. Ocupava a liderança do PMDB na Constituinte Estadual, quando foi eleito presidente do Poder Legislativo, em 1989. Chegou a ocupar a chefia do Governo do Estado na ausência de Tasso Jereissati e com a morte do vice-governador Castelo de Castro.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 47.012 votos sendo o segundo mais votado do seu partido e o décimo-segundo no Ceará. Redutos eleitorais: Varjota, Solonópole, Tururu, Umirim e Senador Pompeu.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

PINHEIRO LANDIM

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Não respondeu, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Não respondeu, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Não respondeu, Não respondeu

Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho (PPS-DF)

Benedito Domingos (PP-DF)

Chico Vigilante (PT-DF)

Jofran Frejat (PFL-DF)

Maria Laura (PT-DF)

Meira Filho (PP-DF)

Osório Adriano (PFL-DF)

Paulo Octávio (PRN-DF)

Pedro Teixeira (PDT-DF)

Sigmaringa Seixas (PSDB-DF)

Valmir Campelo (PTB-DF)

Respondeu

Respondeu

Respondeu

Recusa Justificada

Respondeu

Não Respondeu

Respondeu

Devolveu questionário

Respondeu

Respondeu

Não Respondeu



AUGUSTO CARVALHO

Deputado (PPS - DF)

40 anos, católico, originário de Minas Gerais. É bancário, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Líder sindical dos bancários, obteve expressiva votação na categoria e surpreendente penetração na classe média, o que lhe garantiu a reeleição.

Assíduo ao plenário, tem atuação discreta no Congresso. Em 1986, obteve 39.782 votos, sendo o mais votado do PCB e o terceiro mais votado em Brasília. Na Constituinte Defendeu a estatização da economia, do ensino e da saúde e votou a favor de todas as reivindicações dos movimentos sindicais e populares.

BASE ELEITORAL: Foi reeleito com 42.957 votos, sendo o mais votado do Distrito Federal e da coligação Frente Popular.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

AUGUSTO CARVALHO

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Incluir na CF

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



BENEDITO DOMINGOS

Deputado (PP - DF)

59 anos, protestante/presbiteriano, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Previdência, Ciência e Tecnologia, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Estreou na vida política como candidato a senador nas eleições de 1986. Foi o segundo nominalmente mais votado, mas acabou derrotado pelas sublegendas. Na mesma época era vice-presidente regional do PFL e, em 1990, fundou o PTR no Distrito Federal, o que possibilitou a eleição de Joaquim Roriz para governador. Recebeu amplo apoio dos evangélicos na sua campanha. Propõe-se a lutar pela revisão e modernização do Código Penal Brasileiro.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 27.364 votos, sendo o terceiro mais votado pela Frente Comunidade e o oitavo no DF, com eleitorado nas cidades satélites mais pobre de Brasília.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

BENEDITO DOMINGOS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Seguro Desemprego, Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



CHICO VIGILANTE

Deputado (PT - DF)

37 anos, não declara religião, originário do Maranhão. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Líder sindical, começou na militância em 1979, na greve dos vigilantes em Brasília. Participou da fundação do PT, em 1980, partido ao qual sempre foi filiado. Nas eleições de 1986 foi o deputado mais votado do Distrito Federal mas não conseguiu se eleger porque o PT não atingiu o coeficiente eleitoral. Foi presidente da CUT (BsB), desde 1984, até junho de 1990.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 20.864 votos. Foi o segundo mais votado do PT e o oitavo no Distrito Federal. Seu principal reduto eleitoral é Ceilândia, a cidade satélite mais pobre de Brasília, onde foi o mais votado. Teve boa votação também nas cidades satélites de Gama e Sobradinho.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

CHICO VIGILANTE

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 2 anos, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais, Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Inclui na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MARIALAURA
Deputada (PT - DF)

51 anos, não declara religião, originária do Ceará. É servidora público, exerce seu 1º mandato e auto-definise como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrária à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Ex-professora da UFCE, lecionou no Departamento de Serviço Social da UnB. Foi secretária-geral da CUT-DF, de 1983 a 1987, e coordenadora da Comissão Pró-Entidades de Base dos Servidores Públicos, em 1984. Fez parte da Direção Nacional da CUT desde a sua fundação. Funcionária do MEC, há 14 anos, em Brasília, iniciou sua vida política na luta pelos direitos sindicais do funcionalismo público. Presidiu o Sindicato dos Servidores Públicos desde sua criação, em 1987, até março de 1990. Foi uma das fundadoras do PT no DF. Foi candidata a deputada federal em 1986, não conseguindo se eleger. Caracterizou sua candidatura como de oposição radical ao governo Fernando Collor, combatendo a reforma administrativa e o pacto social. Defende o regime jurídico único para o funcionalismo público, a isonomia entre os Três Poderes.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 26.186 votos, sendo a mais votada do PT e a quinta no Distrito Federal. Sua principal base política é o funcionalismo público, tendo como principais redutos eleitorais o Cruzeiro, onde foi a mais votada, o Guará e o Plano Piloto.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

MARIA LAURA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



OSÓRIO ADRIANO
Deputado (PFL - DF)

63 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Previdência, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Pioneiro em Brasília. É empresário do ramo de distribuição de veículos automotores. Dono da Brasal, conglomerado que inclui desde revendedoras de automóveis até uma indústria de informática. Estreou na política em 1984, ao fundar o PFL, no Distrito Federal. O objetivo era apoiar a candidatura de Tancredo Neves à Presidência. Foi candidato ao Senado em 1986, Apóia a criação de pólos industriais nas cidades-satélites como fator de crescimento econômico do DF. Participou em 1962 do movimento pela volta de Juscelino Kubitschek à Presidência. Membro do Conselho Diretor da Universidade de Brasília e do Conselho Nacional de Revendedores Volkswagen do Brasil. Foi fundador e vice-presidente da Associação Comercial do DF e da Federação do Comércio do DF. Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e vice-presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Volkswagen, da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores e da Associação Latino-Americana de Distribuidores de Automotivos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

OSÓRIO ADRIANO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PEDRO TEIXEIRA
Senador (PP - DF)

57 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Cultura e Desporto.

PERFIL POLÍTICO: O senador Pedro Teixeira assumiu o mandato após o licenciamento do Maurício Correia, que ocupa a pasta da Justiça no Governo Itamar. Pertence ao PDT desde 1982. Já foi Vice-presidente do PDT-DF e também seu Secretário-geral. Muito ligado à Igreja, foi coordenador do movimento “Eureka”, fundou a Comunidade da Igreja Santa Cruz em Brasília da qual foi seu vice-presidente. No campo político, admira muito o presidente nacional de seu partido, Leonel Brizola.

BASE ELEITORAL: Sua base eleitoral está no Plano Piloto, Guará, Núcleo Bandeirante e Octogonal. Elegeu-se com 197.637 votos, basicamente vindos da classe “C”.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

PEDRO TEIXEIRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 80 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Seguro Desemprego, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



SIGMARINGA SEIXAS

Deputado (PSDB - DF)

47 anos, católico, originário do Rio de Janeiro. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Foi advogado de presos políticos em Brasília, integrou os primeiros movimentos pela anistia e pela autonomia política do Distrito Federal. Na gestão Fernando Lyra no Ministério da Justiça, no começo da Nova República, foi Diretor do Departamento Federal de Justiça. Atuante e assíduo no Congresso, articulou-se com a ala progressista. Votou sempre a favor das propostas nacionalistas e defendeu com veemência a eleição direta para governador do Distrito Federal em 1988. Transferiu-se para o PSDB. Em 1986, obteve 11.476 votos, sendo o quarto mais votado do PMDB e o oitavo em Brasília. Suplente da CPI do caso PC, seu papel foi coordenar a perícia técnica de documentos e ajudar a tipificar crimes dos titulares das contas rastreadas. Atualmente compõe a CPI do Orçamento, onde exerce papel fundamental na apuração das denúncias.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

SIGMARINGA SEIXAS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 6 meses, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA

ESPIRITO SANTO

Armando Viola (PMDB-ES)	Não Respondeu
Elcio Alvares (PFL-ES)	Não Respondeu
Etevalda Grassi de Menezes (PTB-ES)	Respondeu
Gerson Camata (PDC-ES)	Não Respondeu
Helvecio Castello (PSDB-ES)	Respondeu
João Calmon (PMDB-ES)	Recusa Justificada
Jones Santos Neves (PL-ES)	Respondeu
Jorio de Barros (PMDB-ES)	Respondeu
Lezio Sathler (PSD-ES)	Recusa Justificada
Nilton Baiano (PMDB-ES)	Recusa Justificada
Rita Camata (PMDB-ES)	Respondeu
Roberto Valadão (PMDB-ES)	Recusa Justificada
Rose de Freitas (PSDB-ES)	Não Respondeu



ETEVALDA GRASSIDE MENEZES

Deputado (PTB - ES)

45 anos, católica, originária do Espírito Santo. É advogada, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira.

Não respondeu à questão referente aos direitos sociais que deveriam ser afetados pela Revisão da Constituição.

PERFIL POLÍTICO: Entrou para a política apoiando seu marido, o ex-deputado federal Nyder Barbosa Menezes, em 1973. Em 1991, Nyder não se candidatou a reeleição, mas sim ela própria. Atuante e boa articuladora, a Deputada Etevalda Menezes foi relatora da CPI que investigou a violência contra a mulher.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ETEVALDA GRASSI DE MENEZES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



HELVÉCIO CASTELO

Deputado (PSDB - ES)

40 anos, não declara religião, originário do Espírito Santo. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais.
É contrário a revisão de direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: É advogado e assumiu na Câmara do Deputados a partir de 04/01/93, na vaga do atual Prefeito de Vitória, Paulo Hartung.

BASE ELEITORAL: Obteve 20527 votos em sua maioria em Vitória - ES.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

HELVÉCIO CASTELO

Estabilidade da Gestante	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JONES SANTOS NEVES

Deputado (PL - ES)

65 anos, católico, originário do Espírito Santo. É engenheiro, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Família, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Empresário bem sucedido, defende a livre iniciativa, condenando com veemência a cartelização e a estatização da economia, criou o que denomina de “Empresa Comunitária”. Começou na política na atividade sindical, em 1965, quando foi eleito presidente do Sindicato das Indústrias de Engenharia Portuária do Espírito Santo. Desde 1971, integra a diretoria da Confederação Nacional da Indústria. Elegeu-se pelo PMDB mas, na sucessão presidencial, transferiu-se para o PL. Em 1986 elegeu-se suplente pelo PMDB com 16.347 votos. Nas eleições presidenciais de 1989 votou em Guilherme Afif Domingos, no primeiro turno, e em Fernando Collor, no segundo turno. Representou, desde 1981, o empregador brasileiro na Organização Internacional de Empregadores-OIE e no Conselho Internacional.

BASE ELEITORAL: Sua maior concentração de votos, na Grande Vitória, mas recebeu votos em todos os municípios do Espírito Santo (69). Foi o único deputado do PL eleito no ES, com 16.525 votos, em coligação nas eleições proporcionais com o PSDB. Foi o quarto e último colocado da coligação. Entre os 10 deputados do ES ficou com a sexta melhor votação entre os eleitos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

JONES SANTOS NEVES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Contrário
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



JÓRIO DE BARROS
Deputado (PMDB - ES)

50 anos, católico, originário do Espírito Santo. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-definido-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Elegeu-se pela primeira vez para a Assembléia Legislativa, em 1986, pelo PMDB, com 15.011 votos. É ligado ao grupo político do governador Max Mauro (1987-1991), atualmente sem partido. No passado, lutou pela redemocratização do país, voto direto, moralização da classe política e da coisa pública. Médico urologista, atua na área da saúde, defendendo o direito das mães de acompanharem o internamento dos filhos em hospitais públicos e luta para que enfermeiros e auxiliares de enfermagem também se aposentem, como os médicos, aos 25 anos. Fala seca e francamente o que pensa. Nas eleições presidenciais de 1989 votou em Ulysses Guimarães, no primeiro turno, e anulou o voto, no segundo.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 10.035 votos, ficando em quarto lugar na bancada do PMDB e chegou em oitavo entre os 10 deputados federais capixabas. Sua base eleitoral é Baixo Guandu e Colatina, um dos principais centros do Espírito Santo, onde, tradicionalmente, é eleito um deputado federal da região, e, de modo geral, substituído no mandato seguinte.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária.

JÓRIO DE BARROS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, NTOF
Licença Maternidade	NTOF, NTOF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, NTOF
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



RITA CAMATA
Deputada (PMDB-ES)

PERFIL POLÍTICO: É atuante na defesa dos direitos da mulher e da criança. Assídua aos trabalhos das comissões e plenário. Alinhou-se no Congresso com os segmentos progressistas, seguindo a orientação política do senador Mário Covas em quase todas as questões, mas não seguiu Covas na fundação do PSDB. Foi a deputada federal mais votada de seu Estado. Casada com o ex-governador Gerson Camata, desenvolveu intenso trabalho assistencial junto à população carente, o que lhe garantiu firmar suas bases eleitorais. Surpreendeu no Congresso pelas idéias e posições independentes que assumiu. Elegeram-se em 1986 com 136.031 votos, tendo sido a mais votada do PMDB e do Estado. Rita Camata é membro do Conselho Consultivo do Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA no Congresso Nacional.

BASE ELEITORAL: Em função do grande número de votos em branco e nulos, não conseguiu, em 1990, repetir a votação da eleição de 1986. Ainda assim, foi a deputada mais votada do Espírito Santo e do PMDB, com 99.171.

Esta pesquisa de opinião foi realizada em duas fases. A Deputada Rita Camata participou da primeira fase, que consistiu em entrevistas abertas à 24 parlamentares considerados formadores de opinião, a partir de roteiro pré-estabelecido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e, abaixo, resumidamente, apresentamos alguns dos pontos-de-vista firmados pela deputada nesta ocasião, já que a parlamentar não respondeu ao questionário fechado, que compôs a segunda fase desta pesquisa.

Direitos da Mulher Trabalhadora

Licença Maternidade em Caso de Adoção - É a favor, mas por um período menor.

Licença Paternidade - É a favor.

Creche e Pré-Escola para os Filhos de Trabalhadores e Trabalhadoras - É a favor, uma vez que se busca a igualdade para homens e mulheres.

Proteção do Mercado de Trabalho - Considera esta uma matéria importante e necessária, uma vez que é real a discriminação que a mulher encontra no mercado de trabalho.

Extensão dos Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais à Trabalhadora Doméstica - É a favor da ampliação dos direitos e do estabelecimento dos deveres.

Violência Contra a Mulher

Crimes Sexuais - É a favor da ampliação do crime de estupro. Quanto ao estupro praticado pelo cônjuge ou companheiro, considera que a solução está no entendimento do casal, e não na tipificação como crime.

Assédio Sexual - É a favor da tipificação como crime.

Legalização do Aborto - Não tem posição fechada contra a descriminalização do aborto e está aberta a discussão do problema.

Saúde da Mulher

Planejamento Familiar - É a favor de que a mulher tenha informação para poder decidir e que esta informação seja oferecida pelo Estado. É contra a interferência externa, através de ONG's.

Controle da Natalidade - É contra. Considera que o País precisa de políticas de saúde, educação e distribuição de renda.

Área Civil

União Estável - É a favor, inclusive de alterar o conceito de família na Revisão Constitucional. Considera união estável aquela em que as partes compartilham obrigações.

GOIÁS

Antonio Faleiros (PSDB-GO)	Respondeu
Delio Braz (BL/PFL-GO)	Respondeu
Haley Margon (PMDB-GO)	Recusa Justificada
Iram Saraiva (PMDB-GO)	Não Respondeu
Irapuan Costa Junior (PP-GO)	Não Respondeu
João Natal (PMDB-GO)	Recusa Justificada
Lázaro Barbosa (PMDB-GO)	Respondeu
Lúcia Viana (PP-GO)	Devolveu questionário
Luiz Soyer (PMDB-GO)	Recusa Justificada
Maria Valadão (PDS-GO)	Respondeu
Mauro Borges (PPP-GO)	Recusa Justificada
Mauro Miranda (PMDB-GO)	Recusa Justificada
Naphtali Alves de Souza (PMDB-GO)	Licenciado
Onofre Quinan (PMDB-GO)	Não Respondeu
Paulo Mandarinino (PDC-GO)	Não Respondeu
Pedro Abrão (PP-GO)	Sem assinatura
Roberto Balestra (PPR-GO)	Não Respondeu
Ronaldo Caiado (PFL-GO)	Recusa Justificada
Vilmar Rocha (PFL-GO)	Recusa Justificada
Virmondes Cruvinel (PMDB-GO)	Respondeu
Zé Gomes da Rocha (PRN-GO)	Respondeu



ANTÔNIO FALEIROS
Deputado (PSDB - GO)

45 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-definise como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Ligado aos progressistas do PMDB em Goiás, fez campanha sem subir nos palanques do PMDB e foi pré-candidato ao Governo de Goiás antes da convenção partidária de junho de 1990. Ex-Secretário de Saúde (1987-1990), foi ainda, no mesmo período, presidente do SUDS em Goiás. Seu ingresso na política ocorreu em 1986, quando, apoiado por um grupo de médicos, filiou-se ao PMDB e foi candidato a deputado estadual, tendo sido eleito com boa votação (aproximadamente 13 mil votos).

Concentra sua atenção na área da saúde e de mais verbas para o setor, em Goiás.

BASE ELEITORAL: Eleito com votação dispersa pelos 211 municípios goianos, Antônio Faleiros recebeu um total de 39.764 votos tendo sido o sexto mais votado do Estado e o terceiro do PMDB. Votação mais expressiva em Goiânia e cidades de médio porte, como Rio Verde e Goiatuba.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ANTONIO FALEIROS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



DÉLIO BRAZ
Deputado (PFL - GO)

53 anos, espírita, originário de Goiás. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, Disposições Transitórias.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Pertencente a uma tradicional família de políticos, é primo do Governador de Brasília, Joaquim Roriz. Elegeu-se em 1986 com 36.645 votos, sendo o nono mais votado no PMDB e o décimo-terceiro em Goiás. Foi um dos fundadores do Centrão. Sua principal base eleitoral é a região de Luziânia, município do qual seu pai foi várias vezes prefeito.

BASE ELEITORAL: Eleito em 1990 com 19.945 votos. Seu reduto mais forte é Luziânia. Foi décimo-oitavo mais votado do Estado e o décimo do PMDB.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

DÉLIO BRAZ

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor



LÁZARO BARBOSA
Deputado (PMDB - GO)

54 anos, não declara religião, originário de Goiás. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Família, Criança e Adolescente

PERFIL POLÍTICO: Membro Fundador do MDB de Goiás. Primeiro-Secretário e Secretário Geral do MDB durante vários anos. Em 1975 elegeu-se Senador por este partido. Em 1983 assumiu a Secretaria de Minas e Energia de Goiás e de 1983 a 1985 foi Secretário Geral do Ministério da Agricultura, e nesta condição assumiu interinamente por 5 vezes o Ministério. Em 1990, candidatou-se, com êxito, a Deputado Federal pelo PMDB. Licenciou-se para assumir a pasta de Ministro da Agricultura no Governo Itamar por um curto período, e reassumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados Foi também Secretário-Geral da Prefeitura de Petrolina de Goiás (1957-1958). Diretor Secretaria de Indústria e Comércio, Goiânia (1965). Presidente do Conselho de Administração da CELG e da METAGO (1983-1986).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

LÁZARO BARBOSA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, Não respondeu
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFE/MEIA



MARIA VALADÃO
Deputada (PPR - GO)

62 anos, católica, originária de Goiás. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger o Título/Capítulo de Tributação e Orçamento.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Foi a Primeira-dama de Goiás no período compreendido entre 1979 e 1983. É casada com o ex-governador de Goiás Ary Valadão, deputado federal pelo Estado de Tocantins, até 1991, candidato derrotado em 1980 para o governo daquele Estado. Enquanto Primeira-dama do Estado assumiu a Fundação de Ação Social do Governo. Em 1986 disputou, sem sucesso, a eleição para o Senado, mas, mesmo assim, foi a candidata mais votada na capital. Em 1988, novamente sem sucesso, disputou a prefeitura de Goiânia. Atuante em política, Maria Valadão tem na bagagem, extenso trabalho desenvolvido na área social, sendo considerada, ainda hoje, a mais atuante das primeiras-damas goianas.

BASE ELEITORAL: Tem como base a capital e municípios circunvizinhos. Recebeu votação dispersa em todo o Estado, com um total de 44.810 votos. Foi a quarta mais votada para a Câmara dos Deputados em todo o Estado e a única do PDS.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

MARIA VALADÃO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



VIRMONDES CRUVINEL

Deputado (PMDB - GO)

42 anos, não declara religião, originário de Goiás. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não tem opinião formada sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão.

É contrário a revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Milita na política desde 1968, dentro do MDB e, posteriormente, no PMDB. Em 1982 foi indicado chefe-de-gabinete do Secretário de Educação de Goiás, no Governo Iris Resende. Em 1984 passou a Secretário da Educação e em 1986 candidatou-se pela primeira vez a deputado estadual, tendo sido o segundo mais votado dentro de Goiânia, com aproximadamente 20 mil votos. De 1987 a 1988 passou a Secretário do Governo, já na administração de Henrique Santillo. Bom orador, se liga mais às questões da Educação.

BASE ELEITORAL: Foi eleito em 1990 com 22.385 votos sendo o décimo-sétimo mais votado do Estado e o nono de seu partido, o PMDB. Seu maior reduto eleitoral é a grande Goiânia.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

VIRMONDES CRUVINEL

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Contrário
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ZÉ GOMES DA ROCHA
Deputado (PRN - GO)

35 anos, não declara religião, originário de Goiás. É empresário rural, exerce seu 2º mandato e auto-definise como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger o Capítulo das Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde e Segurança.

PERFIL POLITICO: Abandonou o curso de Direito para dedicar-se à vida política. Agropecuarista de médio porte, representa os interesses do setor agrícola goiano. Em 1986, lançou-se candidato à Câmara dos Deputados, ficando na segunda suplência e assumindo o mandato em 1988, depois da Constituinte. Cumprindo promessa de campanha em 1986, elaborou projeto de lei que cria a Fundação Universidade Federal do Sul de Goiás, com sede em Itumbiara, sua cidade natal e principal base política. Conservador, transferiu-se em 1989 do PMDB para o PRN, aproveitando a popularidade do então candidato à Presidência da República, Fernando Collor. Concentra sua atividade parlamentar em assuntos regionais. Em 1986 teve 11.069 ficando como suplente de deputado federal. Assumiu como titular em janeiro de 1989, na vaga de Siqueira Campos, que foi para o Governo de Tocantins.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

ZÉ GOMES DA ROCHA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Hora Extra, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	NTOF
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

MARANHÃO

Bello Pargo (PFL-MA)	Respondeu
Cesar Bandeira (PFL-MA)	Recusa Justificada
Cid Carvalho (PMDB-MA)	Recusa Justificada
Costa Ferreira (PP-MA)	Respondeu
Daniel Silva (PDS-MA)	Recusa Justificada
Eduardo Matias (PFL-MA)	Não Respondeu
Epitácio Cafeteira (PCD-MA)	Não Respondeu
Francisco Coelho (PFL-MA)	Não Respondeu
Haroldo Saboia (PT-MA)	Respondeu
Jayme Santana (PSDB-MA)	Não Respondeu
João Rodolfo (PPR-MA)	Respondeu
José Burnett (PRN-MA)	Respondeu
José Carlos Saboia (PSB-MA)	Respondeu
José Reinaldo (PFL-MA)	Devolveuquestionário
Magno Bacelar (PDT-MA)	Rcspondeu
Mauro Fecury (PRB-MA)	Não Respondeu
Nan Souza (PP-MA)	Recusa Justificada
Pedro Novais (PDC-MA)	Respondeu
Ricardo Murad (PFL-MA)	Recusa Justificada
Roseana Sarney (PFL-MA)	Recusa Justificada
Sarney Filho (PFL-MA)	Recusa Justificada



BELLOPARGA
Senador (PTB - MA)

65 anos, não declara religião, originário do Maranhão. É bancário, exerce seu ° mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Segurança, Previdência, Criança e Adolescente, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: É aposentado pelo Banco do Brasil e suplente do atual Ministro do Desenvolvimento Regional, Alexandre Costa. Assumiu em 18/10/92.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

BELLO PARGA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor



COSTA FERREIRA
Deputado (PP - MA)

54 anos, protestante/presbiteriano, originário do Maranhão. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Previdência, Assistência, Meio Ambiente, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Sua atenção está voltada para os assuntos religiosos e regionais. Oriundo da ARENA e do PDS, migrou para o PFL. Pastor protestante, ingressou na política a partir da militância religiosa. Elegeu-se em 1986 com 28.415 votos, sendo o quinto mais votado no PFL e o sexto no Maranhão.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 21.224 votos. Foi o décimo sétimo deputado mais votado do Estado, o oitavo da coligação “Maranhão do Povo” (PFL/PSC/PTB) e o sétimo do PFL. Seu principal reduto eleitoral, a capital, São Luís.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

COSTA FERREIRA

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Não respondeu
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor,60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Não respondeu, Não respondeu,
Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



HAROLDO SABÓIA
Deputado (PT - MA)

43 anos, não declara religião, originário do Maranhão. É economista, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Intelectual com bom trânsito nos meios acadêmicos e da elite cultural do seu Estado. Combatente contra as oligarquias políticas maranhenses, começou no MDB em 1978 e, posteriormente, passou para o PMDB. Foi deputado estadual por duas legislaturas e candidato à Prefeitura de São Luís, em 1985. Perdeu a eleição porque recusou-se a fazer composição com o PFL. Elegeu-se deputado federal em 1986 com 22.930 votos, sendo o quinto mais votado no PMDB e o décimo quarto no Maranhão. Atuante, assíduo e um bom articulador. Em 1990, passou para o PDT. Atualmente, compõe a bancada petista.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 22.086 votos, sendo o mais votado do PDT e da coligação “Frente Oposição Popular” e o décimo-quarto do Estado. Seu principal reduto eleitoral, a capital São Luís.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

HAROLDO SABÓIA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOÃO RODOLFO
Deputado (PPR - MA)

58 anos, católico, originário do Maranhão. É engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Ordem Social, Direitos Políticos, Ordem Econômica e Financeira. Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde, Segurança, Previdência.

PERFIL POLÍTICO: João Rodolfo, estreante na política nacional. Muito conhecido no Estado pela obras públicas que fez. Conquistou a simpatia popular quando, no governo João Castelo, construiu o “Castelão” - o maior estádio esportivo do Estado. Em 1979, quando exercia o cargo de Secretário de Obras aumentou sua popularidade pelos trabalhos de melhoria na periferia - como trazer água para locais distantes e construção de casas populares, hospitais e colégios. Diz ter feito mais de três mil obras durante o tempo em que esteve na Secretaria de Obras.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 23.844 votos. Foi o quarto mais votado da coligação “Maranhão Livre”, o décimo do Estado e o primeiro do partido. A base eleitoral está concentrada na capital do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

JOÃO RODOLFO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Contrário, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	NTOF
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



JOSÉ BURNETT
Deputado (PRN - MA)

62 anos, católico, originário do Maranhão. É advogado, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão, nem a questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Antigo na política, José, Burnett cumpriu o seu primeiro mandato como deputado federal no período de 1963 a 1967. Reelegeu-se, em 1967, pela ARENA. No Congresso, considerado um político conservador e discreto. Fora da vida política exerceu vários cargos na administração pública - foi até delegado de polícia no Maranhão. Normalmente acompanha o pensamento da situação.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

JOSÉ BURNETT

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF

Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ CARLOS SABÓIA
Deputado (PSB - MA)

48 anos, católico, originário do Ceará. É professor, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Cientista político respeitado. Tem apoio da Igreja progressista pelo trabalho que desenvolve junto aos trabalhadores rurais e os sem-terra. Elegeram-se deputado federal, em 1986, com 25.158 votos, sendo o segundo mais votado no PMDB e o décimo no Maranhão. Durante a Constituinte acabou discordando do partido e migrou para o PSB. Seu principal compromisso é com a reforma agrária. Atuante, bom articulador e bom negociador. Foi autor da emenda que disciplinou os direitos e interesses das populações indígenas. Foi um dos principais responsáveis pela mobilização dos índios que pressionaram os constituintes. Atualmente está licenciado e exerce o cargo de Secretário de Governo da Prefeitura de São Luís.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se em 1990 com 18.565 votos, sendo o mais votado do PSB, o segundo da coligação “Frente Oposição Popular” e o décimo-oitavo do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JOSÉ CARLOS SABÓIA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



MAGNO BACELAR
Senador (PDT - MA)

55 anos, não declara religião, originário do Maranhão. É empresário urbano, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Com o apoio do PCB, entrou para o MDB e, posteriormente, mudou para o PMDB. Foi advogado de diversos presos políticos. Foi eleito deputado federal em 1983. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, exercia seu primeiro mandato de Senador (1987-1995) quando votou favoravelmente a quase todas as reivindicações do movimento sindical e popular. A exceção ficou por conta do voto contrário à estabilidade no emprego. Atuante, dinâmico no trabalho legislativo e com bom trânsito entre todas as tendências ideológicas.

BASE ELEITORAL: Foi eleito em 1986 com 521.201 votos, sendo o segundo mais votado do PMDB e de Santa Catarina.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

MAGNO BACELAR

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar

Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PEDRO NOVAIS
Deputado (PPR - MA)

Católico, originário do Maranhão. É servidor público, exerce seu 1º mandato.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão. Também Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Ligado politicamente ao ex-Governador João Castelo e inimigo histórico da família Sarney no Maranhão, não poupando críticas ao ex-Presidente durante sua gestão. Entrou para a política em 1982 candidatando-se, com êxito, pelo PMDB a uma vaga na Câmara dos Deputados. Durante o governo Epiácio Cafeteira (1987-1989) foi Secretário da Fazenda e Delegado da Receita Federal. Apoiou a candidatura Collor de Mello à Presidência, tendo sido um dos coordenadores da campanha no Estado. No final de 1989, transferiu-se para o PDC, e atualmente integra a bancada do PSD.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 22.081 votos, tendo sido o sétimo mais votado da coligação “Maranhão Livre”, o décimo-quinto no Estado e último dos três eleitos pelo PDC. Sua principal base eleitoral é São Luís.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

PEDRO NOVAIS

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Incluir na CF
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

MATO GROSSO

Augustinho Freitas (BL/PTB-MT)	Respondeu
Itsuo Takayama (PFL-MT)	Respondeu
João Teixeira (PL-MT)	Devolveu questionário
Joaquim Sucena (PTB-MT)	Licenciado
Jonas Pinheiro (PFL-MT)	Respondeu
José Augusto Curvo (PMDB-MT)	Respondeu
Julio Campos (PFL-MT)	Respondeu
Louremberg Nunes Rocha (PTB-MT)	Não Respondeu
Márcio Lacerda (PMDB-MT)	Não Respondeu
Oscar Travassos (PDS-MT)	Licenciado
Ricardo Correa (PL-MT)	Respondeu
Rodrigues Palma (PTB-MT)	Não Respondeu
Welinton Fagundes (PL-MT)	Não Responde



AUGUSTINHO FREITAS

Deputado (PTB - MT)

33 anos, não declara religião, originário do Mato Grosso do Sul. É empresário rural, exerce seu 1º mandato.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão.

Também Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Exercia mandato de vereador em Rondonópolis, que deixou para assumir a Câmara dos Deputados. Fez campanha contra o ex-governador Carlos Bezerra (PMDB), que concorreu ao Senado, polarizando curiosamente sua candidatura à Câmara com a de Bezerra.

BASE ELEITORAL: Teve 29.938 votos, o mais votado do PTB, o segundo da coligação União Por Mato Grosso (PFL, PL, PTB, PDS e PTR) e do Estado. Sua base eleitoral Rondonópolis.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária.

AUGUSTINHO FREITAS

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



ITSUO TAKAYAMA
Deputado (PSD - MT)

Não declara religião, originário de São Paulo. É engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Família, Criança e Adolescente e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Foi representante do segmento evangélico na Câmara dos Deputados. Exerceu de 1991/92 o cargo de Subsecretário de Infra-Estrutura do Estado - MT e assumiu na Câmara dos Deputados em janeiro de 1993, na vaga do Deputado Oscar Ribeiro Travassos, mas em dezembro deste ano foi cassado, pela mesma Sessão da Câmara que cassou os mandatos de Onaireves Moura e Nobel Moura, acusados de participarem de negociata para filiação ao PSD.

BASE ELEITORAL: Obteve 12.682 e foi mais votado em Cuiabá/Várzea Grande e Rondonópolis.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária.

ITSUO TAKAYAMA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JONAS PINHEIRO
Deputado (PFL - MT)

52 anos, não declara religião, originário do Mato Grosso. Exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Tem influência no meio rural em consequência do trabalho técnico que realizou à frente da Emater e do Serviço Social Rural do Estado. Integrou a bancada malufista na legislatura 1983-87. Ausentou-se na votação das “Diretas-Já” e manteve-se fiel à Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, transferindo-se para o PFL no início da Nova República. Reelegeu-se Constituinte em 1986, com 21.335 votos, e alinhou-se com o Centrão.

BASE ELEITORAL: Foi eleito em 1990 com 49.428 votos. Foi o mais votado do PFL e da coligação União Por Mato Grosso (PFL, PL, PTB, PDS e PTR) e o segundo do Estado. Seus principais redutos eleitorais são a Baixada Cuiabana e o Norte de Mato Grosso.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JONAS PINHEIRO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ AUGUSTO CURVO

Deputado (PMDB - MT)

44 anos, não declara religião, originário do Mato Grosso. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira, Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde, Segurança, Previdência, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Índio e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: É médico ginecologista e tem uma clínica e um hospital em Cuiabá (Hospital Jardim Cuiabá). Também é proprietário de fazendas na região de Cáceres. Estreou na política como candidato a vereador em 1988, em Cuiabá, conseguindo eleger-se pelo PL. Por esta mesma legenda, assumiu seu mandato de Deputado Federal, em 1991, mas migrou para o PMDB. É um bom orador e tido como representante dos setores hospitalar e de escola privados.

BASE ELEITORAL: Teve 14.488 votos, sendo o segundo mais votado do PL e o sétimo da coligação União Por Mato Grosso (PFL, PL, PTB, PDS e PTR) e do Estado. Tem suas principais bases eleitorais em Cuiabá e Várzea Grande, locais onde concentrou uma campanha de muitos out-doors, santinhos e programas especialmente produzidos para ele no horário gratuito da tevê.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

JOSÉ AUGUSTO CURVO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Crche e pré-escola filhos trabalhadores	Contrário
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Contrário, NTOF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JÚLIO CAMPOS
Senador (PFL - MT)

46 anos, católico, originário do Mato Grosso. É empresário rural e urbano, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde, Previdência, Assistência, Criança e Adolescente, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: É proprietário de diversas empresas de comunicação e concessionário de rádios e TVs no Mato Grosso. Entrou para a política pela ARENA, elegendo-se prefeito de Várzea Grande, em 1974. Passou para o PDS e, em 1982 elegeu-se governador, sendo o único a sustentar até o fim a candidatura de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Eleito deputado federal pelo PFL em 1986, durante a Constituinte alinhou-se com o Centrão. Teve a maior votação proporcional do Estado (61.002 votos).

BASE ELEITORAL: Elegeu-se senador com 331.212, cerca de 60% dos votos válidos do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JÚLIO CAMPOS

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



RICARDO CORRÊA
Deputado (PL - MT)

51 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É empresário rural, empresário urbano, advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde e Segurança.

PERFIL POLÍTICO: Empresário do setor agrícola e advogado. Exerceu o mandato de deputado estadual em 1973/1983, assumindo a 1ª Vice-Presidência na Assembléia Legislativa no período de 15/02/81 a 31/01/83. Secretário de Obras e Serviços em Campo Grande 1984/1986. No período de 1991/1993 foi chefe do escritório de Mato Grosso em São Paulo. Assumiu seu mandato na Câmara em 1993, devido ao licenciamento do deputado Joaquim Sucena PL-MT em 1993. É membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

BASE ELEITORAL: Alcançou a Suplência com 10.078 votos obtidos na Região do Alto Araguaia principalmente em Barra da Garça.

RICARDO CORRÊA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Outras punições, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

MATO GROSSO DO SUL

Elisio Curvo (PRN-MS)	Recusa Justificada
Flávio Derzi (PP-MS)	Recusa Justificada
George Takimoto (PFL-MS)	Recusa Justificada
José Elias (PTB-MS)	Respondeu
Levy Dias (PTB-MS)	Não Respondeu
Marilu Guimarães (PFL-MS)	Recusa Justificada
Nelson Trad (PB-MS)	Recusa Justificada
Rachid Saldanha Derzi (PRN-MS)	Não Respondeu
Valter Pereira (PMDB-MS)	Respondeu
Waldir Guerra (PFL-MS)	Respondeu
Wilson Martins (PMDB-MS)	Respondeu



JOSÉ ELIAS
Deputado (PTB - MS)

53 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário rural e urbano, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Proprietário da Rádio Dourados do Sul - Rádio Caiowás - na cidade de Dourados e da TV Cidade Modelo - TV Caiowás. É ligado politicamente ao ex-governador Pedro Pedrossian. Com apoio de Pedrossian, foi candidato ao governo de Mato Grosso do Sul em 1982, mas foi derrotado. Começou na política como prefeito de Dourados pela ARENA, em 1976, passando mais tarde para o PDS e migrando na eleição de 1986 para o PTB. Exerceu com especial dedicação, durante seu mandato na Constituinte, a defesa dos municípios. Foi Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Municípios-Assulmaté e Secretário-geral da Confederação Nacional de Municípios-CNM. Foi eleito Constituinte em 1986 com 31.073 votos, e integrou o Centrão durante a Assembléia.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 25.315 votos, o quinto colocado em todo o Estado e o segundo do partido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JOSÉ ELIAS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	NTOF, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



VALTER PEREIRA
Deputado (PMDB - MS)

49 anos, católico, originário do Mato Grosso do Sul. É advogado, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Como a maioria dos políticos do Estado, tem atenção voltada para o setor agrícola e pecuário, apesar de ser proveniente da classe média urbana de Campo Grande. Foi fundador do MDB em Mato Grosso do Sul, em 1966. Começou sua carreira política como vereador em Campo Grande (1973-1974), pelo PMDB. Exerceu, depois, os mandatos de deputado estadual e federal, pelo PMDB. Em 1986, foi eleito Constituinte, com 31.226 votos - foi o mais votado do PMDB e o quarto de Mato Grosso do Sul. Foi de longe o representante do Mato Grosso do Sul com maior índice de votos favoráveis aos trabalhadores e às causas populares. Antes que fossem concluídos os trabalhos da Constituinte, entretanto, aceitou convite para assumir uma secretaria de Estado. Atuante e assíduo, no plenário e na tribuna.

BASE ELEITORAL: Obteve 22.148 votos nas eleições de 1990, foi o oitavo mais votado do Estado e o primeiro do partido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

VALTER PEREIRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Contrário, NTOF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



WALDIR GUERRA
Deputado (PFL - MS)

58 anos, não declara religião, originário do Rio Grande do Sul. É empresário rural, advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Irmão do Ministro da Saúde do governo Collor, Alcení Guerra. Foi Secretário da Indústria e Comércio do Mato Grosso do Sul de 15 de março de 1987 a 3 de janeiro de 1990. Seu primeiro mandato foi de vereador, conquistado em Pato Branco, Paraná, pelo PSD, em 1961. Pelo PST, assumiu seu mandato de Deputado Federal em 1991. Antes disto, pertenceu ao PFL, partido ao qual retornou e está filiado atualmente.

BASE ELEITORAL: Obteve 38.673 votos, foi o segundo do PST e o terceiro do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

WALDIR GUERRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais, Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	Hora Extra, Remeter a LO
Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



WILSON MARTINS
Senador (PMDB - MS)

76 anos, não declara religião, originário do Mato Grosso do Sul. É advogado, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Um dos fundadores da UDN, foi prefeito de Campo Grande entre 1959 e 1963. Deputado federal eleito em 1962, reelegeu-se, já pelo MDB, em 1966. Teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5 em 1969, quando, além de deputado, era Presidente da Seccional da OAB no Mato Grosso. Dedicou-se, a partir de então, à defesa de presos políticos e aos direitos humanos. Ex-governador do Estado, eleito em 1982 pelo PMDB, tem grande penetração junto às elites rurais. Ajudou a fundar o MDB e o PMDB em Campo Grande. Posicionou-se contrariamente ao mandato de cinco anos para Sarney. Na Constituinte foi favorável a proteção do emprego contra a demissão sem justa causa; e posicionou-se contra a jornada de 40 horas. No início de 1990, filiou-se ao PSDB.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 240.468 votos: 1º lugar no PMDB e no Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade e a licença gestante, optou por manter os prazos. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

WILSON MARTINS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, Não respondeu, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA

MINAS GERAIS

Aécio Neves (PSDB-MG)	Recusa Justificada
Agostinho Valente (PT-MG)	Respondeu
Alfredo Campos (PMDB-MG)	Não Respondeu
Aloísio Vasconcellos (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Álvaro Pereira (PSDB-MG)	Recusa Justificada
Anibal Texeira (BL/PTB-MG)	Não Respondeu
Aracely de Paula (BL/PFL-MG)	Recusa Justificada
Armando Costa (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Avelino Costa (PDS-MG)	Respondeu
Camilo Machado (PFL-MG)	Respondeu
Edinho Ferramenta (PT-MG)	Recusa Justificada
Edmar Moreira (PRN-MG)	Respondeu
Elias Murad (PSDB-MG)	Respondeu
Fernando Diniz (PMDB-MG)	Não Respondeu
Filipe Neri (PMDB-MG)	Não Respondeu
Genésio Bernardino (PMDB-MG)	Respondeu
Getúlio Neiva (PL-MG)	Recusa Justificada
Humberto Souto (PFL-MG)	Recusa Justificada
Ibrahim Abi-Ackel (PDS-MG)	Respondeu
Irani Barbosa (PSD-MG)	Recusa Justificada
Israel Pinheiro (PRS-MG)	Respondeu
João Paulo (PT-MG)	Respondeu
José Aldo (PRS-MG)	Respondeu
José Belato (PMDB-MG)	Respondeu
José Geraldo (PMDB-MG)	Devolveuquestionário
José Ulisses de Oliveira (PRS-MG)	Respondeu
Junia Marise (PRN-MG)	Não Respondeu
Lael Varella (PFL-MG)	Recusa Justificada
Leopoldo Bessone (PP-MG)	Recusa Justificada
Marcos Lima (PMDB-MG)	Devolveuquestionário
Mário Assad (PFL-MG)	Licenciado
Mário de Oliveira (PP-MG)	Recusa Justificada
Maurício Campos (PL-MG)	Respondeu
Neif Jabbur (PMDB-MG)	Respondeu
Nilmário Miranda (PT-MG)	Respondeu
Odelmo Leão (PRN-MG)	Não Respondeu
Osmanio Pereira (PSDB-MG)	Recusa Justificada

Paulo Delgado (PT-MG)	Respondeu
Paulo Heslander (PTB-MG)	Recusa Justificada
Paulo Romano (PFL-MG)	Respondeu
Pedro Tassis (PMDB-MG)	Respondeu
Raul Belém (PRN-MG)	Recusa Justificada
Roberto Brant (PRS-MG)	Licenciado
Romel Anisio (PRN-MG)	Respondeu
Ronaldo Perim (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Ronan Tito (PMDB-MG)	Não Respondeu
Samir Tannus (PPR-MG)	Respondeu
Sandra Starling (PT-MG)	Respondeu
Saulo Coelho (PSDB-MG)	Respondeu
Sergio Miranda (PC do B-MG)	Respondeu
Sergio Naya (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Sérgio Ferrara (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Tarcisio Delgado (PMDB-MG)	Respondeu
Tilden Santiago (PT-MG)	Respondeu
Vittorio Medioli (PSDB-MG)	Respondeu
Wagner do Nascimento (PRN-MG)	Devolveu questionário
Wilson Cunha (PTB-MG)	Respondeu
Zaire Rezende (PMDB-MG)	Recusa Justificada



AGOSTINHO VALENTE
Deputado (PT - MG)

45 anos, católico, originário de Minas Gerais. É advogado, Bancário, exerce seu 1º mandato e auto-definido-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por ampliá-la.

PERFIL POLÍTICO: Deputado Estadual pelo PT em Minas Gerais (1987 - 1991). Líder do PT na Assembléia Legislativa (1988). Candidato derrotado a prefeito de Juiz de Fora (MG), em 1982. Projetou-se como sindicalista da categoria dos bancários em Juiz de Fora, onde era advogado do Banco do Brasil. Marcou sua passagem pela Assembléia Legislativa por uma ferrenha oposição ao governador Newton Cardoso. Conseguiu aprovar uma emenda na Constituinte de Minas que impossibilita a privatização dos bancos estaduais (a privatização tem que ser aprovada antes pela Assembléia Legislativa, sem ultrapassar 49% do patrimônio líquido). Suas preocupações são a valorização do serviço público brasileiro e o combate ao que chama de “moda privatista”. Quer a democratização dos meios de comunicação, sobretudo televisão e rádio, concessões do poder público.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se em 1990 com 12.145 votos, sendo o menos votado em toda bancada federal mineira. O sétimo e último colocado na bancada mineira do PT.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

AGOSTINHO VALENTE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



AVELINO COSTA
Deputado (PPR - MG)

59 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É empresário rural e urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso, Índio e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Estreante na política, dedica-se a atividade empresarial desde 1958, quando adquiriu parte de uma sociedade de avicultura no Rio de Janeiro. Em 1972, já com nove empresas, formou o grupo Pif-Paf, com a fundação do Rio Branco Alimentos S/A, líder do grupo, sediada em Visconde do Rio Branco, Zona da Mata. O grupo tem cerca de cinco mil funcionários, o primeiro do Estado no ramo da avicultura e o quarto no país.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 23.402 votos, sendo o quarto colocado em seu partido e o quinquagésimo-primeiro na classificação geral do Estado. Suas bases eleitorais são Visconde do Rio Branco e Zona da Mata.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

AVELINO COSTA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, NTOF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, NTOF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Contrário
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



CAMILO MACHADO
Deputado (PFL - MG)

59 anos, católico, originário de Minas Gerais. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Ordem Social, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Segurança.

PERFIL POLÍTICO: Teve participação ativa na política estudantil. Foi prefeito de sua cidade natal, Abadia dos Dourados (MG), onde a atenção foi voltada principalmente para a Educação, mas também para a agricultura. Camilo Machado se considera um político liberal por preocupar-se com a construção de uma sociedade mais fraterna, sem se comprometer com ideologias de esquerda ou de direita. Apoiou Hélio Garcia para o governo do Estado de Minas Gerais.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

CAMILO MACHADO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



EDMARMOREIRA
Deputado (PRN - MG)

53 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não tem opinião formada sobre quais Capítulos da Constituição devem ser objeto de Revisão.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Empresário de segurança, mineração e pecuária. Serviu na Polícia Militar de Minas Gerais entre 1960 e 1973, saindo com a patente de capitão. Deixou a PM para dedicar-se à iniciativa privada. Foi presidente do Sindicato das Empresas de Segurança em São Paulo. Eleito pelo PRN, integra atualmente a bancada do PP.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 32.010 votos, sendo o quarto mais votado do PRN-MG e o trigésimo terceiro na classificação geral do Estado. Sua base eleitoral é a Zona da Mata.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

EDMAR MOREIRA

Estabilidade da Gestante	NTOF, NTOF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, NTOF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	NTOF
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



ELIAS MURAD
Deputado (PSDB - MG)

66 anos, católico, originário de Minas Gerais. Exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Previdência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Escudado em sólida formação em bioquímica e farmacologia é autor de diversos projetos de lei sobre a questão. É de sua autoria a emenda que destina à reforma agrária as terras onde sejam encontradas plantações de maconha. Dinâmico, atuante e incansável na defesa de suas propostas. Foi eleito em 1986 com 42.921 votos, sendo o mais votado do PTB e o vigésimo-sétimo em Minas Gerais. Progressista, transferiu-se para o PSDB.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 21.519 votos, sendo o quinto colocado do PSDB e o quinquagésimo na classificação geral.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

ELIAS MURAD

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	NTOF, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



GENÉSIO BERNARDINO

Deputado (PMDB - MG)

65 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua vida política ainda como estudante de medicina. Foi muito ligado ao ex-presidente Tancredo Neves. Em 1971, assumiu seu primeiro mandato como deputado estadual pelo MDB. A este sucederam-se outros cinco, sendo que os dois últimos na Câmara Federal. Integrou o secretariado de Newton Cardoso no ano de 1986, e licenciou-se de seu mandato na Constituinte, onde integrava o Centrão. Bom articulador, sua atuação concentra-se nas áreas de Saúde e Agricultura.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se em 1990 com 30.280 votos, sendo o décimo mais votado no PMDB e o trigésimo nono na colocação geral. Sua base eleitoral, a região Leste de Minas e da Zona da Mata (sobretudo Muriaé, Mutum e Aimorés).

GENÉSIO BERNARDINO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



IBRAHIM ABI-ACKEL
Deputado (PPR - MG)

PERFIL POLÍTICO: Vereador em Manhuaçu, MG, pelo PSD (1955-1959). Suplente de deputado estadual pelo PDS (1963-1967), exerceu o cargo interinamente em vários períodos, até ocupar a vaga deixada por Pio Canedo, vice do governador Israel Pinheiro. Pessedista histórico, foi um dos principais articuladores da bancada da tradicional agremiação no interior da Arena-MG por duas legislaturas (1967-1971 e 1971-1975). Foi líder do governo Rondon Pacheco. Suplente de deputado federal pela Arena-MG (1974-1979), exerceu o último ano de mandato. Deputado federal pela Arena-MG (1979-1983), quando foi relator-geral da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Penitenciário e relator da Lei de Reforma da Legislação Penal e do Código de Processo Penal. Confirmando seu interesse pela área penal, assumiu a relatoria de diversos projetos que alteram a legislação sobre o assunto.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 30.110 votos, sendo o primeiro colocado do PDS-MG e o quadragésimo na classificação geral do Estado. Suas bases eleitorais são Manhuaçu e Manhumirim, MG.

Esta pesquisa de opinião foi realizada em duas fases. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel participou da primeira fase, que consistiu em entrevistas abertas à 24 parlamentares considerados formadores de opinião, a partir de roteiro pré-estabelecido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e, abaixo, resumidamente, apresentamos alguns dos pontos-de-vista firmados pelo Deputado nesta ocasião, já que o parlamentar não respondeu ao questionário fechado, que compôs a segunda fase desta pesquisa.

Direitos da Mulher Trabalhadora

Licença Paternidade - É contra.

Discriminação no Trabalho - É a favor da participação da mulher no mercado de trabalho de forma mais ampla.

Violência Contra a Mulher

Crimes Sexuais - É contra a ampliação do crime do estupro, pois acredita que o mesmo só pode ser cometido contra a mulher. Considera que toda a ofensa à liberdade sexual é um crime de abuso sexual, assim sendo seria necessária a sua tipificação para que pudesse ser estudado.

Assédio Sexual - É a favor da punição, pois considera este um constrangimento à liberdade sexual da mulher.

Legalização do Aborto - Acha necessária a ampliação dos casos em que se permite o aborto, mas a total descriminalização vai contra seus princípios morais e religiosos. É simpático à idéia de um plebiscito sobre a questão.

Saúde da Mulher

Aborto enquanto Saúde Pública - É a favor do atendimento na rede pública dos casos de aborto legal.

Planejamento Familiar - É a favor como decisão da família. Não considera que este seja um assunto para ser tratado pelo Estado.



ISRAEL PINHEIRO
Deputado (PRS - MG)

62 anos, católico, originário de Minas Gerais. É engenheiro, exerce seu 5º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia.

PERFIL POLÍTICO: Filho do ex-governador de Minas Gerais e construtor de Brasília, Israel Pinheiro. Político por essência, foi do PSD, passou pela Arena e PDS e acabou no PMDB pelas mãos de Tancredo Neves, que o aproximou do ex-governador Hélio Garcia. Foi eleito suplente em 1986 e pôde assumir uma cadeira dado o licenciamento de vários deputados mineiros que foram secretariar o governo Newton Cardoso. Assíduo, ativo e bom articulador, um parlamentar de destaque, até mesmo pelo seu comportamento extrovertido. Tem bom trânsito com a imprensa. Elegeu-se em 1986 com 32.407 votos, sendo o trigésimo-sexto do PMDB e o quinquagésimo-quarto em Minas Gerais.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 35.393 votos, sendo o primeiro colocado do partido e o vigésimo-quarto na classificação geral no Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à Lei Ordinária. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar.

ISRAEL PINHEIRO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, NTOF
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



JOÃO PAULO
Deputado (PT - MG)

61 anos, católico, originário de Minas Gerais. É topógrafo, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso, Índio e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: É tido como importante liderança operária de Minas Gerais, especialmente no setor metalúrgico. Na Constituinte, foi autor da emenda do turno de seis horas e da que anistiou os trabalhadores das empresas estatais. Elegeu-se em 1986 com 38.573 votos. Seu principal reduto eleitoral é o Vale do Aço. Disputou a convenção do PT para governador, mas perdeu para Virgílio Guimarães.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 39.580 votos, sendo o décimo-sétimo na classificação geral.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JOÃO PAULO

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, NTOF, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor



JOSÉ ALDO
Deputado (PRS - MG)

51 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-definido-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho e Segurança.

PERFIL POLÍTICO: Primeiro mandato. Especialista em economia rural, começou sua vida profissional no Banco do Estado de São Paulo (1969-1976), operando com assistência na área do crédito rural. Empresário, dono da Agropecuária Citrosantos e da Citrosantos Comercial (produz e comercializa citros para todo país). Também pecuarista (gado de corte, com fazendas em Minas e São Paulo) e produz grãos.

Foi presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomo de São Paulo (1974).

BASE ELEITORAL: Elegeram-se em 1990 com 35.101 votos, sendo o segundo colocado do partido e o vigésimo quinto na classificação geral do Estado. Suas bases eleitorais são a Região Oeste (Oliveira) e Alto e Médio do São Francisco.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

JOSÉ ALDO

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Não respondeu
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ BELATO
Deputado (PMDB - MG)

46 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, e Saúde.

PERFIL POLÍTICO: Vereador em Monsenhor Paulo pela Arena-MG (1972-1976). Prefeito na mesma cidade, pelo PMDB-MG (1982-1986). Deputado estadual pelo PMDB (1987-1991). Empresário bem sucedido, atua sobretudo no Sul de Minas (metalúrgicas que fabricam material de construção, como portas e basculantes, ou latões de leite e gabinetes para cozinha). Dono também de uma pequena transportadora, de uma firma de torrefação de café e de fazendas de gado nelore. Foi Secretário de Esporte, Lazer e Turismo no governo Newton Cardoso.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 61.419 votos, sendo terceiro colocado no PMDB e no Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

JOSÉ BELATO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, Não respondeu, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA
Deputado (PRS - MG)

54 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, advogado, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Sua carreira política começou no MDB em 1969. Em 1983 exerceu seu primeiro mandato já na Câmara dos Deputados. Reelegeu-se em 1986 pelo PMDB, e em 1989 saiu do PMDB para o PRS, partido pelo qual assumiu o mandato que ora exerce.

Atualmente compõe a bancada petebista

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Absteve-se na votação sobre o aborto.

JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MAURÍCIO CAMPOS

Deputado (PL - MG)

60 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É engenheiro, exerce seu 4º mandato e auto-definido-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, e Ordem Econômica e Financeira.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Oriundo da ARENA, passou pelo PDS e alinhou-se com a dissidência que votou a favor das diretas-já em 1984, fundou o PFL e votou em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Em 1979, elegeu-se Deputado Federal pela Arena. No mesmo ano foi nomeado prefeito Belo Horizonte. Foi reeleito Deputado Federal em 1983, já pelo PDS, mas não conseguiu sucesso em sua campanha à Prefeitura em 1985. Em 1986 candidatou-se, com êxito, à Assembléia Nacional Constituinte, quando obteve 50.580 votos, sendo o quarto mais votado no PFL e o décimo-sexto em Minas Gerais. Foi um dos signatários do Centrão. Seu principal reduto eleitoral, Belo Horizonte.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 39.154 votos, sendo o quarto colocado no PFL e o décimo-oitavo na colocação geral no Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

MAURÍCIO CAMPOS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO

Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



NEIF JABBUR
Deputado (PMDB - MG)

67 anos, católico, originário de Minas Gerais. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social e Direitos Políticos.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Sua atividade parlamentar tem início em 1955, quando elegeu-se vereador em Passos-MG, pelo PTB. Em 1975, já pelo PMDB, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a qual foi reconduzido por duas vezes, tendo sido, inclusive, Presidente daquela Casa. Em 1987, chegou a Câmara Federal, como Deputado Constituinte, da bancada peemedebista. Em 1990, reelegeu-se.

BASE ELEITORAL: Sudoeste de Minas, sobretudo a cidade de Passos. Total de votos no Estado: 35.563.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à Lei Ordinária. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manteria na CF.

NEIF JABBUR

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



NILMÁRIO DE MIRANDA
Deputado (PT - MG)

46 anos, católico, originário de Minas Gerais. É jornalista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Deputado Estadual pelo PT-MG (1987-1991), legenda da qual foi um dos principais organizadores no Estado. Candidato a prefeito de Contagem, em 1988, ficou em segundo lugar. Fundou o Jornal dos Bairros, peça fundamental da reimplantação da esquerda no cinturão metalúrgico de Belo Horizonte e Contagem após a abertura política, atingindo comunidades de mais de 60 bairros. Participou do movimento pelas Reformas de Base, entre 1962 e 1964, na cidade de Teófilo Otoni (MG), e do movimento estudantil. Esteve na clandestinidade no final dos anos 60, foi preso e cumpriu pena no presídio Linhares, condenado pela Lei de Segurança Nacional. Como deputado estadual, lutou pela moralização do Poder Legislativo. Preocupou-se também com a defesa do meio-ambiente e teve aprovada emenda que assegura o controle do Estado sobre o armazenamento de substâncias perigosas que tragam riscos para o meio ambiente. Na sua trajetória política demonstrou grande capacidade na organização de movimentos populares.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 27.434 votos - foi o quarto colocado no PT e o quadragésimo-quinto na classificação geral.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

NILMÁRIO DE MIRANDA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PAULO DELGADO
Deputado (PT - MG)

41 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É sociólogo, professor, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger o Título/Capítulo de Tributação e Orçamento.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Progressista, integra a esquerda do Congresso. Atuante e dinâmico, foi responsável pelo movimento de “caça aos gazeteiros” na Constituinte, promovido pelos parlamentares assíduos. Projetou-se rapidamente dentro do Congresso. Usa a tribuna com muita frequência. É bom orador. Tem bom trânsito com a imprensa. Dirigente sindical, tem suas bases junto aos professores e em Juiz de Fora. Elegeu-se em 1986 com 44.699 votos, sendo o mais votado do PT.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 55.312 - o mais votado no PT. Suas principais bases eleitorais: Juiz de Fora, São João Del Rey, Viçosa, Ubá e Além Paraíba.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

PAULO DELGADO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



PAULO ROMANO
Deputado (PFL - MG)

51 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-definise como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Foi eleito suplente de Deputado Federal para a legislatura 1991-1995, tendo assumido o mandato em 18 de setembro de 1991, na vaga deixada pela morte do Dep. Cristóvan Chiaradia, acontecida em plenário. Formou-se em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura da Universidade Federal de Viçosa - MG, durante o período de 1963 a 1966. Além de Engenheiro Agrônomo, Analista de Projetos e Professor de Nível Técnico. Foi Secretário Geral do Ministério da Agricultura tendo assumido o cargo de Ministro Interino por nove vezes (1974-1979) e Presidente da Companhia de Promoção Agrícola do Ministério da Agricultura, (1979-1991). Ficou conhecido nacionalmente durante a votação do pedido de Impeachment de Collor, por seu voto ter sido decisivo para a aprovação do parecer na Câmara de Deputados, declarando seu voto: “Pela ética, pela coerência, por aquilo que Minas Gerais representa”. Seu voto foi o de número 336.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

PAULO ROMANO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PEDRO TASSIS
Deputado (PMDB - MG)

55 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso, Índio e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Em 1963, elegeu-se vereador. Este é o seu primeiro mandato na Câmara Federal.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 28.243 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

PEDRO TASSIS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Contrário, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ROMEL ANÍSIO JORGE
Deputado (SEM PARTIDO - MG)

47 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Político tradicional da região do triângulo Mineiro. Empresário rural, proprietário de fazendas de gado de corte. Em 1971, elegeu-se vereador na cidade de Ituiutaba, pela ARENA, cadeira a qual foi reconduzido em 1973. Seu mandato seguinte foi o de Deputado Estadual, em 1978. Candidatou-se com êxito a Prefeitura de Ituiutaba em 1983. Durante a sua gestão, deu ênfase atendimento de saúde à população, reduzindo significativamente o índice de mortalidade infantil no município. Este é o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Elegeu-se pelo PRN e atualmente compõe a bancada do PP.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 49.022 votos, sendo o primeiro colocado no PRN e o sétimo na classificação geral. Sua base eleitoral, Ituiutaba e o Pontal do Triângulo Mineiro.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ROMEL ANÍSIO JORGE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



SAMIR TANNUS
Deputado (PPR - MG)

62 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário rural, exerce seu 1º mandato.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão. Também Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Em 1988, deixou a Assembléia para ser Secretário do Trabalho de Newton Cardoso. Foi um dos principais organizadores do PDC em Minas. Foi líder da bancada do PDS na Assembléia Legislativa. Como prefeito, elaborou um Plano Integrado de Desenvolvimento, inédito no interior do Estado. Criou uma superintendência de Água e Esgoto, responsável pelo tratamento de água da cidade. Entre outras obras, deu início ao terminal rodoviário, ergueu o fórum e uma imponente praça na cidade. Investiu no ensino básico e na ligação rodoviária asfaltada com a cidade vizinha Campinas Verde, além de criar agrovilas para trabalhadores rurais sem terra. Empresário rural, tem duas fazendas no Triângulo Mineiro, onde cria gado de corte e produz soja e milho. Leva para a Câmara a experiência de bom articulador no tradicional estilo da política mineira.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 32.533 votos, sendo o primeiro e único colocado do PDC-MG e o trigésimo na classificação geral do Estado. Suas bases eleitorais são a cidade de Ituiutaba e o Triângulo Mineiro.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

SAMIR TANNUS

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



SANDRA STARLING

Deputada (PT - MG)

49 anos, católica, originário de Minas Gerais. É professora, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrária à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Percorreu sua trajetória política no Partido dos Trabalhadores. Membro fundador do PT, elegeu-se deputada estadual constituinte (1987/1991) quando foi líder da Bancada. Em 1990, disputou, com êxito uma cadeira na Câmara dos Deputados, da qual licenciou-se em janeiro de 1993 para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte. Em agosto, retornou à Câmara Federal. Assídua e atuante nos trabalhos de Comissão e no Plenário, Sandra Starling presidiu a CPI que investigou a violência contra a mulher.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 32.248 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

SANDRA STARLING

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



SAULO COELHO
Deputado (PSDB - MG)

44 anos, católico, originário de Minas Gerais. Exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Administração Pública.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Parlamentar de atuação discreta, concentra-se nos trabalhos de comissão. Ingressou na carreira política por influência da família, tradicional na política mineira. Seu avô foi senador constituinte, em 1946, e seu pai, deputado estadual, deputado federal, prefeito de Belo Horizonte, vice-governador e governador de Minas Gerais. Chamou a atenção das lideranças políticas regionais sua atuação na diretoria da Açominas. Elegeu-se, em 1986, suplente do PFL, com 34.189 votos, e assumiu como titular em janeiro de 1989, substituindo Homero Santos. Em março do ano seguinte, filiou-se ao PSDB.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 20.339 votos, sendo o sexto colocado em seu partido e o sexagésimo-oitavo colocado na classificação geral do Estado. Suas bases eleitorais são Ubá, Ouro Branco (região da Açominas) e Zona da Mata.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

SAULO COELHO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



SÉRGIO MIRANDA
Deputado (PC do B - MG)

45 anos, não declara religião, originário do Pará. É professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Assumiu seu mandato na Câmara em 11 de janeiro de 1993, PC do B - MG devido ao licenciamento do deputado Célio de Castro, que assumiu a vice-prefeitura de Belo Horizonte. Anteriormente exerceu, por duas vezes, o mandato de vereador e suas preocupações centrais são as áreas de educação e saúde.

BASE ELEITORAL: Alcançou a suplência com 12 mil votos obtidos na Grande Belo Horizonte.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

SÉRGIO MIRANDA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



TARCÍSIO DELGADO
Deputado (PMDB - MG)

57 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É advogado, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Ficou conhecido no Estado pela sua atuação destacada na denúncia das violações dos Direitos Humanos durante o regime militar, no começo dos anos 70, integrando, com mais dois colegas, a reduzida ala dos autênticos do PMDB mineiro. Prosseguiu a denúncia do autoritarismo na Câmara Federal, participando da bancada nacional dos autênticos e neo-autênticos. Como prefeito, deixou obras de grande porte em Juiz de Fora, como o estádio regional, a nova rodoviária e o espaço cultural de 11 mil metros de uma antiga fábrica têxtil, restaurada. Enfatizou a defesa do menor, com a criação de uma média mensal de construção de 2,5 salas de aulas e com o desenvolvimento de programas de saúde infantil, particularmente na área de oftalmologia e odontologia. Ex-Secretário de Estado de Minas Gerais.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 68.245 votos, sendo o segundo mais votado do PMDB e o segundo na classificação geral.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

TARCÍSIO DELGADO

Estabilidade da Gestante	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



TILDEN SANTIAGO

Deputado (PT - MG)

52 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É jornalista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Fundador do PT e da CUT, Tilden Santiago é jornalista. Já foi metalúrgico, trabalhador rural e padre operário. Presidiu o Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e foi conselheiro da Federação Nacional da categoria. Como jornalista, foi fundador do Jornal dos Bairros, em Belo Horizonte, que teve papel importante na rearticulação do movimento popular daquela capital. Ainda na imprensa, desempenhou papel fundamental na articulação do jornalismo alternativo, atuou como comentarista político do Jornal Opinião. É membro da equipe nacional do movimento Fé e Política.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

TILDEN SANTIAGO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	NTOF
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



VITÓRIO MEDIOLI
Deputado (PSDB - MG)

42 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Idoso, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Estreante na política, Medioli é italiano de origem, naturalizado brasileiro em 1981, com uma bem sucedida carreira de empresário, do Grupo Sada, que inclui transportadora, fábrica de auto-peças e firma de taxi aéreo. Veio para o Brasil, há 14 anos, por iniciativa própria, na esteira da instalação da montadora italiana Fiat Automóveis. Montou uma transportadora e fazia fretes para a Fiat, que posteriormente, credenciou-o para transportar os seus veículos fabricados em Betim (MG). É dono também de um jornal semanário em Betim. Mantém a Fundação Medioli, criada para atender a creches. Influenciado pela social-democracia europeia, tem como preocupação as questões sociais.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 22.920 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

VITÓRIO MEDIOLI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Contrário, NTOF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



WILSON CUNHA
Deputado (PTB - MG)

55 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Segurança, Previdência, Assistência, Família, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Empresário nos ramos de hotelaria e algodão. Prefeito de Porteirinha pelo PDS (1982-1988). Em 1984, filiou-se ao PDC, migrando em 1990 para o PTB. Filho de agricultores, Wilson Cunha é fazendeiro, proprietário da Sociedade Industrial e Comercial de Algodão Ltda (desde 1968) e de uma rede de hotéis na cidade de Montes Claros (MG), além do Brasil Palace, em Belo Horizonte. Como prefeito, procurou mudar o perfil pobre da cidade (no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais miseráveis do país), com a construção de escolas, posto de saúde, asfaltamento e calçamento, rede de água, esgoto, iluminação pública e telefonia. Construiu o prédio de uma faculdade de licenciatura curta, ligada à Pontifícia Universidade Católica, e arborizou a cidade com árvores frutíferas.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 45.989 votos, sendo o primeiro colocado em seu partido e o décimo na classificação geral do Estado. Suas bases eleitorais são Porteirinha, cidades do Norte de Minas e Jequitinhonha.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

WILSON CUNHA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Contrário
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

PARÁ

Alacid Nunes (BL/PFL-PA)	Não Respondeu
Almir Gabriel (PSDB-PA)	Respondeu
Carlos Kayath (PTB-PA)	Recusa Justificada
Domingos Juvenil (PMDB-PA)	Recusa Justificada
Eliel Rodrigues (PMDB-PA)	Recusa Justificada
Gerson Peres (PPR-PA)	Não Respondeu
Giovanni Queiroz (PDT-PA)	Recusa Justificada
Herminio Calvino (PMDB-PA)	Respondeu
Hilário Coimbra (PTB-PA)	Não Respondeu
Jarbas Passarinho (PDS-PA)	Respondeu
José Diogo (PDS-PA)	Recusa Justificada
Juvêncio Dias (PMDB-PA)	Não Respondeu
Manoel Ribeiro (PMDB-PA)	Licenciado
Mario Chermont (PP-PA)	Respondeu
Mário Martins (PMDB-PA)	Recusa Justificada
Nicias Ribeiro (PMDB-PA)	Respondeu
Oswaldo Melo (PDS-PA)	Recusa Justificada
Paulo Rocha (PT-PA)	Respondeu
Paulo Titan (PMDB-PA)	Não Respondeu
Socorro Gomes (PC do B-PA)	Respondeu
Valdir Ganzer (PT-PA)	Respondeu



ALMIR GABRIEL Senador (PSDB-PA)

PERFIL POLÍTICO: Entrou na política ocasionalmente, depois de ter sido convidado pelo governador Alacid Nunes, em 1979, para ser Secretário da Saúde do Estado do Pará. No cargo, trabalhou com grupos de sanitaristas de idéias progressistas e num programa de medicina preventiva, voltado principalmente

para as regiões mais carentes e periferias das cidades. Encontrou forte resistência ao seu trabalho no Ministério da Saúde, mas alcançou bons resultados administrativos, o que fez com que o governador Jader Barbalho, eleito em 1982, o nomeasse prefeito de Belém em 1983. Progressista, eleito senador em 1986, alinhou-se com o grupo do senador Mário Covas na Constituinte e acabou sendo convidado para disputar a vice-presidência da República, na eleição de 1989, na chapa encabeçada pelo senador. Com isto, desligou-se do PMDB passando para o PSDB.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 463.774 votos em 1986, sendo o mais votado senador do PMDB e do Estado.

Esta pesquisa de opinião foi realizada em duas fases. O Senador Almir Gabriel participou da primeira fase, que consistiu em entrevistas abertas à 24 parlamentares considerados formadores de opinião, a partir de roteiro pré-estabelecido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e, abaixo, resumidamente, apresentamos alguns dos pontos-de-vista firmados pelo Senador nesta ocasião, já que o parlamentar não respondeu ao questionário fechado, que compôs a segunda fase desta pesquisa.

Direitos da Mulher Trabalhadora

Estabilidade da Mãe - É a favor.

Licença Maternidade - Considera necessário buscar as fontes de recursos capazes de garantir a extensão deste direito para a contribuinte autônoma, parlamentar e pequena produtora rural, uma vez que do ponto de vista material a condição é a mesma. Quanto à licença por motivo de adoção, não tem posição definida.

Licença Paternidade - É a favor da manutenção dos cinco dias.

Creche e Pré-Escola para os Filhos de Trabalhadores e Trabalhadoras - É a favor, não importando se a relação de trabalho é com a empresa privada ou com o Estado. Quanto à penalização não tem opinião formada. Não acredita em punição e sim na ação educativa e na participação.

Proteção do Mercado de Trabalho - É a favor, embora considere que não pode haver igualdade total, uma vez que existem profissões mais adequadas aos homens ou às mulheres. É contra todas as formas de discriminação à mulher, entretanto, é contrário a uma proteção sistemática na lei, mas acredita que é necessário abrir o mercado e que a mulher deve lutar para ocupar o seu espaço.

Atestado de Esterilização e de Gravidez - Considera que para este caso basta a lei ordinária, não sendo assunto para a Constituição. Basta que a Constituição considere a discriminação criminosa (racial, sexual, etc...).

Extensão dos Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais à Trabalhadora Doméstica - É a favor da posição reivindicada pela Federação das Trabalhadoras Domésticas.

Violência Contra a Mulher

Crimes Sexuais - É a favor da ampliação do crime de estupro e da caracterização do abuso sexual e da violência familiar como crimes. Quanto ao estupro do cônjuge ou companheiro, considera que é um estupro como qualquer outro, devendo ser tipificado como crime.

Assédio Sexual - É a favor da qualificação como crime, mas não tem opinião formada com relação à penalização.

Legalização do Aborto - Considera necessária ampla discussão pela sociedade.

Saúde da Mulher

Planejamento Familiar - É a favor, cabendo ao Estado o fornecimento de informação, através do SUS, mas com severa fiscalização. Teme a interferência de organizações internacionais controlistas.

Área Civil

União Estável - É a favor da manutenção do texto constitucional. Considera que existem vários fatores que devem ser levados em conta para a sua caracterização e é favorável a que os direitos sejam idênticos aos do casamento.



HERMÍNIO CALVINHO

Deputado (PMDB - PA)

54 anos, católico, originário do Pará. É servidor público, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Começou sua carreira como vereador, em Belém, em 1976, mas já pertencia ao partido (MDB) antes disso. Nesta época fez parte da executiva do PMDB e se elegeu deputado estadual, em 1982. Em 1986, foi indicado por Jáder Barbalho para ser vice na chapa de Hélio Gueiros. Na eleição de 1990, os votos recebidos na capital do Estado foram decisivos para a sua eleição o que não foi surpresa, pois ele tem trabalho político há vários anos na região.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 17.552 votos, sendo o décimo-quarto colocado no Estado e o quinto do partido. Sua base eleitoral é o município de Ananindeua.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

HERMÍNIO CALVINHO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JARBAS PASSARINHO
Senador (PPR - PA)

73 anos, não declara religião, originário do Pará. É militar, exerce seu 3º mandato e auto-definido-se como Centro.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Previdência, Assistência e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Coronel da Reserva do Exército, Passarinho tem intimidade com o poder. Foi Ministro por quatro vezes: do Trabalho e Previdência Social (1967-1969), da Educação e Cultura (1969-1974), da Previdência e Assistência Social (1983-1985) e da Justiça (1991-1992). Orador brilhante, governou o Pará de 1964 a 1966. Ocupou pela primeira vez uma cadeira no Senado Federal no período de 1967 a 1975, sendo reeleito pela ARENA. Foi Presidente do Senado em 1981, permanecendo nesse cargo até, 1983, quando assumiu o Ministério da Previdência e Assistência Social. De posições firmes e claras, atuante, bom negociador e bom articulador. Anti-malufista, mesmo sendo do PDS, sondado pelo Presidente Collor, primeiramente, para ser líder do governo no Senado. Foi o segundo Ministro da Justiça nomeado por Collor, tendo deixado a pasta durante a Reforma Ministerial de março de 1992. É presidente da CPI do Orçamento.

BASE ELEITORAL: É votado em todas as classes sociais, mas a predominância, nas classes “C”, “D” e “E”.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por reduzir.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

JARBAS PASSARINHO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MÁRIO CHERMONT

Deputado (PP - PA)

56 anos, católico, originário do Rio de Janeiro. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Ordem Social, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Meio Ambiente, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Não é novato na política do Estado, começou a carreira como vereador em 1980, pelo PMDB. Dois anos depois, conseguiu eleger-se deputado estadual. Saiu do PMDB e ingressou no PTB, partido pelo qual disputou o mandato que ora exerce. Atualmente compõe a bancada do PP.

BASE ELEITORAL: Teve 42.921 votos, sendo o mais votado do seu partido e o segundo colocado na contagem geral. Teve boa votação na capital e na região das ilhas (Marajó, Soure, Cachoeira do Arari), e na região nordeste (Castanha, Bragança e São Francisco do Pará).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir.

MÁRIO CHERMONT

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



NICIAS RIBEIRO
Deputado (PMDB - PA)

43 anos, católico, originário do Pará. É engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira e Disposições Gerais.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Começou na política no antigo MDB, elegendo-se vereador, em 1976, pela capital. Em 1982, foi eleito deputado estadual, sendo um dos mais atuantes da bancada de seu partido, criticando o governo e fazendo um trabalho de assistência não apenas na capital, mas também na região norte do Estado. Em 1986, foi reeleito deputado estadual, época em que entrou para a executiva regional do partido.

BASE ELEITORAL: Em 1990 elegeu-se com 19.654 votos. A maioria de seus eleitores é da região nordeste do Estado, onde fez dobradinhas com vários candidatos a deputado estadual. Também foi bem votado na região das ilhas (Soure, Salvaterra, Ponte de Pedras, Breves) onde mantém um eleitorado fiel. Na capital teve uma votação apenas regular.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária.

NICIAS RIBEIRO

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PAULO ROCHA
Deputado (PT - PA)

42 anos, não declara religião, originário do Pará. É operário, exerce seu primeiro mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: É operário gráfico, sindicalista e pertence à Central Única dos Trabalhadores. Participou de uma eleição pela primeira vez e chegou à Câmara como o segundo candidato mais votado do PT no Pará. Atuante e assíduo aos trabalhos do Congresso Nacional, tem sido um importante aliado na luta pelos direitos da mulher.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se com 15.373 votos, sendo o décimo-sexto colocado no Estado e o segundo no partido. Foi votado em todo o Estado e em Belém, onde teve maioria de votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

PAULO ROCHA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Não respondeu, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor



SOCORRO GOMES
Deputada (PC do B - PA)

41 anos, não declara religião, originária de Goiás. É servidora pública, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua carreira política como sindicalista, sendo eleita a vereadora mais votada da capital paraense, em 1988, pelo PCdoB, partido no qual permanece. Sua política, a de corpo-a-corpo, de presença constante e convencimento pessoal, principalmente junto a operários da construção civil, feirantes e posseiros. Também tem muita influência junto às associações comunitárias da periferia, onde vem trabalhando há anos. Na Câmara dos Deputados é autora de projetos de lei que visam eliminar as discriminações sexistas e apóia todas as iniciativas que visam a garantia dos direitos da mulher.

BASE ELEITORAL: Foi a candidata mais votada do Estado, com 62.082 votos, o que surpreendeu até mesmo à coligação da Frente Popular Novo Pará (PT, PDT, PSB, PCB e PC do B), abrindo espaço para mais três candidatos, beneficiados pelo coeficiente eleitoral. A quase totalidade de seus votos foi obtida na capital, Belém, mas também conseguiu expressiva votação na região Nordeste do Estado (Castanhal, Santa Maria e Bragança).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

SOCORRO GOMES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



VALDIR GANZER
Deputado (PT - PA)

38 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É trabalhador rural, exerce seu 1º mandato e auto-definise como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Financeira. É contrário à realização da Revisão Constitucional. É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Chegou ao Pará há dez anos para trabalhar como motorista profissional e em pouco tempo tornou-se presidente do sindicato dessa categoria profissional. Membro da CUT-Central Única dos Trabalhadores, obteve seu primeiro mandato eletivo em 1982, quando conquistou uma vaga na Assembléia Legislativa, já filiado ao PT. Reelegeu-se deputado estadual em 1986. Ligado à questão agrária, tem prestígio junto a pequenos agricultores e posseiros, sendo conhecido por liderar protestos na região do Baixo Amazonas (Santarém, Altamira, Oriximin, Alterá do Chão e Juriti). Vice-líder do PT na Câmara Federal, Valdir Ganzer compõe a bancada agrária do parlamento. É irmão de Avelino Ganzer, dirigente nacional da CUT.

BASE ELEITORAL: Teve 25.882 votos, foi o mais votado do PT. Sua base eleitoral é o Sul do Estado, principalmente a região do Baixo Amazonas. Teve boa votação também em Belém e no Nordeste do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

VALDIR GANZER

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, NTOF, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

PARAÍBA

Adauto Pereira (BL/PFL-PB)	Não Respondeu
Antonio Mariz (PMDB-PB)	Não Respondeu
Efraim Moraes (PFL-PB)	Respondeu
Evaldo Gonçalves (PFL-PB)	Recusa Justificada
Francisco Evangelista (PDS-PB)	Respondeu
Humberto Lucena (PMDB-PB)	Não Respondeu
Ivandro Cunha Lima (PMDB-PB)	Recusa Justificada
José Luiz Clerot (PMDB-PB)	Respondeu
José Maranhão (PMDB-PB)	Devolveu questionário
Lúcia Braga (PDT-PB)	Respondeu
Raimundo Lira (PFL-PB)	Não Respondeu
Ramalho Leite (PDS-PB)	Respondeu
Rivaldo Medeiros (PFL-PB)	Respondeu
Vital do Rego (PDT-PB)	Recusa Justificada
Zuca Moreira (PMDB-PB)	Respondeu



EFRAIM MORAIS
Deputado (PFL - PB)

41 anos, católico, originário de Pernambuco. É engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Herdeiro político do pai, o ex-deputado Inácio Bento. Foi deputado estadual por duas legislaturas e, em 1990, respondeu pela Primeira-Secretaria da Assembléia Legislativa. Na Assembléia, Efraim defendeu os interesses de sua categoria, os engenheiros.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 30.308 votos, tendo sido o sétimo mais votado entre os 12 deputados federais da Paraíba e o mais votado dos dois do PFL que conseguiram eleger-se. Sua principal base eleitoral é Santa Luzia.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

EFRAIM MORAIS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar

Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



FRANCISCO EVANGELISTA

Deputado (PPR - PB)

56 anos, católico, originário do Rio Grande do Norte. É professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Fundador do PDT na Paraíba, foi deputado estadual por duas vezes, em 1982 e em 1986, já tendo assumido diversos cargos no governo estadual. Foi sub-Secretário do Planejamento, sub-chefe da Casa Civil, além de já ter presidido a Companhia de Processamentos de Dados do Estado, no governo de Wilson Braga. Seu principal reduto, a região polarizada por Catolé da Rocha, onde atua politicamente na condição de principal adversário do poderoso grupo Maia. É primo de Lafayette Coutinho, Presidente do Banco do Brasil no governo Collor. Ausente na votação do impeachment, foi expulso do PDT no dia da votação, em represália ao seu apoio a Collor.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 27.307 votos, sendo o último colocado do seu partido e o nono na colocação geral. Deste total de votos, 14 mil foram obtidos na região polarizada por Catolé da Rocha.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

FRANCISCO EVANGELISTA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ LUIZ CLEROT
Deputado (PMDB - PB)

57 anos, católico, originário de Paraíba. É advogado, professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Não respondeu e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: É a primeira vez que exerce um mandato político. Foi a maior surpresa eleitoral da Paraíba, conseguindo instalar comitês eleitorais em grande parte dos municípios, particularmente na região do sertão. Participou de quase todos os comícios do candidato do PMDB ao governo, Ronaldo Cunha Lima. Em 1982, foi candidato a deputado pelo Rio de Janeiro, pelo PMDB, mas não conseguiu se eleger. Durante o regime militar, foi advogado de presos políticos.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 25.106 votos. Sua maior votação está no interior do Estado. Foi o décimo-primeiro colocado no Estado e o terceiro do PMDB.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

JOSÉ LUIZ CLEROT

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Não respondeu, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LÚCIA BRAGA
Deputada (PDT - PB)

58 anos, não declara religião, originária da Paraíba. É advogada, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Ordem Social, Direitos Políticos, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Família, Criança e Adolescente e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Em 1982, durante a gestão de seu marido, Wilson Braga, no governo do Estado, fundou a Funsat - Fundação Social do Trabalho - presidindo a entidade por vários anos. Assistente Social, na Fundação desenvolveu trabalho voltado para as classes pobres. Em 1986, elegeu-se Deputada Federal pelo PFL com 93 mil votos, sendo a terceira candidata mais votada no Estado e a mais votada no PFL. Conseguiu eleger-se depois do trabalho que realizou junto às populações carentes quando ocupava a Secretaria da Ação Social em seu Estado. Seus posicionamentos durante a Constituinte surpreenderam, positivamente, a todos e chegou a causar irritação nos principais líderes de seu partido. Apoiou o candidato Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

BASE ELEITORAL: Seu principal reduto eleitoral é a periferia de João Pessoa e no sertão da Paraíba, principalmente na região do Vale do Piancó.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

LÚCIA BRAGA

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Contrário
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



RAMALHOLEITE
Deputado (PFL - PB)

49 anos, católico, originário de Paraíba. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde, Previdência, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Exerceu o mandato parlamentar durante 03 meses. Era suplente do Deputado Ivan Burity, que reassumiu em 27/08/93.

BASE ELEITORAL: Obteve 20.223 votos.

RAMALHO LEITE

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Contrário
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



RIVALDO MEDEIROS
Deputado (PFL - PB)

61 anos, católico, originário da Paraíba. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Foi prefeito de Patos de 1983 a 1988, eleito pelo PMDB. Rivaldo Medeiros é estreante na vida parlamentar. Elegeu-se deputado federal sob a legenda do PRN, mas atualmente compõe a bancada pefelista.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 39.473 votos, sendo o quarto mais votado de todo Estado e o segundo do partido. Sua principal base eleitoral é a região do município de Patos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

RIVALDO MEDEIROS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Contrário, NTOF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ZUCA MOREIRA
Deputado (PMDB - PB)

58 anos, católico, originário de Paraíba. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Pela primeira vez disputou um cargo político, tendo sido o último colocado da Coligação Movimento de Oposição Popular que tinha como candidato ao governo, o ex-prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 22.105 votos. Seu principal reduto eleitoral é Cajazeiras. Foi o último na classificação de seu Estado e o último também do seu partido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

ZUCA MOREIRA

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Não respondeu, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Não respondeu, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Não respondeu, Não respondeu

Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu

Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA

PARANÁ

Affonso Camargo (PDC-PR)	Não Respondeu
Antonio Barbará (PMDB-PR)	Respondeu
Antonio Ueno (BL/PFL-PR)	Não Respondeu
Basilio Villani (PDS-PR)	Respondeu
Carlos Roberto Massa (PP-PR)	Recusa Justificada
Carlos Scarpelini (PP-PR)	Recusa Justificada
Delcino Tavares (PP-PR)	Respondeu
Deni Schwartz (PSDB-PR)	Não Respondeu
Edésio Passos (PT-PR)	Respondeu
Edi Siliprandi (PDT-PR)	Recusa Justificada
Elio Dalla-Vecchia (PDT-PR)	Respondeu
Flávio Arns (PSDB-PR)	Recusa Justificada
Homero Oguido (PMDB-PR)	Licenciado
Ivanio Guerra (PFL-PR)	Respondeu
Joni Varisco (PMDB-PR)	Recusa Justificada
José Felinto (PP-PR)	Recusa Justificada
José Richa (PSDB-PR)	Não Respondeu
Luciano Pizzatto (PFL-PR)	Não Respondeu
Luiz Alberto Oliveira (PTB-PR)	Não Respondeu
Luiz Carlos Hauly (PP-PR)	Respondeu
Matheus Iensen (PRB-PR)	Respondeu
Max Rosenmann (PDT-PR)	Respondeu
Moacir Micheletto (PMDB-PR)	Respondeu
Munhoz da Rocha (PSDB-PR)	Respondeu
Onaireves Moura (PSD-PR)	Respondeu
Otto Cunha (PRN-PR)	Recusa Justificada
Paulo Bernardo (PT-PR)	Respondeu
Pedro Tonelli (PT-PR)	Respondeu
Pinga Fogo de Oliveira (PRN-PR)	Respondeu
Reinhold Stephanes (PFL-PR)	Recusa Justificada
Renato Johnsson (PP-PR)	Recusa Justificada
Rubem Medina (BL/PFL-RJ)	Recusa Justificada
Sergio Spada (PP-PR)	Recusa Justificada
Werner Wanderer (PFL-PR)	Recusa Justificada
Wilson Moreira (PSDB-PR)	Respondeu



ANTÔNIO BARBARÁ
Deputado (PMDB - PR)

59 anos, católico, originário do Paraná. É empresário rural e urbano, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso, Índio e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Grande empresário em Maringá-PR, com atuação em setores que vão de móveis a química. Não havia tido nenhuma militância político-partidária até 1986, quando resolveu ingressar no PMDB para candidatar-se a deputado estadual, elegendo-se com 21.117 votos. Com a eleição do ex-presidente Collor, deixou o PMDB para ingressar no PRN, retornando depois ao partido de origem. É apoiado pelo empresariado e grandes produtores rurais do Noroeste do Paraná. Acompanha sempre a orientação de sua bancada.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 41.110 votos, sendo o quinto mais votado de seu partido e o sétimo do Paraná. Seu principal reduto eleitoral está em Maringá e Região, com razoável penetração na área rural.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à Lei Ordinária. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ANTÔNIO BARBARÁ

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Não respondeu, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Contrário
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Não respondeu
Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



BASÍLIO VILLANI
Deputado (PPR - PR)

53 anos, católico, originário de São Paulo. É bancário, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: É diretor licenciado do banco Bamerindus do banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira, atual Ministro da Indústria e do Comércio. Elegeu-se Deputado Constituinte em 1986, pelo PMDB e foi um dos responsáveis pelo surgimento do Centrão. Atuante e assíduo aos trabalhos. Depois, filiou-se ao PTB, onde exerceu o cargo de Secretário Geral Nacional, mas acabou migrando para o PRN. Coordenou a campanha do presidente Fernando Collor na Região Sul.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990, pelo PRN, com 34.143 votos - foi o décimo mais votado no Paraná e o sétimo do PRN. Sua base está concentrada em 38 municípios do Norte e Centro Oeste do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

BÁSILIO VILLANI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



DELCINO TAVARES

Deputado (PP - PR)

50 anos, católico. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Fundador do MDB Quatiguá, em 1974. Candidatou-se dois anos depois à prefeitura cidade, sem sucesso. Em 1982, já no PMDB, foi eleito vice-prefeito e, três anos depois, indicado pelo então senador Álvaro Dias, assumiu a superintendência Regional do Inamps no Paraná implantando no Estado a equiparação no serviço de atendimento médico para trabalhadores rurais e urbanos. O projeto, pioneiro no país, serviu de base para os estudos da Constituinte que estendeu a sistemática a todo o país. Em 1983, foi indicado pelo governador Alvaro Dias, Secretário da Saúde do Paraná.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 37.508 votos, sendo o segundo mais votado de seu partido e o oitavo do Paraná. Tem sua principal base eleitoral em Quatiguá (ali, obteve 83% dos votos válidos) e em outros municípios da região do Norte Pioneiro do Paraná.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos remeter à Lei Ordinária.

DELICINO TAVARES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu,
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



EDÉSIO PASSOS
Deputado (PT - PR)

54 anos, não declara religião, originário do Paraná. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Foi líder estudantil, dirigente do importante Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e da União Paranaense dos Estudantes, daí passando à política partidária, em 1961, quando filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro. No início da década de 60 foi um combativo dirigente do sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. A atividade sindical lhe rendeu, em 1964, o indiciamento em um IPM, do qual foi absolvido. Foi fundador nacional do PT e seu primeiro Secretário Geral no Paraná, em 1979. Sempre ligado a sindicatos de trabalhadores, muitos dos quais representa como advogado, contribuiu para o crescimento do PT do Paraná lançando-se candidato ao Governo do Estado (em 1982), a prefeito de Curitiba (1985) e a Deputado Federal (1986). É um importante aliado na defesa dos direitos da mulher dentro do Congresso Nacional.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 12.644 votos, na penúltima colocação entre os 30 deputados federais eleitos pelo Paraná. Seu principal reduto eleitoral situa-se em Curitiba e Região Metropolitana da Capital paranaense.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

EDÉSIO PASSOS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Não respondeu, para crianças com até 6 anos, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais, Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ÉLIODALLA-VECCHIA
Deputado (PDT - PR)

63 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É empresário rural, servidor público, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Seu mandato está voltado para a sua região, no Paraná, especialmente para Guarapuava, cidade natal, da qual foi Secretário de Finanças (1988-1990). Prioriza, em sua atuação, as áreas de saúde, educação e saneamento básico.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 18.139 votos, obtidos, em sua maioria, no município de Guarapuava.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ÉLIO DALLA-VECCHIA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO

Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar

Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



IVÂNIO GUERRA
Deputado (PFL - PR)

53 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, e Ordem Social.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Sua militância política iniciou-se na coordenação das campanhas eleitorais (1982 e 1986) de seu irmão, o ex-ministro da saúde do governo Collor, Alceni Guerra. Seu maior cabo eleitoral na campanha que o elegeu foi o próprio Alceni, pois embora Ivânio esteja baseado no Sudoeste, região colonizada por gaúchos, conseguiu votos em praticamente todo o Estado. Além de Ivânio, Alceni também elegeu outro irmão, Waldir Francisco Guerra (PST), como deputado federal pelo Mato Grosso Sul. Baseou sua campanha nas questões de Saúde e Agricultura.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 32.213 votos - foi o décimo-segundo mais votado do Paraná e o primeiro dos quatro deputados do PFL no Estado. Seu principal reduto eleitoral é Pato Branco, mas também foi votado em outras regiões.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

IVÂNIO GUERRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LUIZ CARLOS HAULY
Deputado (PP - PR)

42 anos, católico, originário do Paraná. É economista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua carreira política no MDB, em 1972, elegendo-se vereador em Cambé, um pequeno município da região de Londrina, no Norte do Paraná. Em 1982, filiado ao PMDB, foi eleito prefeito da cidade, com uma administração voltada especialmente para o desenvolvimento e industrialização do município. Foi também Secretário Estadual da Fazenda do governo Alvaro Dias, em 1987. De março desse ano até abril de 1990, quando se desincompatibilizou para concorrer à Câmara Federal, acumulou a Secretaria com a presidência do Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná. Foi Líder do PST-PR na Câmara. Atualmente compõe a bancada do PP.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 28.823 votos, sendo o quinto mais votado de seu partido e o décimo-nono do Paraná. Obteve votação espalhada em praticamente todas as regiões do Estado, fruto principalmente de sua ação administrativa e dos apoios no meio empresarial.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

LUIZ CARLOS HAULY

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Hora Extra, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MATHEUS IENSEN
Deputado (PTB - PR)

56 anos, protestante/presbiteriano, originário do Paraná.
É empresário urbano, exerce seu 2º mandato.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão.

Também Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: É proprietário da Rádio Morumbi, de Curitiba, Diário da Manhã, de Florianópolis e da Estúdios, Gravadoras e Editora Estrela da Manhã Ltda, onde produz seus próprios discos. É membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus e cantor de músicas sacras. Foi fundador do MDB no Paraná, passou pelo PDS, retornou ao PMDB e acabou migrando para o PTB, em 1990. Atualmente compõe a bancada do PSD. Acompanha a “bancada dos evangélicos”. Elegeu-se Deputado Constituinte e foi um dos signatários do Centrão.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 pelo PTB com 24.588 votos. Foi o vigésimo segundo colocado no Estado e o mais votado de seu partido, o PTB, que só elegeu dois deputados federais.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

MATHEUS IENSEN

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	NTOF, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças com até 6 anos, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Não respondeu, Não respondeu

Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



MAX ROSENMANN
Deputado Federal (BLOCO/PFL-PR)

PERFIL POLÍTICO: Quando o PMDB chegou ao poder no Paraná, em 1983, na eleição de José Richa ao governo do Estado, Rosenmann filiou-se ao partido e conseguiu tornar-se presidente do IPE (Instituto de Previdência do Estado). Como Constituinte, foi presidencialista e votou a favor dos cinco anos para Sarney. Deixou o PMDB em 1989, teve uma meteórica passagem pelo PL e depois seguiu para o PRN, legenda pela qual tornou-se o candidato mais votado à Câmara dos Deputados no Paraná. Atualmente, está no PDT. Elegeu-se em 1986 com 42.296 votos.

BASE ELEITORAL: Reelegeu-se, em 1990, pelo PRN com 58.676 votos, foi o mais votado do estado. Seu principal reduto eleitoral, Curitiba.

Esta pesquisa de opinião foi realizada em duas fases. O Deputado Max Rosenmann participou da primeira fase, que consistiu em entrevistas abertas à 24 parlamentares considerados formadores de opinião, a partir de roteiro pré-estabelecido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e, abaixo, resumidamente, apresentamos alguns dos pontos-de-vista firmados pelo Deputado nesta ocasião, já que o parlamentar não respondeu ao questionário fechado, que compôs a segunda fase desta pesquisa.

Direitos da Mulher Trabalhadora

Estabilidade de Mãe - É a favor

Licença Maternidade - Considera que o pagamento da licença para a trabalhadora autônoma, parlamentar e pequena produtora rural só seria possível se o Brasil tivesse bastante dinheiro. Não considera necessária a concessão da licença maternidade para a mãe adotiva.

Licença Paternidade - Considera que é necessária apenas para o dia do parto, ou em caso de alguma complicação. Em condições normais é contra.

Creche e Pré-Escola - É a favor e vê este como um direito da criança. Considera que o não cumprimento deve ser penalizado através de multa.

Proteção do Mercado de Trabalho - Na sua opinião esta é uma direção que o País deve perseguir, não significando que deva ser transformada em lei por constar da Constituição. É a favor da criação de estímulos, não da obrigatoriedade de contratação de mulheres.

Atestado de Esterilização e Gravidez - Considera esta exigência um crime, que deve sofrer penalizações e multas, de forma a ser definitivamente banida de nossa sociedade.

Extensão dos Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais à Trabalhadora Doméstica - É a favor da manutenção dos direitos adquiridos na Constituição, sem ampliação.

Violência Contra a Mulher

Crimes Sexuais - Em princípio é a favor da ampliação do crime de estupro e da qualificação do abuso sexual como crime. Quanto à violência familiar, gostaria de maiores esclarecimentos e considera necessário estudar cada caso.

Assédio Sexual - É a favor da punição, uma vez que tenha sido provado o assédio, podendo a sua penalização ser feita através de prisão ou multa.

Legalização do Aborto - É contra.

Saúde da Mulher

Planejamento Familiar - Considera que o planejamento familiar tem que estar baseado na paternidade responsável. É a favor da participação do Estado através do SUS e só aceita a participação de ONG's havendo ampla fiscalização e vigilância.

Esterilização - Considera que a esterilização é um direito do ser humano, desde que maior de idade.

Área Civil

União Estável - É a favor da manutenção do texto constitucional. Considera que a caracterização é função do tempo de convivência, da existência de prole e do patrimônio obtido em conjunto. Quanto aos direitos adquiridos, pensa que se deveria estimular o casamento.



MOACIR MICHELETTO

Deputado (PMDB - PR)

49 anos, não declara religião, originário de Santa Catarina. É empresário rural, engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Ordem Social, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência e Meio Ambiente.

PERFIL POLÍTICO: Empresário rural, é presidente do Sindicato Rural de Assis Chateaubriand (PR), vice-presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná. Preside, também, a Comissão Nacional de silos, cereais e oleaginosos do Conselho Nacional da Agricultura. Suplente do PMDB, assumiu o mandato na vaga do Deputado Said Ferreira.

BASE ELEITORAL: Obteve 18.973 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

MOACIR MICHELETTO

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MUNHOZ DA ROCHA
Deputado (PSDB - PR)

56 anos, católico, originário do Paraná. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação e Saúde.

PERFIL POLÍTICO: Paulo Munhoz da Rocha foi funcionário da Rede Ferroviária Federal, onde entrou em 1960 como estudante estagiário e ficou até 1988. Durante este período foi Superintendente e Presidente da Rede. É membro de das famílias mais tradicionais do Paraná. Ele é irmão do ex-governador Bento Munhoz da Rocha, já falecido, reconhecido como um dos poucos estadistas paranaenses, e filho do presidente da província da Paraná, Caetano Munhoz da Rocha. Nunca pertenceu a outro partido e foi levado para o PSDB pelo ex-ministro da Habitação, Deni Schwartz. A campanha foi feita junto aos 14 mil ferroviários da Rede Ferroviária. A liderança conquistada junto à categoria, em função da carreira voltada exclusivamente para a área, e a necessidade dessa mesma categoria em ter um representante na Câmara dos Deputados, garantiram-lhe a eleição.

BASE ELEITORAL: Obteve 17.179 votos, tendo sido o vigésimo oitavo colocado no Estado e o quarto do PSDB.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias.

MUNHOZ DA ROCHA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



ONAIREVES MOURA

Deputado (PSD - PR)

46 anos, católico, originário do Paraná. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Educação.

PERFIL POLÍTICO: Mesmo sendo empresário do ramo de ferro e aço há 23 anos, Onaireves Moura - Onaireves, o nome do pai ao contrário - lançou-se na política através do esporte. Goleiro de times amadores de Santa Catarina, chegou ao Paraná há 20 anos e começou a atuar no esporte. Foi presidente do Clube Atlético Paranaense, da Federação Paranaense de Futebol. Moura já esteve filiado ao PFL mas se lançou candidato pelo PTB com o apoio de Luiz Carlos Alborghetti, o deputado estadual mais votado do Paraná. Teve apoio também dos desportistas do Estado. Ficou nacionalmente conhecido depois de realizar um jantar a pretexto do aniversário do então presidente da CEF Álvaro Mendonça, no qual Collor protagonizou discurso com agressão verbal a seus opositores que defendiam o impeachment. Onaireves surpreendeu a todos na votação ao ser favorável ao pedido de Impeachment. Em dezembro deste ano teve seu mandato cassado devido a envolvimento em negociata para filiação ao PSD.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 24.240 votos. Seus principais redutos eleitorais são os clubes estaduais de futebol.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

ONAIREVES MOURA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Hora Extra, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PAULO BERNARDO
Deputado (PT - PR)

41 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É bancário, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Funcionário do Banco do Brasil e dirigente sindical. Começou cedo na militância política, como um dos líderes do movimento estudantil na Universidade de Brasília no início dos anos 70, onde cursava Geologia. Expulso da Universidade, em 1976, com base no Decreto 477, começou a atuar no movimento sindical dos bancários. É funcionário de carreira do Banco do Brasil desde 1975. No Paraná, foi diretor da Federação dos Bancários e foi membro da executiva nacional que representa os funcionários do Banco do Brasil. Apoiado principalmente pelo movimento sindical e universitário, é ligado à CUT.

BASE ELEITORAL: Um dos três primeiros deputados federais que o PT do Paraná elege, obteve 9.642 votos, a menor votação do Estado, distribuída, porém, em 180 municípios.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

PAULO BERNARDO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PEDRO TONELLI
Deputado (PT - PR)

42 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É trabalhador rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Pequeno produtor rural no Sudoeste do Paraná. O primeiro deputado estadual (1987-1991) e primeiro federal (1991-1995) que o PT do Paraná elege. É um homem simples, oriundo do meio rural, ligado desde jovem aos movimentos católicos de atuação no campo numa região tradicionalmente marcada por conflitos pela posse da terra. Presidiu o Sindicato Rural de Capanema (PR); foi fundador e diretor da Comissão Pastoral da Terra nesse município e coordenou movimentos de sem-terra e de pequenos produtores rurais. Eleito em 1986 deputado estadual, foi considerado o mais aguerrido opositor individual ao governo Álvaro Dias, nos últimos quatro anos. Para sua vitória eleitoral contou com o forte apoio de párocos e movimentos que seguem a Teologia da Libertação católica. Tem razoável penetração na imprensa paranaense. Notabilizou-se por ser o primeiro deputado estadual a revelar o total dos ganhos dos parlamentares, fazendo distribuir mensalmente cópias com o total de vencimentos e vantagens recebidos.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 30.862 votos, sendo o mais votado do PT e o décimo sexto no Estado. Tem seu principal reduto eleitoral no Sudoeste do Estado, entre pequenos produtores e trabalhadores rurais, sem-terras e trabalhadores urbanos de baixa renda em áreas sob influência principalmente da Igreja.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

PEDRO TONELLI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, NTOF, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos, SUS não deve atuar
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



PINGA FOGO DE OLIVEIRA

Deputado (PP - PR)

42 anos, católico, originário do Paraná. É radialista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão de direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Repórter da Rádio Cidade de Jandaia, onde há oito anos apresenta o “Show da manhã”, das 7hs às 10hs, com música, notícias e, principalmente, atendimento social. Em 1990 foi a primeira campanha que fez e incorporou o apelido Pinga Fogo ao seu nome próprio.

BASE ELEITORAL: Foi o segundo candidato mais votado do Paraná e do PRN em 1990 com 58 mil 817 votos. Foi apoiado pelo prefeito de Jandaia do Sul, José, Borba, do PMDB e pelo atual Ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo de Andrade Vieira, ex-presidente do Bamerindus. Sua área de ação atinge 21 municípios no Norte do Paraná é uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por reduzir.

PINGA FOGO DE OLIVEIRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



WILSON MOREIRA
Deputado (PSDB - PR)

70 anos, católico, originário de Minas Gerais. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-definise como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Previdência e Índio

PERFIL POLÍTICO: Empresário bem sucedido, obteve sua fortuna no pioneirismo do Norte do Paraná. Começou sua militância política antes de 1964, no PTB. Foi fundador do antigo MDB e o primeiro empresário de Londrina a se filiar ao partido na sua fundação. Foi Secretário de Obras na Prefeitura de Londrina no governo de José Richa (1973/77). Elegeu-se prefeito de Londrina, em 1982, pelo PMDB. No final do mandato foi cuidar de suas fazendas e de suas empresas, reaparecendo quando filiou-se ao PSDB, graças ao convite de seu amigo, Richa. Teve, em Londrina, mais votos que o próprio Richa como candidato ao governo (Richa fez 38 mil e ele mais de 42 mil votos). É considerado um excelente administrador público.

BASE ELEITORAL: Londrina, onde conseguiu 42.322 dos 54.332 votos que o elegeram. Os demais foram obtidos em cidades polarizadas por Londrina. Foi o terceiro mais votado do Paraná e o primeiro do PSDB.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

WILSON MOREIRA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Contrário, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

PERNAMBUCO

Álvaro Ribeiro (PSB-PE)	Não Respondeu
Fernando Lyra (PDT-PE)	Recusa Justificada
Gilson Machado (PFL-PE)	Sem assinatura
Gustavo Krause (PFL-PE)	Devolveu questionário
Inocência Oliveira (BL/PFL-PE)	Recusa Justificada
José Carlos Vasconcellos (PRN-PE)	Respondeu
José Jorge (PFL-PE)	Respondeu
José Mendonça Bezerra (PFL-PE)	Recusa Justificada
José Mucio Monteiro (PFL-PE)	Recusa Justificada
Luiz Piauhyllino (PSB-PE)	Respondeu
Mansueto de Lavor (PMDB-PE)	Não Respondeu
Marco Maciel (PFL-PE)	Não Respondeu
Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE)	Recusa Justificada
Maviael Cavalcanti (PRN-PE)	Respondeu
Miguel Arraes (PSB-PE)	Não Respondeu
Ney Maranhão (PRN-PE)	Respondeu
Nilson Gibson (PMDB-PE)	Não Respondeu
Oswaldo Coelho (PFL-PE)	Recusa Justificada
Pedro Correa (PFL-PE)	Respondeu
Renildo Calheiros (PC do B-PE)	Respondeu
Ricardo Fiuza (PFL-PE)	Respondeu
Roberto Franca (PSB-PE)	Respondeu
Roberto Freire (PPS-PE)	Respondeu
Roberto Magalhães (PFL-PE)	Respondeu
Salatiel Carvalho (PP-PE)	Não Respondeu
Sérgio Guerra (PSB-PE)	Recusa Justificada
Tony Gel (PRN-PE)	Recusa Justificada
Wilson Campos (PMDB-PE)	Respondeu



JOSÉ CARLOS DE VASCONCELOS

Deputado (PRN - PE)

54 anos, não declara religião, originário de Pernambuco. É empresário urbano, economista, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua vida política no MDB. É tido como um dos principais formuladores da política programática do PMDB para a questão regional e autor do projeto de regionalização e aplicação do Orçamento da União. Atuante, como Constituinte votou favoravelmente a limitação do direito de propriedade privada, a jornada de 40 horas semanais, e ao mandato de 5 anos para Sarney; e contra a pluralidade sindical. Na CPI do P.C, votou contra o relatório. Foi denunciado à CPI do Orçamento acusado de conhecer e participar do esquema de corrupção.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se em 1990 com 32.995 votos, sendo o 3º mais votado do PRN, o 10º da coligação PFL-PRN e o 12º no Estado. Sua base eleitoral é Recife.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade e a licença-gestante, optou por manter os prazos. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JOSÉ CARLOS DE VASCONCELOS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, NTOF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ JORGE
Deputado (PFL - PE)

48 anos, não declara religião, originário de Pernambuco. É engenheiro, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Foi Secretário de Educação e Cultura de seu Estado no período de 1975 a 1979. Foi Secretário de Habitação do Governo de Marco Maciel, no Pernambuco (1979-1982). Acompanhou o senador na formação do PFL e na eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Considerado atuante no Congresso, está sempre presente às sessões, usando a tribuna com frequência. Durante a Constituinte, a exceção dos votos contrários à estabilidade à jornada de 40 horas, seu posicionamento foi bem favorável às reivindicações dos trabalhadores. Sua preocupação fundamental enquanto parlamentar são as questões nordestinas.

BASE ELEITORAL: Foi eleito em 03 de outubro de 1990, com 26.805 votos. Foi o décimo candidato mais votado do partido, o décimo-terceiro mais votado da coligação PFL-PRN e décimo-sexto do Estado.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JOSÉ JORGE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LUIZ PIAUHYLLINO
Deputado (PSB - PE)

46 anos, católico, originário de Pernambuco. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-definido-se como Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Estreou no Congresso Nacional em 1988 - quando assumiu a suplência no Senado no lugar do Senador Mansueto de Lavor, que entrou de licença (22/10/88 a 24/10/89). Conhecido e respeitado no Estado pela atuação como advogado, tem escritórios de Assessoria Jurídica em Recife. Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco. Antes de filiar-se ao PSB era do PMDB.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se Deputado Federal em 1990 com 14.869 votos. Foi o terceiro mais votado do partido e o vigésimo-segundo do Estado. Sua base eleitoral está concentrada em Recife.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias.

LUIZ PIAUHYLINO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, NTOF,
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MAVIAEL CAVALCANTI

Deputado (PRN - PE)

56 anos, católico, originário de Pernambuco. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, e Ciência e Tecnologia.

PERFIL POLÍTICO: Mavíael foi vice-prefeito de Macaparana em 1974. Foi líder do PFL durante o governo de Miguel Arraes e Primeiro-secretário da Assembléia Legislativa do Estado. Em 1974, elegeu-se Deputado Estadual pela Arena, e reelegeu-se, em 1978 e 1982, pelo PDS. Já em 1986, foi eleito Deputado Estadual pelo PFL. Assume pela primeira vez um mandato na Câmara dos Deputados, apesar de militar na política desde a universidade. É bem visto pelos funcionários públicos do Estado pelo trabalho que fez pela categoria. Destacou-se por apresentar projetos nas áreas de educação, saúde e por ter participado de campanhas junto aos funcionários públicos.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 36.582 votos em 1990. Ficou como o segundo deputado mais votado do Partido, o nono da coligação PFL-PRN e o décimo-primeiro no Estado. Sua base eleitoral está concentrada na Mata Norte do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

MAVIEL CAVALCANTI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



NEY MARANHÃO
Senador (PRN - PE)

65 anos, não declara religião, originário de Pernambuco. É empresário rural, exerce seu 4º mandato .

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu às questões sobre quais Títulos/Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão; nem sobre quais Direitos Sociais seriam afetados pelo processo revisor.

PERFIL POLÍTICO: Oriundo de tradicional família de senhores de engenho e, depois, usineiros pernambucanos. É proprietário da empresa C. Maranhão S/A. Trabalhista histórico, da época de Getúlio Vargas, começou como prefeito de Moreno, pelo PTB, e depois integrou a Frente Democrática Pernambucana - FDP. Em 1965, com a extinção dos partidos, filiou-se à ARENA e em 1969 foi cassado com base no AI-5. Dez anos depois ingressou no PTB. Apoiou Jarbas Vasconcelos à prefeitura de Recife em 1985 e teve aberta a porta para a Frente Popular do Recife, que elegeu Miguel Arraes em 1986 e Antônio Farias, do PMB, para o Senado. Ele ficou na primeira suplência. Assíduo em plenário. Chegou ao Senado para substituir o senador Antônio Farias, que morreu durante as votações do primeiro turno da Constituinte. No segundo turno, votou contra a os cinco anos de mandato para Sarney e a estatização do sistema financeiro, e favoravelmente ao comércio de sangue e à nacionalização do subsolo. Na sucessão presidencial, apoiou Fernando Collor e transferiu-se para o PRN. Líder do PRN no Senado, esteve sempre atuando na defesa do de Collor. Declarou à imprensa ser um sonegador, “quem não sonega, quebra”. Votou contra o relatório da CPI do PC.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se primeiro suplente em 1986 com 1.204.802 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à Lei Ordinária. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

NEY MARANHÃO

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Contrário psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PEDRO CORRÊA
Deputado (PFL - PE)

45 anos, católico, originário de Pernambuco. É empresário rural e médico, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Criança e Adolescente, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Pedro Corrêa começou na vida política na militância estudantil, ainda na universidade. Oriundo da ARENA, partido pelo qual conquistou seu primeiro mandato como Deputado Federal (1979). Em 1983 reelegeu-se, já pelo PDS. Na Câmara dos Deputados sempre teve atuação discreta. Migrou para o PFL em 1986, depois de ter perdido a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte. Como Relator da CPI da Vasp, seu relatório isentou de culpa o ex-governador Orestes Quêrcia no processo de privatização da empresa.

BASE ELEITORAL: Em 1990 elegeu-se Deputado Federal pelo PFL com 29.795 votos. Foi o décimo-quinco candidato mais votado do Estado, o nono do partido e o décimo-segundo da coligação PFL-PRN. Sua base eleitoral está concentrada em Recife.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

PEDRO CORRÊA

Estabilidade da Gestante	NTOF, NTOF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



RENILDO CALHEIROS
Deputado (PC do B - PE)

34 anos, não declara religião, originário de Alagoas. Exerce seu 1º mandato e auto-definido-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Renildo Calheiros, militante de esquerda desde a época de universidade. Começou na vida política na Universidade Federal de Pernambuco, em 1983. Foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPE (1983-1984); Secretário da União Nacional dos Estudantes - UNE, no Rio de Janeiro no período de 1984-1985 e presidente da UNE de 1985 a 1986. Participou de vários movimentos, sempre combatendo o regime militar e os ideais defendidos pela direita. É irmão de Renan Calheiros, ex-líder do Governo Collor, mas faz questão de afirmar que a relação com Renan, apenas de irmão para irmão e que para manter a “harmonia familiar”, nunca conversam sobre política. Renildo Calheiros foi candidato à deputado estadual pelo PC do B, em 1986, mas não foi eleito. Em 1988 elegeu-se pelo mesmo partido, vereador de Recife. Em 1990, na sua campanha usou o slogan do PC do B contra o Presidente Collor: O “Candidato anti-Collor”. Atuante e dinâmico nos trabalhos no Estado.

BASE ELEITORAL: Em 1990 candidatou-se, pela primeira vez, a Deputado Federal. Elegeu-se com 4.464 votos. Ficou em vigésimo-terceiro lugar no Estado e foi o mais votado do partido. Tem em Recife a sua base eleitoral.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

RENILDO CALHEIROS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



RICARDO FIÚZA
Deputado (PFL - PE)

53 anos, não declara religião, originário do Ceará. É empresário rural, advogado, exerce seu 6º mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Votou contra as “Diretas-Já” e em Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral. Vem da ARENA e do PDS, legendas pelas quais exerceu três mandatos. Bom articulador, está sempre presente aos trabalhos no Congresso Nacional e foi um dos principais condutores do PFL na Constituinte. Em 1986, quando se candidatou à Câmara, fez sua campanha combatendo a esquerda, representada, na época, pelo PMDB de Miguel Arraes. É pecuarista e industrial de fibras têxteis, além de ocupar o cargo de diretor dos Bancos Mercantil do Nordeste S.A., Comercial de Produção S.A. e Financial de Direito de Campina Grande. Ministro da Ação Social do Governo Collor, comandou a linha de frente para tentar apoio a Collor. Foi Coordenador Político do Governo na Câmara, negociando apoio dos parlamentares e por último reassumiu a sua vaga de Deputado para votar contra o Impeachment. Acusado de corrupção, depôs, recentemente na CPI do Orçamento.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

RICARDO FIÚZA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



ROBERTO FRANCA
Deputado (PSB - PE)

42 anos, católico, originário de Pernambuco. É advogado, servidor público, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Roberto Franca começou a militar na política na Universidade. Foi preso político durante oito meses. Foi presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife e um dos fundadores do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. É conhecido no Estado pelas idéias e posições de esquerda. Foi um dos fundadores, também, do Gabinete de Assessoria Política às Organizações Populares (entidade que defende os direitos do povo/Recife). Em 1982, disputou, sem sucesso, a Prefeitura de Olinda, pelo PMDB. É estreante na Câmara dos Deputados Chegou a ocupar a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Segurança Pública do Estado durante o governo de Miguel Arraes.

BASE ELEITORAL: Em 1990 candidatou-se à Deputado Federal pelo PSB. Foi eleito com 3.257 votos, ficando em sexto lugar na coligação PSB/PC do B. Tem como base eleitoral a Capital do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante não tem opinião formada. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

ROBERTO FRANCA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ROBERTO FREIRE
Deputado (PPS - PE)

51 anos, não declara religião, originário de Pernambuco. É servidor público, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Previdência e Assistência.

PERFIL POLÍTICO: Começou a vida política no antigo MDB. Quando se integrou ao PMDB, fazia parte do grupo dos autênticos do partido. Transferiu-se para o PCB assim que o partido legalizou-se e foi seu candidato à Prefeitura de Recife, em 1985, mas foi derrotado. No ano seguinte, foi eleito Deputado Federal Constituinte com expressiva votação (terceiro colocado no Estado). Foi bastante atuante durante a elaboração da nova Constituição. Em 1989, foi candidato à Presidência da República pelo PCB. É o Líder do Governo Itamar na Câmara.

BASE ELEITORAL: Em 1990, foi o único deputado do PCB de Pernambuco eleito. Conseguiu 97.423 votos e foi o candidato mais votado do PCB e da coligação PCB-PMDB em todo o país, e o terceiro do Estado. Votação mais expressiva: Recife e Olinda.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

ROBERTO FREIRE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Hora Extra, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ROBERTO MAGALHÃES
Deputado (PFL - PE)

58 anos, católico, originário de Pernambuco. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Político experiente no seu Estado, é no entanto estreante no Congresso Nacional. É oriundo do PDS. Em 1982 foi governador de Pernambuco, mas não conseguiu eleger-se senador em 1986, quando já estava no PFL. Em 1987 mudou de partido: migrou para o PTB. Não teve sucesso político. Em 1989 foi para o PSDB e foi convidado para vice na chapa de Mário Covas à Presidência da República. O seu nome criou polêmica dentro do partido. As lideranças não o queriam na chapa dos Tucanos. Em 1990, mais uma vez, trocou de partido. Retornou ao PFL. Atualmente é o relator da CPI do Orçamento.

BASE ELEITORAL: Em 1990 elegeu-se com 205.382 votos. Foi o segundo mais votado do Estado e o primeiro do partido e da coligação PFL-PRN. A base eleitoral está concentrada em Recife.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária.

ROBERTO MAGALHÃES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Contrário
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



WILSON CAMPOS
Deputado (PMDB - PE)

69 anos, não declara religião, originário de Pernambuco. É empresário urbano e economista, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Família, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Oriundo da ARENA, elegeu-se senador em 1970 com uma grande votação. O presidente Ernesto Geisel cassou o seu mandato com base no AI-5, depois de ter sido absolvido pela Câmara de uma acusação de suborno. Afastou-se da vida política e dedicou-se ao comércio. Em 1982, voltou à vida pública, desta vez pelo PMDB, como Deputado Federal (1983-1987). É pai de Carlos Wilson, eleito vice-governador de Pernambuco em 1986 na chapa de Miguel Arraes. Elegeu-se em 1986 e como Constituinte apoiou todas as propostas nacionalistas.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 30.739 votos, sendo o décimo quarto deputado mais votado do Estado, o primeiro do partido e o segundo mais votado da coligação.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

WILSON CAMPOS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

PIAUÍ

Álvaro Pacheco (PFL-PI)	Não Respondeu
Átila Lira (BL/PFL-PI)	Licenciado
B. Sa (PP-PI)	Respondeu
Chagas Rodrigues (PSDB-PI)	Não Respondeu
Ciro Nogueira (PFL-PI)	Respondeu
Felipe Mendes (PDS-PI)	Recusa Justificada
Jesus Tajra (PFL-PI)	Recusa Justificada
João Henrique (PMDB-PI)	Respondeu
Jose Luiz Maia (PDS-PI)	Recusa Justificada
Lucidio Portela (PDS-PI)	Respondeu
Murilo Rezende (PMDB-PI)	Recusa Justificada
Mussa Demes (PFL-PI)	Recusa Justificada
Paes Landim (PFL-PI)	Recusa Justificada
Paulo Silva (PSDB-PI)	Respondeu



B.SÁ
Deputado (PP - PI)

46 anos, católico, originário do Piauí. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação e Saúde.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou a carreira política como militante da extinta ARENA. Mudou para o PMDB, apoiando a campanha de Alberto Silva para Senador em 1978 e para Governador em 1982. Em 1989 foi nomeado Secretário Municipal da Saúde em Teresina, onde ficou até fevereiro deste ano, quando desincompatibilizou-se para disputar a eleição. Define-se como de centro-esquerda. Defende, no Congresso, o homem do campo e o desenvolvimento harmônico das cidades, para evitar o êxodo rural. Apoiou o governo Collor de Mello e integrou a bancada que lhe deu sustentação.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 63.398 votos, sendo o segundo mais votado do Piauí e o primeiro do PDS. Seus principais redutos eleitorais são a grande Teresina e a região de Oeiras, sua cidade natal.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

B.SÁ

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



CIRO NOGUEIRA
Deputado (PFL - PI)

60 anos, católico, originário do Piauí. É empresário urbano, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho e Segurança.

PERFIL POLÍTICO: É empresário do ramo imobiliário. Foi eleito para seu primeiro mandato em 1982, elegendo-se com 54.869 votos para a Câmara dos Deputados pelo PMDB. Em 1986, rompeu com Alberto Silva e ingressou no PFL, candidatando-se a senador, sendo derrotado. Integra tradicional família de políticos. Seu irmão, Etevaldo Nogueira, é deputado federal no PFL do Ceará. Outro irmão, Manoel Nogueira Filho, foi Prefeito de Pedro II e o terceiro irmão, Aquiles Nogueira, foi deputado estadual e eleito suplente de senador, chapa de Lucídio Portela.

BASE ELEITORAL: Eleito com 35.029 voto, é o décimo mais votado no Piauí e o quinto do seu partido, o PFL.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

CIRO NOGUEIRA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOÃO HENRIQUE
Deputado (PMDB - PI)

43 anos, católico, originário do Piauí. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Criança e Adolescente, Idoso e Índio.

PERFIL POLÍTICO: É bancário, funcionário do Banco do Estado do Piauí, onde exercia a função de advogado. Intelectual, escreveu seu primeiro romance aos 15 anos de idade. Não tinha militância política, mas acabou ligado ao grupo político do governador Alberto Silva, de quem foi Secretário de Governo, de Cultura e, por último, de Educação.

Desincompatibilizou-se para se candidatar.

BASE ELEITORAL: Eleito Deputado Federal com 37.003 votos, sendo o nono mais votado do Piauí e o segundo do PMDB.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

JOÃO HENRIQUE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LUCÍDIO PORTELA
Senador (PPR - PI)

71 anos, não declara religião, originário do Piauí. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-definido-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Assistência, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Membro do Diretório Regional do PDS, tendo exercido a presidência durante dois anos. Membro do Diretório Estadual da União Democrática Nacional-UDN, até a sua extinção. Membro do Diretório Nacional da Aliança Renovadora Nacional - ARENA, desde a sua fundação. Vice-presidente da Executiva Regional da ARENA. Vice-presidente do PDS.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

LUCÍDIO PORTELA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Contrário, NTOF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Hora Extra, Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



PAULO SILVA
Deputado (PSDB - PI)

36 anos, católico, originário do Piauí. É professor, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Filho do governador Alberto Silva, é herdeiro político do nome do pai e, como diretor dos jornais Tribuna do Povo e Folha do Piauí, de propriedade da família, aumentou a influência junto aos eleitores. Pertenceu ao Partido Popular e ao PMDB, sendo eleito deputado estadual, em 1982, com 13.979 votos e deputado federal, em 1986, com 60.345 votos (segundo mais votado do PMDB e terceiro do Estado). Rompeu com o PMDB em 1987, vinculando-se à liderança de Mário Covas no PSDB. Durante a Constituinte votou favoravelmente a todas as questões defendidas pelos movimentos sindical e popular.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

PAULO SILVA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

RIO GRANDE DO NORTE

Aluizio Alves (PMDB-RN)	Respondeu
Dario Pereira (PFL-RN)	Respondeu
Fernando Freire (PDS-RN)	Não Respondeu
Flávio Rocha (PL-RN)	Recusa Justificada
Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	Recusa Justificada
Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	Não Respondeu
Ibere Ferreira (PFL-RN)	Respondeu
João Faustino (PSDB-RN)	Devolveuquestionário
Laire Rosado (PMDB-RN)	Respondeu
Lavoisier Maia (PDT-RN)	Não Respondeu
Ney Lopes (PFL-RN)	Não Respondeu



ALUÍZIO ALVES
Deputado (PMDB - RN)

72 anos, não declara religião, originário do Rio Grande do Norte. É advogado, jornalista, exerce seu 6º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Aluizio tem estado em cenário político desde a década de 40 - aos 22 anos de idade, foi o mais jovem Constituinte de 1946, eleito pela UDN. Foi da Tribuna da Imprensa e é proprietário do Jornal Tribuna do Norte, da TV-Cabugi e das rádios Cabugi e Difusora, esta última em Mossoró (RN). Iniciou a carreira política ao lado do ex-governador e ex-senador Dinarte Mariz, com quem rompeu no final da década de 50, passando a liderar a oposição. Apoiou o golpe militar de 1964 por muito pouco tempo, logo ingressando no MDB. Foi cassado em fevereiro de 1969, quando era Deputado Federal. Foi indicado ministro da Administração por Tancredo, cargo em que foi mantido por José Sarney, de quem era muito amigo desde os tempos da UDN.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 para o cargo de deputado federal com 61.541, sendo o quarto mais votado do Estado e o segundo do PMDB.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ALÚZIO ALVES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



DÁRIO PEREIRA DE MACEDO
Senador (PFL - RN)

57 anos, não declara religião, originário do Rio Grande do Norte. Exerce seu 1º mandato.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu às questões sobre quais Títulos/Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão; nem sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pelo processo revisor.

PERFIL POLÍTICO: Economista e Empresário, assumiu seu mandato com suplente em 14/03/91, na vaga do governador Agripino Maia. Exerceu os cargos de Assessor Técnico da Sudene (1964/1965), Diretor Administrativo da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte de 1978 a 1983. Foi, também, Diretor Financeiro da Associação dos Mineradores do RN- ASMINORTE.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

DÁRIO PEREIRA DE MACEDO

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



IBERÊ FERREIRA
Deputado (PFL - RN)

49 anos, católico, originário do Rio Grande do Norte. É advogado, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento e Ordem Social.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua vida política pelas mãos da família Alves, conquistando dois mandatos consecutivos de deputado estadual pelo MDB. Em 1980 entrou no PMDB e obteve uma suplência de deputado federal, em 1982. Ao enfrentar resistências no PMDB à sua candidatura a deputado federal, em 1986, passou a integrar o grupo da família Maia, ingressando no PFL. Foi Secretário de Assuntos de Governo (1985-1986) de José Agripino. Em 1986 elegeu-se deputado constituinte com 39.669 votos, sendo o terceiro mais votado do PFL e o sexto do Rio Grande do Norte. Na Assembleia Nacional Constituinte registrou votos contrários à nacionalização do subsolo e à reforma agrária, apoiando a proposta da UDR. É assíduo em plenário e tem atuação voltada para as questões sociais.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 47.701 votos, sendo o sétimo mais votado do Estado e o segundo do PFL.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Ausentou-se da votação sobre o aborto.

IBERÊ FERREIRA

Estabilidade da Gestante	NTOF, NTOF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LAIRE ROSADO
Deputado (PMDB - RN)

48 anos, católico, originário do Rio Grande do Norte. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Previdência, e Ciência e Tecnologia.

PERFIL POLÍTICO: De uma das mais tradicionais famílias do Rio Grande do Norte, os Rosado, que têm ligações familiares e políticas com os Maia e atuação política concentrada na região Oeste do Estado, especialmente em Mossoró, Laire construiu sua base política ao longo das décadas de 70 e 90 atuando em movimentos médicos - foi de 1976 a 1985 chefe do serviço médico do Inamps em Mossoró. Sua família esteve sempre se revezando na ligação política entre os Alves, os Marize e os Maia, assumindo invariavelmente o papel de fiel da balança, dado o peso político que exercem em sua base - Mossoró. Laire apóia os Alves. Seu primeiro mandato foi na Assembléia Legislativa, pelo PMDB. É muito ligado ao ex-governador Geraldo José de Melo, tendo ocupado durante o seu governo a pasta da Secretaria Estadual de Habitação e Promoção Social.

BASE ELEITORAL: Foi eleito em 1990 com 64.313 votos, o mais votado do PMDB e o segundo do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

LAIRE ROSADO

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto (PT-RS)	Respondeu
Adroaldo Streck (PSDB-RS)	Recusa Justificada
Adylson Motta (PDS-RS)	Recusa Justificada
Aldo Pinto (PDT-RS)	Respondeu
Amaury Muller (PDT-RS)	Respondeu
Antonio Britto (PMDB-RS)	Licenciado
Arno Magarinos (PDS-RS)	Recusa Justificada
Carlos Azambuja (PDS-RS)	Não Respondeu
Carrion Junior (PDT-RS)	Licenciado
Celso Bernardi (PDS-RS)	Não Respondeu
Eden Pedroso (PDT-RS)	Respondeu
Edson Menezes Silva (PC do B-RS)	Respondeu
Fernando Carrion (PDS-RS)	Respondeu
Fetter Junior (PPR-RS)	Recusa Justificada
Germano Rigotto (PMDB-RS)	Recusa Justificada
Hilário Braun (PMDB-RS)	Respondeu
Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)	Recusa Justificada
Ivo Mainardi (PMDB-RS)	Respondeu
João de Deus Antunes (PPR-RS)	Respondeu
Jorge Uequet (PSDB-RS)	Respondeu
José Fogaça (PMDB-RS)	Não Respondeu
José Fortunati (PT-RS)	Respondeu
José Paulo Bisol (PSB-RS)	Não Respondeu
Luis Roberto Ponte (PMDB-RS)	Recusa Justificada
Mendes Ribeiro (PMDB-RS)	Deve questionário
Nelson Jobim (PMDB-RS)	Respondeu
Nelson Proença (PMDB-RS)	Não Respondeu
Odacir Klein (PMDB-RS)	Recusa Justificada
Osvaldo Bender (PPR-RS)	Recusa Justificada
Paulo Paim (PT-RS)	Respondeu
Pedro Simon (PMDB-RS)	Não Respondeu
Pratini de Maraes (PDS-RS)	Licenciado
Telmo Kirst (PDS-RS)	Recusa Justificada
Valdomiro Lima (PDT-RS)	Não Respondeu
Victor Faccioni (PDS-RS)	Recusa Justificada
Waldomiro Fioravante (PT-RS)	Respondeu
Wilson Muller (PDT-RS)	Recusa Justificada



ADÃO PRETTO
Deputado (PT - RS)

47 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É trabalhador rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Trovador, repentista e poeta, é um dos pioneiros da articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Rio Grande do Sul, foi ministro da eucaristia nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dirigente de sindicato dos trabalhadores rurais. Chegou a ser filiado ao PDT, mas logo passou a militar no PT. Foi escolhido pelos Sem-Terra para concorrer a uma vaga na Assembléia Legislativa gaúcha, em 1986, e se elegeu com 23 mil votos. Como Deputado Estadual, aprovou vários projetos ligados à agricultura. Na Câmara Federal, sua atuação está voltada para o campo, especialmente para a questão agrária e política agrícola. Atuante e assíduo aos trabalhos, é um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no parlamento.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se deputado federal em 1990, com 44.702 votos, sendo o segundo mais votado do PT e o oitavo na classificação geral. Seu principal reduto eleitoral é o Alto Uruguai (região no extremo norte do Estado), mas teve votos espalhados por todo o Rio Grande do Sul.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

ADÃO PRETTO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ALDO PINTO
Deputado (PDT - RS)

54 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É engenheiro, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Fundador do MDB em Palmeira das Missões, foi candidato a prefeito por esta legenda em 1968, sem êxito. Elegeu-se deputado estadual pelo MDB em 1974, com 24 mil votos, reeleito com 50 mil votos em 1978. Com menos de seis meses de mandato, em 1975, foi escolhido o melhor deputado gaúcho, na avaliação da imprensa. Presidiu várias comissões voltadas para a área agrícola. Foi presidente da Assembleia Legislativa gaúcha em 1981. Eleito deputado federal em 1982, com 63 mil votos (a maior votação da bancada do PDT), foi derrotado em 1986 nas eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, numa aliança do seu partido, o PDT, com o PDS. Apesar de pecuarista de porte, liderou uma ação parlamentar que permitiu o assentamento de colonos em uma fazenda desapropriada, a Annoni - pondo fim a uma questão judicial que se arrastou por vinte anos.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se deputado federal (pela segunda vez) em 1990 com 23.915 votos, sendo o sétimo mais votado do PDT e o trigésimo na classificação geral. Seu reduto eleitoral é o Planalto Médio, região predominantemente agrícola do norte do Rio Grande do Sul, mas obteve votos em todo o interior.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu a pesquisa.

ALDO PINTO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



AMAURYMÜLLER
Deputado (PDT - RS)

57 anos, não declara religião, originário do Rio Grande do Sul. Exerce seu 5º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua trajetória política no movimento estudantil. Em abril de 1964, foi expulso da PUC-RS, preso e torturado. Foi cassado pelo AI-5 em 1976, após um discurso que realizou em Palmeira das Missões e que foi considerado ofensivo às Forças Armadas. Voltou à política depois da anistia. Ingressou no MDB e, com o pluripartidarismo foi para o PDT. Elegeu-se deputado federal em 1986. Na Constituinte votou com a esquerda em todas as questões sindicais e populares. Dedicou-se aos temas internacionais. Dentro do PDT, integra a linha que mantém certa independência com relação a Leonel Brizola. É considerado um dos mais ativos parlamentares na Câmara.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 29.283 votos, sendo o quinto mais votado do PDT e o vigésimo-oitavo na classificação geral. Seu reduto eleitoral é a região das Missões, no noroeste do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

AMAURY MÜLLER

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ÉDEN PEDROSO
Deputado (PT - RS)

50 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Foi líder estudantil e presidente da Ala Jovem do PTB de Passo Fundo (RS), entre 1961 e 1964. Após a extinção desse partido, militou no MDB e foi um dos fundadores do PDT de Passo Fundo. Em 1982 concorreu a deputado estadual e ficou na primeira suplência. Elegeu-se para a Assembléia Legislativa gaúcha em 1986, pelo PDT, com 16 mil votos, tendo agora dobrado essa votação ao chegar na Câmara Federal. Foi Líder do PDT na Assembléia Legislativa em 1987 e 1988. Em 1993 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores - PT.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se deputado federal em 1990, com 29.643 votos, sendo o quarto mais votado do PDT e o 27º na classificação geral. Conseguiu boa votação em Passo Fundo, várias outras cidades do norte do Estado e também na região carbonífera.

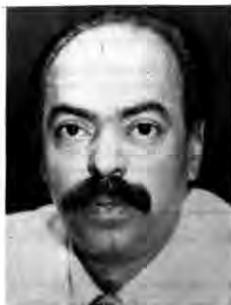
POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ÉDEN PEDROSO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, Não respondeu, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



EDSON MENEZES SILVA
Deputado (PC do B - RS)

47 anos, não declara religião, originário da Bahia. É economista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua militância política em 1968, ainda no movimento estudantil, e depois como profissional universitário, militando no PC do B. Forçado pela perseguição do regime militar exilou-se na Europa no período entre 1975 à 1980. Na sua volta em 1980, passou a morar no Rio Grande do Sul, onde foi presidente estadual do partido por vários anos. Assumiu na Câmara dos Deputados em 09/02/92, na vaga do Deputado Carrion Júnior.

BASE ELEITORAL: Alcançou a Suplência com 18.173 votos em sua maioria na região metropolitana de Porto Alegre Pelotas e Caxias do Sul.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

EDSON MENEZES SILVA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



FERNANDO CARRION

Deputado (PPR - RS)

51 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, e Tributação e Orçamento.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Fernando Carrion se elegeu prefeito de Passo Fundo - cidade a 291 quilômetros ao Norte de Porto Alegre, em 1982. Foi presidente da Associação dos Municípios da Zona da Produção de 1983 a 1987, e assessor especial da Prefeitura de Ciríaco, na mesma região, de maio de 1989 a maio de 1990. De 1988 a 1990 foi presidente do Conselho Deliberativo da Confederação Nacional dos Municípios. Toda a atividade profissional de Fernando Carrion esteve ligada ao setor de estradas. Além de suas atividades como engenheiro, Fernando Carrion é agropecuarista em Ciríaco. Ele administra uma propriedade rural da família há 25 anos.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se deputado federal com 37.429 votos, sendo o sexto mais votado de seu partido. Seu principal reduto eleitoral é a Zona da Produção.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

FERNANDO CARRION

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



HILÁRIO BRAUN
Deputado (PMDB - RS)

45 anos, não declara religião, originário do Rio Grande do Sul. Exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Ordem Social, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança e Família.

PERFIL POLÍTICO: Foi Secretário-geral do Partido Popular (PP) e passou para os quadros do PMDB com a fusão destes partidos no começo dos anos 80. Suplente assumiu em 15-10-92, no lugar do deputado Antônio Britto. Via na política um instrumento para realizar as mudanças que julga serem necessárias ao país. Nas últimas eleições para governador ele apoiou o senador José Fogaça. É defensor do fortalecimento dos municípios. Foi candidato à Prefeitura de Três Passos. Pertence ao PMDB desde 1982. Elegeu-se Constituinte em 1986. Foi um dos principais articuladores e fundadores do Centrão.

BASE ELEITORAL: Seu principal reduto eleitoral fica no Noroeste do Rio Grande do Sul. Seu eleitorado é principalmente das classes C e D.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à Lei Ordinária. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

HILÁRIO BRAUN

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



IVO MAINARDI
Deputado (PMDB - RS)

61 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É servidor público, exerce seu 2º mandato e auto-definise como Centro-esquerda.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não tem opinião formada sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua carreira política em 1960, presidindo o PRS de Sobradinho, onde permaneceu até 1962. Em 1963 foi para o MTR e depois voltou ao PTB. Com a extinção dos partidos, filiou-se ao MDB. Foi por duas vezes deputado estadual. Elegeu-se deputado federal Constituinte e conseguiu aprovar 71 de suas emendas. Votou contra os cinco anos para Sarney. Tem como princípio a defesa da empresa nacional.

BASE ELEITORAL: Reelegeu-se com 29.545 votos, sendo o nono do PMDB e o vigésimo-sétimo no Estado. Seus principais redutos eleitorais são o Vale do Rio Pardo (região de plantio de fumo) e o Vale do Jacuí (zona agrícola diversificada).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi, também, contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

IVO MAINARDI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 1 ano, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, NTOF

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	NTOF

Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



JOÃO DE DEUS ANTUNES

Deputado (PPR - RS)

51 anos, protestante/presbiteriano, originário do Rio Grande do Sul. É servidor público, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso, Índio e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: É pastor evangélico e delegado de polícia. Luta pela manutenção dos conceitos tradicionais da família, contra o aborto e o divórcio. Elegeu-se Constituinte pelo PDT mas foi desligado do partido por votar a favor dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Filiou-se ao PTB e, em 1990, migrou para o PDS, atual PPR..

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 31.712 votos, muitos dos quais de evangélicos, na capital gaúcha, e nos municípios de Canoas, Palmeira das Missões.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Absteve-se na votação da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JOÃO DE DEUS ANTUNES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho de mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JORGE UEQUED
Deputado (PSDB - RS)

51 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É advogado, exerce seu 5º mandato e auto-define-se como Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger o Capítulo da Administração Pública.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLITICO: Dos cinco mandatos de deputado federal que exerceu, quatro foram sob a legenda do MDB, depois PMDB. Somente neste último transferiu-se para o PSDB. Parlamentar atuante, na Constituinte apoiou a participação popular no processo Legislativo. Votou a favor da nacionalização das reservas minerais e disse sim à proteção da empresa nacional. É também um ativo membro do grupo de parlamentares que tem preocupações internacionalistas, ou seja, com o sofrimento dos povos do Terceiro Mundo. Defensor da causa dos palestinos, tem sido um grande batalhador em Brasília junto ao Poder Executivo.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.
Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JORGE UEQUED

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ FORTUNATI
Deputado (PT - RS)

37 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É bancário, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira. É contrário à Revisão Constitucional. É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: José Fortunati se elegeu pela primeira vez deputado estadual pelo PT em 1986. Antes, tinha sido presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre em 1985, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos de 1984 e 1986 e vice-presidente da Executiva Nacional da CUT de 1986 a 1988. Neste mesmo período, foi coordenador o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio Econômicas (DIEESE) gaúcho. Foi Líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa gaúcha, destacou-se durante a Constituinte Estadual por ser o deputado que maior número de emendas apresentou e o que teve maior número de emendas aprovadas. Entre suas emendas, destacamos a extensão dos direitos dos pais naturais aos pais adotantes (como licença-maternidade, por exemplo). É o atual líder do PT na Câmara Federal, e tem apoiado as lutas em defesa dos direitos da mulher, e tomado várias iniciativas neste sentido.

BASE ELEITORAL: José Fortunati se elegeu com 33.804 votos, sendo o terceiro mais votado do PT. Sua base eleitoral situa-se principalmente em Santa Maria, mas teve votos também nas grandes cidades, principalmente Porto Alegre e Pelotas.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

JOSÉ FORTUNATI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



NELSON JOBIM
Deputado (PMDB-RS)

PERFIL POLÍTICO: É de tradicional família de políticos, especialista em assuntos jurídicos e constitucionais. Elegeu-se deputado federal em 1986 com 28.451 votos. Foi o décimo sexto mais votado do PMDB e o trigésimo do Rio Grande do Sul, tendo como principal base eleitoral o município de Santa Maria. Um dos expoentes do PMDB na elaboração e negociação da nova Constituição. Na Constituinte foi relator substituto na elaboração do regimento interno e membro titular da Comissão de Sistematização. Teve atuação marcante no segundo turno da Constituinte para garantias de conquistas sociais. Votou contra os cinco anos para Sarney. Disse sim a Reforma Agrária e votou contra o turno de 40 horas semanais. Seu desempenho durante a Constituinte o fez o relator da Revisão Constitucional. Nelson Jobim é também o autor do Projeto de Regimento Interno da Revisão. Ele compõe o Conselho Consultivo do Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA.

BASE ELEITORAL: Reelegeu-se em 1990 com 34.912 votos, sendo o sétimo mais votado do PMDB e o vigésimo do Estado. Seus principais redutos eleitorais são Santa Maria, região oeste e noroeste.

Direitos da Mulher Trabalhadora

Licença e estabilidade da Mãe - Considera que todos os direitos dos trabalhadores não devem ser alterados, entre eles a licença e a estabilidade da gestante.

Licença maternidade em caso de adoção - É contrário à proposta.

Extensão da Licença Maternidade a todas as contribuintes da Previdência Social - considera legítima a reivindicação, entretanto, não vê condições de financiamento deste benefício pela previdência social por falta de recursos.

Licença Parternidade - Considera desnecessária, especialmente porque ela onera os custos de produção pagos pela própria sociedade.

Creche e Pré -Escola aos Filhos dos Trabalhadores e Trabalhadoras - Considera que deve ser um objetivo do Estado, mas não vê como viabilizá-lo imediatamente.

Proteção do Mercado de Trabalho - Posiciona-se em favor da igualdade de direitos e obrigações, mas é contrário a quaisquer tipos de privilégios que, no seu entendimento, além de discriminar a mulher, são formas de intervenção irreais no mercado.

Atestado de Esterilização e de Gravidez - Considera que esta questão é judicial e deve ser resolvida ao nível trabalhista. É simpático a proposta de multa às empresas infratoras, mas ressalva que esta conduta resultará num maior rigor dos empregadores na contratação de mulheres.

Extensão dos Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais à Trabalhadora Doméstica - Posiciona-se pela manutenção dos já existentes na Constituição.

Violência Contra a Mulher

Criminalização do estupro de cônjuge ou companheiro - acha que deve ser dispensado o mesmo tratamento já previsto no Código Penal .

Assédio Sexual - É a favor da penalização, embora considere a questão de prova complicadíssima.

Saúde da Mulher

Aborto - É a favor da descriminalização do aborto, mas contra a prestação deste tipo de atendimento na rede pública de saúde.

Planejamento Familiar - Acha que o Estado deve ter um plano para enfrentar a questão, e que deve fiscalizar as ONG's que atuam nesta área.

Esterilização - É favorável, desde que haja um consentimento da pessoa que vai se submeter à esterilização.

Área Civil

União Estável - Caracteriza como uma união, sem contrato social, e com os mesmos direitos e garantias de qualquer outro contrato social, independentemente de haverem filhos desta união.



PAULO PAIM
Deputado (PT - RS)

43 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É servidor público, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Quando estreou na vida política em 1986, surpreendeu positivamente pela capacidade de negociação. Assíduo e atuante, principalmente em temas ligados ao sindicalismo e aos movimentos populares. Elegeu-se graças ao trabalho que realizou como sindicalista, presidindo o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, um dos maiores do Estado. Em 1986, na Constituinte, apresentou quase 200 projetos e teve 53 deles aprovados. Foi co-autor da licença-gestante de 120 dias, e dos direitos das empregadas domésticas.

BASE ELEITORAL: Reelegeu-se em 1990 com 71.278 votos, sendo o mais votado do PT e o terceiro na classificação geral do Estado. teve votos em quase todas as cidades gaúchas, sobretudo nas áreas mais industrializadas.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

PAULO PAIM

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



WALDOMIRO FIORAVANTE
Deputado (PT - RS)

39 anos, não declara religião, originário do Rio Grande do Sul. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Filho de pai ferroviário e mãe agricultora, iniciou sua carreira profissional como metalúrgico aos 14 anos de idade, mais tarde veio a exercer a função de contador, e posteriormente de advogado. Dedicado as causas do Movimento Popular e Sindical tanto rural como urbano, nas regiões Alto Uruguai e Alto da Serra (RS). Iniciou militância estudantil quando estudante secundarista. Foi tesoureiro do Diretório Central dos Estudantes da UNISINOS em 1979, e presidente da Casa dos Estudantes de São Leopoldo (CEUL) em 1980. Advogado de diversas associações de moradores, sindicatos de trabalhadores rurais, metalúrgicos, alimentação, comerciários, rodoviários e outros na Região do Alto Uruguai. Vereador do PT mais votado em 1988. Candidato a Deputado Federal pelo PT em 1990, alcançou a primeira suplência da Bancada Federal do PT. Candidatou-se, sem êxito, a Prefeito de Erechim pela aliança PT-PSB em 1992. Em 04/01/93 foi empossado Deputado Federal na vaga deixada por Raul Pont, que assumiu a vice-prefeitura de Porto Alegre-RS.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

WALDOMIRO FIORAVANTE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA

RIO DE JANEIRO

Aldir Cabral (BL/PTB-RJ)	Recusa Justificada
Álvaro Valle (PL-RJ)	Respondeu
Amaral Netto (PDS-RJ)	Não Respondeu
Arolde de Oliveira (BL/PFL-RJ)	Respondeu
Arthur da Távola (PSDB-RJ)	Recusa Justificada
Benedita da Silva (PT-RJ)	Respondeu
Bocayuva Cunha (PDT-RJ)	Licenciado
Carlos Alberto Campista (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Carlos Lupi (PDT-RJ)	Respondeu
Carlos Santana (PT-RJ)	Respondeu
Cidinha Campos (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Ciro Garcia (PSTU-RJ)	Respondeu
Darcy Ribeiro (PDT-RJ)	Não Respondeu
Edésio Frias (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Eduardo Mascarenhas (PDT-RJ)	Respondeu
Fabio Raunheitti (PTB-RJ)	Respondeu
Feres Nader (PTB-RJ)	Licenciado
Fernando Lopes (PDT-RJ)	Licenciado
Flávio Palmier da Veiga (PRN-RJ)	Recusa Justificada
Francisco Dornelles (PDS-RJ)	Recusa Justificada
Francisco Silva (PP-RJ)	Respondeu
Hydekel Freitas (PFL-RJ)	Não Respondeu
Jair Bolsonaro (PDC-RJ)	Respondeu
Jandira Feghali (PC do B-RJ)	Respondeu
João Mendes (PTB-RJ)	Recusa Justificada
José Egydio (PDS-RJ)	Não Respondeu
José Maurício (PDT-RJ)	Licenciado
José Vicente Brizola (PDT-RJ)	Não Respondeu
Junot Abi-Ramia (PDT-RJ)	Respondeu
Laerte Bastos (PDT-RJ)	Respondeu
Laprovita Vieira (PMDB-RJ)	Não Respondeu
Luiz Salomão (PDT-RJ)	Respondeu
Márcia Cibilis Viana (PDT-RJ)	Devolveu questionário
Marino Clinger (PDT-RJ)	Respondeu
Miro Teixeira (PDT-RJ)	Respondeu
Nelson Bornier (PL-RJ)	Respondeu
Nelson Carneiro (PMDB-RJ)	Respondeu

Paulo de Almeida (PSD-RJ)	Recusa Justificada
Paulo Portugal (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Paulo Ramos (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Regina Gordilho (PRONA-RJ)	Respondeu
Roberto Campos (PDS-RJ)	Respondeu
Roberto Jefferson (PTB-RJ)	Recusa Justificada
Sandra Cavalcanti (PPR-RJ)	Respondeu
Sérgio Arouca (PPS-RJ)	Respondeu
Sérgio Cury (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Sidney de Miguel (PV-RJ)	Respondeu
Simão Sessim (PFL-RJ)	Respondeu
Vivaldo Barbosa (PDT-RJ)	Respondeu
Vladimir Palmeira (PT-RJ)	Recusa Justificada
Wanda Reis (PFL-RJ)	Respondeu



ÁLVARO VALLE
Deputado (PL - RJ)

59 anos, não declara religião, originário do Rio de Janeiro. Exerce seu 4º mandato.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Cultura e Desporto, Idoso e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Herdeiro do lacerdismo no Rio de Janeiro. Oriundo da Arena, passou pelo PDS e foi um dos fundadores do PL. Diplomata de carreira, licenciou-se do Ministério de Relações Exteriores em 1971 para concorrer Assembléa Legislativa do extinto Estado da Guanabara. Foi candidato ao Governo, em 1982, e à Prefeitura do Rio em 1985. Em 1986, conseguiu surpreendente votação, 324.941 votos, trazendo consigo uma numerosa bancada. Foi o deputado federal mais votado do PL e do Estado, tendo como principal base eleitoral o bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Na Constituinte, alinhou-se com o Centrão.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 49.451 votos, sendo o décimo-sexto colocado no Estado e o primeiro do partido. Seu eleitorado concentra-se no bairro conservador de classe média na Tijuca (Zona Norte do Rio).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

ÁLVARO VALLE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 2 anos, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Contrário
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



AROLDE DE OLIVEIRA

Deputado (PFL - RJ)

56 anos, não declara religião, originário do Rio de Janeiro. É engenheiro, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias
Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Previdência, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Votou com os evangélicos na Constituinte nas questões relacionadas com a família e teve apoio dos mesmos para suas teses no setor de comunicações. Disputou as eleições de 1982 pelo PDS, ficando como suplente. Assumiu a cadeira de titular em 1986 com a morte do deputado Darcílio Ayres. Reelegeu-se para a Constituinte. Dono da TV Rio e da Rádio e TV Cabo Frio. Representa o setor de telecomunicações no Congresso Nacional. Já foi Secretário-Geral do Ministério das Comunicações no governo Geisel e lutou para que não fosse criado o Conselho Nacional de Comunicações. Integra ainda a bancada de evangélicos. Foi presidente da Telerj, diretor da Embratel e governador do consórcio Intelsat. Foi eleito em 1986 com 26.417 votos, sendo o sétimo mais votado do PFL e o trigésimo-nono no Rio de Janeiro. Sua base eleitoral é a região dos Lagos.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 33.321 votos, sendo o vigésimo sétimo na colocação do Estado e o quarto do partido. Seu eleitorado está entre os evangélicos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à Lei Ordinária. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

AROLDE DE OLIVEIRA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



BENEDITA SILVA
Deputada (PT - RJ)

51 anos, protestante/presbiteriana, originária do Rio de Janeiro. É servidora pública, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Evangélica, tem também o apoio do setor progressista do protestantismo, dos movimentos negro e de mulheres, e ainda dos setores estudantil, sindical e intelectual. Começou na política em 1982, quando elegeu-se vereadora pelo PT. Como Constituinte, combateu a discriminação racial e apresentou emenda impedindo que o Brasil tivesse relações diplomáticas com a África do Sul. É assídua aos trabalhos, tanto no plenário como nas comissões. Benedita da Silva presidiu a CPI que investigou a esterilização em massa de mulheres e é membro do Conselho Consultivo do Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA no Congresso Nacional.

BASE ELEITORAL: Em 1990, foi a candidata mais votada do PT do Rio, com 53.293 votos. Além do Morro do Chapéu Mangueira (onde mora).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

BENEDITA SILVA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



CARLOS LUPI
Deputado (PDT - RJ)

36 anos, espírita, originário de São Paulo. É professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Progressista, faz política desde jovem. Foi um dos fundadores do PDT e da Juventude Socialista do partido, 1980. Militante do PDT, com a eleição de Saturnino Braga para prefeito do Rio, em 1985, tornou-se coordenador das regiões administrativas da cidade, abandonando o cargo e rompendo com Saturnino quando o prefeito brigou com o PDT. Foi coordenador político da campanha do pedetista Marcello Alencar e depois seu assessor.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 20.506 votos, sendo o trigésimo-nono colocado em todo o Estado e o décimo-sexto do seu partido. Sua base eleitoral são as comunidades carentes da Zona Norte e da Zona Oeste.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

CARLOS LUPI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



CARLOS SANTANA
Deputado (PT - RJ)

32 anos, católico, originário do Rio de Janeiro. É operário metalúrgico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Mais velho dos 10 filhos de um operário da construção civil. É ferroviário, profissão que começou a exercer aos 14 anos de idade como caldeireiro da oficina da Rede Ferroviária, no Rio de Janeiro. Começou a fazer política sindical aos 18 anos, depois de participar de atividades comunitárias em Bangu e de movimentos negros. Na eleição de 1985 para o Sindicato dos Ferroviários encabeçou a chapa vitoriosa. Em 1987, tornou-se presidente regional da CUT-RJ e, um ano depois, reelegeu-se presidente do sindicato, acumulando as duas funções.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 16.042 votos, sendo o quadragésimo sexto colocado, o último em todo o Estado e o terceiro do seu partido. Seus eleitores são operários do subúrbio e da Zona Oeste.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

CARLOS SANTANA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



CYRO GARCIA
Deputado (PSTU - RJ)

38 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É bancário, exerce seu 1º mandato e auto define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

É contrário à Revisão.

PERFIL POLÍTICO: Fundador do PT no Rio de Janeiro e da CUT. Pertenceu à Executiva Nacional do PT por três gestões. Secretário-Geral da CUT, RJ. Funcionário do Banco do Brasil (1973), foi também presidente do Sindicato dos Bancários do RJ (1988/91). Membro da Direção Nacional da Organização Convergência Socialista desde 1977, rompeu com o PT e fundou o PSTU. Suplente do Deputado Jamil Haddad, assumiu o mandato em 14 de outubro de 1992, permanecendo até a demissão de Jamil do Ministério da Saúde.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

CIRO GARCIA

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



EDUARDO MASCARENHAS
Deputado (PSDB - RJ)

51 anos, católico, originário do Rio de Janeiro. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Previdência, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Médico psicanalista há mais de 23 anos. Participou ativamente da campanha das Diretas/84. Assumiu o mandato em 10/04/91, como suplente do Deputado Bocaiúva Cunha. Em meados deste ano desligou-se do partido, ingressando no PSDB, depois do que saiu do Congresso, dando lugar a outro parlamentar do PDT.

BASE ELEITORAL: Obteve 15.913 votos e as cidades onde foi mais votado, foram: Niterói, São Gonçalo e Campo Grande.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

EDUARDO MASCARENHAS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



FÁBIO RAUNHEITTI
Deputado (PTB - RJ)

65 anos, católico, originário do Rio de Janeiro. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não tem opinião formada sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação e Saúde.

PERFIL POLÍTICO: Empresário do setor de comunicações, tem prestígio na região de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, onde já ocupou o cargo de secretário municipal de Educação. Obteve seu primeiro mandato em 1986, quando foi eleito deputado federal com 38.485 votos. Foi o segundo mais votado do PTB e o vigésimo-quarto do Rio de Janeiro, tendo como principal reduto eleitoral o município de Nova Iguaçu. Conservador, alinhou-se ao Centrão durante a Constituinte. Está sendo investigado pela CPI do Orçamento, acusado de apresentar entidades para o recebimento de recursos do Orçamento do União e de desviar verbas para sua faculdade em Nova Iguaçu.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 104.812 votos, sendo o quarto colocado em todo o Estado e o primeiro do partido. Sua base eleitoral está em Nova Iguaçu.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

FÁBIO RAUNHEITTI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO

Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



FRANCISCO SILVA

Deputado (PP - RJ)

55 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É radialista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Previdência, Meio Ambiente, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Foi eleito pela primeira vez. Apesar de não ser pastor, há 30 anos integra a Congregação Cristã no Brasil - a mesma igreja do deputado não-reeleito Daso Coimbra (que conseguiu uma primeira suplência pelo PRN). Compõe a bancada evangélica na Câmara dos Deputados. Filiou-se ao PDC em 1988. Era dono de fazendas no município de Cantagalo, interior do Estado, e do Laboratório Beta Atalaia Jurubeba. As fazendas e o laboratório foram vendidos em 1985. Foi presidente do Instituto Laboratorista Fleming. Atualmente compõe a bancada do PP.

BASE ELEITORAL: Devido ao trabalho na igreja e na rádio, conseguiu votos em todo o Estado: Baixada Fluminense, São Gonçalo, Magé, Zona Oeste do Rio e Região dos Lagos, 40.733 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

FRANCISCO SILVA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Contrário
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Contrário, NTOF
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JAIR BOLSONARO
Deputado (PPR - RJ)

38 anos, católico, originário de São Paulo. É militar, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas área do Trabalho.

PERFIL POLÍTICO: Capitão pára-quedista do Exército em 1989, iniciou uma campanha em defesa do Soldo dos Militares. No mesmo ano foi eleito vereador (Constituinte de 1989/1991). Foi líder na Câmara Municipal e Segundo-secretário da Mesa na Lei Orgânica.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 67.041 votos, obtidos em sua maioria, na capital e em Rezende.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à Lei Ordinária. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

JAIR BOLSONARO

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JANDIRA FEGHALI
Deputada (PC do B - RJ)

36 anos, não declara religião, originária do Paraná. É médica, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrária à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Começou na militância política quando era estudante de medicina. Engajou-se na luta salarial dos médicos residentes, em 1978. Três anos depois foi Presidente da Associação dos Médicos Residentes do Rio de Janeiro e filiou-se ao PCdoB. Em 1984, ganhou popularidade como presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes ao comandar a greve da categoria. Com 92 mil votos, foi a deputada estadual mais votada do Rio, em 1986. Feminista, sua atuação na Assembléia Legislativa centrou-se na defesa dos direitos da mulher e da saúde. Em 1988, seu nome foi cogitado para a Prefeitura do Rio. Em 1990 elegeu-se deputada federal. Assídua e atuante nos trabalhos de comissão e plenário, destaca-se na luta pela eliminação das discriminações. Jandira Feghali é membro do Conselho Consultivo do Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA no Congresso Nacional.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se deputada federal com 25.077 votos. Jandira tem sólida base eleitoral no setor de saúde. Seu eleitorado concentra-se na cidade do Rio. Teve, também, o “voto de opinião” disperso por todo o Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

JANDIRA FEGHALI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Não respondeu, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JUNOT ABI-RAMIA
Deputado (PDT - RJ)

60 anos, não declara religião, originário do Rio de Janeiro. É engenheiro, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger o Título/Capítulo de Tributação e Orçamento.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde e Meio Ambiente.

PEFFIL POLÍTICO: Funcionário da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) desde 1957 (quando o órgão ainda se chamava Caes), exerceu vários cargos de chefia e direção, inclusive no primeiro governo de Leonel Brizola, que criou a Diretoria do Interior (DIN) e lhe entregou o comando. É engenheiro de Obras. Sua candidatura foi lançada por vários diretórios do Centro-Norte e do Noroeste Fluminense.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 22.776 votos, sendo o trigésimo-sexto colocado em todo o Estado e o décimo-terceiro do seu partido. Sua base eleitoral é constituída comunidades carentes do interior do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

JUNOT ABI-RAMIA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Adicional Insalubridade, Incluir na CF

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LAERTEBASTOS
Deputado (PSDB - RJ)

Não declara religião. É trabalhador rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos e Administração Pública.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Previdência, Criança e Adolescente, Idoso e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Originário de família de pequenos lavradores, expulsos em 1950 das terras que ocupavam em Itaperuna, Bastos organizou na Baixada Fluminense o Núcleo Agrícola, embrião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias. O golpe de 1964 desarticulou o movimento. Bastos conseguiu esconder-se até 66, quando foi preso. Com a distensão política, voltou a liderar movimentos de sem-terra, organizando ocupações em Caxias e Nova Iguaçu. Em 1988, venceu a convenção do Partido para concorrer à Prefeitura de Nova Iguaçu, mas houve impugnação e a solução foi aceitar a vice-Prefeitura, na chapa do Prefeito Aluísio Gama, ex-pemedebista de origem chaguista (do grupo do ex-Governador Chagas Freitas).

BASE ELEITORAL: Teve 18.489 votos, obtidos nas comunidades carentes de Belford Roxo e ainda em Caxias. Foi o último colocado na bancada federal do PDT do Rio.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

LAERTE BASTOS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LUIZ SALOMÃO
Deputado (PDT - RJ)

47 anos, católico, originário do Rio de Janeiro. É engenheiro, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger o Título da Tributação e do Orçamento.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Economista respeitado dentro e fora do partido. Foi para o PDT em 1982. Com a posse de Leonel Brizola no governo do Rio, assumiu a Secretaria de Obras e Meio Ambiente, tendo feito uma administração elogiada por priorizar os morros e favelas. Manteve-se fiel ao PDT quando Saturnino Braga rompeu com Brizola. Elegeu-se deputado federal em 1986 e como Constituinte posicionou-se favoravelmente a todas as questões colocadas pelo movimento sindical e popular. Integrante da CPI da Vasp, polarizou a discussão com o presidente da CPI, Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), homem de confiança do ex-governador paulista que após o episódio teve que se retirar da presidência da CPI da Vasp. Votou contra o relator Pedro Corrêa.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 33.808 votos, obtidos principalmente junto às comunidades carentes e à classe média da capital. Foi o oitavo mais votado do PDT e o vigésimo-sexto do Rio de Janeiro.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

LUIZ SALOMÃO

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MARINO CLINGER
Deputado (PDT - RJ)

60 anos, católico, originário de Minas Gerais. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Sua trajetória como parlamentar iniciou-se no PDT, partido no qual se mantém. Seu primeiro mandato foi o de vereador, em 1982. Em 1985, elegeu-se Prefeito. Em 1990 disputou, com êxito, uma cadeira na Câmara Federal.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

MARINO CLINGER

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Contrário
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MIRO TEIXEIRA
Deputado (PDT - RJ)

48 anos, não declara religião, originário do Rio de Janeiro. É advogado, jornalista, exerce seu 5º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Está em seu quinto mandato como Deputado Federal. Lançado na política pelo ex-governador fluminense, Chagas Freitas, rompeu com o grupo dos chaguistas em 82, quando aliou-se aos progressistas do PMDB para concorrer ao Governo do Estado. Não hesitou em denunciar o escândalo da ProConsult - empresa de processamento de dados que manipulava a apuração dos votos em favor do candidato do PDS, Wellington Moreira Franco - assegurando a vitória do candidato do PDT, Leonel Brizola. Ocupou o cargo de Secretário Geral do Ministério da Administração na Nova República. Voltou para a Câmara dos Deputados em 1986 como Constituinte. Obteve 49.106 votos, sendo o sexto deputado mais votado do PMDB e o décimo-sétimo do Rio de Janeiro. Na Constituinte registrou voto favorável a todas as reivindicações populares e dos trabalhadores. No Congresso, foi um dos maiores críticos da política econômica do Governo Sarney, particularmente do Plano Bresser. Alinhou-se com os progressistas, atuou pelos direitos trabalhistas sociais, acabando por migrar para o PDT de Brizola. Parlamentar atuante, assíduo e bom articulador.

BASE ELEITORAL: Em 1990, recebeu 37.932 votos, ficando em sétimo lugar no partido e em vigésimo-primeiro no Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

MIRO TEIXEIRA

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Não respondeu, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Contrário psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



NELSON BORNIER

Deputado (PL - RJ)

43 anos, não declara religião, originário do Rio de Janeiro. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento e Ordem Social.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação e Saúde.

PERFIL POLÍTICO: Empresário, atua na área de imóveis, comércio e serviços. Fundou o PL em Nova Iguaçu, em 1987. Este é seu primeiro mandato. Foi um dos grandes empresários da Baixada Fluminense que apoiaram Guilherme Afif Domingos na eleição presidencial.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 19.007 votos, de Nova Iguaçu e São Gonçalo.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

NELSON BORNIER

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Outras punições, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Incluir na CF
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	NTOF
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



NÉLSON CARNEIRO
Senador (PMDB-RJ)

PERFIL POLÍTICO: Um dos mais respeitados políticos do país, com grande poder de articulação e negociação. Circula com desenvoltura em todos os segmentos políticos e é considerado um dos maiores legisladores do Congresso Nacional. É autor de diversas leis no campo do Direito Trabalhista e Familiar, inclusive do projeto original da Lei do Divórcio, que lhe garantiu inesgotáveis dividendos eleitorais e a oposição da Igreja. Político por profissão, pertenceu à UDN, passou pelo PL, PSD, MDB, PTB e acabou no PMDB. Tentou, sem sucesso, ser indicado pela Convenção do partido a concorrer ao governo do Estado em 1986. Acabou concorrendo à reeleição para o Senado e teve apoio de diversos segmentos do empresariado fluminense. Nacionalista e defensor de algumas teses estatizantes, foi eleito presidente do Senado em 1989.

BASE ELEITORAL: Foi eleito em 1986 com 2.468.868 votos, tendo sido o mais votado do PMDB e do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa de opinião foi realizada em duas fases. O Senador Néelson Carneiro participou da primeira fase, que consistiu em entrevistas abertas à 24 parlamentares considerados formadores de opinião, a partir de roteiro pré-estabelecido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e, abaixo, resumidamente, apresentamos alguns dos pontos-de-vista firmados pelo senador nesta ocasião, já que o parlamentar não respondeu ao questionário fechado, que compôs a segunda fase desta pesquisa.

Violência contra a Mulher

Crimes Sexuais - Considera a violência familiar um problema real, mas de difícil configuração na legislação, principalmente quando se trata de casal e quando não há violência física. Com relação ao estupro praticado pelo cônjuge ou companheiro, considera difícil de caracterizar.

Legalização do Aborto - É favorável a que se abra um debate franco sobre o assunto, para delimitar as hipóteses em que pode ser admitido.

Saúde da Mulher

Planejamento Familiar - É contrário a participação de ONG's estrangeiras em programas de planejamento familiar.

Esterilização - Considera que esta deve ser uma decisão do indivíduo, homem ou mulher, que só deve ser crime quando realizada sem o seu consentimento.

Área Civil

União Estável - É a favor da união estável para homem e mulher, mas nunca para pessoas do mesmo sexo. Considera necessário que a união se prolongue no mínimo por 5 (cinco) anos ou que haja a existência de filhos para ser caracterizada como tal. No caso de um dos companheiros morrer antes dos 5 (cinco) anos, a mesma poderá ser caracterizada para efeito de herança. É favorável ao Direito de Herança e, também, à concessão de alimentos à companheira injustamente abandonada.



REGINA GORDILHO
Deputada (PRONA - RJ)

60 anos, católica, originária da Bahia. É empresária urbana, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social e Direitos Políticos.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde, Segurança, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Regina Gordilho, desde 1987, quando do assassinato de seu filho por soldados da PM, começou uma campanha para que os crimes praticados por militares fossem reconhecidos e julgados pela Justiça comum. Em 1988, foi eleita vereadora pelo PDT. Assumiu a presidência da Câmara Municipal, onde iniciou campanha de moralização acusando vários vereadores de clientelismo, e foi destituída do cargo por vereadores inconformados, mas retornou em 1990. Seu trabalho pelos direitos humanos foi premiado pela Anistia Internacional. Rompeu com o PDT quando das negociações para a composição da chapa do partido que concorreria ao governo estadual. Filiou-se ao PRP e atualmente está no PRONA. Sua atuação não é ideológica, mas ética.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 53.775 votos, sendo a décima colocada em todo o Estado e a terceira do seu partido. Recebeu votos em quase todos os municípios do Rio, principalmente nos bairros da Tijuca, Grajaú e Jacarepaguá.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

REGINA GORDILHO

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ROBERTO CAMPOS

Deputado (PPR - RJ)

76 anos, católico, originário do Mato Grosso. Exerce seu 6º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Nunca foi ligado a nenhum grupo político, alinha-se com grupos privatistas. Defensor da livre iniciativa, favorável a liberação da entrada do capital estrangeiro na economia. É um dos economistas mais polêmicos do país. Foi co-autor do Programa de Metas do governo JK, criador e presidente do BNDE (hoje BNDES) em 59, ministro do Planejamento de Castello Branco (1964/67) e embaixador do Brasil em Washington e Londres. Em sua administração, criou a caderneta de poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Em 1982, estreiou na vida parlamentar como senador de Mato Grosso, obtendo 147.203 votos. Na Constituinte votou contra a reserva de mercado, a reforma agrária, o salário mínimo real, o monopólio da distribuição do petróleo e o direito de greve.

BASE ELEITORAL: Em 1990, elegeu-se com 42.209 votos, sendo o décimo-sétimo no Estado e o segundo dos dois eleitos pelo PDS.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por reduzir.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

ROBERTO CAMPOS

Estabilidade da Gestante	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Contrário
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



SANDRA CAVALCANTI

Deputada (PPR - RJ)

63 anos, católica, originária do Rio de Janeiro. É professora, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Segurança, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Tem um eleitorado fiel no Estado. Começou sua trajetória política na UDN. Em 1964 filiou-se à ARENA. Abandonou a vida partidária em 1979, depois de ser candidata derrotada ao Senado, em 1978. Voltou ao cenário político em 1982 quando tentou fundar o PDR, mas não conseguiu viabilizar o partido, e candidatou-se, sem êxito, ao governo fluminense pelo PTB. Tem atuação marcante, é assídua nos trabalhos de comissões e plenário. Defensora das causas católicas. Como Constituinte, disse não aos cinco anos de mandato para Sarney.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 62.747 votos, sendo a oitava colocada no Estado e a primeira do partido. Tem eleitorado cativo na classe média carioca de perfil udenista.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

SANDRA CAVALCANTI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Não respondeu
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Contrário
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



SÉRGIO AROUCA
Deputado (PPS - RJ)

52 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Estreante em mandato eletivo, professor da Unicamp e da Fundação Oswaldo Cruz, assessorou a ONU em quase toda a América Latina. Foi presidente da histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, a primeira no país que teve participação popular, da qual saiu o texto constitucional que deu base ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 85, assumiu a presidência da Fiocruz e chamou do exterior cientistas renomados internacionalmente - que haviam sido demitidos pelo regime militar, revitalizando a fundação e devolvendo-lhe a posição de mais importante instituição de pesquisa biomédica da América Latina. Foi Secretário de Saúde do Estado do Rio, em 1986, no governo Moreira Franco. Concorreu como vice de Roberto Freire (PCB-PE) nas eleições presidenciais de 89. Em 1992, concorreu à prefeitura do Rio de Janeiro como vice, na chapa encabeçada por Benedita da Silva, do PT.

BASE ELEITORAL: Seus votos ultrapassaram em muito os limites de influência do chamado Partido Sanitarista - profissionais da área de saúde que lutam pela democratização dos serviços de saúde no país. Foi o terceiro deputado mais votado da coligação Povo Unido (PDT/PCB/PC do B), que apoiou Brizola para governador, com 87.738 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

SÉRGIO AROUCA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



SIDNEY DE MIGUEL

Deputado (PV - RJ)

46 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É economista, exerce seu 1º mandato.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Militante do grupo VAR-Palmares da década de 60, foi para o exílio em 1968, primeiro para o Chile, depois Portugal e França, onde se dedicou também a estudos ambientais. Integrou o grupo do Manifesto de Lisboa, que defendeu a volta de Brizola ao País. Foi um dos fundadores do PDT, mas sua inclinação para a defesa do meio ambiente levou-o a assinar mais tarde a ata de fundação do Partido Verde. Foi candidato derrotado para a Assembléia do Rio em 82. Quando o PV perdeu seu registro e não pôde apresentar candidatos próprios, escolheu entre os filiados do PDT o que tinha perfil verde: Sidney de Miguel - “o Sid com esse, não esquece”, mote do animado clipe que apresentou no programa eleitoral, que acabou por elegê-lo. Conforme acordo firmado anteriormente, Sidney de Miguel saiu do PDT, e é o único deputado verde do parlamento.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com os votos verdes, do meio estudantil e da classe média da Zona Sul do Rio. Obteve 33.043 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

SIDNEY DE MIGUEL

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



SIMÃO SESSIM
Deputado (PFL - RJ)

57 anos, não declara religião, originário do Rio de Janeiro. É professor, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Ex-prefeito de Nilópolis. Antes de pertencer ao PFL foi da ARENA e do PDS. Ausentou-se na votação das diretas-já e ajudou a fundar o PFL para votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Elegeu-se deputado federal em 1986. No início dos trabalhos da Constituinte apresentou 165 propostas. Votou a favor da nacionalização do subsolo, da proteção da empresa nacional, da reforma agrária e do direito de sindicalização do servidor público. Também votou favoravelmente aos cinco anos de mandato para Sarney.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 60.015 votos sendo o nono mais votado do Estado e o segundo do partido. Seu reduto eleitoral é Nilópolis, cidade pobre da Baixada Fluminense.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

SIMÃO SESSIM

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	NTOF
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



VIVALDO BARBOSA

Deputado (PDT - RJ)

51 anos, católico, originário de Minas Gerais. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-definido-se como Esquerda.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão.

Também Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Foi ligado ao ex-senador Saturnino Braga, com quem migrou do PMDB para o PDT. Foi Secretário de Justiça de Leonel Brizola, o que lhe garantiu boa votação em 1986. É considerado um profundo conhecedor das questões jurídicas e constitucionais, tendo sido o representante do PDT na comissão de relatores-adjuntos na Constituinte. Como deputado constituinte posicionou-se favoravelmente a todas as reivindicações populares e dos trabalhadores. Bom articulador e negociador, é assíduo em todos os trabalhos.

BASE ELEITORAL: Elegeram-se em 1990 com 26.938 votos, sendo o trigésimo- primeiro colocado em todo o Estado e o décimo-segundo no partido. Tem votos principalmente no município do Rio.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu às questões sobre a estabilidade da gestante, licença-gestante e direitos dos trabalhadores domésticos.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

VIVALDO BARBOSA

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Não respondeu, Não respondeu
Licença Paternidade 5 dias	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Não respondeu, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Não respondeu
Discriminação no trabalho	Não respondeu, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Não respondeu, Não respondeu

Estupro é crime:	Não respondeu
Estupro: pessoas ambos os sexos	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



WANDA REIS
Deputada (PFL - RJ)

40 anos, católica, originária do Rio de Janeiro. Exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Ordem Social, Ordem Econômica e Financeira.
Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Este é o seu primeiro mandato eletivo. Seu marido é Deputado Estadual no Rio de Janeiro e a trajetória política de Wanda Reis é realizada na companhia de Albano Reis, que criou os Centros de Reabilitação Infantil. Ao lado do marido, Wanda desenvolve esse trabalho assistencialista no subúrbio de Quintino, no Rio. O Centro é caracterizado como “uma entidade filantrópica”, que atende gratuitamente milhares de estudantes e deficientes. No Natal, eles distribuem presentes e brinquedos, o que valeu para Albano Reis o apelido de papai noel. No TRE, Wanda registrou-se também como mulher do papai noel.

BASE ELEITORAL: Foi eleita com 37.180 votos, conseguidos entre as comunidades carentes do subúrbio de Quintino Bocaiúva e adjacências.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

WANDA REIS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais, Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

RONDÔNIA

Amir Lando (PMDB-RO)	Não Respondeu
Antonio Morimoto (PDS-RO)	Recusa Justificada
Carlos Camurça (PP-RO)	Não Respondeu
Edison Fidelis (PDS-RO)	Respondeu
Maurício Calixto (PFL-RO)	Recusa Justificada
Odacir Soares (PFL-RO)	Não Respondeu
Nobel Moura (PP-RO)	Não Respondeu
Pascoal Novais (PFL-RO)	Respondeu
Raquel Candido (PTB-RO)	Recusa Justificada
Reditário Cassol (PP-RO)	Respondeu
Ronaldo Aragão (PMDB-RO)	Respondeu



EDISON FIDÉLIS
Deputado (PSD - RO)

41 anos, católico, originário do Paraná. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Era deputado estadual desde 82 e foi reeleito em 86 com 2.936 votos. Largou o mandato pela metade para lançar-se na campanha vitoriosa a vice-prefeito de Ji-Paraná, segunda cidade do Estado e maior colégio eleitoral depois da capital. Sua esposa, Eni Fidélis, foi eleita deputada estadual em 1990. Na assembléia legislativa fez oposição constante ao governo do Estado. Foi eleito pelo PTB, mas já foi filiado ao PFL, PMDB e atualmente integra a bancada do PSD.

BASE ELEITORAL: Eleito deputado federal com 13.885 votos, o mais votado do Estado. Ji-Paraná, segunda cidade do Estado, é o principal reduto eleitoral do deputado. Também foi bem votado nas cidades de Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste e Rolim de Moura.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária.

EDISON FIDELIS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



PASCOAL NOVAES
Deputado (PFL - RO)

46 anos, católico, originário de São Paulo. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Atua nos setores madeireiro e agropecuário. Sua eleição foi considerada uma surpresa em Rondônia, pois foi beneficiado pela avalanche de votos da coligação PTB/PDT/PDS/PST. Foi eleito pelo PTB, mas filiou-se depois ao PTR logo que assumiu. Atualmente compõe a bancada do PSD.

BASE ELEITORAL: Eleito com 3.943 votos em 1990, pelo PTB, foi o último colocado no Estado e no partido. Seus principais redutos eleitorais são os municípios de Ariquemes, Jarú e Machadinho do Oeste.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias.

PASCOAL NOVAIS

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Contrário psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



REDITÁRIO CASSOL

Deputado (PP - RO)

56 anos, católico, originário de Santa Catarina. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, e Ordem Social.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: É empresário e industrial do ramo madeireiro e de reflorestamento. Iniciou a carreira política em Maravilha, Santa Catarina, em 1964, onde foi vereador por duas legislaturas, tendo sido, inclusive, presidente da Câmara Municipal. Em 1982, já em Rondônia, ficou como suplente de deputado federal. Filiado ao PMDB desde 1980, transferiu-se para o PTB no início de 1990. Era deputado estadual, eleito em 1986 com 5.067. Ajudou a fundar sete municípios no Estado. Tem um filho que foi prefeito da cidade de Santa Luzia. Como deputado estadual, Cassol defendeu os agricultores e também a derrubada da floresta para o plantio. Depois que elegeu-se Deputado Federal foi para o PTR e recentemente filiou-se ao PSD.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 9.289 votos, pelo PTB, em 1990 - quinto mais votado no Estado e no partido. Também foi o deputado federal mais votado nos municípios de Rolim de Moura, Santa Luzia, Alta Floresta, Nova Brasilândia, Vilhena, Colorado D'Oeste e Cerejeiras.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Não respondeu à questão sobre os direitos dos trabalhadores domésticos.

REDITÁRIO CASSOL

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



RONALDO ARAGÃO
Senador (PMDB - RO)

48 anos, não declara religião, originário de Pernambuco. É empresário urbano e médico, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Ordem Social, e Disposições Gerais. Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Cultura e Desporto.

PERFIL POLÍTICO: Seu primeiro mandato parlamentar data de 1983, quando elegeu-se deputado estadual pelo PMDB de Rondônia, partido no qual permanece. Na legislatura seguinte disputou, com sucesso, uma vaga para o Senado, participando da Assembleia Nacional Constituinte. Durante a Constituinte, demonstrou alguma sensibilidade para as questões apontadas pelo movimento social, votando favoravelmente à desapropriação da propriedade produtiva e contra o mandato de 5 anos para Sarney, a jornada de 40 horas e a estabilidade no emprego. É proprietário de uma clínica médica no interior do Estado e mostra-se alinhado com a iniciativa privada no setor de saúde. O deputado é apontado como participante do “esquema do orçamento”, razão pela qual está sendo investigado pela CPI.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1986 com 59.007 votos, sendo o segundo mais votado do PMDB e de Rondônia.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Contrário ao aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

RONALDO ARAGÃO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Apenas os já adquiridos, NTOF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA

RORAIMA

Alceste Almeida (BL/PTB-RR)	Recusa Justificada
Avenir Rosa (PDC-RR)	Não Respondeu
César Dias (PMDB-RR)	Não Respondeu
Francisco Rodrigues (PTB-RR)	Não Respondeu
João Fagundes (PMDB-RR)	Não Respondeu
João Franca (PP-RR)	Sem assinatura
Julio CAbral (PP-RR)	Não Respondeu
Luciano Castro (PDS-RR)	Respondeu
Marcelo Luz (PP-RR)	Respondeu
Marluce Pinto (PTB-RR)	Recusa Justificada
Ruben Bento (PFL-RR)	Respondeu



LUCIANO CASTRO
Deputado (PPR - RR)

44 anos, não declara religião, originário do Ceará. É empresário urbano, economista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho e Educação.

PERFIL POLÍTICO: Assumiu o seu mandato em 01/01/93 na vaga da Prefeita Tereza Jucá, tendo exercido anteriormente os cargos de, Diretor da Ceplac, Secretário de Planejamento e Coordenação ao Governo do Território de Roraima, em 1984. Foi Também assessor do Seac/RR, em 1986/1987, o que contribuiu muito para sua projeção.

BASE ELEITORAL: Obteve 1.384 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

LUCIANO CASTRO

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MARCELO LUZ
Deputado (PP - RR)

44 anos, católico, originário de Pernambuco. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Criança e do Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Chegou a Roraima pelas mãos de Romero Jucá, de quem é amigo pessoal. Ocupou, simultaneamente, a Secretaria de Obras e a Presidência da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima. Ativo, com experiência política e administrativa, utilizou em sua campanha a imagem de eficiência junto ao serviço público. Também teve atuação neste setor em Recife, onde desfruta de grande prestígio. Foi eleito pelo PDS, mas recentemente filiou-se ao PP.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 1.806 votos, sendo o segundo mais votado do PDS e o quarto do Estado. Tem como principal reduto eleitoral a capital Boa Vista.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

MARCELO LUZ

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, NTOF
Licença Maternidade	Manter prazo, NTOF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



RUBENBENTO
Deputado (PFL - RR)

51 anos, protestante/presbiteriano, originário do Maranhão. É bancário, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Administração Pública.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Saúde.

PERFIL POLÍTICO: Nas eleições de 88, ajudado pelo irmão que já foi Prefeito de Boa Vista, elegeu-se Vereador desta capital, pelo PFL, partido no qual permanece. É funcionário do Banco do Brasil (licenciado) e também foi diretor da Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codeseima) em governos anteriores. Como funcionário de carreira do Banco do Brasil, tem sua militância ligada às causas dos trabalhadores. É pesquisador e bem informado sobre as leis trabalhistas.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 1.548 votos, o mais votado do PFL. Sua base política é Boa Vista, onde tem influência nas lideranças comunitárias e na classe bancária.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

RUBEN BENTO

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Adicional Insalubridade, Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Contrário
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA

SANTA CATARINA

Ângela Amin (PDS-SC)	Respondeu
Cesar Souza (BL/PFL-SC)	Respondeu
Dejandir Dalpasquale (PMDB-SC)	Respondeu
Dercio Knop (PDT-SC)	Respondeu
Dirceu Carneiro (PSDB-SC)	Recusa Justificada
Edison Andrino (PMDB-SC)	Recusa Justificada
Esperidião Amin (PDS-SC)	Não Respondeu
Hugo Biehl (PPR-SC)	Recusa Justificada
Jarvis Gaidzinski (PPR-SC)	Não Respondeu
Luci Choinacki (PT-SC)	Respondeu
Luiz Henrique (PMDB-SC)	Respondeu
Nelson Morro (PFL-SC)	Respondeu
Nelson Wedekin (PDT-SC)	Respondeu
Neuto de Conto (PMDB-SC)	Respondeu
Orlando Pacheco (PFL-SC)	Respondeu
Paulo Bauer (PDS-SC)	Licenciado
Paulo Duarte (PPR-SC)	Não Respondeu
Ruberval Pilotto (PPR-SC)	Respondeu
Valdir Colatto (PMDB-SC)	Recusa Justificada
Vasco Furlan (PDS-SC)	Recusa Justificada



ÂNGELA AMIN
DEPUTADA (PPR-SC)

39 anos, é casada com o ex- governador e Senador Esperidião Amin. É servidora pública. Autodefine-se como social-democrata, de centro.

PERFIL POLÍTICO: Como Primeira-dama do Estado e na condição de vereadora (1989/91), em Florianópolis, dedicou-se à área da educação, especialmente, de crianças. Participou da elaboração da Lei Orgânica Municipal, e presidiu a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores. Desenvolveu para o governo de Santa Catarina o Programa Pró-criança, dirigido às crianças de zero a seis anos de idade. Já na Câmara dos Deputados, onde exerce seu primeiro mandato, assumiu a relatoria do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Base eleitoral: Elegeu-se deputada federal com 129.011 votos.

Esta pesquisa de opinião foi realizada em duas fases. A Deputada Ângela Amin participou da primeira fase, que consistiu em entrevistas abertas à 24 parlamentares considerados formadores de opinião, a partir de roteiro pré-estabelecido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e, abaixo, resumidamente, apresentamos alguns dos pontos-de-vista firmados pela deputada nesta ocasião, já que a parlamentar não respondeu ao questionário fechado, que compôs a segunda fase desta pesquisa

Direitos da Mulher Trabalhadora

Estabilidade da Mãe - Considera que deve ser mantida, pois é uma garantia.

Licença Maternidade - Considera legítimo o direito à licença maternidade para a trabalhadora autônoma, desde que efetivamente contribua para a Previdência. Sem contribuição não vê como a sociedade possa arcar com este benefício. No caso da adoção, considera que o direito deve ser igual ao da mãe natural.

Licença Paternidade - Favorável à manutenção do direito, sem ampliá-lo.

Creche e Pré-Escola aos Filhos dos Trabalhadores e Trabalhadoras - Defende que esse tipo de atendimento deve ser prestado pelas empresas que tenham a partir de 30 trabalhadoras e salienta a necessidade de uma maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho. É favorável ao estabelecimento de multas e estipulação de um prazo mínimo para que a empresa venha a se regularizar.

Proteção do Mercado de Trabalho - Defende a igualdade de direitos e obrigações. É contrária a alguns tipos de privilégios que, no seu entendimento, discriminam a mulher.

Atestado de Esterilização e de Gravidez - É contrária à exigência e posiciona-se a favor de uma fiscalização pelo Ministério do Trabalho, e da estipulação de multas.

Extensão dos Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais à Trabalhadora Doméstica Considera um avanço os direitos já conquistados e se coloca a favor da extensão do direito ao Fundo de Garantia para a trabalhadora doméstica.

Violência Contra a Mulher

Crimes Sexuais - Posiciona-se a favor da ampliação do crime de estupro, da caracterização do abuso sexual e da violência familiar como crime. Quanto ao último, considera que para combater qualquer tipo de relacionamento violento é necessário um processo educacional.

Assédio Sexual - Considera que deve ser incluído como crime, mas com muitas amarrações para evitar chantagens e que a penalização adequada é a multa.

Saúde da Mulher

Aborto enquanto Saúde Pública - É contra a legalização do aborto. É a favor da melhoria do atendimento pelo SUS, inclusive como forma de evitar um grande número de abortos. Na sua opinião o que falta é decisão política.

Planejamento Familiar - É favorável ao planejamento familiar feito pelo Estado. É contra a participação de ONG's.

Esterilização - É favorável, mas acha que precisa ser um ato consciente, a partir de um processo educacional.

Área Civil

União Estável - É a favor do casamento, mas respeita àqueles que optaram por outra forma. Considera que tempo de convivência e existência de filhos caracterizam este tipo de união e é a favor da divisão dos bens adquiridos a partir da união.



CÉSAR SOUZA
Deputado (PFL - SC)

35 anos, católico, originário de Santa Catarina. É radialista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Segurança, Previdência, Ciência e Tecnologia, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Radialista e apresentador de TV, foi vereador de 1983/1987 pelo PDS.

BASE ELEITORAL: Obteve 95.749 votos e as cidades de maior votação foram: Florianópolis, Itajaí, Joinville e Laguna.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

CÉSAR SOUZA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



DEJANDIRDALPASQUALE

Deputado (PMDB - SC)

60 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É empresário rural e urbano, economista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde, Segurança, Previdência, Meio Ambiente, Criança e Adolescente e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Agropecuarista e comerciante. Foi vereador de 1959/1963 em Cibal. Em 1966, assumiu seu segundo mandato, na Câmara de Vereadores de Campos Novos, pelo MDB. Em 1971, chegou à Assembléia Legislativa, onde permaneceu por duas legislaturas consecutivas. Eleito Senador em 1982 pelo PMDB, afastou-se do cargo para assumir a presidência do BNCC, onde permaneceu de 1985 a 1989, quando assumiu a presidência do BADESC. Em 1990 foi secretário da Casa Civil-SC.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se Deputado Federal em 1990 com 29.868 votos, seu principal reduto eleitoral é formado pelos municípios de Campos Novos, Fraiburgo, Concórdia, Itaiópolis, mas teve votos por todo Estado. Afastou-se do cargo em 1993, para assumir a pasta de Ministro da Agricultura, do governo Itamar Franco.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

DEJANIR DALPASQUALE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Apenas os já adquiridos,
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



DÉRCIO KNOP
Deputado (PDT - SC)

45 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É economista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Criança e Adolescente, Idoso e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Começou cedo na política, foi eleito vereador de Maravilha, pelo MDB, em 1969, com 21 anos. Em 1976 elegeu-se prefeito de Modelo e em 1982 já estava na Assembléia Legislativa, com 27.083 votos - 6º mais votado na legenda do PMDB. Reelegeu-se em 1986, com 18.258 votos. No final de 1988 transferiu-se para o PDT - obteve a última vaga da Câmara. Foi vice-líder do PMDB, e vice-líder e líder do PDT na Assembléia.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 13.740 votos, a maior parte do oeste e extremo-oeste do Estado, principalmente as cidades de Maravilha, Pinhalzinho e Cunha Porô.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir.

DÉRCIO KNOP

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Hora Extra, Adicional Insalubridade, Remeter a LO,
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	NTOF
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LUCI CHOINACKI
Deputada (PT-SC)

PERFIL POLÍTICO: Começou a militância política em uma comissão pastoral da terra. Em 1982 filiou-se ao PT. Sempre defendeu a reforma agrária e os trabalhadores rurais sem-terra. Em 1986 foi eleita deputada estadual. Colocou-se contra o assistencialismo da Assembléia Legislativa e participou de movimentos de diversos setores, como funcionários da Companhia de Águas e Saneamento, Eletrosul e outros. Levou os movimentos para dentro da Assembléia. Foi a primeira mulher deputada estadual em SC e é a primeira trabalhadora rural na Câmara dos Deputados. Seu principal objetivo é conseguir a reforma agrária. Também vai lutar por crédito rural, assistência técnica, seguro agrícola, preço justo e armazenamento. Defende a manutenção de estatais fundamentais à população. Filha de poloneses, foi trabalhadora rural.

BASE ELEITORAL: Foi eleita com 36.744 votos, a maior parte do oeste do estado. Foi a décima primeira na colocação geral e a quinta mais votada em Florianópolis. Em seu primeiro mandato, como deputada estadual, recebeu 6.030 votos.

Esta pesquisa de opinião foi realizada em duas fases. A Deputada Luci Choinacki participou da primeira fase, que consistiu em entrevistas abertas à 24 parlamentares considerados formadores de opinião, a partir de roteiro pré-estabelecido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e, abaixo, resumidamente, apresentamos alguns dos pontos-de-vista firmados pela deputada nesta ocasião, já que a parlamentar não respondeu ao questionário fechado, que compôs a segunda fase desta pesquisa.

Direitos da Mulher Trabalhadora

Estabilidade da Mãe - Considera fundamental a manutenção da estabilidade da gestante, como uma forma de exercer a cidadania.

Licença Maternidade - Considera que por motivo de adoção a licença deve ser igual a da mãe natural.

Licença Paternidade - É a favor e considera 5(cinco) dias pouco, devendo ser ampliada para 8 (oito).

Creche e Pré-Escola para os Filhos de Trabalhadores e Trabalhadoras - É a favor, pois acredita que o cuidado dos filhos não é só um papel da mãe, mas sim do homem e da mulher, devendo o não cumprimento ser penalizado através de multa, ou até mesmo de fechamento da empresa que não cumprir, após um prazo para se enquadrar na legislação. A multa deve ser paga para a funcionária, na sua opinião.

Proteção do Mercado de Trabalho - É a favor da criação de incentivos.

Discriminação no Trabalho - É a favor da fiscalização e da punição através de multa.

Atestado de Esterilização e de Gravidez - Considera esta exigência um desrespeito à cidadania. É a favor da aplicação de multas, além do estabelecimento de legislação que garanta este direito legítimo das mulheres decidirem por ter ou não filhos.

Extensão dos Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais à Trabalhadora Doméstica - É a favor da extensão da hora extra e do FGTS.

Violência Contra a Mulher

Crimes Sexuais - É a favor da ampliação do crime de estupro, e da inclusão do abuso sexual e da violência familiar como crimes.

Assédio Sexual - É a favor da caracterização como crime e do estabelecimento de multa a ser paga para a vítima do assédio.

Legalização do Aborto - Considera necessária uma ampla discussão com a sociedade, mas acha que não deve ser qualificado como crime.

Saúde da Mulher

Aborto enquanto Saúde Pública - Considera que o problema é de saúde pública e assim deve ser tratado.

Planejamento Familiar - É a favor da participação do Estado, através do SUS, apenas como fornecedor de informação e condições para que o casal possa decidir quantos filhos deseja ter. É contra a participação de ONG's porque a maioria das organizações são controlistas e o Estado é submisso.

Área Civil

União Estável - É a favor.



LUIZ HENRIQUE
Deputado (PMDB - SC)

53 anos, não declara religião, originário de Santa Catarina. É advogado, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua trajetória no Legislativo, no então PMDB, como Deputado Estadual em Santa Catarina, 1973. Chegou a Câmara Federal em 1975, mas dois anos depois elegeu-se prefeito de Joinville. Sempre no PMDB, retornou à Câmara em 1983. Eleito Constituinte, licenciou-se do mandato entre 1987 e 1988 para assumir a pasta de Ministro da Ciência e Tecnologia, no governo Sarney.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 49.091 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

LUIZ HENRIQUE

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



NELSON MORRO
Deputado (PFL - SC)

51 anos, católico, originário de Santa Catarina. É empresário urbano, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, e Administração Pública.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou a vida pública como Deputado Estadual, em 1975. Foi eleito em 1978 com 54.700 votos e em 1982 com 95.000 votos. Foi membro fundador do PDS e vice-líder do partido em 1982. Em 1978 foi delegado de Santa Catarina para formação do colegiado que elegeu o Presidente da República. Em 1987, quando deixou a vida pública, foi conselheiro de diretorias de empresas do vale do Itajaí como Linhas Círculo e Grupo Lince. Nas eleições presidenciais de 84 votou em Maluf e absteve-se na votação das diretas.

BASE ELEITORAL: Teve 49.785 votos em 1990, sendo o quarto mais votado em SC. Seu maior reduto eleitoral é o Vale do Itajaí (Blumenau, Jaraguá do Sul, Gaspar etc).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

NELSON MORRO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



NELSON WEDEKIN

Senador (PDT - SC)

49 anos, não declara religião, originário de Santa Catarina. É advogado, jornalista, exerce seu 2º mandato e auto-definido-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Com o apoio do PCB, entrou para o MDB e, posteriormente, mudou para o PMDB. Foi advogado de diversos presos políticos. Foi eleito deputado federal em 1983. Durante a Assembléia Nacional Constituinte, exercia seu primeiro mandato de Senador (1987-1995) quando votou favoravelmente a quase todas as reivindicações do movimento sindical e popular. A exceção ficou por conta do voto contrário à estabilidade no emprego. Atuante, dinâmico no trabalho legislativo e com bom trânsito entre todas as tendências ideológicas.

BASE ELEITORAL: Foi eleito em 1986 com 521.201 votos, sendo o segundo mais votado do PMDB e de Santa Catarina.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

NELSON WEDEKIN

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



NEUTO DE COUTO
Deputado (PMDB - SC)

55 anos, católico, originário do Rio Grande do Sul. É empresário urbano, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger o Título/Capítulo de Tributação e Orçamento.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Filiou-se, ainda no Rio Grande do Sul, ao PTB. Transferiu-se para São Miguel d'Oeste, SC (1962), ali fundando o PTB e, depois, organizando o Movimento Democrático Brasileiro. Elegeu-se Vereador à Câmara Municipal daquela cidade por dois mandatos (1973-1976 e 1977-1982). Paralelamente, exerceu as profissões de contador e professor. Elegeu-se Deputado Estadual (1983-1986), pelo PMDB. De 1987 a 1988 foi Secretário Estadual de Agricultura de Santa Catarina. Suplente de Deputado Federal, assumiu seu mandato no Congresso em substituição ao deputado Ivo Vanderlinde (1989-1990). Foi ainda presidente do PMDB de Santa Catarina e Secretário de Estado da Agricultura (1987-1988), quando iniciou um programa de microbacias - conjunto de medidas integradas que fazem do agricultor seu principal agente para a manutenção de rios, florestas e solo. Pertence à ala dos "históricos" do PMDB. Defensor das cooperativas de crédito agrícola.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 27.400 votos, sendo o quarto do PMDB e o décimo-quarto em Santa Catarina. Seu principal reduto eleitoral são as comunidades agrícolas do Extremo-Oeste catarinense.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

NEUTO DE COUTO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ORLANDO PACHECO
Deputado (PFL - SC)

48 anos, protestante/presbiteriano, originário de São Paulo. É professor, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Transitórias
Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Assistência e Família.

PERFIL POLÍTICO: Na condição de evangélico afirma que fora da paciência e resignação o ser humano acaba na violência e de armas na mão, o que condena. Seu primeiro mandato eletivo foi o de Constituinte, em 1987, quando teve uma atuação muito discreta, ausentando-se de 51 por cento das votações. Posicionou-se favoravelmente a prorrogação do mandato de Sarney e do comércio de sangue; e contra a desapropriação da propriedade produtiva, a limitação do direito de propriedade e a nacionalização do subsolo.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

ORLANDO PACHECO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



RUBERVAL PILOTTO
Deputado (PPR - SC)

46 anos, não declara religião, originário de Santa Catarina. É engenheiro, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Direita e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Oriundo da ARENA, partido pelo qual foi prefeito de Urussanga. passou para o PDS e teve uma ascensão relâmpago em sua carreira política. Dinâmico e atuante no Congresso, usa a tribuna com frequência. É bom articulador e bom negociador. Elegeu-se em 1986 com 39.111 votos, sendo o quarto mais votado no PDS e o décimo- sexto em Santa Catarina. Foi um dos fundadores do Centrão. Na Constituinte demonstrou ser um dos adversários da presença do Estado na economia. Votou contra a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas, e a desapropriação da propriedade produtiva; e a favor dos cinco anos para Sarney.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 45.742 votos, tendo sido o oitavo mais votado em Santa Catarina e o sétimo no partido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

RUBERVAL PILOTTO

Estabilidade da Gestante	NTOF, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	NTOF
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
<hr/>	
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

SÃO PAULO

Adilson Maluf (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Airton Sandoval (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Alberto Goldman (PMDB-SP)	Licenciado
Alberto Haddad (PP-SP)	Respondeu
Aldo Rebelo (PC do B-SP)	Respondeu
Aloizio Mercadante (PT-SP)	Não Respondeu
Armando Pinheiro (PDS-SP)	Respondeu
Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP)	Licenciado
Ary Kara (PMDB-SP)	Respondeu
Ayres da Cunha (PL-SP)	Licenciado
Beto Mansur (PDT-SP)	Recusa Justificada
Cardoso Alves (BL/PTB-SP)	Devolveu questionário
Carlos Nelson (PMDB-SP)	Respondeu
Chafic Farhat (PDS-SP)	Respondeu
Chico Amaral (PMDB-SP)	Respondeu
Cunha Bueno (PDS-SP)	Recusa Justificada
Delfin Netto (PPR-SP)	Não Respondeu
Diogo Nomura (PL-SP)	Não Respondeu
Edevaldo Alves da Silva (PPR-SP)	Licenciado
Eduardo Jorge (PT-SP)	Respondeu
Eduardo Suplicy (PT-SP)	Respondeu
Ernesto Gradella (-SP)	Respondeu
Euclides Mello (PRN-SP)	Respondeu
Eva Blay (PSDB-SP)	Respondeu
Fabio Feldmann (PSDB-SP)	Recusa Justificada
Fabio Meirelles (PDS-SP)	Respondeu
Fausto Rocha (PRN-SP)	Recusa Justificada
Florestan Fernandes (PT-SP)	Respondeu
Gastone Righi (PTB-SP)	Respondeu
Geraldo Alckmin Filho (PSDB-SP)	Recusa Justificada
Heitor Franco (PRN-SP)	Recusa Justificada
Hélio Bicudo (PT-SP)	Respondeu
Hélio Rosas (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Irma Passoni (PT-SP)	Devolveu questionário
João Mellão Neto (PL-SP)	Respondeu
Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP)	Sem assinatura
José Abrão (PSDB-SP)	Não Respondeu

José Anibal (PSDB-SP)	Não Respondeu
José Cicote (PT-SP)	Recusa Justificada
José Dirceu (PT-SP)	Respondeu
José Genoíno (PT-SP)	Respondeu
José Maria Eymael (PP-SP)	Não Respondeu
José Serra (PSDB-SP)	Não Respondeu
Koyu Iha (PSDB-SP)	Respondeu
Liberato Caboclo (PDT-SP)	Respondeu
Luiz Carlos dos Santos (PMDB-SP)	Licenciado
Luiz Gushiken (PT-SP)	Respondeu
Luiz Maximo (PSDB-SP)	Não Respondeu
Maluly Netto (PFL-SP)	Respondeu
Manoel Moreira (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Marcelino Romano Machado (PSD-SP)	Respondeu
Marcelo Barbieri (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Maurici Mariano (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Maurício Najar (PFL-SP)	Não Respondeu
Mario Covas (PSDB-SP)	Respondeu
Mendes Botelho (PTB-SP)	Recusa Justificada
Nelson Marquezelli (PTB-SP)	Respondeu
Osvaldo Stecca (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Paulo Lima (PFL-SP)	Não Respondeu
Paulo Novaes (PMDB-SP)	Não Respondeu
Pedro Pavão (PDS-SP)	Respondeu
Ricardo Izar (PL-SP)	Licenciado
Roberto Rollemberg (PMDB-SP)	Respondeu
Robson Tuma (PL-SP)	Recusa Justificada
Tadashi Kuriki (PDS-SP)	Recusa Justificada
Tuga Angerani (PSDB-SP)	Não Respondeu
Valdão Gomes (PP-SP)	Recusa Justificada
Valdemar Costa Neto (PL-SP)	Não Respondeu
Wagner Rossi (PMDB-SP)	Licenciado
Walter Nory (PMDB-SP)	Recusa Justificada



ALBERTO HADDAD
Deputado (PP - SP)

37 anos, católico, originário do Maranhão. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Previdência, Criança e Adolescente, e Idoso.

PERFIL POLÍTICO: Iniciante na carreira política. Próspero empresário - proprietário de 12 empresas, entre elas a Usina de Alcool Copal e a Fábrica de Bebidas Sabar, situada no município de Rio Claro.

BASE ELEITORAL: Alcançou 38.990 votos, a maior parte na região de Rio Claro, interior de São Paulo. Foi o quinto mais votado do PRN, partido pelo qual se elegeu.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias.

ALBERTO HADDAD

Estabilidade da Gestante	Não respondeu, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



ALDO REBELO
Deputado (PC do B - SP)

37 anos, não declara religião, originário de Alagoas. É jornalista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou a sua militância com jornalista, em 1976, quando participou como delegado de Alagoas do Congresso Extraordinário pela Liberdade de Imprensa, em SP. Atuou no movimento estudantil através do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de Alagoas e foi delegado do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979. No mesmo ano assumiu a secretaria geral da UNE e mais tarde, a presidência da entidade. Em 1982 candidatou-se a Deputado Federal pelo PMDB. Teve 32 mil votos mas não conseguiu se eleger. Em 1984 participou da fundação da União da Juventude Socialista (UJS), sendo seu primeiro coordenador nacional. Militante do PC do B desde 1977, membro da direção nacional do partido. Em 1988 chegou a seu primeiro mandato eletivo na Câmara Municipal de São Paulo, eleito pelo PC do B com 20.023 votos. Na Câmara tem atuação de destaque. Foi indicado relator da polêmica Comissão de Inquérito que investigou o cemitério clandestino de Perus.

BASE ELEITORAL: Chega a seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados com 29.544 votos, obtidos basicamente na capital. Foi o primeiro e único do Partido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

ALDO REBELO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ARMANDO PINHEIRO
DEPUTADO (PPR-SP)

PERFIL POLÍTICO: Começou sua vida pública como Secretário do Governador Carvalho Pinto (1959/68) e assessor do Ministro da Fazenda (1963/64). Pertenceu ao PTB, e foi Presidente da Comissão de Fundação do PDS e Secretário-Geral do Diretório Nacional (1980/85). Em 1975, assumiu o mandato de deputado estadual. Candidatou-se em 1990 a deputado federal, e chegou a alcançar a suplência, caminho pelo chegou ao Congresso Nacional nesta legislatura.

BASE ELEITORAL: alcançou a suplência com 25.855 votos.

ARMANDO PINHEIRO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	NTOF, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras Punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ARYKARA

Deputado (PMDB - SP)

51 anos, católico, originário de São Paulo. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua vida política como vereador, em 1968, no município de Taubaté(SP). Eleito pelo antigo MDB, foi líder do partido na Câmara Municipal de Taubaté e Vice-presidente da Casa. Deputado Estadual desde 1982, já pelo PMDB, foi Vice-líder da bancada e alcançou 78.560 votos na sua reeleição, em 1986. Em 1988 foi indicado pelo Governador Orestes Quécia para assumir a Secretaria de Assuntos Fundiários, cargo que ocupou até fevereiro de 1990.

BASE ELEITORAL: Obteve 62.475 votos na região do Vale do Paraíba, sendo o quarto colocado de sua legenda.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa

ARY KARA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



CARLOS NELSON
Deputado (PMDB - SP)

53 anos, católico, originário de São Paulo. É empresário rural, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação e Saúde.

PERFIL POLÍTICO: O deputado Carlos Nelson é o substituto do Doutor Ulysses Guimarães. Nas eleições de 1990, ele obteve 35.523 votos. Foi prefeito por duas vezes de Mogi-Guaçu (1973-1976 e 1983-1988). Após 14 anos afastado da Câmara dos Deputados ele voltou com uma responsabilidade muito grande.

BASE ELEITORAL: Sua principal base eleitoral se encontra em Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Espinhal, Itapira, Aguai, Uguariuna e região. Seus eleitorado é das classes “B”, “C” e “D”.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

CARLOS NELSON

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



CHAFIC FARHAT
Deputado (PPR - SP)

51 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É médico, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Previdência, Assistência, Ciência e Tecnologia, e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Exerce seu primeiro mandato com deputado federal mas iniciou sua vida pública como líder estudantil - PUC/SP (1963 a 1965), médico e professor assistente PUC/SP (1966 a 1970) é também Presidente da Associação dos Assistentes da Faculdade de Medicina da PUC/SP (1966 a 1968). Líder Patronal desde 1981, é Presidente do SINDHOSP - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises, Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do Estado de São Paulo, e Secretário-geral da FENAESS - Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, Comprometido com a corrente liberal da defesa da dignidade e valorização do atendimento e amparo da saúde da população e da defesa de livre iniciativa. Presidente da Frente Parlamentar da Saúde.

BASE ELEITORAL: Sua votação concentra-se na Região de Sorocaba .

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por diminuir o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

CHAFIC FARHAT

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Contrário, NTOF
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos

Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Sem limite de idade
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



CHICO AMARAL
Deputado (PMDB - SP)

79 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É advogado, exerce seu 5º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Foi Deputado Estadual pelo PTN e Prefeito de Campinas em 1976. A partir de então, elegeu-se por 5 vezes consecutivas Deputado Federal. Foi um dos Constituintes mais atuantes, destacando-se sua luta pela participação popular. Na última Legislatura assumiu como suplente do Deputado Michel Temer, em 14/01/93.

BASE ELEITORAL: elegeu-se com 31.960 votos e a cidade onde obteve maior votação foi Campinas.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

CHICO AMARAL

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Seguro Desemprego, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



EDUARDO JORGE
Deputado (PT - SP)

43 anos, não declara religião, originário da Bahia. É médico, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Previdência, Assistência, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua militância política em 1968 no movimento estudantil da Paraíba. Em 1982 elegeu-se Deputado Estadual em São Paulo, pelo PT. Em 1986, já como Constituinte, apresentou 258 emendas e teve 83 delas aprovadas. Em 1989 assumiu a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, do governo Luiza Erundina, e implantou no Hospital do Jabaquara o serviço médico de atendimento aos casos de aborto legal, única experiência neste sentido no Brasil. Assíduo e atuante, tem boa penetração no movimento sindical da área de saúde.

BASE ELEITORAL: Eleito com 38.248 votos, a maioria na capital, graças à sua ação na Secretaria Municipal de Saúde. Foi o sexto do partido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

EDUARDO JORGE

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



EDUARDO SUPLICY

Senador (PT - SP)

52 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É professor, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional

PERFIL POLÍTICO: Foi eleito deputado estadual em 1978 pelo MDB, com mais de 70 mil votos. Em 1982, elegeu-se deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, com 83 mil votos. Foi um dos fundadores do PT. Em 1985 foi candidato do PT à Prefeitura de São Paulo e em 1986, candidato ao Governo do Estado. Depois de duas derrotas consecutivas, foi eleito vereador de São Paulo em 1988, tendo a maior votação do País: 201.500 votos. Assumiu a Presidência da Câmara Municipal de São Paulo em 1989. Durante a campanha para o Senado, Suplicy empunhou a bandeira da moralidade do Congresso Nacional e da redução do mandato de senadores de 8 para 4 anos.

BASE ELEITORAL: É o primeiro senador eleito pelo PT no País e chega ao Congresso Nacional com 4.229.867 votos.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

EDUARDO SUPLYCY

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ERNESTO GRADELLA
Deputado (PSTU - SP)

39 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Sua militância política começou na área sindical, embora nunca tenha assumido nenhum cargo nas diretorias dos Sindicatos de sua região, São José dos Campos. Em 1986 disputou uma cadeira na Câmara dos Deputados, ficando com a segunda suplência. Em 1988 foi eleito vereador pelo município. Integrante do grupo Convergência Socialista, saiu do PT para constituir o PSTU.

BASE ELEITORAL: Último na lista do PT para a Câmara Federal, obteve 19.722 votos. Sua base eleitoral é composta pelo operariado de São José dos Campos (setor metalúrgico).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por aumentar o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por ampliar. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

ERNESTO GRADELLA

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor



EUCLYDES MELLO

Deputado (PRN - SP)

42 anos, católico. Exerce seu 1º mandato e auto-definise como Centro-esquerda e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Gerais.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, e Ciência e Tecnologia.

PERFIL POLÍTICO: Ligado por laços familiares ao ex-presidente Collor, iniciou sua vida pública em 1979, como assessor do então prefeito de Maceió, Collor de Mello. Em 1982 foi eleito Vereador de Maceió pelo PMDB e em 86 deputado estadual de Alagoas. Transferiu-se para o PRN em 1989 e mudou seu domicílio eleitoral para São Paulo.

BASE ELEITORAL: Foi o terceiro mais votado do PRN, com 82.343 votos. Sua campanha atingiu todo o Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

EUCLYDES MELLO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



EVABLAY
Senadora (PSDB - SP)

Não declara religião, originário de São Paulo. É sociólogo, professor, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Disposições Transitórias.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO - É suplente do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Quando foi convocada a assumir esta cadeira exercia a função de Assessora Inter-regional das Nações Unidas, no Departamento de Desenvolvimento da Mulher, em Viena. É professora de Sociologia da USP, Universidade em que fundou e coordenou o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero. Foi também a primeira Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. É vice-presidente da União Latino-americana de Mulheres. Estudiosa da temática da mulher, Eva Blay está coordenando o primeiro relatório que o Brasil apresentará sobre a situação da mulher, um compromisso assumido junto a ONU há mais de 10 anos. Atuante é assídua aos trabalhos legislativos, a senadora tem tomado diversas iniciativas no sentido de assegurar a mulher a igualdade de direitos, entre as quais destacam-se os projetos de lei que descriminaliza o aborto e que regulamenta o planejamento familiar.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

EVA BLAY

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	NTOF, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor



FÁBIO MEIRELLES
Deputado (PPR - SP)

64 anos, católico, originário de São Paulo. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias. Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Meio Ambiente, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Exerce seu sexto mandato consecutivo na presidência da Federação da Agricultura de São Paulo (FAESP). Presidiu, interinamente, a Confederação Nacional da Agricultura, em 1986, entidade da qual é um dos fundadores. Em 1983 foi presidente do Banco Nacional de Crédito Rural. Em 1986, disputou, sem êxito, uma cadeira no Senado, pelo PDS.

BASE ELEITORAL: Eleito com 26.916 votos, foi o último colocado de seu partido, com votos concentrados em pequenos municípios da área rural paulista (leste do Estado).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

FÁBIO MEIRELLES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Não respondeu, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Não respondeu, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



FLORESTAN FERNANDES

Deputado (PT - SP)

73 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É sociólogo, professor, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda e Comunista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Gerais. É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Intelectual de renome nacional e internacional, é um dos expoentes do socialismo radical no Congresso, foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5 quando era professor da USP, em 1969. Desde 1977 é professor da PUC-SP. Elegeu-se Constituinte e cumpriu seu papel com eficiência. Atuante e assíduo tanto em plenário como nas comissões. Um dos principais pensadores do Partido dos Trabalhadores. Pode-se dizer que é o coordenador da ação política do PT sobre a questão educacional.

BASE ELEITORAL: Foi reeleito com 27.676 votos, obtidos na capital e em cidades de grande porte, com maior concentração em universidades. Foi o oitavo no partido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

FLORESTAN FERNANDES

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, Não respondeu, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais, Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



GASTONE RIGHI
Deputado (PTB - SP)

57 anos, não declara religião, originário de São Paulo. É advogado, professor, exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Criança e Adolescente, Índio, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Foi cassado em 1968, quando integrava o MDB. Depois da anistia e reforma partidária de 1979, ingressou no PTB. Righi é considerado um dos melhores negociadores do grupo conservador no Congresso. Elege-se com apoio dos janistas. Bastante atuante na defesa do Presidente Collor, teve seu gesto incompreendido ao abster-se na votação do impeachment, apesar de ser contra o parecer. Apontado como um dos envolvidos no “esquema do orçamento”, o Deputado está sendo investigado pela CPI da Corrupção.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 41.288 votos, sendo o segundo colocado no partido. Sua base eleitoral é a baixada santista (Santos, São Vicente e Cubatão).

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Absteve-se na votação sobre o aborto.

GASTONE RIGHI

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



HÉLIO BICUDO
Deputado (PT - SP)

71 anos, católico, originário de São Paulo. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Tem uma extensa folha de serviços na administração pública, iniciada ainda na década de 50, e destacada atuação na área de direitos humanos. Bicudo teve um trabalho decisivo nas investigações sobre o Esquadrão da Morte, no final dos anos 60, quando ocupava a Procuradoria de Justiça de São Paulo. Foi Ministro interino da Fazenda do governo João Goulart, em 1963, e participou ativamente do comitê pró-Anistia nos últimos anos do regime militar. Membro fundador do PT, candidatou-se, sem êxito, a vice-governador e senador por SP. Ocupou a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, no governo Erundina. Atuante e assíduo aos trabalhos nas comissões e no Plenário, o Deputado Hélio Bicudo concentra suas iniciativas nas áreas de direitos humanos e segurança pública.

BASE ELEITORAL: Chega a Câmara dos Deputados com 96.705 votos, sendo o segundo mais votado do PT e o quinto na bancada paulista. Sua votação está concentrada na capital e nos grandes centros, mas recebeu votos em várias regiões do Estado, devido a duas campanhas majoritárias e ao voto de prestígio.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

HÉLIO BICUDO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOÃO MELLÃO NETO

Deputado (PL - SP)

38 anos, católico, originário de São Paulo. É empresário rural, jornalista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Exerceu o cargo de Secretário de Coordenação Governamental - SP (86/87) e Secretário Municipal de Administração - SP (87/88). Atuou no jornal O Estado de São Paulo, na TV Record, na rádio Joven Pan.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 260.319 votos distribuídos por todo o Estado, com uma parcela maior na capital.

JOÃO MELLÃO NETO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	NTOF, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Não respondeu
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos, Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	NTOF
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



JOSÉ DIRCEU
Deputado (PT - SP)

47 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Sua militância estudantil, no final da década de 60, marcou o início de sua atividade política. Em 1968 presidia a União Estadual dos Estudantes (UEE-SP). Nesta mesmo ano foi preso durante a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE); ficou preso até setembro de 1969 quando foi um dos 20 cidadãos banidos do país em decorrência do seqüestro do embaixador norte-americano. Dirigente nacional do PT, filiou-se ao partido desde a sua fundação. Em 1986 elegeu-se deputado estadual (PT/SP). Destacou-se pelas denúncias de corrupção no governo, tendo tido também importante participação na Constituinte Estadual (1989) nas áreas de segurança pública, ciência e tecnologia, e no combate aos “Trens da Alegria”. Já como Deputado Federal, foi autor do requerimento que criou a CPI do PC, juntamente com o Senador Suplicy e teve papel fundamental nos trabalhos da CPI. Junto com a ação de fiscalização e controle, a sua atuação parlamentar dá uma atenção especial aos temas ligados à Defesa Nacional, Forças Armadas, Segurança Pública e Controle dos Órgãos de Informação. É considerado um dos expoentes do PT no Congresso Nacional.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 35.025 votos, sendo o sétimo colocado entre os deputados eleitos do PT. Seu reduto eleitoral localiza-se na capital, na Alta Mogiana e na Alta Paulista.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

JOSÉ DIRCEU

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	Contrário
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 2 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



JOSÉ GENOÍNO
Deputado (PT - SP)

47 anos, não declara religião, originário do Ceará. Exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Esquerda.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Um dos parlamentares mais atuantes do Congresso Nacional. Profundo conhecedor do regimento interno. Assíduo ao plenário e às comissões, usa a tribuna freqüentemente. Depois da anistia, ingressou no PT. Sua trajetória política iniciou-se no movimento estudantil cearense. Participou na Guerrilha do Araguaia e esteve preso de 72 a 78. Como Constituinte, votou favoravelmente a todas as reivindicações do movimento sindical e popular. Teve atuação importante na CPI do PC e em todo o processo de impeachment do Presidente Fernando Collor. José Genoíno é membro do Conselho Consultivo do Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida, desenvolvido pelo CFEMEA.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 71.623 votos, sendo o terceiro mais votado do PT. Seus votos estão concentrados na capital paulista.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

JOSÉ GENOÍNO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



KOYUIHA
Deputado (PSDB - SP)

53 anos, católico, originário de São Paulo. É advogado, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro-Esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.
É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Originário do MDB, exerceu seu primeiro mandato eletivo como vereador, em São Vicente, SP (1969-1973), cidade da qual seria Prefeito mais tarde (1977-1981). Foi por duas vezes deputado estadual (1975-1977 e 1983-1987). Elegeu-se Constituinte, e durante a Assembléia Nacional mostrou-se um importante aliado no que se refere aos direitos sociais. Votou contra os cinco anos para o Presidente Sarney e a favor da desapropriação da terra produtiva e da criação de um fundo de apoio à reforma agrária. Em 1991 reelegeu-se, já pelo PSDB.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

KOYU IHA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos, SUS não deve atuar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



LIBERATO CABOCLO

Deputado (PDT - SP)

55 anos, católico, originário do Rio de Janeiro. É médico, professor, servidor público, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

É contrário à Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi candidato do “partidão” à Prefeitura de São José do Rio Preto em 1988. Derrotado, filiou-se ao PDT para disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados. É titular de cirurgia da Faculdade de Medicina de São José, e sua campanha foi baseada na necessidade de ações no setor da saúde pública. É um ferrenho opositor do “quercismo”.

BASE ELEITORAL: Obteve 49.364 votos na região de São José do Rio Preto (SP). Tem trânsito junto a profissionais liberais, estudantes e intelectuais da região. Foi o segundo no partido.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias.

LIBERATO CABLOCO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças com até 8 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Cotas
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



LUIZ GUSHIKEN
Deputado (PT - SP)

43 anos, católico, originário de São Paulo. É bancário, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Esquerda.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira. Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, e Saúde.

PERFIL POLÍTICO: Sua militância política começou em 1970, no movimento sindical de bancários. Liderou várias greves bem sucedidas da categoria, o que o projetou junto ao eleitorado. Participa do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação. Obteve seu primeiro mandato eletivo em 1986, e como Constituinte teve performance destacada. Atuante, assíduo, é bom negociador. Como membro da CPI da Vasp, destacou-se na luta para a quebra de sigilo bancário dos envolvidos, em especial do ex-Governador Orestes Quécia.

BASE ELEITORAL: Chega a seu segundo mandato com 57.990 votos, obtidos na capital e em municípios de grande porte. Conta com votos de bancários e sindicalistas.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

LUIZ GUSHIKEN

Estabilidade da Gestante	Ampliar prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 90 dias, para crianças com até 6 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Hora Extra, Seguro Desemprego, Adicional Insalubridade, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	Contrário à esterilização
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	A favor
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MALULY NETTO
Deputado (PFL - SP)

62 anos, não declara religião, originário de São Paulo. Exerce seu 4º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Saúde, Previdência, Meio Ambiente e Índio.

PERFIL POLÍTICO: Produtor de cana-de-açúcar, tem o controle acionário de uma rádio em Araçatuba. Iniciou sua carreira política em 1964 como prefeito de Mirandópolis, interior do Estado. Oriundo do PSD, passou para a Arena depois da Revolução de 64. No período de 1975 a 1978 teve sua primeira e única experiência no Executivo, como Secretário de Relações do Trabalho do governo Paulo Egídio. Na reforma partidária de 1979, filiou-se ao PDS. Ausentou-se na votação das “Diretas-Já” em 1984 mas acabou votando em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Ingressou no PFL em 1986. Na Constituinte votou a favor da instituição da pena de morte no país. Foi eleito com 46.400 votos em 1986, sendo o quinto mais votado no PFL e o quadragésimo-quinto em São Paulo. Seu maior reduto eleitoral foi Araçatuba, onde obteve 15,2% de seus votos, recebendo votos também da Grande São Paulo (13,3%), Fernandópolis (8,8%), Nova Alta Paulista (8,1%) e Jundiá (6,7%).

BASE ELEITORAL: Foi reeleito para seu quarto mandato com 49.474 votos, obtidos principalmente na região de Mirandópolis.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

Foi contrário à proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

MALULY NETTO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Jornada de 8 horas, Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



MARCELINO ROMANO MACHADO

Deputado (PPR - SP)

50 anos, católico, originário de São Paulo. É empresário urbano, advogado, jornalista, radialista, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Neo-liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Família, Criança e Adolescente, Idoso, Índio e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou na vida pública em 1969, como vereador de Ribeirão Preto, pela extinta Arena. Foi reeleito em 1973, depois de presidir a Câmara Municipal no biênio de 1971/72. Ainda pela Arena, foi eleito Deputado Estadual, em 1978, e já no PDS, foi reeleito deputado por mais duas legislaturas. Em 1989 foi líder do partido na Assembléia paulista. Reelegeu-se em 1986 com 35.615 votos. Nunca ocupou cargo público não eletivo. É dono de empresas de comunicação em Ribeirão Preto: o Diário de Ribeirão, fundado em 1967, e as emissoras de rádio "O Diário (AM) e Conquista(FM), esta localizada no município vizinho de Sertãozinho. Este é o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 57.903 votos. Seu reduto eleitoral localiza-se em Ribeirão Preto.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Não respondeu à questão sobre os direitos dos trabalhadores domésticos.

MARCELINO ROMANO MACHADO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Outras punições
Discriminação no trabalho	Outras punições, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Contrário psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



MÁRIO COVAS
Senador (PSDB-SP)

PERFIL POLÍTICO: Político histórico, começou no PST, ajudou a fundar o MDB, do qual foi líder na Câmara. Cassado em 1969 pelo AI-5, recolheu-se às atividades privadas até, 1978, quando assumiu a coordenação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado. Reelegeu-se para a Câmara dos Deputados em 1982, mas afastou-se em 1983 para assumir a Prefeitura de São Paulo, indicado pelo então governador Franco Montoro. Candidatou-se ao Senado e obteve a maior votação nominal do país. Começou a romper com o PMDB na Constituinte, entrando em atrito constante com o deputado Ulysses Guimarães e o governador Orestes Quércia. Durante os trabalhos constitucionais, fundou o PSDB, levando mais de 50 deputados federais para a legenda. Candidatou-se à Presidência da República mas não chegou ao segundo turno. Lidera o segmento de centro-esquerda no Congresso Nacional. Atuante, assíduo, é bom articulador e bom negociador. É excelente orador. Tem bom relacionamento com a imprensa. Ligado ao ex-governador Franco Montoro, que o indicou prefeito de São Paulo em 1983, e ao senador Fernando Henrique Cardoso. Foi coordenador da candidatura de Cardoso ao Senado em 1978. Político de projeção nacional e líder dentro do Congresso Nacional. Na votação do relatório da CPI do PC votou com o relator.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1986 com 7.785.667 votos, sendo o senador mais votado do PMDB e de São Paulo.

Esta pesquisa de opinião foi realizada em duas fases. O Senador Mário Covas participou da primeira fase, que consistiu em entrevistas abertas à 24 parlamentares considerados formadores de opinião, a partir de roteiro pré-estabelecido pelo CFEMEA. Cada entrevista durou cerca de uma hora e, abaixo, resumidamente, apresentamos alguns dos pontos-de-vista firmados pelo Senador nesta ocasião, já que o parlamentar não respondeu ao questionário fechado, que compôs a segunda fase desta pesquisa.

Violência Contra a Mulher

Crimes Sexuais - É a favor da transferência do crime estupro para o capítulo dos crimes contra a pessoa e da qualificação como crime do estupro praticado pelo cônjuge ou companheiro. Quanto à violência familiar, acredita que precisamos banir qualquer tipo de violência em nossa sociedade. Violência é violência e não deve receber outra denominação ou tratamento diferenciado.

Assédio Sexual - É a favor da qualificação como crime e da penalização, pois considera a violência moral igual ou pior do que a física.

Legalização do Aborto - Considera necessário discutir este assunto com a sociedade, de forma ampla. É simpático à idéia de um plebiscito sobre a questão. A firma "eu, como senador, não me arrisco a votar isto sem ouvir a sociedade inteira".

Saúde da Mulher

Planejamento Familiar - Considera que este é um assunto que deve ser decidido pela família, cabendo ao Estado apenas o fornecimento da informação.

Esterilização - É a favor desde que seja uma decisão da pessoa e/ou da família.

Área Civil

União Estável - Considera que este é um direito legítimo conquistado na Constituição de 1988 e que só poderá ser aprimorado, nunca suprimido. Na sua opinião a construção da família não é consequência da assinatura de um documento, e é a favor da extensão de todos os direitos previstos no casamento.



NELSON MARQUEZELLI
Deputado (PTB - SP)

51 anos, católico, originário de São Paulo. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Saúde, Assistência, e Meio Ambiente.

PERFIL POLÍTICO: Em 1962, elegeu-se vereador de Pirassununga, interior de São Paulo. Em 1986, foi candidato a deputado federal ficando na segunda suplência. É Presidente da Associação Paulista de Citricultores (Associtrus) e vice-presidente da Associação de Revendedores de Bebidas de São Paulo. Empresário bem sucedido, é proprietário da Piratex Confecções e da Distribuidores de Bebidas Brahma, de Pirassununga. Até o início de 1990 ocupou a assessoria da Secretaria Municipal de Promoção Social de Pirassununga.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 31.535 votos, sendo o quarto do partido. A maioria dos votos são da região de Pirassununga, onde mantém sua base empresarial.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Não respondeu à pesquisa.

NELSON MARQUEZELLI

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	Contrário, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Contrário
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Contrário
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Contrário aos já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	NTOF
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



PEDRO PAVÃO
Deputado (PPR - SP)

53 anos, católico, originário de São Paulo. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, Previdência, Assistência, Família, e Comunicação Social.

PERFIL POLÍTICO: Presidente do Sindicato do Comércio varejista de Marília(SP) e Vice-presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, chega a seu primeiro mandato depois de algumas tentativas frustradas. Em 1982, foi candidato à Prefeitura de Marília pelo PDS. Derrotado, tentou, sem sucesso, chegar à Prefeitura em 1988, pelo PTB. Foi ainda candidato à Assembléia Legislativa pela Arena, em 1978, ficando na segunda suplência. Foi membro da CPI da VASP, quando votou contrariamente ao relatório do Deputado Pedro Correa.

BASE ELEITORAL: Obteve 36.977 votos, sendo o quinto do partido. Seu principal reduto eleitoral é o município de Marília.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

PEDRO PAVÃO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 2 anos, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	NTOF
União estável independente de filhos	NTOF
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



ROBERTO ROLLEMBERG

Deputado (PMDB - SP)

64 anos, católico, originário de São Paulo. É advogado, exerce seu 3º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Socialista.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, Disposições Gerais, e Disposições Transitórias.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Iniciou sua atuação partidária em 1966 no PTB. De 1966 a 1969 atuou na Arena e em 1980 filiou-se ao PMDB, onde está até hoje. Foi também do PSD. No período da Constituição de 1946 os movimentos ideológicos influenciaram muito em sua vida política. Participou ativamente na política estudantil e também na formação de sindicatos. Na época em que foi prefeito da cidade de Jales implantou serviços de água e esgoto, telefonia, eletrificação rural e também instalou hospitais. Defende o desenvolvimento regional da agro-indústria, assim como projetos de irrigação. Foi Secretário de Estado do Governo, SP (1988-1990). Apoiou Luiz Antônio Fleury Filho para o governo de São Paulo.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar.

POSICIONAMENTO NA CONSTITUINTE (INESC)

A favor do aborto.

Foi, também, a favor da proposta de rompimento de relação diplomática com países que praticam a discriminação racial.

ROBERTO ROLLEMBERG

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças com até 6 anos, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Fiscais
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

SERGIPE

Albano Franco (PRN-SE)	Não Respondeu
Benedito de Figueiredo (PDT-SE)	Respondeu
Cleonancio Fonseca (PRN-SE)	Devolveu questionário
Djenal Gonçalves (PDS-SE)	Respondeu
Everaldo de Oliveira (PFL-SE)	Respondeu
Francisco Rollemberg (PFL-SE)	Não Respondeu
Jeronimo Reis (PFL-SE)	Não Respondeu
José Teles (PDS-SE)	Recusa Justificada
Lourival Baptista (PFL-SE)	Não Respondeu
Messias Gois (PFL-SE)	Recusa Justificada
Pedro Valadares (PP-SE)	Não Respondeu



BENEDITO DE FIGUEREDO

Deputado (PDT - SE)

49 anos, católico, originário do Sergipe. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Foi fundador do MDB em Sergipe. Delegado representante do Diretório Regional de Sergipe para a Convenção do Partido (1982/1986), elegeu-se também secretário geral do PMDB sergipano e, posteriormente, presidente (1986). Em 1987, candidatou-se, com sucesso, a Vice-governador do seu Estado, pelo PSB. Em 1991 chegou à Câmara Federal, já pelo PFL.

BASE ELEITORAL: Foi eleito com 16.550 votos e as cidades onde obteve maior votação foram: Itabaiana e Santo Amaro da Brotas

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

BENEDITO DE FIGUEREDO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	NTOF, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	NTOF, NTOF
Licença Maternidade para mãe adotiva	NTOF, NTOF, NTOF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Não respondeu
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Não respondeu
Esterilização como direito das pessoas	Não respondeu
Esterilização: Limite de idade	Não respondeu
Aborto legal: atendimento pelo SUS	Não respondeu
Criminalização do aborto	Não respondeu
Legalização aborto até 12ª semana	Não respondeu
União estável: Prazo	Não respondeu
União estável independente de co-habitação	Não respondeu
União estável independente de filhos	Não respondeu
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	Não respondeu

CFEMEA



DJENAL GONÇALVES

Deputado (PPR - SE)

50 anos, católico, originário do Sergipe. É médico, professor, exerce seu 2º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Previdência, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: Vinculado aos Franco na política sergipana, vai cumprir seu segundo mandato federal. Foi vice-reitor da Universidade Federal de Sergipe. Foi candidato à Constituinte pelo PDS, migrando logo em seguida para o PMDB. Durante a Constituinte, compunha o Centrão. Atualmente é do PPR. Foi eleito em 1986 com 12.514 votos, sendo na época o mais votado do PDS e o oitavo de Sergipe.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 19.495 votos, sendo o primeiro e único do PMDB e o terceiro na colocação geral do Estado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

DJENAL GONÇALVES

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, NTOF, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	NTOF
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



EVERALDO DE OLIVEIRA

Deputado (PFL - SE)

35 anos, católico, originário do Sergipe. É empresário urbano, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira, e Disposições Transitórias.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Previdência, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLÍTICO: O único Deputado Federal eleito pelo PMN, Everaldo, ligado politicamente ao grupo dos Alves. Tem grande liderança em sua cidade natal e base eleitoral, Poço Verde, no interior de Sergipe, onde foi prefeito entre 1984 e 1988. Oliveira deixou a prefeitura e foi para Aracaju, onde acumulou, por alguns meses, as Secretarias Estaduais da Ação Comunitária e de Administração.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 17.263 votos, tendo sido o quinto mais votado no Estado e o único do PMN. Seu principal reduto eleitoral é Poço Verde.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

EVERALDO DE OLIVEIRA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, NTOF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, NTOF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, NTOF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, NTOF, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	NTOF, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos

Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	NTOF
União estável independente de co-habitação	Contrário
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	NTOF
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA

TOCANTINS

Carlos Patrocínio (PFL-TO)	Respondeu
Darcy Coelho (PFL-TO)	Respondeu
Derval de Paiva (PMDB-TO)	Respondeu
Edmundo Galdino (PSDB-TO)	Respondeu
Freire Junior (PMDB-TO)	Recusa Justificada
Hagahus Araújo (PMDB-TO)	Respondeu
João Rocha (PFL-TO)	Não Respondeu
Leomar Quintanilha (PDC-TO)	Respondeu
Merval Pimenta (PMDB-TO)	Licenciado
Mioses Abrão (PDC-TO)	Não Respondeu
Oswaldo Reis (PP-TO)	Recusa Justificada
Paulo Mourão (PPR-TO)	Não Respondeu



CARLOS PATROCÍNIO
Senador (PFL - TO)

51 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto define-se como Centro e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Social, Direitos Políticos, Administração Pública, Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da revisão nas áreas de: Educação, Saúde, Segurança, Previdência e Assistência.

PERFIL POLÍTICO: É estreante na política. Militou no PDS, sem nunca ter disputado um mandato eletivo. Elegeu-se pelo PTB, na coligação conhecida como "União do Tocantins", formada pelo PDC-PTB-PDT-PDS-PFL-PSDB. Migrou para o PDC e, atualmente, está no PFL. Foi o relator da CPI que investigou a esterilização em massas de mulheres no Brasil.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por remeter à lei ordinária. No que se refere à licença gestante optou por reduzir o prazo. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos ampliar com compensação ao empregador.

CARLOS PATROCÍNIO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Empresa grande porte
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Criminalizar, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Incluir na CF
Estupro é crime:	Apenas na violência vaginal e anal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	NTOF
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	A favor, idade a definir
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	A favor
Legalização aborto até 12ª semana	Contrário
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



DARCY COELHO
Deputado (PFL - TO)

53 anos, não declara religião. É advogado, exerce seu 1º mandato e auto define-se como Centro Esquerda e Social-Democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Ordem Econômica e Financeira.

É contrário à revisão dos direitos sociais.

PERFIL POLÍTICO: Assumiu o mandato em 04 de janeiro de 1993. Foi Juiz Federal de 1979 a 1987. Presidiu o Comitê Pró-implantação do Estado de Tocantins, Estado do qual foi Vice-governador.

BASE ELEITORAL: Obteve 7.800 votos e as cidades onde foi mais votado são: Tocantinópolis, Itaguatuns, Arraias e Combinado.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença gestante optou por manter 120 dias. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

DARCY COELHO

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	Contrário, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Criminalizar
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Incluir na CF
Assédio sexual no trabalho	Outras punições
Proteção mercado trabalho da mulher	Manter na CF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Administrativos
Novos direitos trabalhador doméstico	Jornada de 8 horas, Seguro Desemprego, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	Contrário
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	Contrário
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



DERVAL DE PAIVA
Deputado (PMDB - TO)

51 anos, católico, originário de Goiás. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Não respondeu à questão sobre quais Títulos/Capítulos da Constituição deveriam ser objeto de Revisão.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, Saúde, Segurança, e Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Militou na esquerda do MDB e destacou-se como ativo opositor dos governos nomeados da Arena na década de 70. É oriundo de uma família tradicional de políticos no Estado de Goiás. Seus irmãos Dário e Djalma foram prefeitos de Goiás, eleitos em oposição à oligarquia dos Caiado. É um exímio orador.

BASE ELEITORAL: Eleito com 22.607 votos. Foi o terceiro deputado mais votado no Estado do Tocantins e o primeiro do PMDB. Sua maior votação ocorreu em Guaraí.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por estender ao pai. No que se refere à licença-gestante optou por remeter à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

DERVAL DE PAIVA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Não respondeu
Licença Maternidade	Manter prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Manter prazo, Manter na CF
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Incluir na CF
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Incluir na CF
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	NTOF
Discriminação no trabalho	NTOF, Contrário à punição
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	NTOF
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	FGTS, Hora Extra, Seguro Desemprego, Incluir na CF
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	NTOF
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA



EDMUNDO GALDINO
Deputado (PSDB - TO)

34 anos, não declara religião, originário de Goiás. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Centro-esquerda e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Não respondeu à questão sobre quais direitos sociais deveriam ser afetados pela Revisão Constitucional.

PERFIL POLÍTICO: Foi torneiro mecânico e mostrou gosto pela política quando ainda era estudante. É ligado aos movimentos dos sem-terra e ao Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura. Entrou para a política partidária pelo PMDB, legenda pela qual foi vereador em Araguaína e deputado estadual. Depois da Constituinte, ajudou a fundar o PSDB, por onde elegeu-se para a Câmara dos Deputados na primeira eleição em Tocantins. Em 85, sofreu um atentado, sendo atingido por um tiro na coluna, ficando paraplégico. Posteriormente a Justiça apurou que o crime tinha sido planejado por fazendeiros. Elegeu-se deputado federal (PSDB) pelo novo Estado do Tocantins.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se em 1990 com 22.876 votos, sendo o único deputado do PSDB no Tocantins e o segundo mais votado em todo o Estado. Seu principal colégio eleitoral é a cidade de Araguaína. Teve votação expressiva também em Colméia, Couto Magalhães e em todo o Bico do Papagaio.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, ampliar com compensação ao empregador.

EDMUNDO GALDINO

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Manter na CF
Licença Paternidade 5 dias	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Não respondeu
Licença Maternidade para mãe adotiva	Não respondeu, Não respondeu, Não respondeu
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	Não respondeu
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Criminalizar
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Novos direitos trabalhador doméstico	Hora Extra, Remeter a LO
<hr/>	
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	Não respondeu psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Não respondeu
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar, Oferecer meios e métodos
<hr/>	
Esterilização como direito das pessoas	NTOF
Esterilização: Limite de idade	Com mais de 30 anos
<hr/>	
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
<hr/>	
União estável: Prazo	Sem prazo de convivência
<hr/>	
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	NTOF

CFEMEA



HAGAHUS ARAÚJO SILVA
Deputado (PMDB - TO)

65 anos, não declara religião, originário de Minas Gerais. É empresário rural, exerce seu 1º mandato e auto-define-se como Direita e Liberal.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, e Administração Pública.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão nas áreas de: Trabalho, Educação, e Criança e Adolescente.

PERFIL POLITICO: Foi Prefeito de Dianópolis (GO) de 1964 a 1969, pelo PSP. Elegeu-se deputado estadual pelo MDB em 1983. De 1982 a 1985 exerceu o cargo de Secretário de Desenvolvimento Social do Governo goiano.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à licença e à estabilidade da gestante, optou por remetê-las à Lei Ordinária. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

HAGAHUS ARAÚJO E SILVA

Estabilidade da Gestante	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Reduzir prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Remeter a LO
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 60 dias, para crianças de 0 a 1 ano, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor Empresa + 100 empregados
Atestado de esterilização	Contrário
Discriminação no trabalho	Contrário, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Multa ou Pena Administrativa
Proteção mercado trabalho da mulher	Remeter a LO
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	NTOF
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO

Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	NTOF
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	Contrário psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	Contrário
Planejamento familiar - papel do SUS	Oferecer meios e métodos

Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	Contrário
Legalização aborto até 12ª semana	A favor
União estável: Prazo	Após 5 anos de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Contrário
Educação sexual currículo ensino fundamental	Contrário

CFEMEA



LEOMAR QUINTANILHA

Deputado (PPR - TO)

47 anos, não declara religião, originário de Goiás. É empresário rural, exerce seu 2º mandato e auto-definise como Centro-direita e Social-democrata.

REVISÃO CONSTITUCIONAL:

Deve abranger os Títulos/Capítulos de: Tributação e Orçamento, Direitos Políticos, Administração Pública, e Ordem Econômica e Financeira.

Quanto aos Direitos Sociais é a favor da Revisão na área da Previdência.

PERFIL POLÍTICO: Começou a carreira no PFL, transferindo-se para o PDC, partido do governador Siqueira Campos. Foi Secretário de Educação e Cultura de Siqueira Campos logo após a eleição de 1988, assumindo posteriormente sua cadeira na Câmara.

BASE ELEITORAL: Elegeu-se com 13.416 votos, ficando em terceiro lugar no PDC e sexto em todo o Estado. Sua principal base eleitoral é a cidade de Araguaína, a maior do Estado, mas tem votos também nos municípios do Bico do Papagaio.

POSICIONAMENTO NA PESQUISA DO DIAP:

Quanto à estabilidade da gestante, optou por manter o prazo. No que se refere à licença-gestante optou por reduzir. Sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, manter na CF.

LEOMAR QUINTANILHA

Estabilidade da Gestante	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Maternidade	Manter prazo, Remeter a LO
Licença Paternidade 5 dias	Elimina direito, Não respondeu
Licença Maternidade a todas contribuintes	A favor, Remeter a LO
Licença Maternidade para mãe adotiva	A favor, 120 dias, para crianças de 0 a 6 meses, Remeter a LO
Creche e pré-escola filhos trabalhadores	A favor - Projeto LDB
Atestado de esterilização	Multa ou Pena Administrativa
Discriminação no trabalho	Multa ou Pena Administrativa, Remeter a LO
Assédio sexual no trabalho	Não respondeu
Proteção mercado trabalho da mulher	Não respondeu
Incentivos ao mercado trabalho da mulher	Contrário
Novos direitos trabalhador doméstico	Apenas os já adquiridos, Remeter a LO
Estupro é crime:	Na violência anal, oral, vaginal
Estupro: pessoas ambos os sexos	A favor
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x adulto	A favor psicológica
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor física e sexual
É crime a viol. familiar: adulto x criança	A favor psicológica
É crime estupro de cônjuge/companheiro	A favor
Planejamento familiar - papel do SUS	Educar e informar
Esterilização como direito das pessoas	A favor
Esterilização: Limite de idade	Com capacidade civil
Aborto legal: atendimento pelo SUS	A favor
Criminalização do aborto	NTOF
Legalização aborto até 12ª semana	NTOF
União estável: Prazo	Após 1 ano de convivência
União estável independente de co-habitação	A favor
União estável independente de filhos	A favor
União estável de pessoas do mesmo sexo	Não respondeu
Educação sexual currículo ensino fundamental	A favor

CFEMEA

ANEXOS

ANEXO I
RELAÇÃO ALFABÉTICA DOS DEPUTADOS X RESPOSTA À PESQUISA

Adão Pretto (PT-RS)	Respondeu
Adauto Pereira (BL/PFL-PB)	Não Respondeu
Adelaide Neri (PMDB-AC)	Recusa Justificada
Adilson Maluf (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Adroaldo Streck (PSDB-RS)	Recusa Justificada
Adylson Motta (PPR-RS)	Recusa Justificada
Aécio de Borba (PPR-CE)	Respondeu
Aécio Neves (PSDB-MG)	Recusa Justificada
Agostinho Valente (PT-MG)	Respondeu
Airton Sandoval (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Alacid Nunes (BL/PFL-PA)	Não Respondeu
Alberto Goldman (PMDB-SP)	Licenciado
Alberto Haddad (PP-SP)	Respondeu
Alceste Almeida (BL/PTB-RR)	Recusa Justificada
Alcides Modesto (PT-BA)	Respondeu
Aldir Cabral (BL/PTB-RJ)	Recusa Justificada
Aldo Pinto (PDT-RS)	Respondeu
Aldo Rebelo (PC do B-SP)	Respondeu
Aloísio Vasconcellos (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Aloizio Mercadante (PT-SP)	Não Respondeu
Aluizio Alves (PMDB-RN)	Respondeu
Álvaro Pereira (PSDB-MG)	Recusa Justificada
Álvaro Ribeiro (PSB-PE)	Não Respondeu
Álvaro Valle (PL-RJ)	Respondeu
Amaral Netto (PPR-RJ)	Não Respondeu
Amaury Muller (PDT-RS)	Respondeu
Ângela Amin (PPR-SC)	Respondeu
Ângelo Magalhães (BL/PFL-BA)	Recusa Justificada
Anibal Texeira (BL/PTB-MG)	Não Respondeu
Antonio Barbara (PMDB-PR)	Respondeu
Antonio Britto (PMDB-RS)	Licenciado
Antonio dos Santos (BL/PFL-CE)	Recusa Justificada
Antonio Faleiro (PSDB-GO)	Respondeu
Antonio Holanda (PPR-AL)	Não Respondeu
Antonio Morimoto (PPR-RO)	Recusa Justificada
Antonio Ueno (BL/PFL-PR)	Não Respondeu
Aracely de Paula (BL/PFL-MG)	Recusa Justificada
Ariosto Holanda (PSB-CE)	Respondeu
Armando Costa (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Armando Pinheiro (PPR-SP)	Respondeu
Armando Viola (PMDB-ES)	Não Respondeu
Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP)	Licenciado
Arno Magarinos (PPR-RS)	Recusa Justificada
Arolde de Oliveira (BL/PFL-RJ)	Respondeu

Aroldo Cedraz (PRN-BA)	Respondeu
Aroldo Goes (PDT-AP)	Respondeu
Arthur da Távola (PSDB-RJ)	Recusa Justificada
Ary Kara (PMDB-SP)	Respondeu
Átila Lins (BL/PFL-AM)	Recusa Justificada
Átila Lira (BL/PFL-PI)	Licenciado
Augustinho Freitas (BL/PTB-MT)	Respondeu
Augusto Carvalho (PPS-DF)	Respondeu
Augusto Farias (BL/PSC-AL)	Recusa Justificada
Avelino Costa (PPR-MG)	Respondeu
Avenir Rosa (PDC-RR)	Não Respondeu
Ayres da Cunha (PL-SP)	Licenciado
B. Sa (PP-PI)	Respondeu
Basilio Villani (PPR-PR)	Respondeu
Benedita da Silva (PT-RJ)	Respondeu
Benedito de Figueiredo (PDT-SE)	Respondeu
Benedito Domingos (PP-DF)	Respondeu
Benito Gama (BL/PFL-BA)	Recusa Justificada
Beraldo Boaventura (PSDB-BA)	Respondeu
Beth Azize (PDR-AM)	Recusa Justificada
Beto Mansur (PDT-SP)	Recusa Justificada
Bocayuva Cunha (PDT-RJ)	Licenciado
Camilo Machado (PFL-MG)	Respondeu
Cardoso Alves (BL/PTB-SP)	Devolveu questionário
Carlos Alberto Campista (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Carlos Azambuja (PPR-RS)	Não Respondeu
Carlos Benevides (PMDB-CE)	Recusa Justificada
Carlos Camurça (PP-RO)	Não Respondeu
Carlos Kayath (PTB-PA)	Recusa Justificada
Carlos Lupi (PDT-RJ)	Respondeu
Carlos Nelson (PMDB-SP)	Respondeu
Carlos Roberto Massa (PP-PR)	Recusa Justificada
Carlos Santana (PT-RJ)	Respondeu
Carlos Scarpelini (PP-PR)	Recusa Justificada
Carlos Virgílio (PPR-CE)	Não Respondeu
Carrion Junior (PDT-RS)	Licenciado
Celia Mendes (PPR-AC)	Recusa Justificada
Celso Bernardi (PPR-RS)	Não Respondeu
Cesar Bandeira (PFL-MA)	Recusa Justificada
Cesar Cals Neto (PSDB-CE)	Recusa Justificada
Cesar Souza (BL/PFL-SC)	Respondeu
Chafic Farhat (PPR-SP)	Respondeu
Chico Amaral (PMDB-SP)	Respondeu
Chico Vigilante (PT-DF)	Respondeu
Cid Carvalho (PMDB-MA)	Recusa Justificada
Cidinha Campos (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Ciro Garcia (PSTU-RJ)	Respondeu
Ciro Nogueira (PFL-PI)	Respondeu

Cleonancio Fonseca (PRN-SE)	Devolveu questionário
Cleto Falcão (PSD-AL)	Recusa Justificada
Cloves Assis (-BA)	Respondeu
Costa Ferreira (PP-MA)	Respondeu
Cunha Bueno (PPR-SP)	Recusa Justificada
Daniel Silva (PPR-MA)	Recusa Justificada
Darcy Coelho (PFL-TO)	Respondeu
Dejandir Dalpasquale (PMDB-SC)	Respondeu
Delcino Tavares (PP-PR)	Respondeu
Delfin Netto (PPR-SP)	Não Respondeu
Delio Braz (BL/PFL-GO)	Respondeu
Deni Schwartz (PSDB-PR)	Não Respondeu
Dercio Knop (PDT-SC)	Respondeu
Derval de Paiva (PMDB-TO)	Respondeu
Diogo Nomura (PL-SP)	Não Respondeu
Djenal Gonçalves (PPR-SE)	Respondeu
Domingos Juvenil (PMDB-PA)	Recusa Justificada
Eden Pedroso (PDT-RS)	Respondeu
Edésio Frias (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Edésio Passos (PT-PR)	Respondeu
Edevaldo Alves da Silva (PPR-SP)	Licenciado
Edi Siliprandi (PDT-PR)	Recusa Justificada
Edinho Ferramenta (PT-MG)	Recusa Justificada
Edison Andrino (PMDB-SC)	Recusa Justificada
Edison Fidelis (PPR-RO)	Respondeu
Edmar Moreira (PRN-MG)	Respondeu
Edmundo Galdino (PSDB-TO)	Respondeu
Edson Menezes Silva (PC do B-RS)	Respondeu
Edson Silva (PDT-CE)	Recusa Justificada
Eduardo Jorge (PT-SP)	Respondeu
Eduardo Mascarenhas (PDT-RJ)	Respondeu
Eduardo Matias (PFL-MA)	Não Respondeu
Efraim Moraes (PFL-PB)	Respondeu
Elias Murad (PSDB-MG)	Respondeu
Eliel Rodrigues (PMDB-PA)	Recusa Justificada
Elio Dalla-Vecchia (PDT-PR)	Respondeu
Elisio Curvo (PRN-MS)	Recusa Justificada
Eraldo Tinoco (PFL-BA)	Recusa Justificada
Eraldo Trindade (PPR-AP)	Respondeu
Ernani Viana (PP-CE)	Licenciado
Ernesto Gradella (PSTU-SP)	Respondeu
Etevalda Grassi de Menezes (PTB-ES)	Respondeu
Etevaldo Nogueira (PFL-CE)	Recusa Justificada
Euclides Mello (PRN-SP)	Respondeu
Euler Ribeiro (PMDB-AM)	Não Respondeu
Evaldo Gonçalves (PFL-PB)	Recusa Justificada
Everaldo de Oliveira (PFL-SE)	Respondeu
Ezio Ferreira (PFL-AM)	Recusa Justificada

Fabio Feldmann (PSDB-SP)	Recusa Justificada
Fabio Meirelles (PPR-SP)	Respondeu
Fabio Raunhetti (PTB-RJ)	Respondeu
Fátima Pelaes (PFL-AP)	Recusa Justificada
Fausto Rocha (PRN-SP)	Recusa Justificada
Felipe Mendes (PPR-PI)	Recusa Justificada
Felix Mendonça (PTB-BA)	Respondeu
Feres Nader (PTB-RJ)	Licenciado
Fernando Carrion (PPR-RS)	Respondeu
Fernando Diniz (PMDB-MG)	Não Respondeu
Fernando Freire (PPR-RN)	Não Respondeu
Fernando Lopes (PDT-RJ)	Licenciado
Fernando Lyra (PDT-PE)	Recusa Justificada
Fetter Junior (PPR-RS)	Recusa Justificada
Filipe Neri (PMDB-MG)	Não Respondeu
Flávio Arns (PSDB-PR)	Recusa Justificada
Flávio Derzi (PP-MS)	Recusa Justificada
Flávio Palmier da Veiga (PRN-RJ)	Recusa Justificada
Flávio Rocha (PL-RN)	Recusa Justificada
Florestan Fernandes (PT-SP)	Respondeu
Francisco Coelho (PFL-MA)	Não Respondeu
Francisco Diogenes (PPR-AC)	Respondeu
Francisco Dornelles (PPR-RJ)	Recusa Justificada
Francisco Evangelista (PPR-PB)	Respondeu
Francisco Rodrigues (PTB-RR)	Não Respondeu
Francisco Silva (PP-RJ)	Respondeu
Freire Junior (PMDB-TO)	Recusa Justificada
Gastone Righi (PTB-SP)	Respondeu
Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	Respondeu
Genebaldo Correia (PMDB-BA)	Recusa Justificada
Genésio Bernardino (PMDB-MG)	Respondeu
George Takimoto (PFL-MS)	Recusa Justificada
Geraldo Alckmin Filho (PSDB-SP)	Recusa Justificada
Germano Rigotto (PMDB-RS)	Recusa Justificada
Gerson Peres (PPR-PA)	Não Respondeu
Getúlio Neiva (PL-MG)	Recusa Justificada
Gilson Machado (PFL-PE)	Sem assinatura
Gilvam Borges (PMDB-AP)	Recusa Justificada
Giovanni Queiroz (PDT-PA)	Recusa Justificada
Gonzaga Mota (PMDB-CE)	Recusa Justificada
Gustavo Krause (PFL-PE)	Devolveu questionário
Hagahus Araújo (PMDB-TO)	Respondeu
Haley Margon (PMDB-GO)	Recusa Justificada
Haroldo Lima (PC do B-BA)	Respondeu
Haroldo Saboia (PT-MA)	Respondeu
Heitor Franco (PRN-SP)	Recusa Justificada
Hélio Bicudo (PT-SP)	Respondeu
Hélio Rosas (PMDB-SP)	Recusa Justificada

Helvecio Castello (PSDB-ES)	Respondeu
Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	Não Respondeu
Hermínio Calvino (PMDB-PA)	Respondeu
Hilário Braun (PMDB-RS)	Respondeu
Hilário Coimbra (PTB-PA)	Não Respondeu
Homero Oguido (PMDB-PR)	Licenciado
Hugo Biehl (PPR-SC)	Recusa Justificada
Humberto Souto (PFL-MG)	Recusa Justificada
Ibere Ferreira (PFL-RN)	Respondeu
Ibrahim Abi-Ackel (PPR-MG)	Respondeu
Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)	Recusa Justificada
Inocêncio Oliveira (BL/PFL-PE)	Recusa Justificada
Irani Barbosa (PSD-MG)	Recusa Justificada
Irma Passoni (PT-SP)	Devolveu questionário
Israel Pinheiro (PRS-MG)	Respondeu
Itsuo Takayama (PFL-MT)	Respondeu
Ivandro Cunha Lima (PMDB-PB)	Recusa Justificada
Ivanio Guerra (PFL-PR)	Respondeu
Ivo Mainardi (PMDB-RS)	Respondeu
Jabes Ribeiro (PSDB-BA)	Respondeu
Jackson Pereira (PSDB-CE)	Sem assinatura
Jacques Wagner (PT-BA)	Respondeu
Jair Bolsonaro (PDC-RJ)	Respondeu
Jairo Azi (PDC-BA)	Respondeu
Jairo Carneiro (PFL-BA)	Não Respondeu
Jandira Feghali (PC do B-RJ)	Respondeu
Jarvis Gaidzinski (PPR-SC)	Não Respondeu
Jayme Santana (PSDB-MA)	Não Respondeu
Jeronimo Reis (PFL-SE)	Não Respondeu
Jesus Tajra (PFL-PI)	Recusa Justificada
João Almeida (PMDB-BA)	Não Respondeu
João Alves (PPR-BA)	Recusa Justificada
João Carlos Bacelar (PSC-BA)	Não Respondeu
João de Deus Antunes (PPR-RS)	Respondeu
João Fagundes (PMDB-RR)	Não Respondeu
João Faustino (PSDB-RN)	Devolveu questionário
João Henrique (PMDB-PI)	Respondeu
João Maia (PP-AC)	Respondeu
João Mellão Neto (PL-SP)	Respondeu
João Mendes (PTB-RJ)	Recusa Justificada
João Natal (PMDB-GO)	Recusa Justificada
João Paulo (PT-MG)	Respondeu
João Rodolfo (PPR-MA)	Respondeu
João Teixeira (PL-MT)	Devolveu questionário
João Thome (PMDB-AM)	Respondeu
João Tota (PPR-AC)	Respondeu
Joaquim Sucena (PTB-MT)	Licenciado
Jofran Frejat (PFL-DF)	Recusa Justificada

Jonas Pinheiro (PFL-MT)	Respondeu
Jones Santos Neves (PL-ES)	Respondeu
Joni Varisco (PMDB-PR)	Recusa Justificada
Jonival Lucas (PDC-BA)	Não Respondeu
Jorge Khoury (PFL-BA)	Respondeu
Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP)	Sem assinatura
Jorge Uequed (PSDB-RS)	Respondeu
Jorio de Barros (PMDB-ES)	Respondeu
José Abrão (PSDB-SP)	Não Respondeu
José Aldo (PRS-MG)	Respondeu
José Anibal (PSDB-SP)	Não Respondeu
José Augusto Curvo (PMDB-MT)	Respondeu
José Belato (PMDB-MG)	Respondeu
José Burnett (PRN-MA)	Respondeu
José Carlos Aleluia (PFL-BA)	Respondeu
José Carlos Coutinho (PDT-RJ)	Recusa Justificada
José Carlos Saboia (PSB-MA)	Respondeu
José Carlos Vasconcellos (PRN-PE)	Respondeu
José Cicote (PT-SP)	Recusa Justificada
José de Vasconcellos (PRN-PE)	Recusa Justificada
José Diogo (PPR-PA)	Recusa Justificada
José Dirceu (PT-SP)	Respondeu
José Dutra (PMDB-AM)	Respondeu
José Egydio (PPR-RJ)	Não Respondeu
José Elias (PTB-MS)	Respondeu
José Falcão (PFL-BA)	Recusa Justificada
José Felinto (PP-PR)	Recusa Justificada
José Fortuniati (PT-RS)	Respondeu
José Genoíno (PT-SP)	Respondeu
José Geraldo (PMDB-MG)	Devolveu questionário
José Jorge (PFL-PE)	Respondeu
José Linhares (PP-CE)	Recusa Justificada
José Lourenço (PPR-BA)	Recusa Justificada
José Luiz Clerot (PMDB-PB)	Respondeu
Jose Luiz Maia (PPR-PI)	Recusa Justificada
José Maranhão (PMDB-PB)	Devolveu questionário
José Maria Eymael (PP-SP)	Não Respondeu
José Mauricio (PDT-RJ)	Licenciado
José Mendonça Bezerra (PFL-PE)	Recusa Justificada
José Mucio Monteiro (PFL-PE)	Recusa Justificada
José Reinaldo (PFL-MA)	Devolveu questionário
José Serra (PSDB-SP)	Não Respondeu
José Teles (PPR-SE)	Recusa Justificada
José Thomaz Nono (PMDB-AL)	Recusa Justificada
José Ulisses de Oliveira (PRS-MG)	Respondeu
José Vicente Brizola (PDT-RJ)	Não Respondeu
Julio Cabral (PP-RR)	Não Respondeu
Junot Abi-Ramia (PDT-RJ)	Respondeu

Jutahy Junior (PSDB-BA)	Licenciado
Koyu Iha (PSDB-SP)	Respondeu
Lael Varella (PFL-MG)	Recusa Justificada
Laerte Bastos (PDT-RJ)	Respondeu
Laire Rosado (PMDB-RN)	Respondeu
Laprovita Vieira (PMDB-RJ)	Não Respondeu
Lázaro Barbosa (PMDB-GO)	Respondeu
Leomar Quintanilha (PDC-TO)	Respondeu
Leopoldo Bessone (PP-MG)	Recusa Justificada
Leur Lomanto (PFL-BA)	Recusa Justificada
Lezio Sathler (PSD-ES)	Recusa Justificada
Liberato CAboκλο (PDT-SP)	Respondeu
Lourival Freitas (PT-AP)	Recusa Justificada
Luci Choinacki (PT-SC)	Respondeu
Lúcia Braga (PDT-PB)	Respondeu
Lúcia Viana (PP-GO)	Devolveu questionário
Luciano Castro (PPR-RR)	Respondeu
Luciano Pizzatto (PFL-PR)	Não Respondeu
Luis Roberto Ponte (PMDB-RS)	Recusa Justificada
Luiz Carlos dos Santos (PMDB-SP)	Licenciado
Luiz Carlos Haully (PP-PR)	Respondeu
Luiz Dantas (PSC-AL)	Respondeu
Luiz Eduardo (PFL-BA)	Recusa Justificada
Luiz Girão (PDT-CE)	Recusa Justificada
Luiz Gushiken (PT-SP)	Respondeu
Luiz Henrique (PMDB-SC)	Respondeu
Luiz Maximo (PSDB-SP)	Não Respondeu
Luiz Moreira (PTB-BA)	Recusa Justificada
Luiz Piauhyilino (PSB-PE)	Respondeu
Luiz Pontes (PSDB-CE)	Recusa Justificada
Luiz Salomão (PDT-RJ)	Respondeu
Luiz Soyer (PMDB-GO)	Recusa Justificada
Luiz Viana Neto (PFL-BA)	Respondeu
Maluly Netto (PFL-SP)	Respondeu
Manoel Castro (PFL-BA)	Respondeu
Manoel Moreira (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Manoel Ribeiro (PMDB-PA)	Licenciado
Marcelino Romano Machado (PSD-SP)	Respondeu
Marcelo Barbieri (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Marcelo Luz (PP-RR)	Respondeu
Márcia Cibilis Viana (PDT-RJ)	Devolveu questionário
Marco Penaforte (PSDB-CE)	Devolveu questionário
Marcos Lima (PMDB-MG)	Devolveu questionário
Marcos Medrado (PPR-BA)	Respondeu
Maria Laura (PT-DF)	Respondeu
Maria Luiza Fontenelle (PSB-CE)	Respondeu
Maria Valadão (PPR-GO)	Respondeu
Marilu Guimarães (PFL-MS)	Recusa Justificada

Marino Clinger (PDT-RJ)	Respondeu
Mário Assad (PFL-MG)	Licenciado
Mario Chermont (PP-PA)	Respondeu
Mário de Oliveira (PP-MG)	Recusa Justificada
Mário Martins (PMDB-PA)	Recusa Justificada
Matheus Iensen (PRB-PR)	Respondeu
Mauri Sérgio (PMDB-AC)	Respondeu
Maurici Mariano (PMDB-SP)	Recusa Justificada
MAurício Calixto (PFL-RO)	Recusa Justificada
Maurício Campos (PL-MG)	Respondeu
Maurício Najjar (PFL-SP)	Não Respondeu
Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE)	Recusa Justificada
Mauro Borges (PPP-GO)	Recusa Justificada
Mauro Fecury (PRB-MA)	Não Respondeu
Mauro Miranda (PMDB-GO)	Recusa Justificada
Mauro Sampaio (PSDB-CE)	Recusa Justificada
Maviael Cavalcanti (PRN-PE)	Respondeu
Max Rosenmann (PDT-PR)	Respondeu
Mendes Botelho (PTB-SP)	Recusa Justificada
Mendes Ribeiro (PMDB-RS)	Devolveu questionário
Mendonça Neto (PDT-AL)	Respondeu
Merval Pimenta (PMDB-TO)	Licenciado
Messias Gois (PFL-SE)	Recusa Justificada
Miguel Arraes (PSB-PE)	Não Respondeu
Miro Teixeira (PDT-RJ)	Respondeu
Moacir Micheletto (PMDB-PR)	Respondeu
Moroni Torgan (PSDB-CE)	Não Respondeu
Munhoz da Rocha (PSDB-PR)	Respondeu
Murilo Pinheiro (PFL-AP)	Respondeu
Murilo Rezende (PMDB-PI)	Recusa Justificada
Mussa Demes (PFL-PI)	Recusa Justificada
Nan Souza (PP-MA)	Recusa Justificada
Naphtali Alves de Souza (PMDB-GO)	Licenciado
Neif Jabbur (PMDB-MG)	Respondeu
Nelson Burnier (PL-RJ)	Respondeu
Nelson Jobim (PMDB-RS)	Respondeu
Nelson Marquezelli (PTB-SP)	Respondeu
Nelson Morro (PFL-SC)	Respondeu
Nelson Proença (PMDB-RS)	Não Respondeu
Nelson Trad (PB-MS)	Recusa Justificada
Nestor Duarte (PMDB-BA)	Não Respondeu
Neuto de Conto (PMDB-SC)	Respondeu
Ney Lopes (PFL-RN)	Respondeu
Nicias Ribeiro (PMDB-PA)	Respondeu
Nilmário Miranda (PT-MG)	Respondeu
Nilson Gibson (PMDB-PE)	Não Respondeu
Nilton Baiano (PMDB-ES)	Recusa Justificada
Nobel Moura (PP-RO)	Não Respondeu

Odacir Klein (PMDB-RS)	Recusa Justificada
Odelmo Leão (PRN-MG)	Não Respondeu
Olavo Calheiros (PMDB-AL)	Recusa Justificada
Onaíreves Moura (PSD-PR)	Respondeu
Orlando Bezerra (PFL-CE)	Licenciado
Orlando Pacheco (PFL-SC)	Respondeu
Oscar Travassos (PPR-MT)	Licenciado
Osmanio Pereira (PSDB-MG)	Recusa Justificada
Osório Adriano (PFL-DF)	Respondeu
Oswaldo Bender (PPR-RS)	Recusa Justificada
Oswaldo Coelho (PFL-PE)	Recusa Justificada
Oswaldo Melo (PPR-PA)	Recusa Justificada
Oswaldo Reis (PP-TO)	Recusa Justificada
Oswaldo Stecca (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Otto Cunha (PRN-PR)	Recusa Justificada
Paes Landim (PFL-PI)	Recusa Justificada
Pascoal Novais (PFL-RO)	Respondeu
Pauderney Avelino (PPR-AM)	Respondeu
Paulo Bauer (PPR-SC)	Licenciado
Paulo Bernardo (PT-PR)	Respondeu
Paulo de Almeida (PSD-RJ)	Recusa Justificada
Paulo Delgado (PT-MG)	Respondeu
Paulo Duarte (PPR-SC)	Não Respondeu
Paulo Heslander (PTB-MG)	Recusa Justificada
Paulo Lima (PFL-SP)	Não Respondeu
Paulo Mandarin (PDC-GO)	Não Respondeu
Paulo Mourão (PPR-TO)	Não Respondeu
Paulo Novaes (PMDB-SP)	Não Respondeu
Paulo Octávio (PRN-DF)	Devolveu questionário
Paulo Paim (PT-RS)	Respondeu
Paulo Portugal (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Paulo Ramos (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Paulo Rocha (PT-PA)	Respondeu
Paulo Romano (PFL-MG)	Respondeu
Paulo Silva (PSDB-PI)	Respondeu
Paulo Titan (PMDB-PA)	Não Respondeu
Pedro Abrão (PP-GO)	Sem assinatura
Pedro Correa (PFL-PE)	Respondeu
Pedro Irujo (PMDB-BA)	Respondeu
Pedro Novais (PDC-MA)	Respondeu
Pedro Pavão (PPR-SP)	Respondeu
Pedro Tassis (PMDB-MG)	Respondeu
Pedro Tonelli (PT-PR)	Respondeu
Pedro Valadares (PP-SE)	Não Respondeu
Pinga Fogo de Oliveira (PRN-PR)	Respondeu
Pinheiro Landim (PMDB-CE)	Respondeu
Pratini de Maraes (PPR-RS)	Licenciado
Prisco Viana (PPR-BA)	Respondeu

Ramalho Leite (PPR-PB)	Respondeu
Raquel Cândido (PTB-RO)	Recusa Justificada
Raul Belém (PRN-MG)	Recusa Justificada
Reditário Cassol (PP-RO)	Respondeu
Regina Gordilho (PRONA-RJ)	Respondeu
Reinhold Stephanes (PFL-PR)	Recusa Justificada
Renato Johnsson (PP-PR)	Recusa Justificada
Renildo Calheiros (PC do B-PE)	Respondeu
Ribeiro Tavares (PL-BA)	Não Respondeu
Ricardo Correa (PL-MT)	Respondeu
Ricardo Fiuza (PFL-PE)	Respondeu
Ricardo Izar (PL-SP)	Licenciado
Ricardo Moraes (PT-AM)	Respondeu
Ricardo Murad (PFL-MA)	Recusa Justificada
Rita Camata (PMDB-ES)	Respondeu
Rivaldo Medeiros (PFL-PB)	Respondeu
Roberto Balestra (PPR-GO)	Não Respondeu
Roberto Brant (PRS-MG)	Licenciado
Roberto Campos (PPR-RJ)	Respondeu
Roberto Franca (PSB-PE)	Respondeu
Roberto Freire (PPS-PE)	Respondeu
Roberto Jefferson (PTB-RJ)	Recusa Justificada
Roberto Magalhães (PFL-PE)	Respondeu
Roberto Rollemberg (PMDB-SP)	Respondeu
Roberto Torres (PTB-AL)	Devolveu questionário
Roberto Valadão (PMDB-ES)	Recusa Justificada
Robson Tuma (PL-SP)	Recusa Justificada
Rodrigues PALma (PTB-MT)	Não Respondeu
Romel Anisio (PRN-MG)	Respondeu
Ronaldo Caiado (PFL-GO)	Recusa Justificada
Ronaldo Perim (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Ronivon Santiago (PPR-AC)	Recusa Justificada
Rose de Freitas (PSDB-ES)	Não Respondeu
Roseana Sarney (PFL-MA)	Recusa Justificada
Rubem Medina (BL/PFL-RJ)	Recusa Justificada
Ruben Bento (PFL-RR)	Respondeu
Ruberval Pilotto (PPR-SC)	Respondeu
Salatiel CARvalho (PP-PE)	Não Respondeu
Samir Tannus (PPR-MG)	Respondeu
Sandra Cavalcanti (PPR-RJ)	Respondeu
Sandra Starling (PT-MG)	Respondeu
Sarney Filho (PFL-MA)	Recusa Justificada
Saulo Coelho (PSDB-MG)	Respondeu
Sérgio Arouca (PPS-RJ)	Respondeu
Sérgio Barcellos (PFL-AP)	Não Respondeu
Sérgio Brito (PPR-BA)	Respondeu
Sérgio Cury (PDT-RJ)	Recusa Justificada
Sérgio Ferrara (PMDB-MG)	Recusa Justificada

Sérgio Gaudenzi (PDT-BA)	Respondeu
Sérgio Guerra (PSB-PE)	Recusa Justificada
Sérgio Machado (PSDB-CE)	Não Respondeu
Sergio Miranda (PC do B-MG)	Respondeu
Sergio Naya (PMDB-MG)	Recusa Justificada
Sergio Spada (PP-PR)	Recusa Justificada
Sidney de Miguel (PV-RJ)	Respondeu
Sigmaringa Seixas (PSDB-DF)	Respondeu
Simão Sessim (PFL-RJ)	Respondeu
Socorro Gomes (PC do B-PA)	Respondeu
Tadashi Kuriki (PPR-SP)	Recusa Justificada
Tarcisio Delgado (PMDB-MG)	Respondeu
Telmo Kirst (PPR-RS)	Recusa Justificada
Tilden Santiago (PT-MG)	Respondeu
Tony Gel (PRN-PE)	Recusa Justificada
Tourinho Dantas (PFL-BA)	Respondeu
Tuga Angerani (PSDB-SP)	Não Respondeu
Ubaldo Dantas (PSDB-BA)	Recusa Justificada
Ubiratan Aguiar (PMDB-CE)	Recusa Justificada
Uldurico Pinto (PSB-BA)	Respondeu
Valdão Gomes (PP-SP)	Recusa Justificada
Valdemar Costa Neto (PL-SP)	Não Respondeu
Valdenor Guedes (PP-AP)	Respondeu
Valdir Colatto (PMDB-SC)	Recusa Justificada
Valdir Ganzer (PT-PA)	Respondeu
Valdomiro Lima (PDT-RS)	Não Respondeu
Valter Pereira (PMDB-MS)	Respondeu
Vasco Furlan (PPR-SC)	Recusa Justificada
Vicente Fialho (PFL-CE)	Não Respondeu
Victor Faccioni (PPR-RS)	Recusa Justificada
Vilmar Rocha (PFL-GO)	Recusa Justificada
Virmondes Cruvinel (PMDB-GO)	Respondeu
Vital do Rego (PDT-PB)	Recusa Justificada
Vitório Malta (PPR-AL)	Não Respondeu
Vittorio Mediolli (PSDB-MG)	Respondeu
Vivaldo Barbosa (PDT-RJ)	Respondeu
Vladimir Palmeira (PT-RJ)	Recusa Justificada
Wagner do Nascimento (PRN-MG)	Devolveu questionário
Wagner Rossi (PMDB-SP)	Licenciado
Waldeck Ornelas (PFL-BA)	Licenciado
Waldir Guerra (PFL-MS)	Respondeu
Waldir Pires (PDT-BA)	Recusa Justificada
Waldomiro Fioravanti (PT-RS)	Respondeu
Walter Nory (PMDB-SP)	Recusa Justificada
Wanda Reis (PFL-RJ)	Respondeu
Welinton Fagundes (PL-MT)	Não Respondeu
Werner Wanderer (PFL-PR)	Recusa Justificada
Wilson Campos (PMDB-PE)	Respondeu

Wilson Cunha (PTB-MG)
Wilson Moreira (PSDB-PR)
Wilson Muller (PDT-RS)
Zaire Rezende (PMDB-MG)
Zé Gomes da Rocha (PRN-GO)
Zila Bezerra (PMDB-AC)
Zuca Moreira (PMDB-PB)

Respondeu
Respondeu
Recusa Justificada
Recusa Justificada
Respondeu
Respondeu
Respondeu

ANEXO II
RELAÇÃO ALFABÉTICA SENADORES X RESPOSTA À PESQUISA

Affonso Camargo (PDC-PR)	Não Respondeu
Albano Franco (PRN-SE)	Não Respondeu
Alexandre Costa (PFL-MA)	Licenciado
Alfredo Campos (PMDB-MG)	Não Respondeu
Almir Gabriel (PSDB-PA)	Respondeu
Aluizio Bezerra (PMDB-AC)	Não Respondeu
Álvaro Pacheco (PFL-PI)	Não Respondeu
Amir Lando (PMDB-RO)	Não Respondeu
Antonio Mariz (PMDB-PB)	Não Respondeu
Aureo Mello (PRN-AM)	Não Respondeu
Bello Pargo (PFL-MA)	Respondeu
Beni Veras (PSDB-CE)	Não Respondeu
Carlos de Carli (PTB-AM)	Não Respondeu
Carlos Patrocinio (PFL-TO)	Respondeu
César Dias (PMDB-RR)	Não Respondeu
Chagas Rodrigues (PSDB-PI)	Não Respondeu
Cid Saboia de Carvalho (PMDB-CE)	Não Respondeu
Coutinho Jorge (PMDB-PA)	Licenciado
Darcy Ribeiro (PDT-RJ)	Não Respondeu
Dario Pereira (PFL-RN)	Respondeu
Dirceu Carneiro (PSDB-SC)	RecusaJustificada
Divaldo Suruagy (PMDB-AL)	Não Respondeu
Eduardo Suplicy (PT-SP)	Respondeu
Elcio Alvares (PFL-ES)	Não Respondeu
Epitácio Cafeteira (PCD-MA)	Não Respondeu
Esperidião Amin (PPR-SC)	Não Respondeu
Eva Blay (PSDB-SP)	Respondeu
Fernando H. Cardoso (PSDB-SP)	Licenciado
Flaviano Melo (PMDB-AC)	Não Respondeu
Francisco Rollemberg (PFL-SE)	Não Respondeu
Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	Recusa Justificada
Gerson Camata (PDC-ES)	Não Respondeu
Gilberto Miranda (PMDB-AM)	Não Respondeu
Guilherme Palmeira (PFL-AL)	Respondeu
Henrique Almeida (PFL-AP)	Não Respondeu
Hugo Napoleão (PFL-PI)	Licenciado
Humberto Lucena (PMDB-PB)	Não Respondeu
Hydekel Freitas (PFL-RJ)	Não Respondeu
Iram Saraiva (PMDB-GO)	Não Respondeu
Irapuan Costa Junior (PP-GO)	Não Respondeu
Jarbas Passarinho (PPR-PA)	Respondeu
João Calmon (PMDB-ES)	Recusa Justificada
João Franca (PP-RR)	Sem assinatura

João Rocha (PFL-TO)	Não Respondeu
Jonas Pinheiro (PTB-AP)	Recusa Justificada
Josaphat Marinho (PFL-BA)	Não Respondeu
José Eduardo (PTB-PR)	Licenciado
José Fogaça (PMDB-RS)	Não Respondeu
José Paulo Bisol (PSB-RS)	Não Respondeu
José Richa (PSDB-PR)	Não Respondeu
José Sarney (PMDB-AP)	Recusa Justificada
Julio Campos (PFL-MT)	Respondeu
Junia Marise (PRN-MG)	Não Respondeu
Jutahy Magalhães (PSDB-BA)	Respondeu
Juvêncio Dias (PMDB-PA)	Não Respondeu
Lavoisier Maia (PDT-RN)	Não Respondeu
Levy Dias (PTB-MS)	Não Respondeu
Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT)	Não Respondeu
Lourival Baptista (PFL-SE)	Não Respondeu
Lucidio Portela (PPR-PI)	Respondeu
Luiz Alberto Oliveira (PTB-PR)	Não Respondeu
Magno Bacelar (PDT-MA)	Respondeu
Mansueto de Lavor (PMDB-PE)	Não Respondeu
Márcio Lacerda (PMDB-MT)	Não Respondeu
Marco Maciel (PFL-PE)	Não Respondeu
Mario Covas (PSDB-SP)	Respondeu
Marluce Pinto (PTB-RR)	Recusa Justificada
Maurício Correa (PDT-DF)	Licenciado
Mauro Benevides (PMDB-CE)	Não Respondeu
Meira Filho (PP-DF)	Não Respondeu
Moises Abrão (PDC-TO)	Não Respondeu
Nabor Junior (PMDB-AC)	Não Respondeu
Nelson Carneiro (PMDB-RJ)	Respondeu
Nelson Wedekin (PDT-SC)	Respondeu
Ney Maranhão (PRN-PE)	Respondeu
Ney Suassuna (PMDB-PB)	Licenciado
Odacir Soares (PFL-RO)	Não Respondeu
Onofre Quinan (PMDB-GO)	Não Respondeu
Pedro Simon (PMDB-RS)	Não Respondeu
Pedro Teixeira (PDT-DF)	Respondeu
Rachid Saldanha Derzi (PRN-MS)	Não Respondeu
Raimundo Lira (PFL-PB)	Não Respondeu
Ronaldo Aragão (PMDB-RO)	Respondeu
Ronan Tito (PMDB-MG)	Não Respondeu
Ruy Bacelar (PMDB-BA)	Não Respondeu
Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	Não Respondeu
Valmir Campelo (PTB-DF)	Não Respondeu
Wilson Martins (PMDB-MS)	Respondeu

**ANEXO III - RELAÇÃO EM ORDEM ALFABÉTICA DOS DEPUTADOS
COM ENDEREÇOS**

Adão Pretto (PT-RS)	Anexo III - Gab. 271 - Tel: 318-5271/Fax: 318-2271
Adauto Pereira (BL/PFL-PB)	Anexo IV - Gab. 221 - Tel: 318-5221/Fax: -
Adelaide Neri (PMDB-AC)	Anexo IV - Gab. 801 - Tel: 318-5801/Fax: 318-2801
Adilson Maluf (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 836 - Tel: 318-5836/Fax: -
Adroaldo Streck (PSDB-RS)	Anexo IV - Gab. 744 - Tel: 318-5744/Fax: 318-2744
Adylson Motta (PPR-RS)	Anexo IV - Gab. 621 - Tel: 318-5621/Fax: -
Aécio de Borba (PPR-CE)	Anexo IV - Gab. 607 - Tel: 318-5607/Fax: 318-2607
Aécio Neves (PSDB-MG)	Anexo IV - Gab. 648 - Tel: 318-5648/Fax: -
Agostinho Valente (PT-MG)	Anexo III - Gab. 376 - Tel: 318-5376/Fax: -
Airton Sandoval (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 324 - Tel: 318-5324/Fax: 318-2324
Alacid Nunes (BL/PFL-PA)	Anexo IV - Gab. 519 - Tel: 318-5519/Fax: -
Alberto Goldman (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 324 - Tel: 318-5324/Fax: -
Alberto Haddad (PP-SP)	Anexo IV - Gab. 921 - Tel: 318-5921/Fax: 318-2921
Alceste Almeida (BL/PTB-RR)	Anexo IV - Gab. 902 - Tel: 318-5902/Fax: -
Alcides Modesto (PT-BA)	Anexo IV - Gab. 954 - Tel: 318-5954/Fax: 318-2954
Aldir Cabral (BL/PTB-RJ)	Anexo IV - Gab. 904 - Tel: 318-5904/Fax: 318-2904
Aldo Pinto (PDT-RS)	Anexo III - Gab. 277 - Tel: 318-5277/Fax: -
Aldo Rebelo (PC do B-SP)	Anexo IV - Gab. 924 - Tel: 318-5924/Fax: 318-2924
Aloísio Vasconcellos (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 234 - Tel: 318-5234/Fax: -
Aloizio Mercadante (PT-SP)	Anexo IV - Gab. 825 - Tel: 318-5825/Fax: 318-2825
Aluizio Alves (PMDB-RN)	Anexo IV - Gab. 558 - Tel: 318-5558/Fax: 318-2539
Álvaro Pereira (PSDB-MG)	Anexo IV - Gab. 243 - Tel: 318-5243/Fax: -
Álvaro Ribeiro (PSB-PE)	Anexo IV - Gab. 417 - Tel: 318-5417/Fax: -
Álvaro Valle (PL-RJ)	Anexo IV - Gab. 826 - Tel: 318-5826/Fax: -
Amaral Netto (PPR-RJ)	Anexo IV - Gab. 302 - Tel: 318-5302/Fax: 318-2302
Amaury Muller (PDT-RS)	Anexo IV - Gab. 743 - Tel: 318-5743/Fax: 318-2743
Ângela Amin (PPR-SC)	Anexo IV - Gab. 233 - Tel: 318-5233/Fax: 318-2233
Ângelo Magalhães (BL/PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 908 - Tel: 318-5908/Fax: -
Anibal Texeira (BL/PTB-MG)	Anexo IV - Gab. 450 - Tel: 318-5450/Fax: -
Antonio Barbara (PMDB-PR)	Anexo IV - Gab. 737 - Tel: 318-5737/Fax: 318-2737
Antonio Britto (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 518 - Tel: 318-5518/Fax: -
Antonio dos Santos (BL/PFL-CE)	Anexo IV - Gab. 406 - Tel: 318-5406/Fax: -
Antonio Faleiros (PSDB-GO)	Anexo IV - Gab. 504 - Tel: 318-5504/Fax: 318-2504
Antonio Holanda (PPR-AL)	Anexo III - Gab. 370 - Tel: 318-5370/Fax: -
Antonio Morimoto (PPR-RO)	Anexo III - Gab. 577 - Tel: 318-5577/Fax: -
Antonio Ueno (BL/PFL-PR)	Anexo IV - Gab. 522 - Tel: 318-5522/Fax: 318-2522
Aracely de Paula (BL/PFL-MG)	Anexo IV - Gab. 201 - Tel: 318-5201/Fax: 318-2201
Ariosto Holanda (PSB-CE)	Anexo IV - Gab. 507 - Tel: 318-5507/Fax: 318-2507
Armando Costa (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 606 - Tel: 318-5606/Fax: 318-2606
Armando Pinheiro (PPR-SP)	Anexo IV - Gab. 348 - Tel: 318-5348/Fax: 318-2348
Armando Viola (PMDB-ES)	Anexo III - Gab. 566 - Tel: 318-5566/Fax: -
Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP)	Anexo III - Gab. 480 - Tel: 318-5480/Fax: 318-2480
Arno Magarinos (PPR-RS)	Anexo IV - Gab. 839 - Tel: 318-5839/Fax: 318-2839
Arolde de Oliveira (BL/PFL-RJ)	Anexo IV - Gab. 917 - Tel: 318-5917/Fax: -
Aroldo Cedraz (PRN-BA)	Anexo IV - Gab. 312 - Tel: 318-5312/Fax: 318-2312
Aroldo Goes (PDT-AP)	Anexo IV - Gab. 225 - Tel: 318-5225/Fax: -
Arthur da Távola (PSDB-RJ)	Anexo IV - Gab. 517 - Tel: 318-5517/Fax: -
Ary Kara (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 817 - Tel: 318-5817/Fax: 318-2817

Átila Lins (BL/PFL-AM)	Anexo IV - Gab. 730 - Tel: 318-5730/Fax: 2730
Átila Lira (BL/PFL-PI)	Anexo IV - Gab. 654 - Tel: 318-5654/Fax: -
Augustinho Freitas (BL/PTB-MT)	Anexo IV - Gab. 722 - Tel: 318-5722/Fax: 318-2722
Augusto Carvalho (PPS-DF)	Anexo IV - Gab. 216 - Tel: 318-5216/Fax: -
Augusto Farias (BL/PSC-AL)	Anexo IV - Gab. 229 - Tel: 318-5229/Fax: 318-2229
Avelino Costa (PPR-MG)	Anexo IV - Gab. 719 - Tel: 318-5719/Fax: 318-2719
Avenir Rosa (PDC-RR)	Anexo IV - Gab. 437 - Tel: 318-5437/Fax: 318-2437
B. Sa (PP-PI)	Anexo IV - Gab. 643 - Tel: 318-5643/Fax: 318-2643
Basilio Villani (PPR-PR)	Anexo IV - Gab. 634 - Tel: 318-5634/Fax: 318-2634
Benedita da Silva (PT-RJ)	Anexo IV - Gab. 360 - Tel: 318-5360/Fax: 318-2360
Benedito de Figueiredo (PDT-SE)	Anexo IV - Gab. 903 - Tel: 318-5903/Fax: -
Benedito Domingos (PP-DF)	Anexo IV - Gab. 945 - Tel: 318-5945/Fax: 318-2945
Benito Gama (BL/PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 741 - Tel: 318-5741/Fax: -
Beraldo Boaventura (PSDB-BA)	Anexo IV - Gab. 933 - Tel: 318-5933/Fax: -
Beth Azize (PDR-AM)	Anexo IV - Gab. 646 - Tel: 318-5646/Fax: 318-2646
Beto Mansur (PDT-SP)	Anexo IV - Gab. 837 - Tel: 318-5837/Fax: 318-2837
Bocayuva Cunha (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 944 - Tel: 318-5944/Fax: -
Camilo Machado (PFL-MG)	Anexo IV - Gab. 503 - Tel: 318-5503/Fax: 318-2503
Cardoso Alves (BL/PTB-SP)	Anexo IV - Gab. 823 - Tel: 318-5823/Fax: -
Carlos Alberto Campista (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 325 - Tel: 318-5325/Fax: 318-2325
Carlos Azambuja (PPR-RS)	Anexo III - Gab. 469 - Tel: 318-5469/Fax: 318-2469
Carlos Benvides (PMDB-CE)	Anexo IV - Gab. 506 - Tel: 318-5506/Fax: 318-2506
Carlos Camurça (PP-RO)	Anexo IV - Gab. 342 - Tel: 318-5342/Fax: 318-2342
Carlos Kayath (PTB-PA)	Anexo IV - Gab. 218 - Tel: 318-5218/Fax: 318-2218
Carlos Lupi (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 810 - Tel: 318-5810/Fax: 318-2810
Carlos Nelson (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 328 - Tel: 318-5328/Fax: 318-2328
Carlos Roberto Massa (PP-PR)	Anexo IV - Gab. 633 - Tel: 318-5633/Fax: 318-2633
Carlos Santana (PT-RJ)	Anexo III - Gab. 382 - Tel: 318-5382/Fax: -
Carlos Scarpelini (PP-PR)	Anexo IV - Gab. 608 - Tel: 318-5608/Fax: -
Carlos Virgílio (PPR-CE)	Anexo IV - Gab. 537 - Tel: 318-5537/Fax: 318-2537
Carrion Junior (PDT-RS)	Anexo IV - Gab. 556 - Tel: 318-5556/Fax: -
Celia Mendes (PPR-AC)	Anexo IV - Gab. 615 - Tel: 318-5615/Fax: 318-2615
Celso Bernardi (PPR-RS)	Anexo IV - Gab. 530 - Tel: 318-5530/Fax: 318-2530
Cesar Bandeira (PFL-MA)	Anexo IV - Gab. 502 - Tel: 318-5502/Fax: 318-2502
Cesar Cals Neto (PSDB-CE)	Anexo IV - Gab. 413 - Tel: 318-5413/Fax: -
Cesar Souza (BL/PFL-SC)	Anexo IV - Gab. 713 - Tel: 318-5713/Fax: 318-2713
Chafic Farhat (PPR-SP)	Anexo III - Gab. 480 - Tel: 318-5480/Fax: 318-2480
Chico Amaral (PMDB-SP)	Anexo III - Gab. 569 - Tel: 318-5569/Fax: 318-2569
Chico Vigilante (PT-DF)	Anexo IV - Gab. 627 - Tel: 318-5627/Fax: 318-2627
Cid Carvalho (PMDB-MA)	Anexo IV - Gab. 710 - Tel: 318-5710/Fax: 318-2710
Cidinha Campos (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 714 - Tel: 318-5714/Fax: 318-2714
Ciro Garcia (PSTU-RJ)	*
Ciro Nogueira (PFL-PI)	Anexo IV - Gab. 619 - Tel: 318-5619/Fax: 318-2619
Cleonancio Fonseca (PRN-SE)	Anexo IV - Gab. 824 - Tel: 318-5824/Fax: 318-2824
Cleto Falcão (PSD-AL)	Anexo IV - Gab. 215 - Tel: 318-5215/Fax: 318-2215
Clovis Assis (PSDB-BA)	Anexo III - Gab. 586 - Tel: 318-5586/Fax: 318-2586
Costa Ferreira (PP-MA)	Anexo III - Gab. 282 - Tel: 318-5282/Fax: -
Cunha Bueno (PPR-SP)	Anexo III - Gab. 467 - Tel: 318-5467/Fax: 318-2467
Daniel Silva (PPR-MA)	Anexo IV - Gab. 852 - Tel: 318-5852/Fax: 318-2852
Darcy Coelho (PFL-TO)	Anexo IV - Gab. 309 - Tel: 318-5309/Fax: 318-2309
Dejandir Dalpasquale (PMDB-SC)	Anexo IV - Gab. 715 - Tel: 318-5715/Fax: 318-2715
Delcino Tavares (PP-PR)	Anexo IV - Gab. 929 - Tel: 318-5929/Fax: -

Delfin Netto (PPR-SP)	Anexo IV - Gab. 511 - Tel: 318-5511/Fax: 318-2511
Delio Braz (BL/PFL-GO)	Anexo IV - Gab. 962 - Tel: 318-5962/Fax: -
Deni Schwartz (PSDB-PR)	Anexo IV - Gab. 821 - Tel: 318-5821/Fax: 318-2821
Dercio Knop (PDT-SC)	Anexo III - Gab. 479 - Tel: 318-5479/Fax: 224-7834
Derval de Paiva (PMDB-TO)	Anexo IV - Gab. 829 - Tel: 318-5829/Fax: 318-2829
Diogo Nomura (PL-SP)	Anexo III - Gab. 283 - Tel: 318-5283/Fax: -
Djenal Gonçalves (PPR-SE)	Anexo IV - Gab. 946 - Tel: 318-5946/Fax: 318-2946
Domingos Juvenil (PMDB-PA)	Anexo IV - Gab. 702 - Tel: 318-5702/Fax: -
Eden Pedroso (PDT-RS)	Anexo III - Gab. 385 - Tel: 318-5385/Fax: -
Edésio Frias (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 521 - Tel: 318-5521/Fax: 318-2521
Edésio Passos (PT-PR)	Anexo III - Gab. 572 - Tel: 318-5572/Fax: 318-2572
Edevaldo Alves da Silva (PPR-SP)	Anexo IV - Gab. 348 - Tel: 381-5348/Fax: -
Edi Siliprandi (PDT-PR)	Anexo IV - Gab. 736 - Tel: 318-5736/Fax: 318-2736
Edinho Ferramenta (PT-MG)	Anexo III - Gab. 375 - Tel: 318-5375/Fax: -
Edison Andrino (PMDB-SC)	Anexo IV - Gab. 639 - Tel: 318-5639/Fax: -
Edison Fidelis (PPR-RO)	Anexo IV - Gab. 252 - Tel: 318-5252/Fax: 318-2252
Edmar Moreira (PRN-MG)	Anexo IV - Gab. 460 - Tel: 318-5460/Fax: 318-2460
Edmundo Galdino (PSDB-TO)	Anexo III - Gab. 672 - Tel: 318-5672/Fax: 318-2672
Edson Menezes Silva (PC do B-RS)	Anexo III - Gab. 384 - Tel: 318-5384/Fax: 318-2384
Edson Silva (PDT-CE)	Anexo IV - Gab. 726 - Tel: 318-5762/Fax: 318-2762
Eduardo Jorge (PT-SP)	Anexo III - Gab. 371 - Tel: 318-5371/Fax: -
Eduardo Mascarenhas (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 944 - Tel: 318-5944/Fax: -
Eduardo Matias (PFL-MA)	Anexo IV - Gab. 529 - Tel: 318-5529/Fax: -
Efraim Moraes (PFL-PB)	Anexo IV - Gab. 638 - Tel: 318-5638/Fax: -
Elias Murad (PSDB-MG)	Anexo IV - Gab. 341 - Tel: 318-5341/Fax: -
Eliel Rodrigues (PMDB-PA)	Anexo IV - Gab. 752 - Tel: 318-5752/Fax: -
Elio Dalla-Vecchia (PDT-PR)	Anexo IV - Gab. 916 - Tel: 318-5916/Fax: -
Elisio Curvo (PRN-MS)	Anexo IV - Gab. 942 - Tel: 318-5942/Fax: 318-2942
Eraldo Tinoco (PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 310 - Tel: 318-5310/Fax: -
Eraldo Trindade (PPR-AP)	Anexo III - Gab. 280 - Tel: 318-5280/Fax: 318-2280
Ernani Viana (PP-CE)	Anexo IV - Gab. 738 - Tel: 318-5738/Fax: 2738
Ernesto Gradella (PSTU-SP)	Anexo III - Gab. 276 - Tel: 318-5276/Fax: 318-2276
Etevalda Grassi de Menezes (PTB-ES)	Anexo IV - Gab. 213 - Tel: 318-5213/Fax: 318-2213
Etevaldo Nogueira (PFL-CE)	Anexo IV - Gab. 603 - Tel: 318-5603/Fax: 318-2603
Euclides Mello (PRN-SP)	Anexo IV - Gab. 727 - Tel: 318-5727/Fax: 318-2727
Euler Ribeiro (PMDB-AM)	Anexo IV - Gab. 544 - Tel: 318-5544/Fax: 318-2544
Evaldo Gonçalves (PFL-PB)	Anexo IV - Gab. 833 - Tel: 318-5833/Fax: -
Everaldo de Oliveira (PFL-SE)	Anexo IV - Gab. 732 - Tel: 318-5732/Fax: 318-2732
Ezio Ferreira (PFL-AM)	Anexo IV - Gab. 515 - Tel: 318-5515/Fax: -
Fabio Feldmann (PSDB-SP)	Anexo III - Gab. 473 - Tel: 318-5473/Fax: 226-0592
Fabio Meirelles (PPR-SP)	Anexo IV - Gab. 526 - Tel: 318-5526/Fax: 318-2526
Fabio Raunhetti (PTB-RJ)	Anexo IV - Gab. 628 - Tel: 318-5628/Fax: 318-2628
Fátima Pelaes (PFL-AP)	Anexo IV - Gab. 203 - Tel: 318-5203/Fax: 318-2203
Fausto Rocha (PRN-SP)	Anexo IV - Gab. 939 - Tel: 318-5939/Fax: -
Felipe Mendes (PPR-PI)	Anexo IV - Gab. 654 - Tel: 318-5654/Fax: 318-2654
Felix Mendonça (PTB-BA)	Anexo IV - Gab. 912 - Tel: 318-5912/Fax: -
Feres Nader (PTB-RJ)	*
Fernando Carrion (PPR-RS)	Anexo IV - Gab. 432 - Tel: 318-5432/Fax: -
Fernando Diniz (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 307 - Tel: 318-5307/Fax: 318-2307
Fernando Freire (PPR-RN)	Anexo IV - Gab. 820 - Tel: 318-5820/Fax: 318-2820
Fernando Lopes (PDT-RJ)	Anexo III - Gab. 481 - Tel: 318-5481/Fax: -
Fernando Lyra (PDT-PE)	Anexo IV - Gab. 901 - Tel: 318-5901/Fax: 226-3687

Fetter Junior (PPR-RS)	Anexo IV - Gab. 316 - Tel: 318-5316/Fax: 318-2316
Filipe Neri (PMDB-MG)	*
Flávio Arns (PSDB-PR)	Anexo IV - Gab. 850 - Tel: 318-5850/Fax: -
Flávio Derzi (PP-MS)	Anexo IV - Gab. 934 - Tel: 318-5934/Fax: -
Flávio Palmier da Veiga (PRN-RJ)	Anexo IV - Gab. 246 - Tel: 318-5246/Fax: -
Flávio Rocha (PL-RN)	Anexo IV - Gab. 508 - Tel: 318-5508/Fax: 318-2508
Florestan Fernandes (PT-SP)	Anexo III - Gab. 671 - Tel: 318-5671/Fax: -
Francisco Coelho (PL-MA)	Anexo IV - Gab. 525 - Tel: 318-5525/Fax: -
Francisco Diogenes (PPR-AC)	Anexo IV - Gab. 745 - Tel: 318-5745/Fax: 318-2745
Francisco Dornelles (PPR-RJ)	Anexo IV - Gab. 512 - Tel: 318-5512/Fax: 318-2512
Francisco Evangelista (PPR-PB)	Anexo IV - Gab. 442 - Tel: 318-5442/Fax: -
Francisco Rodrigues (PTB-RR)	Anexo IV - Gab. 304 - Tel: 318-5304/Fax: 318-2304
Francisco Silva (PP-RJ)	Anexo IV - Gab. 716 - Tel: 318-5716/Fax: -
Freire Junior (PMDB-TO)	Anexo IV - Gab. 601 - Tel: 318-5601/Fax: -
Gastone Righi (PTB-SP)	Anexo IV - Gab. 940 - Tel: 318-5940/Fax: 318-2940
Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	Anexo IV - Gab. 612 - Tel: 318-5612/Fax: 318-261
Genebaldo Correia (PMDB-BA)	Anexo IV - Gab. 204 - Tel: 318-5204/Fax: 318-2204
Genésio Bernardino (PMDB-MG)	Anexo III - Gab. 571 - Tel: 318-5571/Fax: -
George Takimoto (PFL-MS)	Anexo IV - Gab. 635 - Tel: 318-5635/Fax: 318-2635
Geraldo Alckmin Filho (PSDB-SP)	Anexo IV - Gab. 656 - Tel: 318-5656/Fax: 318-2656
Germano Rigotto (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 838 - Tel: 318-5838/Fax: -
Gerson Peres (PPR-PA)	Anexo IV - Gab. 330 - Tel: 318-5330/Fax: -
Getúlio Neiva (PL-MG)	Anexo III - Gab. 581 - Tel: 318-5581/Fax: -
Gilson Machado (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 334 - Tel: 318-5334/Fax: -
Gilvam Borges (PMDB-AP)	Anexo IV - Gab. 731 - Tel: 318-5731/Fax: -
Giovanni Queiroz (PDT-PA)	Anexo IV - Gab. 534 - Tel: 318-5534/Fax: 318-2534
Gonzaga Mota (PMDB-CE)	Anexo IV - Gab. 919 - Tel: 318-5919/Fax: 318-2919
Gustavo Krause (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 436 - Tel: 318-5436/Fax: 318-2436
Hagahus Araújo (PMDB-TO)	Anexo III - Gab. 466 - Tel: 318-5466/Fax: -
Haley Margon (PMDB-GO)	Anexo IV - Gab. 803 - Tel: 318-5803/Fax: 318-2803
Haroldo Lima (PC do B-BA)	Anexo IV - Gab. 456 - Tel: 318-5456/Fax: 318-2456
Haroldo Saboia (PT-MA)	Anexo IV - Gab. 660 - Tel: 318-5660/Fax: -
Heitor Franco (PRN-SP)	Anexo IV - Gab. 245 - Tel: 318-5245/Fax: 318-2245
Hélio Bicudo (PT-SP)	Anexo IV - Gab. 620 - Tel: 318-5620/Fax: -
Hélio Rosas (PMDB-SP)	Anexo III - Gab. 478 - Tel: 318-5478/Fax: 318-2478
Helvecio Castello (PSDB-ES)	Anexo IV - Gab. 514 - Tel: 318-5514/Fax: 318-2514
Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	Anexo IV - Gab. 539 - Tel: 318-5539/Fax: 318-2539
Herminio Calvino (PMDB-PA)	Anexo IV - Gab. 431 - Tel: 318-5431/Fax: -
Hilário Braun (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 518 - Tel: 318-5518/Fax: -
Hilário Coimbra (PTB-PA)	Anexo IV - Gab. 816 - Tel: 318-5816/Fax: 318-2816
Homero Oguido (PMDB-PR)	Anexo III - Gab. 576 - Tel: 318-5576/Fax: -
Hugo Biehl (PPR-SC)	Anexo IV - Gab. 332 - Tel: 318-5332/Fax: 318-2332
Humberto Souto (PFL-MG)	Anexo IV - Gab. 914 - Tel: 318-5914/Fax: 223-3560
Ibere Ferreira (PFL-RN)	Anexo IV - Gab. 609 - Tel: 318-5609/Fax: 318-2609
Ibrahim Abi-Ackel (PPR-MG)	Anexo IV - Gab. 319 - Tel: 318-5319/Fax: 318-2319
Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 928 - Tel: 318-5928/Fax: -
Inocêncio Oliveira (BL/PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 403 - Tel: 318-5403/Fax: 318-2403
Irani Barbosa (PSD-MG)	Anexo IV - Gab. 756 - Tel: 318-5756/Fax: 318-2756
Irma Passoni (PT-SP)	Anexo IV - Gab. 237 - Tel: 318-5237/Fax: 318-2237
Israel Pinheiro (PRS-MG)	Anexo IV - Gab. 540 - Tel: 318-5540/Fax: 318-2540
Itsuo Takayama (PFL-MT)	Anexo IV - Gab. 952 - Tel: 318-5952/Fax: 318-2952
Ivandro Cunha Lima (PMDB-PB)	Anexo IV - Gab. 605 - Tel: 318-5605/Fax: 318-2605

Ivania Guerra (PFL-PR)
 Ivo Mainardi (PMDB-RS)
 Jabes Ribeiro (PSDB-BA)
 Jackson Pereira (PSDB-CE)
 Jacques Wagner (PT-BA)
 Jair Bolsonaro (PDC-RJ)
 Jairo Azi (PDC-BA)
 Jairo Carneiro (PFL-BA)
 Jandira Feghali (PC do B-RJ)
 Jarvis Gaidzinski (PPR-SC)
 Jayme Santana (PSDB-MA)
 Jeronimo Reis (PFL-SE)
 Jesus Tajra (PFL-PI)
 João Almeida (PMDB-BA)
 João Alves (PPR-BA)
 João Carlos Bacelar (PSC-BA)
 João de Deus Antunes (PPR-RS)
 João Fagundes (PMDB-RR)
 João Faustino (PSDB-RN)
 João Henrique (PMDB-PI)
 João Maia (PP-AC)
 João Mellão Neto (PL-SP)
 João Mendes (PTB-RJ)
 João Natal (PMDB-GO)
 João Paulo (PT-MG)
 João Rodolfo (PPR-MA)
 João Teixeira (PL-MT)
 João Thome (PMDB-AM)
 João Tota (PPR-AC)
 Joaquim Sucena (PTB-MT)
 Jofran Frejat (PFL-DF)
 Jonas Pinheiro (PFL-MT)
 Jones Santos Neves (PL-ES)
 Joni Varisco (PMDB-PR)
 Jonival Lucas (PDC-BA)
 Jorge Khoury (PFL-BA)
 Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP)
 Jorge Uequet (PSDB-RS)
 Jorio de Barros (PMDB-ES)
 José Abrão (PSDB-SP)
 José Aldo (PRS-MG)
 José Anibal (PSDB-SP)
 José Augusto Curvo (PMDB-MT)
 José Belato (PMDB-MG)
 José Burnett (PRN-MA)
 José Carlos Aleluia (PFL-BA)
 José Carlos Coutinho (PDT-RJ)
 José Carlos Saboia (PSB-MA)
 José Carlos Vasconcellos (PRN-PE)
 José Cicote (PT-SP)
 José Diogo (PPR-PA)
 José Dirceu (PT-SP)

Anexo IV - Gab. 428 - Tel: 318-5428/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 228 - Tel: 318-5228/Fax: 318-2228
 Anexo IV - Gab. 214 - Tel: 318-5214/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 923 - Tel: 318-5923/Fax: 318-2923
 Anexo III - Gab. 472 - Tel: 318-5472/Fax: 318-2472
 Anexo III - Gab. 482 - Tel: 318-5482/Fax: 318-2482
 Anexo IV - Gab. 422 - Tel: 318-5422/Fax: 318-2422
 Anexo III - Gab. 284 - Tel: 318-5284/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 443 - Tel: 318-5443/Fax: 318-2443
 Anexo IV - Gab. 306 - Tel: 318-5306/Fax: 318-2306
 Anexo IV - Gab. 814 - Tel: 318-5814/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 338 - Tel: 318-5338/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 414 - Tel: 318-5414/Fax: 318-2414
 Anexo IV - Gab. 652 - Tel: 318-5652/Fax: 318-2652
 Anexo IV - Gab. 630 - Tel: 318-5630/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 827 - Tel: 318-5827/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 720 - Tel: 318-5720/Fax: 318-2720
 Anexo IV - Gab. 550 - Tel: 318-5550/Fax: 318-2550
 Anexo IV - Gab. 704 - Tel: 318-5704/Fax: 318-2704
 Anexo IV - Gab. 617 - Tel: 318-5617/Fax: 318-2617
 Anexo IV - Gab. 244 - Tel: 318-5244/Fax: 318-2244
 Anexo IV - Gab. 828 - Tel: 318-5828/Fax: 318-2828
 Anexo IV - Gab. 831 - Tel: 318-5831/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 844 - Tel: 318-5844/Fax: 2844
 Anexo IV - Gab. 211 - Tel: 318-5211/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 308 - Tel: 318-5308/Fax: 318-2308
 Anexo IV - Gab. 240 - Tel: 318-5240/Fax: 318-2240
 Anexo III - Gab. 583 - Tel: 318-5583/Fax: 318-2583
 Anexo IV - Gab. 433 - Tel: 318-5433/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 948 - Tel: 318-5948/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 321 - Tel: 318-5321/Fax: 318-2321
 Anexo IV - Gab. 441 - Tel: 318-5441/Fax: 318-2441
 Anexo IV - Gab. 327 - Tel: 318-5327/Fax: 318-2327
 Anexo IV - Gab. 613 - Tel: 318-5613/Fax: 318-2613
 Anexo IV - Gab. 815 - Tel: 318-5815/Fax: 318-2815
 Anexo IV - Gab. 212 - Tel: 318-5212/Fax: 318-2212
 Anexo IV - Gab. 552 - Tel: 318-5552/Fax: 318-2552
 Anexo IV - Gab. 807 - Tel: 318-5807/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 739 - Tel: 318-5739/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 546 - Tel: 318-5546/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 705 - Tel: 318-5705/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 624 - Tel: 318-5624/Fax: 318-2624
 Anexo IV - Gab. 932 - Tel: 318-5932/Fax: 318-2932
 Anexo III - Gab. 573 - Tel: 318-5573/Fax: 318-2573
 Anexo IV - Gab. 543 - Tel: 318-5543/Fax: 318-2543
 Anexo IV - Gab. 856 - Tel: 318-5856/Fax: 318-2856
 Anexo IV - Gab. 843 - Tel: 318-5843/Fax: -
 Anexo II - Gab. 285 - Tel: 318-5285/Fax: 318-2285
 Anexo IV - Gab. 915 - Tel: 318-5915/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 358 - Tel: 318-5358/Fax: -
 Anexo III - Gab. 570 - Tel: 318-5570/Fax: -
 Anexo IV - Gab. 706 - Tel: 318-5706/Fax: 318-2706

José Dutra (PMDB-AM)	Anexo IV - Gab. 943 - Tel: 318-5943/Fax: 318-2943
José Egydio (PPR-RJ)	Anexo IV - Gab. 532 - Tel: 318-5532/Fax: -
José Elias (PTB-MS)	Anexo IV - Gab. 448 - Tel: 318-5448/Fax: -
José Falcão (PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 822 - Tel: 318-5822/Fax: -
José Felinto (PP-PR)	Anexo III - Gab. 576 - Tel: 318-5576/Fax: 318-2576
José Fortunati (PT-RS)	Anexo III - Gab. 372 - Tel: 318-5372/Fax: 318-2372
José Genoíno (PT-SP)	Anexo III - Gab. 270 - Tel: 318-5270/Fax: 318-2270
José Geraldo (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 226 - Tel: 318-5226/Fax: 318-2226
José Jorge (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 408 - Tel: 318-5408/Fax: 318-2408
José Linhares (PP-CE)	Anexo IV - Gab. 860 - Tel: 318-5860/Fax: 318-2860
José Lourenço (PPR-BA)	Anexo IV - Gab. 311 - Tel: 318-5311/Fax: 225-3297
José Luiz Clerot (PMDB-PB)	Anexo IV - Gab. 938 - Tel: 318-5938/Fax: 318-2938
Jose Luiz Maia (PPR-PI)	Anexo IV - Gab. 640 - Tel: 318-5640/Fax: 318-2640
José Maranhão (PMDB-PB)	Anexo IV - Gab. 236 - Tel: 318-5236/318-2236
José Maria Eymael (PP-SP)	Anexo IV - Gab. 331 - Tel: 318-5331/Fax: 318-2331
José Maurício (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 604 - Tel: 318-5604/Fax: -
José Mendonça Bezerra (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 314 - Tel: 318-5314/Fax: 318-2314
José Mucio Monteiro (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 458 - Tel: 318-5458/Fax: 318-2458
José Reinaldo (PFL-MA)	Anexo IV - Gab. 217 - Tel: 318-5217/Fax: -
José Serra (PSDB-SP)	Anexo IV - Gab. 407 - Tel: 318-5407/Fax: -
José Teles (PPR-SE)	Anexo IV - Gab. 438 - Tel: 318-5438/Fax: -
José Thomaz Nono (PMDB-AL)	Anexo IV - Gab. 812 - Tel: 318-5812/Fax: 318-2812
José Ulisses de Oliveira (PRS-MG)	Anexo IV - Gab. 250 - Tel: 318-5250/Fax: -
José Vicente Brizola (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 832 - Tel: 318-5832/Fax: 318-2832
Julio Cabral (PP-RR)	Anexo IV - Gab. 340 - Tel: 318-5340/Fax: 318-2340
Junot Abi-Ramia (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 708 - Tel: 318-5708/Fax: 318-2708
Jutahy Junior (PSDB-BA)	Anexo IV - Gab. 345 - Tel: 318-5345/Fax: -
Koyu Iha (PSDB-SP)	Anexo III - Gab. 575 - Tel: 318-5575/Fax: -
Lael Varella (PFL-MG)	Anexo IV - Gab. 721 - Tel: 318-5721/Fax: 318-2721
Laerte Bastos (PDT-RJ)	Anexo III - Gab. 481 - Tel: 318-5481/Fax: -
Laire Rosado (PMDB-RN)	Anexo IV - Gab. 650 - Tel: 318-5650/Fax: 318-2650
Laprovita Vieira (PMDB-RJ)	Anexo III - Gab. 565 - Tel: 318-5565/Fax: 318-2565
Lázaro Barbosa (PMDB-GO)	Anexo IV - Gab. 941 - Tel: 318-5941/Fax: -
Leomar Quintanilha (PDC-TO)	Anexo IV - Gab. 728 - Tel: 318-5728/Fax: 318-2728
Leopoldo Bessone (PP-MG)	Anexo IV - Gab. 402 - Tel: 318-5402/Fax: -
Leur Lomanto (PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 927 - Tel: 318-5927/Fax: 318-2927
Lezio Sathler (PSD-ES)	Anexo IV - Gab. 362 - Tel: 318-5362/Fax: -
Liberato Caboclo (PDT-SP)	Anexo III - Gab. 474 - Tel: 318-5474/Fax: -
Lourival Freitas (PT-AP)	Anexo III - Gab. 574 - Tel: 318-5574/Fax: 318-2574
Luci Choinacki (PT-SC)	Anexo III - Gab. 273 - Tel: 318-5273/Fax: 318-2273
Lúcia Braga (PDT-PB)	Anexo IV - Gab. 642 - Tel: 318-5642/Fax: 318-2642
Lúcia Viana (PP-GO)	Anexo IV - Gab. 430 - Tel: 318-5430/Fax: -
Luciano Castro (PPR-RR)	Anexo IV - Gab. 401 - Tel: 318-5401/Fax: 318-2401
Luciano Pizzatto (PFL-PR)	Anexo IV - Gab. 541 - Tel: 318-5541/Fax: 318-2541
Luis Roberto Ponte (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 956 - Tel: 318-5956/Fax: -
Luiz Carlos dos Santos (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 836 - Tel: 318-5836/Fax: -
Luiz Carlos Hauly (PP-PR)	Anexo IV - Gab. 701 - Tel: 318-5701/Fax: 318-2701
Luiz Dantas (PSC-AL)	Anexo IV - Gab. 632 - Tel: 318-5632/Fax: 318-2632
Luiz Eduardo (PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 906 - Tel: 318-5906/Fax: -
Luiz Girão (PDT-CE)	Anexo IV - Gab. 439 - Tel: 318-5439/Fax: 318-2439
Luiz Gushiken (PT-SP)	Anexo III - Gab. 374 - Tel: 318-5374/Fax: 318-2374
Luiz Henrique (PMDB-SC)	Anexo IV - Gab. 209 - Tel: 318-5209/Fax: 318-2209

Luiz Maximo (PSDB-SP)	Anexo IV - Gab. 538 - Tel: 318-5538/Fax: 318-2538
Luiz Moreira (PTB-BA)	Anexo IV - Gab. 729 - Tel: 318-5729/Fax: 318-2729
Luiz Piauhyllino (PSB-PE)	Anexo IV - Gab. 224 - Tel: 318-5224/Fax: 318-2224
Luiz Pontes (PSDB-CE)	Anexo IV - Gab. 445 - Tel: 318-5445/Fax: 318-2445
Luiz Salomão (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 733 - Tel: 318-5733/Fax: 318-2733
Luiz Soyer (PMDB-GO)	Anexo IV - Gab. 909 - Tel: 318-5909/Fax: -
Luiz Viana Neto (PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 913 - Tel: 318-5913/Fax: 318-2913
Maluly Netto (PFL-SP)	Anexo IV - Gab. 219 - Tel: 318-5219/Fax: 318-2219
Manoel Castro (PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 760 - Tel: 318-5760/Fax: 318-2760
Manoel Moreira (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 842 - Tel: 318-5842/Fax: 318-2842
Manoel Ribeiro (PMDB-PA)	Anexo IV - Gab. 752 - Tel: 318-5752/Fax: -
Marcelino Romano Machado (PSD-SP)	Anexo IV - Gab. 533 - Tel: 318-5533/Fax: 318-2533
Marcelo Barbieri (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 910 - Tel: 318-5910/Fax: 318-2910
Marcelo Luz (PP-RR)	Anexo IV - Gab. 419 - Tel: 318-5419/Fax: 318-2419
Márcia Cibílis Viana (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 950 - Tel: 318-5950/Fax: -
Marco Penaforte (PSDB-CE)	Anexo IV - Gab. 238 - Tel: 318-5238/Fax: -
Marcos Lima (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 220 - Tel: 318-5220/Fax: -
Marcos Medrado (PPR-BA)	Anexo IV - Gab. 313 - Tel: 318-5313/Fax: 318-2313
Maria Laura (PT-DF)	Anexo III - Gab. 475 - Tel: 318-5475/Fax: 318-2475
Maria Luiza Fontenelle (PSB-CE)	Anexo III - Gab. 582 - Tel: 318-5582/Fax: 318-2582
Maria Valadão (PPR-GO)	Anexo IV - Gab. 520 - Tel: 318-5520/Fax: 318-2520
Marily Guimaraes (PFL-MS)	Anexo IV - Gab. 440 - Tel: 318-5440/Fax: 318-2440
Marino Clinger (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 604 - Tel: 318-5604/Fax: -
Mário Assad (PFL-MG)	Anexo IV - Gab. 503 - Tel: 318-5503/Fax: -
Mario Chermont (PP-PA)	Anexo IV - Gab. 434 - Tel: 318-5434/Fax: -
Mário de Oliveira (PP-MG)	Anexo III - Gab. 381 - Tel: 318-5381/Fax: -
Mário Martins (PMDB-PA)	Anexo IV - Gab. 740 - Tel: 318-5740/Fax: 318-2740
Matheus Iensen (PRB-PR)	Anexo IV - Gab. 641 - Tel: 318-5641/Fax: 318-2641
Mauri Sérgio (PMDB-AC)	Anexo III - Gab. 568 - Tel: 318-5568/Fax: -
Maurici Mariano (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 622 - Tel: 318-5622/Fax: 318-2622
Maurício Calixto (PFL-RO)	Anexo IV - Gab. 352 - Tel: 318-5352/Fax: 318-2352
Maurício Campos (PL-MG)	Anexo IV - Gab. 239 - Tel: 318-5239/Fax: -
Maurício Najar (PFL-SP)	Anexo IV - Gab. 242 - Tel: 318-5242/Fax: -
Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE)	Anexo IV - Gab. 411 - Tel: 318-5411/Fax: 318-2411
Mauro Borges (PPP-GO)	Anexo IV - Gab. 223 - Tel: 318-5223/Fax: 318-2223
Mauro Fecury (PRB-MA)	Anexo IV - Gab. 935 - Tel: 318-5935/Fax: -
Mauro Miranda (PMDB-GO)	Anexo IV - Gab. 335 - Tel: 318-5335/Fax: 318-2335
Mauro Sampaio (PSDB-CE)	Anexo IV - Gab. 356 - Tel: 318-5356/Fax: -
Maviael Cavalcanti (PRN-PE)	Anexo IV - Gab. 717 - Tel: 318-5717/Fax: 318-2717
Max Rosenmann (PDT-PR)	Anexo IV - Gab. 758 - Tel: 318-5758/Fax: 318-2758
Mendes Botelho (PTB-SP)	Anexo IV - Gab. 958 - Tel: 318-5958/Fax: -
Mendes Ribeiro (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 222 - Tel: 318-5222/Fax: -
Mendonça Neto (PDT-AL)	Anexo IV - Gab. 258 - Tel: 318-5258/Fax: 318-2258
Merval Pimenta (PMDB-TO)	Anexo III - Gab. 466 - Tel: 318-5466/Fax: -
Messias Gois (PFL-SE)	Anexo IV - Gab. 723 - Tel: 318-5723/Fax: 318-2723
Miguel Arraes (PSB-PE)	Anexo IV - Gab. 846 - Tel: 318-5846/Fax: 318-2846
Miro Teixeira (PDT-RJ)	Anexo III - Gab. 272 - Tel: 318-5272/Fax: -
Moacir Micheletto (PMDB-PR)	Anexo IV - Gab. 256 - Tel: 318-5256/Fax: 318-2256
Moroni Torgan (PSDB-CE)	Anexo IV - Gab. 535 - Tel: 318-5355/Fax: 318-2535
Munhoz da Rocha (PSDB-PR)	Anexo III - Gab. 578 - Tel: 318-5578/Fax: -
Murilo Pinheiro (PFL-AP)	Anexo IV - Gab. 305 - Tel: 318-5305/Fax: 318-2305
Murilo Rezende (PMDB-PI)	Anexo III - Gab. 587 - Tel: 318-5587/Fax: -

Mussa Demes (PFL-PI)	Anexo IV - Gab. 712 - Tel: 318-5712/Fax: 318-2712
Nan Souza (PP-MA)	Anexo IV - Gab. 315 - Tel: 318-5315/Fax: -
Naphtali Alves de Souza (PMDB-GO)	Anexo IV - Gab. 337 - Tel: 318-5337/Fax: -
Neif Jabur (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 231 - Tel: 318-5231/Fax: -
Nelson Burnier (PL-RJ)	Anexo IV - Gab. 936 - Tel: 318-5936/Fax: 318-2936
Nelson Jobim (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 734 - Tel: 318-5734/Fax: 318-2734
Nelson Marquezelli (PTB-SP)	Anexo IV - Gab. 920 - Tel: 318-5920/Fax: 318-2920
Nelson Morro (PFL-SC)	Anexo IV - Gab. 418 - Tel: 318-5418/Fax: 318-2418
Nelson Proença (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 405 - Tel: 318-5405/Fax: 318-2405
Nelson Trad (PB-MS)	Anexo IV - Gab. 452 - Tel: 318-5452/Fax: -
Nestor Duarte (PMDB-BA)	Anexo IV - Gab. 336 - Tel: 318-5336/Fax: -
Neuto de Conto (PMDB-SC)	Anexo IV - Gab. 637 - Tel: 318-5637/Fax: 318-2637
Ney Lopes (PFL-RN)	Anexo IV - Gab. 343 - Tel: 318-5345/Fax: 318-2343
Nicias Ribeiro (PMDB-PA)	Anexo III - Gab. 278 - Tel: 318-5278/Fax: 318-2278
Nilmário Miranda (PT-MG)	Anexo III - Gab. 275 - Tel: 318-5275/Fax: -
Nilson Gibson (PMDB-PE)	Anexo IV - Gab. 410 - Tel: 318-5410/Fax: 318-2410
Nilton Baiano (PMDB-ES)	Anexo IV - Gab. 618 - Tel: 318-5618/Fax: -
Nobel Moura (PP-RO)	Anexo IV - Gab. 337 - Tel: 318-5337/Fax: 318-2337
Odacir Klein (PMDB-RS)	Anexo IV - Gab. 804 - Tel: 318-5804/Fax: 318-2804
Odelmo Leão (PRN-MG)	Anexo IV - Gab. 545 - Tel: 318-5545/Fax: 318-2545
Olavo Calheiros (PMDB-AL)	Anexo IV - Gab. 907 - Tel: 318-5907/Fax: 318-2907
Onaireves Moura (PSD-PR)	Anexo IV - Gab. 303 - Tel: 318-5303/Fax: 318-2303
Orlando Bezerra (PFL-CE)	Anexo IV - Gab. 413 - Tel: 318-5413/Fax: -
Orlando Pacheco (PFL-SC)	Anexo IV - Gab. 718 - Tel: 318-5718/Fax: -
Oscar Travassos (PPR-MT)	Anexo IV - Gab. 948 - Tel: 318-5948/Fax: -
Osmanio Pereira (PSDB-MG)	Anexo III - Gab. 579 - Tel: 318-5579/Fax: 318-2579
Osório Adriano (PFL-DF)	Anexo IV - Gab. 446 - Tel: 318-5446/Fax: -
Osvaldo Bender (PPR-RS)	Anexo III - Gab. 274 - Tel: 318-5274/Fax: -
Osvaldo Coelho (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 444 - Tel: 318-5444/Fax: 318-2444
Osvaldo Melo (PPR-PA)	Anexo IV - Gab. 809 - Tel: 318-5809/Fax: 318-2809
Osvaldo Reis (PP-TO)	Anexo IV - Gab. 835 - Tel: 318-5835/Fax: 318-2835
Osvaldo Stecca (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 626 - Tel: 318-5626/Fax: 318-2626
Otto Cunha (PRN-PR)	Anexo IV - Gab. 616 - Tel: 318-5616/Fax: 318-2616
Paes Landim (PFL-PI)	Anexo IV - Gab. 560 - Tel: 318-5560/Fax: -
Pascoal Novais (PFL-RO)	Anexo IV - Gab. 318 - Tel: 318-5318/Fax: 318-2318
Pauderney Avelino (PPR-AM)	Anexo IV - Gab. 260 - Tel: 318-5260/Fax: 318-2260
Paulo Bauer (PPR-SC)	Anexo IV - Gab. 718 - Tel: 318-5718/Fax: -
Paulo Bernardo (PT-PR)	Anexo III - Gab. 379 - Tel: 318-5379/Fax: 318-2379
Paulo de Almeida (PSD-RJ)	Anexo IV - Gab. 420 - Tel: 318-5420/Fax: 318-2420
Paulo Delgado (PT-MG)	Anexo III - Gab. 373 - Tel: 318-5373/Fax: -
Paulo Duarte (PPR-SC)	Anexo IV - Gab. 326 - Tel: 318-5326/Fax: -
Paulo Heslander (PTB-MG)	Anexo IV - Gab. 207 - Tel: 318-5207/Fax: 318-2207
Paulo Lima (PFL-SP)	Anexo IV - Gab. 623 - Tel: 318-5623/Fax: 318-2623
Paulo Mandarino (PDC-GO)	Anexo IV - Gab. 862 - Tel: 318-5862/Fax: 318-2862
Paulo Mourão (PPR-TO)	Anexo IV - Gab. 339 - Tel: 318-5339/Fax: -
Paulo Novaes (PMDB-SP)	Anexo III - Gab. 279 - Tel: 318-5279/Fax: 318-2279
Paulo Octávio (PRN-DF)	Anexo IV - Gab. 645 - Tel: 318-5645/Fax: 318-2645
Paulo Paim (PT-RS)	Anexo III - Gab. 471 - Tel: 318-5471/Fax: 318-2471
Paulo Portugal (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 516 - Tel: 318-5516/Fax: 318-2516
Paulo Ramos (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 830 - Tel: 318-5830/Fax: 318-2830
Paulo Rocha (PT-PA)	Anexo III - Gab. 483 - Tel: 318-5483/Fax: 318-2483
Paulo Romano (PFL-MG)	Anexo IV - Gab. 333 - Tel: 318-5333/Fax: 318-2333

Paulo Silva (PSDB-PI)	Anexo III - Gab. 476 - Tel: 318-5476/Fax: 318-2476
Paulo Titan (PMDB-PA)	Anexo IV - Gab. 527 - Tel: 318-5527/Fax: 318-2527
Pedro Abrão (PP-GO)	Anexo IV - Gab. 918 - Tel: 318-5918/Fax: 318-2918
Pedro Correa (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 415 - Tel: 318-5415/Fax: 318-2415
Pedro Irujo (PMDB-BA)	Anexo IV - Gab. 818 - Tel: 318-5818/Fax: -
Pedro Novais (PDC-MA)	Anexo IV - Gab. 813 - Tel: 318-5813/Fax: -
Pedro Pavão (PPR-SP)	Anexo IV - Gab. 548 - Tel: 318-5548/Fax: 318-2548
Pedro Tassis (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 235 - Tel: 318-5235/Fax: -
Pedro Tonelli (PT-PR)	Anexo III - Gab. 585 - Tel: 318-5585/Fax: 318-2585
Pedro Valadares (PP-SE)	Anexo IV - Gab. 344 - Tel: 318-5344/Fax: 318-2344
Pinga Fogo de Oliveira (PRN-PR)	Anexo IV - Gab. 205 - Tel: 318-5205/Fax: 318-2205
Pinheiro Landim (PMDB-CE)	Anexo IV - Gab. 636 - Tel: 318-5636/Fax: 318-2636
Pratini de Moraes (PPR-RS)	*
Prisco Viana (PPR-BA)	Anexo IV - Gab. 858 - Tel: 318-5858/Fax: 318-2858
Ramalho Leite (PPR-PB)	Anexo IV - Gab. 840 - Tel: 318-5840/Fax: 318-2840
Raquel Candido (PTB-RO)	Anexo IV - Gab. 614 - Tel: 318-5614/Fax: 318-2614
Raul Belém (PRN-MG)	Anexo IV - Gab. 206 - Tel: 318-5206/Fax: 318-2206
Reditário Cassol (PP-RO)	Anexo IV - Gab. 625 - Tel: 318-5625/Fax: -
Regina Gordilho (PRONA-RJ)	Anexo IV - Gab. 808 - Tel: 318-5808/Fax: -
Reinhold Stephanes (PFL-PR)	Anexo IV - Gab. 322 - Tel: 318-5322/Fax: 318-2322
Renato Johnsson (PP-PR)	Anexo IV - Gab. 513 - Tel: 318-5513/Fax: -
Renildo Calheiros (PC do B-PE)	Anexo IV - Gab. 735 - Tel: 318-5735/Fax: 318-2735
Ribeiro Tavares (PL-BA)	Anexo IV - Gab. 802 - Tel: 318-5802/Fax: -
Ricardo Correa (PL-MT)	Anexo IV - Gab. 948 - Tel: 318-5948/Fax: 318-2948
Ricardo Fiuza (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 707 - Tel: 318-5707/Fax: 318-2707
Ricardo Izar (PL-SP)	Anexo IV - Gab. 828 - Tel: 318-5828/Fax: -
Ricardo Moraes (PT-AM)	Anexo III - Gab. 281 - Tel: 318-5281/Fax: 318-2281
Ricardo Murad (PFL-MA)	Anexo IV - Gab. 354 - Tel: 318-5354/Fax: -
Rita Camata (PMDB-ES)	Anexo IV - Gab. 905 - Tel: 318-5905/Fax: 318-2905
Rivaldo Medeiros (PFL-PB)	Anexo IV - Gab. 227 - Tel: 318-5227/Fax: -
Roberto Balestra (PPR-GO)	Anexo IV - Gab. 262 - Tel: 318-5262/Fax: 318-2262
Roberto Brant (PRS-MG)	Anexo IV - Gab. 450 - Tel: 318-5450/Fax: -
Roberto Campos (PPR-RJ)	Anexo IV - Gab. 629 - Tel: 318-5629/Fax: 318-2629
Roberto Franca (PSB-PE)	Anexo IV - Gab. 427 - Tel: 318-5427/Fax: -
Roberto Freire (PPS-PE)	Anexo IV - Gab. 631 - Tel: 318-5631/Fax: -
Roberto Jefferson (PTB-RJ)	Anexo IV - Gab. 208 - Tel: 318-5208/Fax: -
Roberto Magalhães (PFL-PE)	Anexo IV - Gab. 425 - Tel: 318-5425/Fax: 318-2425
Roberto Rollemberg (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 323 - Tel: 318-5323/Fax: 318-2323
Roberto Torres (PTB-AL)	Anexo IV - Gab. 501 - Tel: 318-5501/Fax: 318-2501
Roberto Valadão (PMDB-ES)	Anexo IV - Gab. 230 - Tel: 318-5230/Fax: -
Robson Tuma (PL-SP)	Anexo IV - Gab. 834 - Tel: 318-5834/Fax: 318-2834
Rodrigues Palma (PTB-MT)	Anexo IV - Gab. 528 - Tel: 318-5528/Fax: 318-2528
Romel Anisio (PRN-MG)	Anexo IV - Gab. 317 - Tel: 318-5317/Fax: 318-2317
Ronaldo Caiado (PFL-GO)	Anexo IV - Gab. 611 - Tel: 318-5611/Fax: 321-6327
Ronaldo Perim (PMDB-MG)	Anexo III - Gab. 584 - Tel: 318-5584/Fax: -
Ronivon Santiago (PPR-AC)	Anexo IV - Gab. 742 - Tel: 318-5742/Fax: -
Rose de Freitas (PSDB-ES)	Anexo IV - Gab. 960 - Tel: 318-5960/Fax: 318-2960
Roseana Sarney (PFL-MA)	Anexo IV - Gab. 554 - Tel: 318-5554/Fax: -
Rubem Medina (BL/PFL-RJ)	Anexo IV - Gab. 610 - Tel: 318-5610/Fax: -
Ruben Bento (PFL-RR)	Anexo IV - Gab. 524 - Tel: 318-5524/Fax: 318-2524
Ruberval Pilotto (PPR-SC)	Anexo IV - Gab. 254 - Tel: 318-5254/Fax: 318-2254
Salatiel Carvalho (PP-PE)	Anexo IV - Gab. 937 - Tel: 318-5937/Fax: 318-2937

Samir Tannus (PPR-MG)	Anexo IV - Gab. 241 - Tel: 318-5241/Fax: 318-2241
Sandra Cavalcanti (PPR-RJ)	Anexo IV - Gab. 346 - Tel: 318-5346/Fax: -
Sandra Starling (PT-MG)	Anexo III - Gab. 375 - Tel: 318-5375/Fax: -
Sarney Filho (PFL-MA)	Anexo IV - Gab. 202 - Tel: 318-5202/Fax: -
Saulo Coelho (PSDB-MG)	Anexo IV - Gab. 602 - Tel: 318-5602/Fax: 318-2602
Sérgio Arouca (PPS-RJ)	Anexo IV - Gab. 724 - Tel: 318-5724/Fax: 318-2724
Sérgio Barcellos (PFL-AP)	Anexo IV - Gab. 301 - Tel: 318-5301/Fax: -
Sérgio Brito (PPR-BA)	Anexo IV - Gab. 248 - Tel: 318-5248/Fax: 318-2248
Sérgio Cury (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 350 - Tel: 318-5350/Fax: 318-2350
Sérgio Ferrara (PMDB-MG)	Anexo III - Gab. 286 - Tel: 318-5286/Fax: 318-2286
Sérgio Gaudenzi (PDT-BA)	Anexo IV - Gab. 320 - Tel: 318-5320/Fax: -
Sérgio Guerra (PSB-PE)	Anexo IV - Gab. 426 - Tel: 318-5426/Fax: 318-2426
Sérgio Machado (PSDB-CE)	Anexo IV - Gab. 536 - Tel: 318-5536/Fax: 318-2536
Sergio Miranda (PC do B-MG)	Anexo IV - Gab. 462 - Tel: 318-5462/Fax: 318-2462
Sergio Naya (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 435 - Tel: 318-5435/Fax: -
Sergio Spada (PP-PR)	Anexo III - Gab. 580 - Tel: 318-5580/Fax: 318-2580
Sidney de Miguel (PV-RJ)	Anexo IV - Gab. 931 - Tel: 318-5931/Fax: 318-2931
Sigmaringa Seixas (PSDB-DF)	Anexo IV - Gab. 454 - Tel: 318-5454/Fax: -
Simão Sessim (PFL-RJ)	Anexo IV - Gab. 709 - Tel: 318-5709/Fax: -
Socorro Gomes (PC do B-PA)	Anexo IV - Gab. 404 - Tel: 318-5404/Fax: 318-2404
Tadashi Kuriki (PPR-SP)	Anexo IV - Gab. 725 - Tel: 318-5725/Fax: 318-2725
Tarcisio Delgado (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 429 - Tel: 318-5429/Fax: 318-2429
Telmo Kirst (PPR-RS)	Anexo IV - Gab. 424 - Tel: 318-5424/Fax: 318-2424
Tilden Santiago (PT-MG)	Anexo IV - Gab. 911 - Tel: 318-5911/Fax: -
Tony Gel (PRN-PE)	Anexo IV - Gab. 423 - Tel: 318-5423/Fax: 318-2423
Tourinho Dantas (PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 762 - Tel: 318-5762/Fax: 318-2762
Tuga Angerani (PSDB-SP)	Anexo IV - Gab. 562 - Tel: 318-5562/Fax: 318-2562
Ubaldo Dantas (PSDB-BA)	Anexo IV - Gab. 345 - Tel: 318-5345/Fax: -
Ubiratan Aguiar (PMDB-CE)	Anexo IV - Gab. 505 - Tel: 318-5505/Fax: 318-2505
Uldurico Pinto (PSB-BA)	Anexo III - Gab. 269 - Tel: 318-5269/Fax: 318-2269
Valdão Gomes (PP-SP)	Anexo IV - Gab. 750 - Tel: 318-5750/Fax: 318-2750
Valdemar Costa Neto (PL-SP)	Anexo IV - Gab. 542 - Tel: 318-5542/Fax: -
Valdenor Guedes (PP-AP)	Anexo IV - Gab. 848 - Tel: 318-5848/Fax: 318-2848
Valdir Colatto (PMDB-SC)	Anexo IV - Gab. 662 - Tel: 318-5662/Fax: 318-2662
Valdir Ganzer (PT-PA)	Anexo III - Gab. 484 - Tel: 318-5484/Fax: 318-2484
Valdomiro Lima (PDT-RS)	Anexo IV - Gab. 556 - Tel: 318-5556/Fax: -
Valter Pereira (PMDB-MS)	Anexo IV - Gab. 845 - Tel: 318-5845/Fax: -
Vasco Furlan (PPR-SC)	Anexo IV - Gab. 746 - Tel: 318-5746/Fax: 318-2746
Vicente Fialho (PFL-CE)	Anexo IV - Gab. 210 - Tel: 318-5210/Fax: -
Victor Faccioni (PPR-RS)	Anexo IV - Gab. 925 - Tel: 318-5925/Fax: 318-2925
Vilmar Rocha (PFL-GO)	Anexo IV - Gab. 644 - Tel: 318-5644/Fax: -
Virmondes Cruvinel (PMDB-GO)	Anexo IV - Gab. 922 - Tel: 318-5922/Fax: 318-2922
Vital do Rego (PDT-PB)	Anexo IV - Gab. 841 - Tel: 318-5841/Fax: 318-2841
Vitório Malta (PPR-AL)	Anexo IV - Gab. 416 - Tel: 318-5416/Fax: 318-2416
Vittorio Mediolì (PSDB-MG)	Anexo IV - Gab. 754 - Tel: 318-5754/Fax: -
Vivaldo Barbosa (PDT-RJ)	Anexo IV - Gab. 711 - Tel: 318-5711/Fax: -
Vladimir Palmeira (PT-RJ)	Anexo IV - Gab. 232 - Tel: 318-5232/Fax: -
Wagner do Nascimento (PRN-MG)	Anexo IV - Gab. 703 - Tel: 318-5703/Fax: 318-2703
Wagner Rossi (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 323 - Tel: 318-5323/Fax: -
Waldeck Ornelas (PFL-BA)	Anexo IV - Gab. 729 - Tel: 318-5729/Fax: -
Waldir Guerra (PFL-MS)	Anexo IV - Gab. 412 - Tel: 318-5412/Fax: 318-2412
Waldir Pires (PDT-BA)	Anexo IV - Gab. 811 - Tel: 318-5811/Fax: -

Waldomiro Fioravanti (PT-RS)	Anexo III - Gab. 380 - Tel: 318-5380/Fax: -
Walter Nory (PMDB-SP)	Anexo IV - Gab. 509 - Tel: 318-5509/Fax: -
Wanda Reis (PFL-RJ)	Anexo IV - Gab. 658 - Tel: 318-5658/Fax: -
Welinton Fagundes (PL-MT)	Anexo IV - Gab. 523 - Tel: 318-5523/Fax: 318-2523
Werner Wanderer (PFL-PR)	Anexo IV - Gab. 806 - Tel: 318-5806/Fax: -
Wilson Campos (PMDB-PE)	Anexo IV - Gab. 421 - Tel: 318-5421/Fax: 318-2421
Wilson Cunha (PTB-MG)	Anexo IV - Gab. 854 - Tel: 318-5854/Fax: 318-2854
Wilson Moreira (PSDB-PR)	Anexo IV - Gab. 819 - Tel: 318-5819/Fax: -
Wilson Muller (PDT-RS)	Anexo IV - Gab. 930 - Tel: 318-5930/Fax: 318-2930
Zaire Rezende (PMDB-MG)	Anexo IV - Gab. 409 - Tel: 318-5409/Fax: 318-2409
Zé Gomes da Rocha (PRN-GO)	Anexo IV - Gab. 748 - Tel: 318-5748/Fax: 318-2748
Zila Bezerra (PMDB-AC)	Anexo IV - Gab. 510 - Tel: 318-5510/Fax: -
Zuca Moreira (PMDB-PB)	Anexo IV - Gab. 805 - Tel: 318-5805/Fax: -

**ANEXO IV - RELAÇÃO EM ORDEM ALFABÉTICA DOS SENADORES
COM ENDEREÇO**

Correspondência para:

Exmo. Sr.

Senador.....

SENADO FEDERAL/Coordenação de Apoio Parlamentar

SEDAI - Anexo IV - Sala 138

70160-900 - Brasília - DF

Affonso Camargo (PDC-PR)	224-6934
Albano Franco (PRN-SE)	224-8208
Alexandre Costa (PFL-MA)	224-7934
Alfredo Campos (PMDB-MG)	224-4903
Almir Gabriel (PSDB-PA)	224-4389
Aluizio Bezerra (PMDB-AC)	224-5089
Álvaro Pacheco (PFL-PI)	224-1953
Amir Lando (PMDB-RO)	225-1628
Antonio Mariz (PMDB-PB)	224-6997
Aureo Mello (PRN-AM)	223-0315
Bello Parga (PFL-MA)	224-7934
Beni Veras (PSDB-CE)	224-2884
Carlos de Carli (PTB-AM)	226-3485
Carlos Patrocinio (PFL-TO)	224-4266
César Dias (PMDB-RR)	224-2853
Chagas Rodrigues (PSDB-PI)	224-3009
Cid Saboia de Carvalho (PMDB-CE)	226-3488
Coutinho Jorge (PMDB-PA)	226-3479
Darcy Ribeiro (PDT-RJ)	224-5380
Dario Pereira (PFL-RN)	223-0313
Dirceu Carneiro (PSDB-SC)	226-8917
Divaldo Suruagy (PMDB-AL)	224-3884
Eduardo Suplicy (PT-SP)	224-9934
Elcio Alvares (PFL-ES)	224-3893
Epitácio Cafeteira (PCD-MA)	224-4280
Esperidião Amin (PPR-SC)	224-8037
Eva Blay (PSDB-SP)	224-8903
Fernando H. Cardoso (PSDB-SP)	224-8903
Flaviano Melo (PMDB-AC)	321-5365
Francisco Rollemberg (PFL-SE)	225-8515
Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	224-6803
Gerson Camata (PDC-ES)	224-9853
Gilberto Miranda (PMDB-AM)	224-2009
Guilherme Palmeira (PFL-AL)	223-6792
Henrique Almeida (PFL-AP)	224-5009
Hugo Napoleão (PFL-PI)	224-1953
Humberto Lucena (PMDB-PB)	224-5903

Hydekel Freitas (PFL-RJ)	224-2934
Iram Saraiva (PMDB-GO)	224-6903
Irapuan Costa Junior (PP-GO)	224-6623
Jarbas Passarinho (PPR-PA)	225-5802
João Calmon (PMDB-ES)	226-3032
João Franca (PP-RR)	223-2488
João Rocha (PFL-TO)	224-4270
Jonas Pinheiro (PTB-AP)	226-4392
Josaphat Marinho (PFL-BA)	224-5934
José Eduardo (PTB-PR)	*
José Fogaça (PMDB-RS)	226-7238
José Paulo Bisol (PSB-RS)	223-1549
José Richa (PSDB-PR)	224-0059
José Sarney (PMDB-AP)	224-4149
Julio Campos (PFL-MT)	224-4059
Junia Marise (PRN-MG)	226-6939
Jutahy Magalhães (PSDB-BA)	224-9803
Juvêncio Dias (PMDB-PA)	226-3479
Lavoisier Maia (PDT-RN)	224-1984
Levy Dias (PTB-MS)	224-3059
Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT)	224-8834
Lourival Baptista (PFL-SE)	224-8262
Lucidio Portela (PPR-PI)	226-2588
Luiz Alberto Oliveira (PTB-PR)	224-8803
Magno Bacelar (PDT-MA)	224-1934
Mansueto de Lavor (PMDB-PE)	224-7884
Márcio Lacerda (PMDB-MT)	224-3373
Marco Maciel (PFL-PE)	225-7561
Mario Covas (PSDB-SP)	224-9903
Marluce Pinto (PTB-RR)	224-3953
Maurício Correa (PDT-DF)	224-2903
Mauro Benevides (PMDB-CE)	226-9296
Meira Filho (PP-DF)	225-8257
Mioses Abrão (PDC-TO)	226-3245
Nabor Junior (PMDB-AC)	224-8009
Nelson Carneiro (PMDB-RJ)	224-3853
Nelson Wedekin (PDT-SC)	224-7834
Ney Maranhão (PRN-PE)	223-6783
Ney Suassuna (PMDB-PB)	224-6997
Odacir Soares (PFL-RO)	224-7434
Onofre Quinan (PMDB-GO)	224-6834
Pedro Simon (PMDB-RS)	226-4693
Pedro Teixeira (PDT-DF)	224-2903
Rachid Saldanha Derzi (PRN-MS)	223-3019
Raimundo Lira (PFL-PB)	224-9834
Ronaldo Aragão (PMDB-RO)	223-2492
Ronan Tito (PMDB-MG)	224-1803
Ruy Bacelar (PMDB-BA)	224-4684
Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	223-5100
Valmir Campelo (PTB-DF)	225-7379
Wilson Martins (PMDB-MS)	224-0953

VII - BIBLIOGRAFIA

1. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações - **Deputados brasileiros: repertório biográfico: 49 legislatura, 1991-1995.** Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília, 1 ed., 1991.
2. Coelho, João Gilberto Lucas e Oliveira, Antonio Carlos Nantes - **A nova Constituição. Avaliação do texto e perfil dos constituintes;** coordenação: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, INESC. Ed. Revan, Rio, 1 ed., 1989.
3. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - **Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores.** Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Cortez, Oboré, São Paulo, 1 ed., 1988.
4. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - **A cabeça do Congresso: quem é quem na revisão constitucional.** Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Oboré, São Paulo, 1 ed., 1993.
5. Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo - **Senadores: dados biográficos . Quadragésima nona legislatura 1991-1999.** Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal, Brasília, 1 ed., 1991.
6. Centro Feminista de Estudos e Assessoria - **Pensando nossa cidadania: propostas para uma legislação não discriminatória.** Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, DF, 1 ed., 1993.

VIII - O QUE É O CFEMEA?

O CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria é uma organização não governamental de mulheres, fundada em 1989, com sede em Brasília, DF, Brasil, que objetiva garantir a elaboração e aprovação de leis que asseguram a igualdade de tratamento para mulheres e homens, respeitando as diferenças, sem, contudo, transformá-las em desigualdades.

Nesse sentido, desenvolve, no âmbito do Congresso Nacional, o Programa "Direitos da Mulher na Lei e na Vida", informando às organizações de mulheres sobre o processo legislativo e assessorando os parlamentares sobre as questões de gênero e as propostas das mulheres para regulamentação de nossos direitos.

O Programa "Direitos da Mulher na Lei e na Vida", lançado no dia 11 de março de 1992, em Sessão Solene da Câmara dos Deputados, é coordenado pelo colegiado do CFEMEA e contempla, em sua estrutura, um Conselho Consultivo - composto de doze parlamentares e treze feministas - e um Comitê de Especialistas - composto por quinze especialistas profissionais em diferentes áreas na temática da mulher.

Democratizando a Informação

O CFEMEA edita o boletim FEMEA que informa sobre os projetos relativos à mulher no Congresso Nacional. O FEMEA é distribuído, gratuitamente, às organizações de mulheres, aos deputados federais, aos órgãos governamentais voltados para a temática da mulher e a outras entidades da sociedade civil.

Outro canal utilizado pelo CFEMEA para divulgar informações sobre o processo legislativo relativos à mulher é a página **mulher trabalhadora** no jornal do DIAP, que além de ser distribuído gratuitamente pelo CFEMEA às 2000 organizações de mulheres, leva a temática da mulher a cerca de 15 mil entidades sindicais.

Outras Publicações

1. PENSANDO NOSSA CIDADANIA - PROPOSTAS PARA UMA LEGISLAÇÃO NÃO DISCRIMINATÓRIA, produzido e editado pelo CFEMEA em 1992, foi lançado em março de 1993, em Sessão Solene da Câmara dos Deputados, comemorativa do Dia Internacional da Mulher. O livro é o resultado do trabalho do CFEMEA junto ao Congresso Nacional de identificação e análise das matérias legislativas relativas à mulher, totalizando 228 projetos de lei examinados e comentados por especialistas no assunto.

2. AS MULHERES NO CONGRESSO REVISOR, produzido e editado pelo CFEMEA, é uma contribuição ao debate do movimento de mulheres sobre temas que lhes afetam mais diretamente na Revisão Constitucional.

3. MERCADO DE TRABALHO DA MULHER - A QUESTÃO DOS INCENTIVOS (a ser publicado no início de 1994), que aborda a situação da mulher brasileira no mercado de trabalho e apresenta um comparativo dos incentivos ao trabalho feminino em diversos países.

4. GUIA DOS DIREITOS DA MULHER (em elaboração, a ser publicado em 1994), que pretende informar às mulheres sobre os direitos já garantidos nas normas legais em vigor, que tratam da questão da mulher, bem como os mecanismos existentes para exercê-los.

ÍNDICE DOS PARLAMENTARES QUE RESPONDERAM À PESQUISA, EM ORDEM ALFABÉTICA

Adão Pretto (PT-RS).....	438
Aécio de Borba (PPR-CE).....	170
Agostinho Valente (PT-MG).....	266
Alberto Haddad (PP-SP).....	568
Alcides Modesto (PT-BA).....	124
Aldo Pinto (PDT-RS).....	440
Aldo Rebelo (PC do B-SP).....	570
Aluizio Alves (PMDB-RN).....	428
Álvaro Valle (PL-RJ).....	470
Amaury Muller (PDT-RS).....	442
Ângela Amin (PPR-SC).....	542
Antonio Barbara (PMDB-PR).....	356
Antonio Faleiro (PSDB-GO).....	208
Ariosto Holanda (PSB-CE).....	172
Armando Pinheiro (PPR-SP).....	572
Arolde de Oliveira (BL/PFL-RJ).....	472
Aroldo Cedraz (PRN-BA).....	126
Aroldo Goes (PDT-AP).....	102
Ary Kara (PMDB-SP).....	574
Augustinho Freitas (BL/PTB-MT).....	240
Augusto Carvalho (PPS-DF).....	180
Avelino Costa (PPR-MG).....	268
B. Sa (PP-PI).....	416
Basilio Villani (PPR-PR).....	358
Bello Parga (PFL-MA).....	222
Benedita da Silva (PT-RJ).....	474
Benedito de Figueiredo (PDT-SE).....	626
Benedito Domingos (PP-DF).....	182
Beraldo Boaventura (PSDB-BA).....	128
Camilo Machado (PFL-MG).....	270
Carlos Lupi (PDT-RJ).....	476
Carlos Nelson (PMDB-SP).....	576
Carlos Patrocínio (PFL-TO).....	634
Carlos Santana (PT-RJ).....	478

Cesar Souza (BL/PFL-SC)	544
Chafic Farhat (PPR-SP).....	578
Chico Amaral (PMDB-SP).....	580
Chico Vigilante (PT-DF)	184
Ciro Garcia (PSTU-RJ).....	480
Ciro Nogueira (PFL-PI).....	418
Clovis Assis (PSDB-BA).....	130
Costa Ferreira (PP-MA).....	224
Darcy Coelho (PFL-TO).....	636
Dario Pereira (PFL-RN)	430
Dejandir Dalpasquale (PMDB-SC)	546
Delcino Tavares (PP-PR).....	360
Delio Braz (BL/PFL-GO)	210
Dercio Knop (PDT-SC)	548
Derval de Paiva (PMDB-TO)	638
Djenal Gonçalves (PPR-SE).....	628
Eden Pedroso (PDT-RS).....	444
Edésio Passos (PT-PR)	362
Edison Fidelis (PPR-RO).....	524
Edmar Moreira (PRN-MG).....	272
Edmundo Galdino (PSDB-TO).....	640
Edson Menezes Silva (PC do B-RS)	446
Eduardo Jorge (PT-SP).....	582
Eduardo Mascarenhas (PDT-RJ)	482
Eduardo Suplicy (PT-SP)	584
Efraim Moraes (PFL-PB)	340
Elias Murad (PSDB-MG)	274
Elio Dalla-Vecchia (PDT-PR)	364
Eraldo Trindade (PPR-AP)	104
Ernesto Gradella (PSTU-SP)	586
Etevalda Grassi de Menezes (PTB-ES)	196
Euclides Mello (PRN-SP).....	588
Eva Blay (PSDB-SP)	590
Everaldo de Oliveira (PFL-SE).....	630
Fabio Meirelles (PPR-SP).....	592
Fabio Raunhetti (PTB-RJ).....	484
Felix Mendonça (PTB-BA)	132
Fernando Carrion (PPR-RS).....	448

Florestan Fernandes (PT-SP).....	594
Francisco Diogenes (PPR-AC).....	82
Francisco Evangelista (PPR-PB).....	342
Francisco Silva (PP-RJ).....	486
Gastone Righi (PTB-SP).....	596
Geddel Vieira Lima (PMDB-BA).....	134
Genésio Bernardino (PMDB-MG).....	276
Guilherme Palmeira (PFL-AL).....	94
Hagahus Araújo (PMDB-TO).....	642
Haroldo Lima (PC do B-BA).....	136
Haroldo Saboia (PT-MA).....	226
Hélio Bicudo (PT-SP).....	598
Helvecio Castello (PSDB-ES).....	198
Herminio Calvino (PMDB-PA).....	324
Hilário Braun (PMDB-RS).....	450
Ibere Ferreira (PFL-RN).....	432
Ibrahim Abi-Ackel (PPR-MG).....	278
Israel Pinheiro (PRS-MG).....	280
Itsuo Takayama (PFL-MT).....	242
Ivanio Guerra (PFL-PR).....	366
Ivo Mainardi (PMDB-RS).....	452
Jabes Ribeiro (PSDB-BA).....	138
Jacques Wagner (PT-BA).....	142
Jair Bolsonaro (PDC-RJ).....	488
Jairo Azi (PDC-BA).....	140
Jandira Feghali (PC do B-RJ).....	490
Jarbas Passarinho (PPR-PA).....	326
João de Deus Antunes (PPR-RS).....	454
João Henrique (PMDB-PI).....	420
João Maia (PP-AC).....	84
João Mellão Neto (PL-SP).....	600
João Paulo (PT-MG).....	282
João Rodolfo (PPR-MA).....	228
João Thome (PMDB-AM).....	112
João Tota (PPR-AC).....	86
Jonas Pinheiro (PFL-MT).....	244
Jones Santos Neves (PL-ES).....	200
Jorge Khoury (PFL-BA).....	144

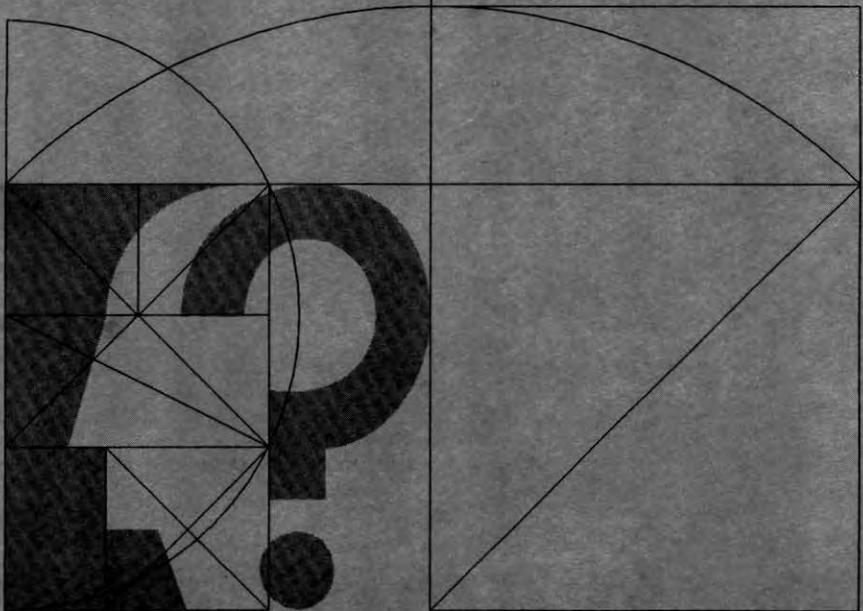
Jorge Uequed (PSDB-RS)	456
Jorio de Barros (PMDB-ES)	202
José Aldo (PRS-MG)	284
José Augusto Curvo (PMDB-MT)	246
José Belato (PMDB-MG)	286
José Burnett (PRN-MA)	230
José Carlos Aleluia (PFL-BA)	146
José Carlos Saboia (PSB-MA)	232
José Carlos Vasconcellos (PRN-PE)	390
José Dirceu (PT-SP)	602
José Dutra (PMDB-AM)	114
José Elias (PTB-MS)	254
José Fortunati (PT-RS)	458
José Genoíno (PT-SP)	604
José Jorge (PFL-PE)	392
José Luiz Clerot (PMDB-PB)	344
José Ulisses de Oliveira (PRS-MG)	288
Júlio Campos (PFL-MT)	248
Junot Abi-Ramia (PDT-RJ)	492
Jutahy Magalhães (PSDB-BA)	148
Koyu Iha (PSDB-SP)	606
Laerte Bastos (PDT-RJ)	494
Laire Rosado (PMDB-RN)	434
Lázaro Barbosa (PMDB-GO)	212
Leomar Quintanilha (PDC-TO)	644
Liberato Caboclo (PDT-SP)	608
Lúcia Braga (PDT-PB)	346
Luciano Castro (PPR-RR)	534
Luci Choinacki (PT-SC)	550
Lucídio Portela (PPR-PI)	422
Luiz Carlos Haully (PP-PR)	368
Luiz Dantas (PSC-AL)	96
Luiz Gushiken (PT-SP)	610
Luiz Henrique (PMDB-SC)	552
Luiz Piauhyllino (PSB-PE)	394
Luiz Salomão (PDT-RJ)	496
Luiz Viana Neto (PFL-BA)	150
Magno Bacelar (PDT-MA)	234

Maluly Netto (PFL-SP).....	612
Manoel Castro (PFL-BA)	152
Marcelino Romano Machado (PSD-SP).....	614
Marcelo Luz (PP-RR)	536
Marcos Medrado (PPR-BA)	154
Maria Laura (PT-DF).....	186
Maria Luiza Fontenelle (PSB-CE).....	174
Maria Valadão (PPR-GO).....	214
Marino Clinger (PDT-RJ).....	498
Mario Chermont (PP-PA).....	328
Mário Covas (PSDB-SP)	616
Matheus Jensen (PRB-PR).....	370
Mauri Sérgio (PMDB-AC)	88
Maurício Campos (PL-MG)	290
Maviael Cavalcanti (PRN-PE).....	396
Max Rosenmann (PDT-PR).....	372
Mendonça Neto (PDT-AL).....	98
Miro Teixeira (PDT-RJ)	500
Moacir Micheletto (PMDB-PR)	374
Munhoz da Rocha (PSDB-PR)	376
Murilo Pinheiro (PFL-AP).....	106
Neif Jabbur (PMDB-MG).....	292
Nelson Burnier (PL-RJ).....	502
Nélson Carneiro (PMDB-RJ)	504
Nelson Jobim (PMDB-RS).....	460
Nelson Marquezelli (PTB-SP).....	618
Nelson Morro (PFL-SC)	554
Nélson Wedekin (PDT-SC).....	556
Neuto de Conto (PMDB-SC).....	558
Ney Maranhão (PRN-PE).....	398
Nicias Ribeiro (PMDB-PA).....	330
Nilmário Miranda (PT-MG)	294
Onaireves Moura (PSD-PR)	378
Orlando Pacheco (PFL-SC)	560
Osório Adriano (PFL-DF)	188
Pascoal Novais (PFL-RO)	526
Pauderney Avelino (PPR-AM).....	116
Paulo Bernardo (PT-PR).....	380

Paulo Delgado (PT-MG).....	296
Paulo Paim (PT-RS)	462
Paulo Rocha (PT-PA)	332
Paulo Romano (PFL-MG)	298
Paulo Silva (PSDB-PI)	424
Pedro Correa (PFL-PE).....	400
Pedro Irujo (PMDB-BA)	156
Pedro Novais (PDC-MA)	236
Pedro Pavão (PPR-SP).....	620
Pedro Tassis (PMDB-MG)	300
Pedro Teixeira (PDT-DF)	190
Pedro Tonelli (PT-PR).....	382
Pinga Fogo de Oliveira (PRN-PR)	384
Pinheiro Landim (PMDB-CE).....	176
Prisco Viana (PPR-BA)	158
Ramalho Leite (PPR-PB).....	348
Reditário Cassol (PP-RO).....	528
Regina Gordilho (PRONA-RJ).....	506
Renildo Calheiros (PC do B-PE)	402
Ricardo Correa (PL-MT)	250
Ricardo Fiuza (PFL-PE)	404
Ricardo Moraes (PT-AM).....	118
Rita Camata (PMDB-ES)	204
Rivaldo Medeiros (PFL-PB).....	350
Roberto Campos (PPR-RJ).....	508
Roberto Franca (PSB-PE).....	406
Roberto Freire (PPS-PE).....	408
Roberto Magalhães (PFL-PE).....	410
Roberto Rollemberg (PMDB-SP).....	622
Romel Anisio (PRN-MG).....	302
Ronaldo Aragão (PMDB-RO)	530
Ruben Bento (PFL-RR)	538
Ruberval Pilotto (PPR-SC).....	562
Samir Tannus (PPR-MG)	304
Sandra Cavalcanti (PPR-RJ).....	510
Sandra Starling (PT-MG)	306
Saulo Coelho (PSDB-MG)	308
Sérgio Arouca (PPS-RJ)	512

Sérgio Brito (PPR-BA).....	160
Sérgio Gaudenzi (PDT-BA).....	162
Sergio Miranda (PC do B-MG)	310
Sidney de Miguel (PV-RJ).....	514
Sigmaringa Seixas (PSDB-DF)	192
Simão Sessim (PFL-RJ).....	516
Socorro Gomes (PC do B-PA).....	334
Tarcisio Delgado (PMDB-MG).....	312
Tilden Santiago (PT-MG).....	314
Tourinho Dantas (PFL-BA).....	164
Uldurico Pinto (PSB-BA).....	166
Valdenor Guedes (PP-AP).....	108
Valdir Ganzer (PT-PA).....	336
Valter Pereira (PMDB-MS).....	256
Virmondes Cruvinel (PMDB-GO)	216
Vittorio Medioli (PSDB-MG).....	316
Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).....	518
Waldir Guerra (PFL-MS).....	258
Waldomiro Fioravanti (PT-RS).....	464
Wanda Reis (PFL-RJ).....	520
Wilson Campos (PMDB-PE).....	412
Wilson Cunha (PTB-MG).....	318
Wilson Martins (PMDB-MS)	260
Wilson Moreira (PSDB-PR).....	386
Zé Gomes da Rocha (PRN-GO)	218
Zila Bezerra (PMDB-AC).....	90
Zuca Moreira (PMDB-PB)	352

Who



WHO - PESQUISA E INFORMAÇÕES DE MERCADO

SCS Q.03 bl.A Ed.Paranoá sala.102 Telefones: (061) 322-4330
e 322-4600 Fax: (061) 226-3350 CEP 70300 500 Brasília DF



CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA